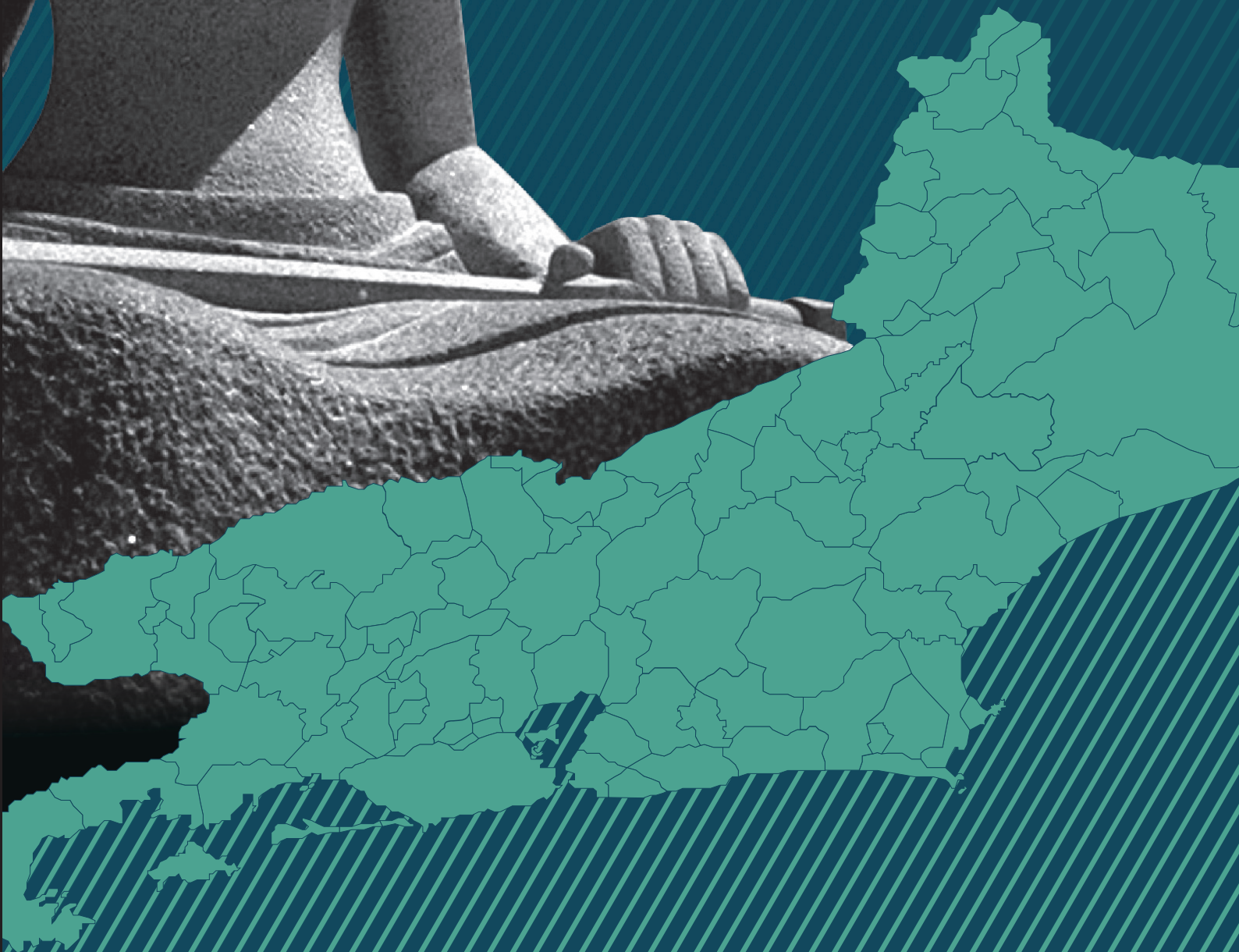


RELATÓRIO DO BIÊNIO 2011/2012

DESEMBARGADOR MANOEL ALBERTO REBÊLO DOS SANTOS





ADMINISTRAÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PRESIDENTE

Desembargador MANOEL ALBERTO REBÊLO DOS SANTOS

CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA

Desembargador ANTÔNIO JOSÉ AZEVEDO PINTO

1º VICE-PRESIDENTE

Desembargador NAMETALA MACHADO JORGE

2º VICE-PRESIDENTE

Desembargador NASCIMENTO ANTONIO PÓVOAS VAZ

3º VICE-PRESIDENTE

Desembargador ANTONIO EDUARDO FERREIRA DUARTE

ÓRGÃO ESPECIAL

Composição efetiva em 29 de janeiro de 2013.

Desembargador Luiz Zveiter;
Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte;
Desembargador Antônio José Azevedo Pinto;
Desembargador Cláudio de Mello Tavares;
Desembargador Nascimento Antonio Póvoas Vaz;
Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos;
Desembargador Sérgio de Souza Verani;
Desembargador Nametala Machado Jorge;
Desembargadora Nilza Bitar;
Desembargadora Leila Maria Carrilo Cavalcante Ribeiro Mariano;
Desembargadora Maria Inês da Penha Gaspar;
Desembargador Valmir de Oliveira Silva;
Desembargadora Maria Augusta Vaz Monteiro de Figueiredo;
Desembargador Edson Queiroz Scisínio Dias;
Desembargador Reinaldo Pinto Alberto Filho;
Desembargadora Letícia de Faria Sardas;
Desembargadora Elizabeth Gomes Gregory;
Desembargador Milton Fernandes de Souza;
Desembargador Otávio Rodrigues;
Desembargador Ademir Paulo Pimentel;
Desembargador Mário dos Santos Paulo
Desembargador Nagib Slaibi Filho;
Desembargador Adriano Celso Guimarães;
Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto;
Desembargadora Gizelda Leitão Teixeira.

Desembargadores que integraram o Órgão Especial de janeiro de 2011 a janeiro de 2013

Desembargadora Elisabete Filizzola Assunção – Término do mandato em 11.08.2011;

Desembargador Sérgio Lúcio Oliveira e Cruz – Término do mandato em 27.11.2011;

Desembargador José Carlos de Figueiredo – Término do mandato em 27.11.2011

Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho – Término do mandato em 29.03.2012.

Desembargador Luiz Felipe Haddad – Término do mandato em 21.06.2012;

Desembargador Sidney Hartung Buarque – Término do mandato em 21.06.2012

Desembargador Mario Robert Mannheimer – Término do mandato em 21.06.2012;

Desembargador Nildson Araújo da Cruz – Término do mandato em 29.11.2012.

Desembargador Bernardo Moreira Garcez Neto – Término do mandato em 31.01.2013.

Eleito pelo Tribunal Pleno, em 28.01.2013, o Desembargador Valmir dos Santos Ribeiro.

CONSELHO DA MAGISTRATURA

Desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos - Presidente

Desembargador Antônio José Azevedo Pinto - Corregedor

Desembargador Nametala Machado Jorge - 1º. Vice-Presidente

Desembargador Nascimento Antonio Póvoas Vaz - 2º. Vice-Presidente

Desembargador Antonio Eduardo Ferreira Duarte - 3º Vice-Presidente

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio

Desembargador Marcos Alcino de Azevedo Torres

Desembargador André Gustavo Corrêa de Andrade

Desembargador Ricardo Couto de Castro

Desembargadora Jacqueline Lima Montenegro

Desembargador que integrou o Conselho da Magistratura em 2011

Ministro do STJ Marco Aurélio Bellizze Oliveira

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO E NORMAS – COLEN

Desembargadora Kátia Maria Amaral Jangutta (Presidente)

Desembargador Custódio de Barros Tostes

Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes

Desembargador Paulo Sérgio Rangel do Nascimento

COMISSÃO DE REGIMENTO INTERNO – COREG

Desembargador Marcus Quaresma Ferraz (Presidente)

Desembargador Camilo Ribeiro Rulière

Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes

Desembargadora Jacqueline Lima Montenegro

CENTRO DE ESTUDOS E DEBATES – CEDES

Composição efetiva em 29/01/2013

Desembargador Carlos Eduardo da Rosa da Fonseca Passos - Diretor-Geral

Desembargador José Carlos Maldonado de Carvalho - Diretor-Adjunto

Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo - Diretor da Área Cível

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio - Diretor da Área Criminal

Membros que integraram o CEDES de janeiro de 2011 a janeiro de 2013

Desembargador Ricardo Silva de Bustamante – Término de mandato em 02/05/2012

Desembargador Antonio Carlos Esteves Torres - Término de mandato em 04/08/2011

COMISSÃO DE CONCURSO PARA INGRESSO NA MAGISTRATURA DE CARREIRA – COMAG

Concurso XLIII para Ingresso à Magistratura de Carreira

Membros Titulares:

Desembargador Sérgio de Souza Verani (Presidente)

Desembargadora Leila Maria Rodrigues P. de Carvalho e Albuquerque (Secretária)

Desembargadora Ana Maria Pereira de Oliveira

Desembargador José Muiños Piñeiro Filho

Desembargadora Gilda Maria Dias Carrapatoso

Doutor Sérgio Eduardo Fisher (Representante da OAB)

Membros Suplentes:

Desembargadora Jacqueline Lima Montenegro

Doutor Herbert de Souza Cohn (Suplente - Representante da OAB)

Concurso XLIV para Ingresso à Magistratura de Carreira

Membros Titulares:

Desembargador Sérgio de Souza Verani (Presidente)

Desembargadora Leila Maria Rodrigues P. de Carvalho e Albuquerque (Secretária)

Desembargadora Jacqueline Lima Montenegro

Desembargadora Gilda Maria Dias Carrapatoso

Doutor Sérgio Eduardo Fisher (Representante da OAB)

Membros Suplentes:

Doutor Herbert de Souza Cohn (Suplente - Representante da OAB)

CONSELHO DE VITALICIAMENTO – COVIT

Desembargador Gabriel de Oliveira Zéfiro (Coordenador)

Desembargador Agostinho Teixeira de Almeida Filho

Desembargador Elton Martinez Carvalho Leme

Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo

Desembargador Wagner Cinelli de Paula Freitas

Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes – a partir de 11.07.2012

Desembargador Antônio Iloízio Barros Bastos

Desembargador Adolpho Correa de Andrade Mello Junior

Desembargadora Cláudia Telles de Menezes

Desembargadora Gilda Maria Dias Carrapatoso

Membros que integraram a COVIT

Desembargadora Denise Vaccari Machado Paes – até 11.07.2012

COMISSÃO ESTADUAL JUDICIÁRIA DE ADOÇÃO – CEJA

Desembargadora Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Guimarães Pena – (Coordenadora)

Juiz Gerardo Carnevale Ney da Silva

Juíza Leise Rodrigues de Lima Espírito Santo

Doutora Eliane Simas dos Santos (Representante da Defensoria Pública Geral - RJ)

Doutora Silvana do Monte Moreira (Representante da OAB)

COMISSÃO ESTADUAL DE JUIZADOS ESPECIAIS – COJES

Composição efetiva em em 29/01/2013

Desembargador Antonio Saldanha Palheiro (Presidente)

Desembargador José Roberto Portugal Compasso (Até 6/04/2012)

Juíza Maria Helena Pinto Machado Martins

Juiz Paulo Roberto Sampaio Jangutta

Juiz Joaquim Domingos de Almeida Neto

Juiz Arthur Narciso de Oliveira Neto

Juiz Flávio Citro Vieira de Mello

Juiz Marcel Laguna Duque Estrada

Juiz José de Arimatéia Beserra Macedo

Juiz Fábio Ribeiro Porto

Membros que integraram a COJES de janeiro de 2011 a janeiro de 2013

Juíza Adalgisa Baldotto Emery - Término do Mandato Em 10.08.2011

**COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO
DOCUMENTAL – COPAD**

Desembargadora Katia Maria Amaral Jangutta (Presidente)

Juiz Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior

Juíza Valéria Pachá Bichara

Senhora Márcia Relvas de Souza

Senhor Márcio Ronaldo Leitão Teixeira

Senhor Anízio Ferreira Camacho

Senhor Sandro Denis de Souza Nunes

**COMISSÃO MISTA DE COMUNICAÇÃO
INSTITUCIONAL - COMCI**

Composição efetiva em 29/01/2013

Desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho (Presidente)

Desembargador Jessé Torres Pereira Junior

Desembargador Fernando Foch de Lemos Arigony da Silva

Desembargadora Cláudia Telles de Menezes

Desembargador Amaury Arruda de Souza

Juiz Luiz Roberto Ayoub

Doutor Sérgio Francisco de Aguiar Tostes

Senhor Guilherme Fiuza

Senhor Joel Rufino dos Santos – Designado pelo Ato Executivo 4814-2012, em 30.11.2012

Senhor José Carlos Tedesco

Membros que integraram a COMCI de janeiro de 2011 a janeiro de 2013

Senhor Amaury de Souza (falecido Em 17.08.2012)

**GRUPO DE MONITORAMENTO E FISCALIZAÇÃO
DO SISTEMA CARCERÁRIO**

Desembargador Antonio Jayme Boente (Presidente)

Juiz Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo

Juíza Roberta Barrouin Carvalho de Souza
Senhor Sandro Denis de Souza Nunes
Senhora Rosilea Di Masi Palheiro
Senhora Célia Maria Pereira da Silva
Senhor Daniel Vasquez Zuazo
Senhora MarluCIA Carvalho de Araujo

**COMISSÃO DE RASTREAMENTO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE
DISTRIBUIÇÃO DAS
1ª E 2ª VICE-PRESIDÊNCIAS DO TJRJ - CORAS**

Desembargador Ademir Paulo Pimentel (Presidente)
Juiz Carlos Augusto Borges
Senhor Sandro Denis de Souza Nunes
Senhor André Amaral Gurgel Monteiro de Barros
Senhora Maria Deures Martins Ferreira
Senhor Hermes da Paixão
Senhora Laura Rangel de Oliveira

COMITÊ GESTOR DAS CONTAS ESPECIAIS

Juíza Luciana Losada Albuquerque Lopes
Juiz Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior

**GRUPO DE TRABALHO DE IMPLEMENTAÇÃO E GERENCIAMENTO DO BANCO
NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO – BNMP**

Desembargador Marcus Henrique Pinto Basílio (Presidente)
Juiz Carlos Augusto Borges
Juíza Adriana Lopes Moutinho
Juiz Fábio Ribeiro Porto
Juiz Paulo César Vieira de Carvalho Filho
Juiz. Marcel Laguna Duque Estrada

Juiz Joaquim Domingos de Almeida Neto
Senhor André Amaral Gurgel Monteiro de Barros
Senhora Adriana Gnevkovsky de Luca
Senhora Patrícia Christina Coimbra de Oliveira

COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS PARA PROMOÇÃO À JUSTIÇA E À CIDADANIA – COAPE

Desembargadora Cristina Tereza Gaulia (Coordenadora)
Desembargadora Marilene Melo Alves
Desembargador Paulo Sérgio Rangel do Nascimento
Juiz Sandro Pitthan Espíndola
Juiz Arthur Eduardo Magalhães Ferreira
Juiz Joaquim Domingos de Almeida Neto
Juiz Arthur Narciso de Oliveira Neto
Juiz Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira
Juíza Maria Cristina de Brito Lima
Juíza Raquel de Oliveira
Juiz Almir Carvalho
Juíza Simone Lopes da Costa
Juiz Vitor Moreira Lima
Senhora Rosiléa Di Masi Palheiro
Senhor Francisco Marcos Motta Budal
Senhor Antônio Francisco Ligiero

Membros que integraram a COAPE de janeiro de 2011 a janeiro de 2013

Desembargador Luis Gustavo Grandinetti Castanho de Carvalho – até 01.05.2012

COMISSÃO DE POLÍTICA DE GESTÃO AMBIENTAL - COAMB

Desembargador Jessé Torres Pereira Junior (Presidente)
Juiz Sandro Pitthan Espíndola

Juiz Arthur Eduardo Magalhães Ferreira
Senhora Rosiléa Di Masi Palheiro
Senhora Lúcia Maria Vasconcelos Pereira
Senhora Rosane Silvado Mendes
Senhor Ismar Tavares Moreira
Senhora Andrea Cristiane Sales Moreira
Senhora Denise Pires Coelho Reis Torraca
Senhor Alexandre de Araújo Pereira Almeida
Senhor Rodrigo Fernandes de Almeida
Senhora Rosângela de Castro Pessoa
Senhora Dilma Lúcia da Costa Silva Pimentel
Senhora Carla Teles de Vasconcellos Chaves de Oliveira

Membros que integraram a COAMB de janeiro de 2011 a janeiro de 2013

Sr. Emanuel Eduardo Kozlowsky - Término do mandato em 02/12/2011

COORDENADORIA JUDICIÁRIA ESTADUAL DA MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – CEJEM

Desembargadora Cristina Tereza Gaulia (Coordenadora)
Desembargadora Katya Maria de Paula Menezes Monnerat (Subcoordenadora)
Juiz Sandro Pitthan Espíndola
Juíza Adriana Lopes Moutinho
Juiz Cesar Felipe Cury
Senhora Rosiléa Di Masi Palheiro
Senhor Francisco Marcos Motta Budal
Senhor Antônio Francisco Ligiero

COMISSÃO INTERSETORIAL PARA PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE - CIPAC

Desembargador Antônio Iloízio Barros Bastos (Presidente)
Senhora Ângela de Souza Gurgel Gomes

Senhor Hekel Fernando Fernandes
Senhora Márcia Monteiro de Barros Heffer da Costa
Senhora Ana Paula Rodrigues Ruas
Senhora Cleisa Maria de Faria Abreu Cantuária
Senhor Márcio Castro de Aguiar
Senhor Felisberto Muniz Pontes
Senhora Luana Meira Lopes
Senhor André Luiz Soares da Costa
Senhora Olga Maria Tavares de Souza

COORDENADORIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS EM EVENTOS ESPORTIVOS E GRANDES EVENTOS - CEJESP

Desembargador Antonio Jayme Boente (Coordenador)
Juíza Adriana Lopes Moutinho (Juíza de Direito Auxiliar da CGJ)
Juiz Marcello Rubioli (Juiz de Direito 2ª Vara Cível Ilha do Governador)
Juiz Sandro Pitthan Espíndola (Juiz de Direito Auxiliar da Presidência)
Juiz Rafael Estrela Nóbrega (21º. Juiz de Direito da Região Judiciária Especial)

COMISSÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COSEG

Desembargador Antonio Jayme Boente (Presidente)
Juíza Adriana Lopes Moutinho
Juiz Alexandre Abrahão Dias Teixeira
Juiz Carlos Augusto Borges
Juiz Carlos Eduardo Carvalho de Figueiredo
Juiz Rafael Estrela Nóbrega
Senhor Francisco Costa Matias de Carvalho

COORDENADORIA ESTADUAL JUDICIÁRIA DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE – CEJIJ

Desembargadora Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Guimarães Pena –
(Coordenadora)

Juíza Andréa de Almeida Quintela da Silva

Juiz Marcius da Costa Ferreira

Juiz Alexandre Teixeira de Souza

Juiz Pedro Henrique Alves

Juiz Sandro Pitthan Espindola

Senhora Luciene da Rocha Fonseca

COORDENADORIA ESTADUAL DAS VARAS CÍVEIS DA COMARCA DA CAPITAL - CECIV

Desembargador Edson Aguiar de Vasconcelos (Presidente)

Juiz Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Junior

Juiz Sérgio Ricardo de Arruda Fernandes

Juiz Arthur Eduardo Magalhães Ferreira

Juíza Maria Cristina Barros Gutierrez Slaibi

Juiz Carlos Eduardo Lucas de Magalhaes Costa

JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA

Desembargador José Roberto Portugal Compasso – até 06 de abril de 2012

Juíza Luciana Losada Albuquerque Lopes – Juíza Gestora de Precatórios

Juiz Carlos Augusto Borges

Juiz Gilberto de Mello Nogueira Abdelhay Júnior

Juiz Sandro Pitthan Espíndola

Juiz Fábio Ribeiro Porto

ASSESSORA ESPECIAL DA PRESIDÊNCIA

Claudia Loretta Henrici

CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Francisco Viana de Souza

DIRETORIAS GERAIS

DIRETORIA GERAL DE CONTROLE INTERNO - DGCOI

Bárbara Cristina Correa Mendonça

DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DO CONHECIMENTO - DGCON

Marcia Relvas de Souza

DIRETORIA GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - DGDIN

Maria Deures Martins Ferreira

DIRETORIA GERAL DE ENGENHARIA - DGENG

Luiz Cláudio Regaço da Silva

DIRETORIA GERAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS - DGJUR

Anizio Ferreira Camacho

DIRETORIA GERAL DE LOGÍSTICA - DGLOG

Andrea Maria Humbert Lopes D'Amico

DIRETORIA GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS - DGPCF

Raimundo Aben Athar

DIRETORIA GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS - DGPES

Beatriz Bezerra Menezes Souza Gaspar

DIRETORIA GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL - DGSEI

Francisco Costa Matias de Carvalho

DIRETORIA GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - DGTEC

Sandro Denis de Souza Nunes

Identidade Institucional

Missão do Poder Judiciário

“Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza.”

Visão do Poder Judiciário

“Obter o reconhecimento da sociedade sobre a contribuição do PJERJ para o exercício democrático da cidadania.”

Valores

Conhecimento atualizado;

Ética;

Objetividade;

Melhoria contínua;

Foco no usuário;

Busca de conciliação para solução de conflitos;

Comprometimento;

Transparência.

Política da Qualidade do PJERJ

“Desenvolver continuamente as melhores práticas de gestão para que as unidades organizacionais do PJERJ e seus respectivos Magistrados e Servidores cumpram a missão, a fim de alcançar a visão estabelecida.”

SUMÁRIO

Apresentação

Atuação Institucional	1
Fortalecer e harmonizar as relações entre os Poderes, setores e instituições	3
Disseminar valores éticos e morais por meio de atuação institucional efetiva	9
Aprimorar a comunicação com públicos externos.	13
Eficiência Operacional	21
Garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos	23
Buscar a excelência na gestão de custos operacionais.	49
Alinhamento e Integração	61
Garantir o alinhamento estratégico em todas as unidades do Judiciário.	63
Fomentar a interação e a troca de experiências entre Tribunais.	82
Acesso ao Sistema de Justiça	93
Promover a efetividade no cumprimento das decisões	95
Facilitar o acesso à Justiça	101
Responsabilidade Social	113
Promover a cidadania.	115
Gestão de Pessoas	133
Motivar e comprometer magistrados e servidores com a execução da Estratégia	135
Desenvolver conhecimentos, habilidades e atitudes dos magistrados e servidores	141
Infraestrutura e Tecnologia	143
Garantir a infraestrutura apropriada às atividades administrativas e judiciais	147
Garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de TI	157
Orçamento	165
Assegurar recursos orçamentários necessários para a execução da Estratégia	167

Apresentação

A cada final de gestão, como resultado do compromisso ético do gestor público, faz-se necessário apresentar ao público interno e externo da instituição as mais importantes realizações da administração, apontando os principais aspectos e motivos de cada ação. Tendo como foco o cumprimento da Missão do Poder Judiciário fluminense, a saber, “resolver os conflitos de interesse em tempo adequado à sua natureza”, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro apresenta o seu Relatório Final do Biênio 2011/2012, estruturado em oito temas, de acordo com seu Mapa Estratégico: Atuação Institucional, Eficiência Operacional, Alinhamento e Integração, Acesso ao Sistema de Justiça, Responsabilidade Social, Gestão de Pessoas, Infraestrutura e Tecnologia, e Orçamento.

As realizações e respectivas informações constantes deste relatório são o fruto do dedicado trabalho, singular e conjunto, de inúmeras equipes, formadas por magistrados e servidores. A contribuição de cada membro do PJERJ e de cada serventuário da Justiça, integrante da área judiciária ou da administrativa, foi imprescindível para que alcançássemos os atuais resultados.

Com o objetivo de consolidar a integração do PJERJ com os Poderes Executivo e Legislativo do Estado, e, além disso, estabelecer parcerias com os diversos órgãos do sistema da Justiça, ou seja, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a OAB e outras entidades públicas e privadas, a Atuação Institucional da Alta Administração do TJERJ no biênio 2011/2012 resultou na celebração de convênios, os mais variados e amplos, em harmônica cooperação entre os Poderes, setores e instituições. Paralelamente, preocupou-se em implementar ainda mais práticas que primassem pelo valores éticos e morais no âmbito interno, nas organizações ligadas à atividade judiciária e nas instituições de ensino, EMERJ e ESAJ. Ainda no âmbito da atuação institucional, o PJERJ, nesse período, empenhou-se em aperfeiçoar a comunicação com a sociedade, utilizando-se de uma linguagem clara e acessível, priorizando a disponibilização, com máxima transparência, da informação sobre a atuação deste Tribunal.

Cada vez mais o Judiciário tem sido demandado pela sociedade por Eficiência Operacional, ou seja, por prestação jurisdicional mais célere e que produza efeito real. No intuito de aperfeiçoar o desempenho do sistema judiciário brasileiro, sobretudo com relação ao controle e à transparência administrativa e processual, o CNJ, anualmente, define metas para serem atingidas por todos os tribunais.

Norteados por essa premissa, e empregando todo o esforço possível, o TJERJ cumpriu, quanto às metas nacionais estabelecidas para 2011, 100% da Meta 1 (criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica), da Meta 2 (implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal), e da Meta 4 (implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos), além de 90,85% da Meta 3 (julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 e parcela do estoque).

Também cumpriu 100% das metas definidas para 2012: Meta 1 (julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012), Meta 2 (julgar 90% dos processos distribuídos

no ano de 2007 perante as Turmas Recursais e as Câmaras Cíveis e Criminais), Meta 3 (tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça), Meta 4 (constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação) e Meta 5 (implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento).

Além disso, o TJERJ diminuiu 96,85% e 87,23% dos acervos de processos incluídos, respectivamente, na Meta 2 referente aos anos de 2009 e 2010. Com a finalidade de impulsionar ainda mais a prestação jurisdicional, a proposta do Tribunal de Justiça do Rio é a virtualização dos processos. Com a implantação e expansão do processo eletrônico, no último biênio, o TJERJ desenvolveu uma poderosa ferramenta para melhorar o atendimento à população e dar mais transparência aos seus atos, promovendo maior celeridade ao eliminar etapas processuais desnecessárias. Nas varas em que o sistema foi adotado, o tempo médio de julgamento do processo, desde a sua entrada até a sentença, caiu bastante. Nos Juizados Especiais Cíveis de Nova Iguaçu, por exemplo, a redução foi de 354 dias para 50 com a utilização do processo eletrônico.

Tais objetivos só puderam ser alcançados com a aliança entre gestão operacional e gestão estratégica. Buscou-se a eficácia das ações, ou seja, o cumprimento das metas estabelecidas, visando a eficiência na gestão dos custos operacionais, isto é, o uso apenas dos recursos indispensáveis aos fins, eliminando-se desperdícios. Para tanto, o TJERJ dispõe em sua estrutura de um setor de controle interno que tem por objetivo avaliar o desempenho da gestão financeira, contábil, operacional e patrimonial, servindo como instrumento de auxílio para a tomada de decisões. As medidas adotadas possibilitaram a redução significativa do consumo de papel, água, energia e combustível, e o aprimoramento do gerenciamento de resíduos. Paralelamente, priorizou-se, por intermédio de um Programa de Gestão Ambiental, a inserção de critérios ambientais na administração do Tribunal, que vão desde mudanças nos investimentos, compras e contratação de serviços até a gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, tendo em vista, além da economicidade, a melhoria da qualidade de vida no ambiente de trabalho.

A respeito do tópico Alinhamento e Integração nas unidades do Tribunal, seja no planejamento estratégico ou na gerência de projetos, promoveu-se, desde o início do biênio 2011/2012, a profissionalização e o contínuo aperfeiçoamento administrativo. A modernização da administração pública cria as bases para o eficiente gerenciamento estratégico. O alvo do Projeto de Implementação da Gestão Estratégica institucional é acionar a participação colaborativa de todos os integrantes do PJERJ, para que o Judiciário fluminense eleve a qualidade da prestação jurisdicional. O ano de 2011 foi fundamental para o avanço da execução da gestão estratégica no TJERJ, com a tomada de inúmeras decisões relevantes em prol do alcance dos resultados presentes nesta prestação de contas.

Quanto ao Acesso ao Sistema de Justiça, o TJERJ teve destaque nacional no último biênio. Preocupada com o atraso no pagamento dos precatórios judiciais, a gestão do último biênio aprimorou uma série de iniciativas na área, visando conferir maior celeridade e efetividade às decisões judiciais. E os excelentes resultados foram reconhecidos pela então corregedora nacional de Justiça do CNJ e ministra do STJ, Eliana Calmon.

No que se refere à Responsabilidade Social, o Tribunal de Justiça, atuante em diversas frentes de ação socioambiental, deu continuidade e impulsionou, ininterruptamente, no biênio 2011/2012, inúmeros programas, campanhas, palestras e eventos relacionados à inclusão social e à capacitação ambiental, sendo público-alvo os integrantes dos projetos sociais desenvolvidos pela instituição e os serventuários, todos motivados ao exercício da cidadania. Entre essas ações, destacam-se projetos como o “Começar de Novo” e o “Justiça Cidadã”, em função do caráter de inclusão social de ambos.

Os magistrados e serventuários da Justiça são essenciais para que o TJERJ continue sendo considerado o melhor Tribunal de Justiça do país. Ciente desse fato, a atual gestão sempre valorizou e incentivou os seus profissionais. Dentre as conquistas nessa área, destacam-se aquelas que resultaram no aprimoramento das carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária, entre as quais destacamos os procedimentos que transformaram a progressão e promoção de bienal para automática, o que possibilitou a progressão funcional de 77% dos servidores. Vale ressaltar, ainda, a realização de dois concursos para ingresso na carreira da Magistratura, visando suprir as carências da Justiça fluminense.

No quesito Infraestrutura e Tecnologia, o TJERJ alcançou o primeiro lugar em pesquisa feita pelo CNJ em todos os Tribunais de Justiça do país sobre Tecnologia da Informação no Poder Judiciário. Esse resultado é fruto do cumprimento efetivo da Resolução nº 90/2009, daquele Conselho, que estabeleceu critérios de nivelamento mínimo em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) para o Judiciário. A informação é um bem e, para sua otimização, precisamos lançar mão de todos os recursos tecnológicos disponíveis. Os Tribunais de Justiça responderam a um questionário que avaliou os seguintes temas: porte tecnológico, força de trabalho mínima, índice de automação, governança de TI e capacitação de pessoal. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro obteve pontuação máxima em governança de TI e índice de automação. Algo devido às medidas, adotadas desde o início de 2011, que, continuamente, além da renovação do parque tecnológico do Tribunal, possibilitaram a aquisição de novos computadores, a atualização dos sistemas operacionais e melhorias na estrutura de rede. Além disso, nesta gestão, foi lançado um novo portal corporativo, iniciativa que garantiu uma maior e mais eficiente acessibilidade aos usuários dos serviços do Judiciário. Outra inovação foi a aquisição da tecnologia que disponibiliza um sistema geral de busca em todo o portal do Tribunal. O novo sistema facilita a pesquisa e agiliza o tempo de resposta, proporcionando, ainda, mais segurança no acesso às informações.

Sabendo-se que a boa execução de obras e serviços, bem como a gestão de pessoas, depende da eficaz administração do Orçamento, no qual são definidas a origem e a alocação dos recursos necessários à execução dos planos e programas, o TJERJ empenhou-se sobremaneira nesta administração para propor um orçamento realista e promover seu eficaz gerenciamento, o que o permitiu atingir as diretrizes traçadas e alcançar os objetivos e metas delineados, assegurando, assim, a execução de seu Plano Estratégico, conforme evidencia este relatório.

Ao finalizar, reafirma-se que cada ação desempenhada nesta administração teve como objetivo o aprimoramento da prestação jurisdicional, em benefício de toda a sociedade do Estado do Rio de Janeiro, pois apenas a distribuição igualitária de justiça pode consolidar a democracia.

Atuação Institucional

- O TJERJ celebrou, em julho de 2011, acordos de cooperação com diversos órgãos municipais, estaduais e federais, a exemplo do STF, CNJ, Prefeitura do Rio e Governo do Estado do Rio. A partir da assinatura desses convênios, as comunidades da Penha e do Alemão passaram a ter acesso a sessões de mediação e conciliação para a resolução de conflitos na fase pré-processual; primeiro atendimento de crianças, adolescentes e idosos que se encontram em situação de risco; orientação jurídica e ajuizamento de ações pelo Núcleo de 1º Atendimento da Defensoria Pública.
- Ainda em julho de 2011, o presidente do TJERJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, assinou, com as presidentes do TRT-RJ e do TRF-RJ, um acordo de cooperação para o pagamento dos precatórios judiciais inscritos no Regime Especial de Liquidação dos Entes Públicos no Estado do Rio de Janeiro. Com o acordo, o Judiciário fluminense passou a ser o responsável pelo repasse, aos demais tribunais, das parcelas dos depósitos cabíveis aos mesmos, no prazo de 10 dias, a contar das datas dos depósitos de valores efetuados pelo Governo do Estado do Rio e pelos municípios, em conta especial administrada pelo TJ do Rio.
- O Tribunal de Justiça do Rio assinou, em junho de 2011, um convênio com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio (CREA-RJ), objetivando assegurar maior transparência, rapidez e melhor controle de custos de 12 obras cuja responsabilidade é da Justiça fluminense. O inédito pedido de parceria foi feito pelo próprio presidente do TJERJ.
- Em 2012, o programa de visitas guiadas do Museu da Justiça recebeu um novo acréscimo: foi criada uma oficina pedagógica, destinada a crianças entre 7 e 11 anos, do ensino fundamental. Por meio de atividades como contação de histórias e jogos interativos, os participantes são estimulados a refletir sobre a importância do Judiciário em seu cotidiano e no exercício da cidadania.
- No biênio 2011/2012, o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ-Rio) obteve várias conquistas: inauguração da Sala Multiuso, totalmente equipada para receber diversos programas culturais; lançamento e manutenção regular da Agenda Cultural do antigo Palácio da Justiça; visitas teatralizadas ao antigo Palácio da Justiça; parcerias com instituições de cultura e ensino para realização de programas inéditos.

União entre Poderes, disseminação de valores éticos, morais e comunicação com a sociedade são as marcas da Justiça do Rio

Objetivando fortalecer a integração do PJERJ com os Poderes Executivo e Legislativo do Estado, bem como desenvolver parcerias com órgãos do sistema da Justiça - a exemplo do Ministério Público, da Defensoria Pública e da OAB - e entidades públicas e privadas, a fim de viabilizar o alcance de seus objetivos (a saber: eficiência, acessibilidade e responsabilidade social), a atuação institucional da presidência do TJERJ, no biênio 2011/2012, ocorreu no sentido de celebrar convênios das mais variadas espécies e amplitudes, harmonizando as relações entre os Poderes, setores e instituições.

Simultaneamente, a Alta Administração do Judiciário fluminense preocupou-se em valorizar e difundir práticas que fomentem e conservem valores éticos e morais no âmbito interno, nas organizações ligadas à atividade judiciária e nas instituições de ensino.

Ainda no campo da atuação institucional, o Tribunal de Justiça do Rio procurou, no mesmo período, aprimorar a comunicação com a sociedade, utilizando-se de uma linguagem clara e acessível, com o intuito de disponibilizar, com transparência, informações sobre o papel, as ações e as iniciativas do PJERJ.

1 - FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES

1.1 - Tribunal de Justiça celebra convênios com CNJ e Prefeitura do Rio



O presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, assinou, em maio de 2011, dois importantes convênios para a população carioca. O primeiro, firmado entre o TJERJ e o município do Rio, representado pelo prefeito Eduardo Paes, referiu-se à instalação da “Justiça Itinerante” no Complexo do Alemão. O outro, firmado entre o Tribunal e o Conselho Nacional de Justiça, teve como objetivo proporcionar o

funcionamento, na comunidade, de um posto avançado da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso; do Registro Civil das Pessoas Naturais (RCPN) e da Mediação.

1.2 - Acordo de cooperação entre CNJ, TRF-RJ, TRT-RJ e TRE leva a Justiça a Unidades Pacificadoras



Como desdobramento dos convênios assinados em maio de 2011, o TJERJ celebrou, dois meses depois, novos acordos de cooperação com diversos órgãos municipais, estaduais e federais, a exemplo do STF, CNJ, TRE-RJ, TRF-RJ, TRT-RJ, Prefeitura do Rio e Governo do Estado do Rio, participando, ainda, da inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos

Complexos da Penha e do Alemão, na Zona Norte da cidade.

A partir da assinatura dos convênios, essas comunidades passaram a ter acesso a sessões de mediação e conciliação para a resolução de conflitos na fase pré-processual; primeiro atendimento de crianças, adolescentes e idosos que se encontram em situação de risco; orientação jurídica e ajuizamento de ações pelo Núcleo de 1º Atendimento da Defensoria Pública, além de atos relacionados ao Registro Civil das Pessoas Naturais. Por meio do programa “Justiça Itinerante”, a população passou a ter direito de receber, toda sexta-feira, de 9h às 15h, a visita de um ônibus que funciona como um cartório, onde podem ser resolvidas questões das áreas de família, infância e juventude, bem como matérias da competência dos juizados especiais cível e criminal.

1.3 - Convênio com TRT e TRF para o pagamento de precatórios judiciais



Ainda em julho de 2011, o presidente Manoel Alberto assinou, com as presidentes do TRT-RJ, desembargadora Maria de Lourdes Sallaberry, e do TRF-RJ, desembargadora Maria Helena Cisne, um acordo de cooperação para o pagamento dos precatórios judiciais inscritos no Regime

Especial de Liquidação dos Entes Públicos no Estado do Rio de Janeiro.

O ajuste teve o objetivo de viabilizar a gestão das contas especiais abertas para o recebimento dos valores dos precatórios inscritos no regime especial de liquidação. Desse modo, o Judiciário fluminense passou a ser o responsável pelo repasse, aos demais tribunais, das parcelas dos depósitos cabíveis aos mesmos, no prazo de 10 dias, a contar das datas dos depósitos de valores efetuados pelo Governo do Estado do Rio e pelos municípios, em conta especial administrada pelo TJ do Rio.

Segundo o convênio, os débitos inscritos para o regime especial constam da relação apresentada pelos tribunais e compreendem todos os precatórios pendentes de pagamento, total ou parcial, expedidos contra o Estado e os municípios. Cada tribunal apresenta uma relação unificada atualizada dos precatórios por ente devedor. A partir dessas listas, são criadas outras individualizadas por tribunal de origem do precatório, propiciando a apuração do percentual de rateio para cada um. São pagas apenas as condenações referentes à Fazenda Pública, não valendo para os Juizados Especiais. Os entes públicos que não depositarem os recursos para o pagamento dos precatórios poderão ter sequestrado até 1/15 do valor da dívida pelo Tribunal de Justiça.

1.4 - Convênios com FIRJAN, SESI e FETRANSPOR



Em outubro de 2011, foram assinados convênios com o Sistema FIRJAN, tendo como intermediário o SESI-RJ, para a disponibilização de mais dois ônibus para o programa “Justiça Itinerante”. O propósito do acordo foi a cooperação recíproca nos projetos sociais implementados pelo Tribunal de Justiça nas regiões do município do Rio ora atendidas pela ação pacificadora do Estado.

Na ocasião da assinatura, o presidente Manoel Alberto mencionou em seu discurso a importância da integração entre o estado e a iniciativa privada. “Acredito que somente com a união será possível um futuro razoável para este país. Tenho procurado levar ao pé da letra esse discurso e buscar junto a instituições e autoridades soluções que melhor atendam ao interesse de todos”, ressaltou.

Como consequência do convênio, o TJERJ passou a prestar suporte ao programa SESI Cidadania, que promove, continuamente, ações de educação, saúde, esporte, lazer, cultura e qualidade de vida nas comunidades contempladas pelas Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

Além de o PJERJ haver adquirido 2 ônibus e haver recebido 2 ônibus da FIRJAN, assinou também convênio com a FETRANSPOR, objetivando o fortalecimento do projeto “Justiça Itinerante”.

1.5 - Acordos de cooperação entre TJERJ, SEPLAG-RJ e SHV Gás Brasil



O presidente Manoel Alberto assinou, em novembro de 2011, um acordo de cooperação com a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do Estado do Rio, possibilitando a integração institucional entre os dois órgãos, com a utilização recíproca de seus recursos humanos e materiais, visando à execução de atividades de cooperação e assessoramento

técnico em gestão ambiental.

O convênio proporcionou ao TJERJ acesso ao Sistema de Gestão de Gastos (GestãoNet), o que permitiu ao Judiciário fluminense o gerenciamento mais eficiente, dos gastos referentes aos serviços prestados pelas empresas concessionárias públicas, tais como a LIGHT e a CEG. O programa fornece, de forma detalhada e por meio eletrônico, informações sobre as despesas com água, esgoto e energia elétrica do Tribunal.

Outro acordo de cooperação também foi assinado entre o Tribunal de Justiça do Rio e a empresa SHV Gás Brasil, que passou a ser a depositária dos botijões de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) apreendidos por determinação judicial em processos que envolvem ações cíveis de remoção e despejo, como também em ações criminais, tornando-se responsável pelo recebimento, guarda e liberação dos recipientes, que, até então, ficavam acautelados no Depósito Público do Estado do Rio. O objetivo foi acautelar os botijões em local próprio e com maior segurança. Os botijões de gás apreendidos passaram a ser levados por oficiais de justiça para o terminal indicado pela empresa depositária, onde permanecem acautelados pelo prazo de até 90 dias, a contar da data do recebimento, aguardando sua retirada, de forma segura, pelos respectivos proprietários.

1.6 - Tribunal de Justiça e PROCON: parceria em defesa dos passageiros de transportes aéreos

O Tribunal de Justiça do Rio celebrou, em dezembro de 2011, parceria com o PROCON-RJ, objetivando melhorar a relação entre empresas e consumidores. O esforço foi no sentido de diminuir o desrespeito aos direitos dos passageiros e consumidores dos serviços de transporte aéreo.

Em decorrência do acordo, um posto do PROCON-RJ passou a funcionar nas mesmas instalações dos postos dos juizados localizados nos dois aeroportos cariocas, com toda a infraestrutura para atender os passageiros, além de uma equipe preparada para solucionar os conflitos, ou, caso não haja conciliação, encaminhar o processo para um juizado especial.

1.7 - Acordo entre TJERJ, CNJ e CEDAE aumenta número de conciliações

Foi renovado, também em dezembro de 2011, o termo de compromisso entre o Tribunal de Justiça do Rio, o CNJ e a Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE), com o objetivo de reduzir o passivo de ações contra a empresa concessionária.

Durante a Semana Nacional de Conciliação de 2011, foram realizados acordos em 90% dos processos contra a CEDAE. Somente nas Varas de Fazenda Pública, foram realizadas audiências em cerca de 600 processos.

Já na Semana de 2012, 420 processos envolvendo a CEDAE foram antecipados em três meses, visando à redução de estoque com designação de data de leitura de sentença para 15 dias. Embora o percentual de acordos, dessa vez, tenha sido muito pequeno (4,5%), o objetivo de diminuir o estoque foi atingido, por intermédio da prolação de sentenças.

1.8 - Convênio para a criação da Câmara de Resolução de Litígios de Saúde

O presidente Manoel Alberto assinou, em junho de 2012, um convênio para a criação da Câmara de Resolução de Litígios de Saúde (CRLS). O termo foi firmado com os seguintes órgãos: Defensoria Pública da União; Procuradoria Geral do Estado; Secretaria de Estado de Saúde; Defensoria Pública Geral do Estado; Procuradoria Geral do Município e Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil.

A união de vários poderes e entidades para a criação da Câmara, segundo o desembargador Manoel Alberto, “afirma a determinação do Poder Público para criar a mediação nos casos que envolvem a saúde do cidadão. É uma oportunidade de unir esforços para evitar situações em que o médico recebe uma ordem judicial para internar alguém, quando há outro paciente em estado mais grave para ser atendido. Pode o médico violentar sua consciência para atender a uma ordem judicial? Essa é uma questão dramática, muito difícil. O objetivo da Câmara é evitar isso, por meio da colaboração mútua entre os Poderes”, disse o presidente.

Desse modo, a CRLS promove o atendimento das partes assistidas pelas Defensorias Públicas do Estado e da União, em causas que demandem prestação de serviço de saúde, evitando assim o ajuizamento de ações, na busca de uma solução administrativa para casos como oferta de medicamentos, agendamento de procedimento cirúrgico ou exames médicos. Em razão da tecnologia atualmente disponível, e a partir da união dos entes envolvidos, a presidência do TJERJ acredita que, em breve, o projeto será estendido para o interior do Estado.

1.9 - Parceria entre Tribunal de Justiça do Rio e Organizações Globo orienta consumidores

O Tribunal de Justiça do Rio, mediante convênio assinado com as Organizações Globo, lançou, em outubro de 2012, a cartilha “Direitos e Deveres do Consumidor”. O objetivo foi o de apresentar, por meio de uma linguagem clara e didática, os principais pontos contidos no Código de Defesa do Consumidor (CDC).

A cartilha também orienta os cidadãos sobre os princípios do CDC; direitos individuais e coletivos; oferta e publicidade enganosa e abusiva; contratos e cláusulas abusivas; produtos e serviços defeituosos; acidentes de consumo; cobrança de dívidas; cadastros restritivos de crédito e crimes de consumo, além de fornecer uma relação de endereços e telefones úteis. O conteúdo teórico da cartilha foi elaborado pelo Tribunal de Justiça, enquanto a logística e a arte foram desenvolvidos pela Globo.

1.10 - Convênios de cooperação educacional com TRE-RJ e Ministério Público estadual

No biênio 2011/2012, também foram assinados convênios de cooperação educacional, técnica e científica, nas ações de capacitação promovidas pelo TJERJ, tendo sido beneficiados os servidores do Tribunal Regional Eleitoral do Rio e do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, com reserva de 10% das vagas para servidores da Justiça eleitoral, e 20% das vagas na Capital e 10% nas comarcas do interior para servidores do MP/RJ.

A programação dos cursos, divulgada mensalmente pelo Tribunal de Justiça do Rio, possui as seguintes capacitações:

DIREITO E LEGISLAÇÃO: Direito Ambiental; Direito do Consumidor; Lógica Jurídica; Regime Previdenciário dos Servidores e Magistrados; Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; Responsabilidade Civil; Organização Judiciária e Consolidação Normativa; Sociologia Jurídica; Técnica de Acórdão.

INFORMÁTICA: BrOffice Calc; BrOffice Writer; Excel – I; Excel – II; Excel Básico – Versão 2010; Fundamentos de Informática; Gráficos no Excel; Informática Instrumental para Deficientes Visuais; Outlook 2003; Produzindo Documentos no Word; Word Avançado

TÉCNICO-ADMINISTRATIVA: Reforma Ortográfica; Colocação Pronominal; Compreensão e Interpretação de Textos; Concordância Verbal e Nominal; Crase; Digitação; Juros Compostos na Matemática Financeira; Método de Estudo; Orações: O Período e sua Construção; Síndrome de Alienação Parental; Técnicas de Redação e Redação Oficial; Teletendimento; Termos da Oração e Pontuação.

1.11 - Convênio com a Polícia Militar

Foi firmado, ainda, convênio com a Polícia Militar, objetivando a realização da segurança e escolta de presos nas unidades do PJERJ.

1.12 - Comunicação institucional

Desempenhando a tarefa de proporcionar informação atualizada a magistrados, servidores, advogados e operadores do Direito em geral, referente, tanto ao âmbito jurídico, quanto ao administrativo-organizacional, além do cultural, o TJERJ mantém e destaca, entre seus diversos recursos de mídia, a Revista Interação:

Revista Interação

A revista Interação é uma publicação destinada ao público interno. O periódico, editado em versões impressa e eletrônica, foi reformulado em seu conteúdo no decorrer do biênio 2011/2012. A partir da edição 41 da revista, entre outras inovações, foi disponibilizada a seção “Fazendo Jus”, com fotos das equipes das Diretorias Gerais e das Assessorias do TJERJ, com o intuito de dar maior destaque aos servidores. Já na edição 44, foi criada a seção “Aconteceu...”, com fotos e resumos das realizações da administração do Tribunal, no período compreendido entre duas publicações.



2 - DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS POR MEIO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFETIVA

2.1 - Judiciário fluminense amplia transparência e aprimora controle de custos de obras

O Tribunal de Justiça do Rio assinou, em junho de 2011, um convênio com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Rio (CREA-RJ), objetivando assegurar maior transparência, rapidez e melhor controle de custos de 12 obras cuja responsabilidade é da Justiça fluminense. O inédito pedido de parceria foi feito pelo presidente do TJERJ.

O conselheiro Jonas Lopes de Carvalho Junior elogiou a atitude do desembargador Manoel Alberto, classificando-a como inovadora. “É a primeira vez que vejo um jurisdicionado pedir para ser fiscalizado. Colocamos o TCE à disposição do TJ”, declarou.

O desembargador Manoel Alberto, por sua vez, afirmou: “Estou fazendo o que preguei no meu discurso de posse: a união entre os Poderes, as instituições, as pessoas. Temos grande dificuldade nas obras públicas. O grande problema está na medição da quantidade e qualidade do material, além da necessidade da licitação, que gera demora de tempo. O Tribunal de Contas do Estado tem pessoas altamente qualificadas para nos ajudar nesta fiscalização das obras”. E completou: “Ao CREA peço também o acompanhamento e fiscalização das obras no Estado, para obtermos a maior transparência possível”.

2.2 - TJERJ aprova medidas para verificar fraudes em processos judiciais

Em dezembro de 2011, o PJERJ aprovou diversas medidas sugeridas pelo grupo de trabalho criado para verificar fraudes na propositura de ações judiciais. Em sua primeira atuação, o grupo analisou processos de indenização por dano moral decorrente de inscrição em cadastros restritivos de crédito. Dentre as medidas, que passaram a ter aplicabilidade imediata, estão: reunião de processos e recursos da mesma parte com mais de uma inscrição em cadastro, perante o mesmo juiz ou o mesmo desembargador; exigência de apresentação, nas petições iniciais, do comprovante de residência do autor da ação; permissão para, em qualquer tempo, o litigante ser inquirido por juiz ou desembargador acerca dos fatos da causa, e extinção dos processos sem julgamento do mérito, nos quais seja comprovada a inexistência de relação de mandato entre o autor e seu advogado, em virtude de falsificação de procuração.

A Corregedoria Geral da Justiça é a responsável pela reunião dos processos na primeira instância, ao passo que, na segunda instância, a incumbência é da 1ª Vice-Presidência do Tribunal, setor responsável pela distribuição dos recursos cíveis.

De acordo com apuração realizada pelo referido grupo de trabalho, instituído pelo presidente Manoel Alberto, por intermédio do Ato Executivo nº 4885/2011, as fraudes mais frequentes foram: falsificação de documentos de inscrição em cadastro restritivo de crédito; desconhecimento dos consumidores do ajuizamento de várias ações em seu nome, além da falsificação das assinaturas dos consumidores nas procurações que deram ensejo à propositura das ações. Todos os documentos referentes às fraudes constatadas foram encaminhados ao procurador-geral da Justiça e ao presidente da OAB/RJ, para a tomada das providências cabíveis.

2.3 - Tribunal de Justiça institui Grupo de Trabalho para regulamentar a Lei 12.527/2011 no PJERJ

O presidente Manoel Alberto instituiu, em julho de 2012, por meio da expedição do Ato Executivo nº 3.054/2012, como órgão colegiado não jurisdicional temporário de assessoria à presidência do TJERJ, o Grupo de Trabalho responsável pela regulamentação da Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação Pública), no âmbito da Justiça fluminense. A nova lei, que entrou em vigor no dia 16 de maio de 2012, estabelece o novo princípio de que o acesso à informação pública é a regra, e o sigilo, a exceção.

O referido Grupo de Trabalho está subordinado à Comissão Mista de Comunicação Institucional (COMCI) do Tribunal de Justiça do Rio. O TJERJ disponibiliza, em seu site, na página principal (www.tjrj.jus.br), seção “Destaques”, o link “Transparência Institucional”, que apresenta informações detalhadas sobre o próprio Tribunal, seus magistrados e servidores.

2.4 - Comemorações pelo Dia da Justiça - biênio 2011/2012

Instituído pela Resolução nº 14, de 2 de dezembro de 1974, do Tribunal de Justiça do Rio, o Colar do Mérito Judiciário destina-se a homenagear personalidades que, direta ou indiretamente, prestaram serviços à cultura jurídica e ao Poder Judiciário fluminense. A condecoração é uma medalha tipo comenda, em metal dourado, esmaltada em azul e branco, tendo ao centro a insígnia do Estado do Rio de Janeiro, com a inscrição “Tribunal de Justiça, ano de 1974”, a ser usada com fita azul e branco. A outorga do Colar do Mérito Judiciário ocorre no dia 8 de dezembro de cada ano, quando se comemora o Dia da Justiça, tendo por paraninfos desembargadores já agraciados com a condecoração.



“Tribunal de Justiça, ano de 1974”, a ser usada com fita azul e branco. A outorga do Colar do Mérito Judiciário ocorre no dia 8 de dezembro de cada ano, quando se comemora o Dia da Justiça, tendo por paraninfos desembargadores já agraciados com a condecoração.

2.4.1 - Dia da Justiça - 2011



Culto ecumênico

Iniciando a série de eventos comemorativos do Dia da Justiça, o TJERJ realizou, no dia 8 de dezembro de 2011, no Foyer do 10º andar da Lâmina I do Fórum Central, um culto ecumênico, no qual líderes das mais representativas religiões professadas no país se manifestaram. “Tivemos aqui uma demonstração de tolerância religiosa, que nem sempre é comum em outros países”, declarou, na ocasião, o presidente Manoel Alberto.

Galeria dos Presidentes

Após a cerimônia ecumênica, foi inaugurado, na Galeria dos Presidentes do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, o retrato do ex-presidente do TJ do Rio, desembargador Luiz Zveiter, presidente do Tribunal no biênio 2009/2010 e atual presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Rio.

Colar do Mérito



O Ministro Massami Uyeda e o presidente Manoel Alberto

Na sequência de eventos, no plenário do Palácio da Justiça, o presidente Manoel Alberto e outras autoridades entregaram o Colar do Mérito Judiciário aos 34 homenageados de 2011.

A cerimônia teve início com a execução do Hino Nacional. Em seguida, o presidente do TJERJ citou a justiça como valor universal, lembrando que ela é conhecida de todos: “Estamos homenageando pessoas que são exemplos.

Celebrar a justiça é celebrar a fraternidade, a harmonia, a igualdade. Todos participam da mesma dignidade humana”, ressaltou o desembargador.

Um dos contemplados com a comenda, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Massami Uyeda, falou em nome do demais: “Gostaríamos de agradecer esta referência especial do Tribunal de Justiça do Rio. Um tribunal de excelência que homenageia todos nós, que, de alguma forma, contribuímos para a cultura jurídica do país e do estado. A justiça, como valor supremo, deve ser cultuada. Somos meros obreiros desta missão”, declarou.

Casamento Comunitário



Ainda no dia 8, como parte das comemorações do Dia da Justiça, o Judiciário fluminense realizou o seu 20º Casamento Comunitário, contemplando 38 casais.

Há sete anos, o TJERJ realiza esse evento, com o objetivo de oficializar a união de casais de baixa renda. O projeto é vinculado ao programa “Justiça Cidadã”, e busca promover a proteção da família e a inclusão social.

2.4.2 - Dia da Justiça - 2012

Nomeação da Lâmina Central

Já em 2012, após a cerimônia ecumênica, o presidente Manoel Alberto homenageou o desembargador Gilberto Fernandes, atribuindo o seu nome ao prédio da Lâmina Central do Complexo Judiciário estadual.

Na ocasião, o presidente do TJERJ declarou: “Gilberto nos deixou de forma trágica. Ele foi um exemplo de imparcialidade, honradez, dignidade, retidão, marido, pai, amor e avô. Ele nos deu inúmeras lições de vida. Por tudo isso, eu digo: Gilberto, obrigado por você ter existido”.

O desembargador aposentado Gilberto Fernandes faleceu, após ser baleado durante uma tentativa de assalto, em outubro de 2012, em Niterói. Aprovado em concurso público para a magistratura do Estado do Rio de Janeiro em 1974, foi promovido ao cargo de desembargador em 1998, e, em 2003, ao completar 70 anos de idade, aposentou-se compulsoriamente.

TJERJ contempla 39 homenageados com o Colar do Mérito Judiciário

Como parte das comemorações em razão do Dia da Justiça, o TJERJ contemplou, em 2012, 39 homenageados, com a entrega do já tradicional Colar do Mérito Judiciário. A condecoração é outorgada a pessoas que, ao longo do ano, prestaram relevantes serviços à cultura jurídica e ao Judiciário fluminense.

Pouco antes do início da cerimônia de premiação, o presidente Manoel Alberto discursou: “O Dia da Justiça é de todos, e de uma forma como nunca foi antes. O Brasil anseia, mais do que qualquer outra coisa, por justiça”. O desembargador acrescentou que nunca houve tanta cobrança por uma sociedade realmente justa. “O caminho da transparência é irreversível. Aos tribunais só restam o aperfeiçoamento e a total integração à sociedade. E é isso que os magistrados desejam, como também desejam respeito. É preciso que haja responsabilidade de todos. A convivência democrática e respeitosa é o alicerce da Justiça”, completou.

Casamento Comunitário encerra o Dia da Justiça

Encerrando o Dia da Justiça de 2012, o TJERJ realizou o seu 21º Casamento Comunitário. Desta vez, 60 casais participaram da cerimônia de conversão da união estável em casamento.

3 - APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS EXTERNOS

3.1 - A Meta 4/2011 do CNJ

O Tribunal de Justiça do Rio é pioneiro quanto à implementação de programas que já se antecipavam à determinação da Meta 4 do Conselho Nacional de Justiça, que prescreve: “Implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos”.

3.2 - 'Projeto JURISTUR - Conhecendo o Judiciário'



Mantido há mais de 15 anos pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ) e pelo Tribunal de Justiça, o projeto promove a integração entre os cidadãos e o Poder Judiciário. A iniciativa é pioneira no Brasil e anterior à Meta 4 do CNJ, ao promover o esclarecimento à população sobre as funções e atividades dos órgãos do Poder Judiciário, atendendo estudantes de ensino fundamental e

médio, além de universitários da área do Direito.

O roteiro abrange o antigo Palácio da Justiça - onde os alunos conhecem aspectos da Justiça fluminense e o prédio datado de 1926, por meio de visitas guiadas -, a Biblioteca do TJERJ, Câmaras Cíveis e Criminais, o Órgão Especial e o Tribunal do Júri. Também inclui contato direto com os magistrados, que fazem breves palestras e promovem júri simulado com as turmas.

Em 2011, foram beneficiados 929 estudantes, sendo que 357 são universitários, e os demais, estudantes dos ensinos fundamental e médio de escolas públicas e particulares. Já em 2012, em decorrência das greves ocorridas em diversas universidades públicas, os números caíram para, respectivamente, 256 universitários e 610 alunos dos ensinos fundamental e médio, totalizando 866 estudantes em geral.

3.3 - O Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro e a preservação da memória judiciária

O Museu da Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi inaugurado em 23 de Agosto de 1988 e, desde então, tem desenvolvido inúmeras atividades de interação do Judiciário com a sociedade, tais como: pesquisas sobre a história do Judiciário, visitas guiadas por educadores ao antigo Palácio da Justiça - disponíveis para escolas, universitários, servidores do Judiciário e público em geral -, o "Programa Memória Oral & Visual", cursos e palestras, além da realização de coleta, catalogação e conservação de objetos, documentos e fotografias de valor histórico e cultural.

A instituição disponibiliza, ainda, o serviço de memória textual, responsável pelo atendimento a pesquisadores que produzem trabalhos acadêmicos a partir das fontes documentais do Poder Judiciário estadual e do país.

3.3.1 - Visitas guiadas



O programa de visitas guiadas mediadas por historiadores do Museu da Justiça é realizado todas as terças (às 11h) e quartas-feiras (às 11h e às 14h). O número máximo de participantes é de 40 pessoas, e a entrada é gratuita. Em 2011, foram 1.669 participantes, ao longo do ano, e, em 2012, o número de visitantes aumentou para 2.219 participantes.

Já no ano de 2012, o programa recebeu um novo acréscimo: foi criada

uma oficina pedagógica, destinada a crianças entre 7 e 11 anos, do ensino fundamental. A primeira, realizada em outubro, recebeu 28 alunos da Escola Municipal Benedito Ottoni, da Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro. Por meio de atividades como contação de histórias e jogos interativos, os participantes são estimulados a refletir sobre a importância do Judiciário em seu cotidiano e no exercício da cidadania.

A visita pública à exposição “Projeto Memória do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro”, inaugurada em julho de 2011 e encerrada em dezembro do mesmo ano, foi também outra atividade em destaque do Museu da Justiça, contando, nesse período, com 1.074 visitantes. Na abertura da exposição, o presidente Manoel Alberto declarou que “a mostra tem, para o Poder Judiciário, um significado especial, por ser a primeira exposição realizada pelo Museu da Justiça do Rio, após quase dois anos de reforma do antigo prédio”, que reabriu suas portas em novembro de 2010, retomando suas atividades e projetos. O desembargador ressaltou a importância do trabalho dos museólogos na catalogação dos quase 1.700 autos judiciais do séc. XIX, e na digitalização de, aproximadamente, 4.300 documentos diversos, tais como os processos de inventário (1860) e testamento (1872) do poeta Casimiro de Abreu, como formas de preservação da história do Judiciário do Rio para a posteridade. O sucesso da exposição garantiu sua prorrogação por mais algum tempo: de janeiro a maio de 2012, foram mais 716 visitantes.

3.3.2 - Museu da Justiça realiza exposição sobre Direito Ambiental



O Tribunal de Justiça do Rio, integrado à Conferência Rio+20, inaugurou, em junho de 2012, a exposição “O Direito Ambiental nas fontes históricas do Poder Judiciário”. A mostra ficou aberta à visitação pública, com entrada franca, até o dia 19 de dezembro. Nesse período, o evento contabilizou 1.435 visitantes.

A exposição retratou aspectos importantes da história do Direito Ambiental, por meio

de textos, imagens e documentos que narram fatos ocorridos no Brasil, desde o fim do século XVIII. A mostra dividiu-se em quatro núcleos: os fundadores da crítica ambiental no Brasil; a floresta da Tijuca; a destruição da cidade de São João Marcos, e a limpeza e o saneamento urbano. Interligados, eles apresentaram aos visitantes os processos históricos do acervo do Museu da Justiça, reconstituindo a história da cidade e dos moradores de São João Marcos; a legislação do início do século XIX, que possibilitou o saneamento e a urbanização da cidade do Rio de Janeiro, e o Decreto Imperial nº 577, de 1861, que permitiu o reflorestamento do maciço da Tijuca.

3.3.3 - Cadernos de Exposições do Museu da Justiça e Guia do Antigo Palácio da Justiça



Em agosto de 2011, ocorreu, ainda, o lançamento do segundo número da série Cadernos de Exposições do Museu da Justiça, cujo tema é “A Criação dos Cursos Jurídicos no Brasil”.

No início de 2012, foi lançado o Guia do Antigo Palácio da Justiça. A publicação é uma importante ferramenta para o leitor que deseja saber um pouco mais sobre a história do Judiciário fluminense e sobre a

arquitetura do prédio em questão.

Já em outubro de 2012, foi lançado o terceiro número da série Cadernos de Exposições do Museu da Justiça, cujo tema é “Código Mello Mattos: os primórdios da proteção à infância e à adolescência”. A publicação se encontra disponibilizada na página virtual do Museu, junto com as edições anteriores.

3.3.4 - I Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário



O Museu da Justiça participou, ainda, de forma vitoriosa, no final do ano de 2011, da seleção de projeto pela Secretaria de Estado de Cultura/RJ, na área de “Dinamização em Museus e Centros de Memórias”. O projeto selecionado, denominado “I Seminário Nacional de Museus e Centros de Memória do Poder Judiciário”, objetiva reunir as 87 instituições do Poder Judiciário, em todas as suas esferas, em nível nacional, para a instituição

de cinco redes regionais (Sul, Sudeste, Nordeste, Norte e Centro Oeste) e de uma rede nacional de museus e centros de memória do Poder Judiciário, uma vez que, dessas 87 instituições, 73 possuem museus ou centros de memória, e outras nove têm algum tipo de programa de memória institucional.

Como resultado da premiação desse projeto, foi realizado, em agosto de 2012, encontro com as instituições de memória do Poder Judiciário, em todas as suas esferas e níveis. Doze palestrantes fizeram suas explanações no evento, entre eles o professor Antônio Manuel Nunes Martins, da Universidade de Coimbra, e o professor Mário Chagas, da Escola de Museologia da UNIRIO. Mais de 130 pessoas participaram do seminário.

3.3.5 - Centro da Memória Judiciária de Niterói



Em dezembro de 2012, foi reinaugurado o Centro da Memória Judiciária de Niterói, com sua abertura oficial para visitação pública, e a inauguração, naquele espaço, das exposições: “Dom João VI e a Justiça em Niterói”, de longa duração; “Projeto Memória do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro”, de curta duração, e “A Justiça e sua Simbologia”.

3.4 - CCPJ-Rio promove cultura no antigo Palácio da Justiça



Criado em abril de 2009, o Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ-Rio) iniciou suas atividades em novembro de 2010, juntamente com a abertura do antigo Palácio da Justiça. O CCPJ-Rio, pioneiro no Brasil, tem como missão utilizar o conhecimento e a arte como instrumentos essenciais à formação de um Judiciário mais próximo da sociedade, que estimule o cultivo de valores humanitários de justiça, tolerância, respeito e compreensão, elementos fundamentais para o exercício da cidadania.

O espetáculo *Os físicos*, de autoria do suíço Friedrich Dürrenmatt, inaugurou a programação do Centro Cultural, contando com um elenco formado por oito magistrados do Tribunal de Justiça. A leitura dramatizada foi apresentada no Salão Histórico do Primeiro Tribunal do Júri e reuniu, em sete apresentações, um público de, aproximadamente, 1.500 pessoas.

O CCPJ-Rio, hoje, é uma realidade como polo de cultura promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. No biênio de 2011/2012, com o investimento realizado pela presidência do TJERJ, o CCPJ-Rio estabeleceu-se como um novo espaço de cultura da cidade do Rio de Janeiro. O antigo Palácio da Justiça tem recebido cidadãos de todas as idades e origens, que usufruem de programação de qualidade, de forma inteiramente gratuita.

Várias foram as vitórias alcançadas nesses dois anos de trabalho: a inauguração da Sala Multiuso do CCPJ-Rio, totalmente equipada para receber diversos programas culturais; lançamento e manutenção regular da Agenda Cultural do antigo Palácio da Justiça; visitas teatralizadas ao antigo Palácio da Justiça; criação de programas inéditos; fundação da Associação dos Amigos do CCPJ-Rio; parcerias com instituições de cultura e ensino para realização de programas inéditos.

De fevereiro de 2011 a dezembro de 2012, o Centro Cultural reuniu 14.774 pessoas em 333 eventos produzidos, distribuídos pelos 8 programas originais de sua Agenda Cultural, oferecida de segunda a sexta-feira e nos últimos sábados de cada mês.



Somente a criação e manutenção do bem-sucedido programa de visitas teatralizadas “Por dentro do Palácio”, com os personagens-cicerones Ruy Barbosa e Deusa Têmis, trouxe ao antigo Palácio da Justiça quase 5.000 visitantes. Crianças e adultos, de todas as origens, tiveram a oportunidade de conhecer a história do palácio em 169 visitas realizadas.

No campo das artes cênicas, o “Teatro na Justiça”, projeto realizado desde 1999 no âmbito do Tribunal de Justiça, produziu dois espetáculos inéditos: a tragédia Antígona, de Sófocles, que teve o mérito de reunir em seu elenco duas gerações de magistrados fluminenses, Casa; e a produção do clássico Um inimigo do povo, do norueguês Henrik Ibsen, com elenco formado por atores experientes. Já o “Teatro no Palácio” ocupou a Sala Multiuso com temporadas de três premiadas produções teatrais cariocas: “Amor Confesso”, “Filho Eterno” e “Ato de Comunhão”.

A reflexão sobre diversas áreas de conhecimento teve lugar no CCPJ-Rio através de dois programas: os “Cursos Livres” ministrados por especialistas convidados, que abordaram os temas “A Justiça pela Lente de Sydney Lumet”, “A Literatura vai ao Tribunal”, “As Faces do Poder em Shakespeare”, “4 Vezes Freud”, “Tragédia Grega: o mito, o poder e o direito no teatro de Sófocles”, “A Literatura que virou Cinema” e “Da Ópera ao Musical”; e a “Tribuna Livre”, que explorou a questão do “poder” em dois ciclos: “Poder, Conhecimento e Ética”, de palestras e debates, e “Shakespeare no Palácio”, de leituras dramatizadas.

“Cinema no Palácio” apresentou, além de duas séries de filmes associados aos temas de dois cursos livres, dois outros ciclos em parceria com o “FilmAmbiente”, festival internacional do audiovisual ambiental, nos quais foram exibidas dezesseis produções internacionais de vídeos de diferentes gêneros – ficção, documentários e animações – sobre questões ambientais.





A parceira firmada em 2012 com a Escola de Música da UFRJ permitiu ampliar e enriquecer a programação do “Música no Palácio”. Se em 2011 haviam sido oferecidos dois concertos, no ano passado foram dezessete encontros com a música de câmara clássica e popular. Outra parceria do CCPJ-Rio com a UFRJ, desta vez incluindo as Escolas de Comunicação, Música e Belas Artes, rendeu a produção inédita da opereta inglesa “Caso no Júri”, de Gilbert & Sullivan,

traduzida para o português e em versão brasileira, apresentada no Salão Histórico do Primeiro Tribunal do Júri, que em dez récitas recebeu 1.800 pessoas.

Em termos quantitativos, os resultados obtidos neste primeiro biênio de exercício do Centro Cultural apontam o crescimento, do primeiro para o segundo ano, tanto do número de eventos realizados, quanto de público atingido. Foram computados, em 2011, 140 eventos para 5.052 participantes; em 2012, registraram-se 193 eventos para 9.722 participantes. São aumentos, respectivamente, de 37,86% na oferta de programas e de 92,44% no afluxo de espectadores.

3.5 - A Biblioteca do TJERJ e seu papel de disseminação do conhecimento

A Biblioteca do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é uma unidade de informação que atua na área de gestão do conhecimento, administrando o conjunto dos diversos meios de informação e cultura jurídica representados por livros, folhetos, revistas, diários oficiais, material de multimídia e digital, organizados e disponibilizados para os magistrados, operadores de Direito, funcionários, estudantes e público em geral.

No biênio de 2011/2012, a par do cumprimento da sua missão principal, descrita acima, a Biblioteca lançou novos programas e realizou novas exposições.

3.5.1 - Projeto “Café com Conhecimento”



Segunda edição do “Café com Conhecimento”

Idealizado para ser um debate informal, onde palestrantes e demais participantes refletem sobre um tema atual e trocam ideias e experiências, o projeto “Café com Conhecimento” consiste em encontros marcados para o horário da tarde, no Salão dos Magistrados da Biblioteca do TJERJ, contando sempre com um convidado, que discorre acerca de um tema pré-determinado.

A primeira edição do projeto foi promovida em outubro de 2011, com a presença do desembargador Alexandre Câmara, que apresentou o tema “Novo Código de Processo

Civil”. O segundo encontro, conduzido pela juíza de Direito Thelma Araújo Esteves Fraga, em agosto de 2012, teve como tema “Reinserção Social - um compromisso com o futuro”.

Na edição realizada em outubro de 2012, houve uma inovação: a parceria com a Revista Jurídica. O desembargador Jessé Torres, autor do artigo “Controle Judicial de Políticas Públicas”, divulgado na 3ª edição da revista, abordou o tema, também, no projeto. Em dezembro, houve dois encontros: no primeiro, o juiz Flávio Citro Vieira de Mello, autor do artigo constante da Revista Jurídica nº 2, abordou o tema “Judiciário e Redes Sociais”, juntamente com o juiz Livingstone dos Santos Silva Filho. No segundo encontro, foi lançada a Revista Jurídica nº 4, que publicou artigo sobre “Comércio Eletrônico”, da autoria do juiz Alexandre Chini, que também apresentou o tema.

3.5.2 - A Biblioteca do TJERJ como instrumento de Cidadania

Em novembro de 2011, a Biblioteca do TJERJ foi tema de palestra na ESAJ, “A Biblioteca do TJERJ como instrumento de cidadania”, que teve por objetivo principal conscientizar a sociedade para a intensificação de ações de incentivo ao acesso à informação, mostrando a importância das bibliotecas ao longo da história. Com isso, a Biblioteca do TJERJ foi apresentada como um instrumento de resgate da cidadania, oportunizando a integração institucional, desenvolvendo um olhar crítico e formando uma sociedade consciente.

3.5.3 - Exposição ‘Crime e Castigo’

A exposição “Crime e Castigo”, inaugurada em outubro de 2012, ainda está em cartaz na Biblioteca do Tribunal, apresentando diversos pontos da trajetória do Direito Penal no Brasil. Alguns crimes e punições são abordados, observando seu tratamento nos códigos penais brasileiros, desde as Ordenações dos reis de Portugal, até os dias de hoje.



Outra atração da Biblioteca é o projeto “Troca de Livros”, iniciado em julho de 2012. O programa funciona da seguinte forma: foi colocada uma estante no hall da Lâmina III, em frente aos elevadores, com um quantitativo inicial de 50 livros de literatura, doados pelos próprios funcionários da Biblioteca. A troca de livros pode ser feita sem qualquer burocracia, não sendo necessário o preenchimento de nenhum formulário ou comprovante. Quem se interessa por algum livro da estante, pode levá-lo, tendo apenas que deixar no local outro livro de literatura em bom estado de conservação.

Seguindo esta ideia de estimular a leitura, foi realizada, em março de 2012, na própria Biblioteca, a II Feira de Troca de Livros novos e usados, ocasião em que foi comemorado, também, o Dia do Bibliotecário.

Eficiência Operacional

- Priorizando as metas 2 de 2009 e 2 de 2010, a Administração criou o Grupo de Sentenças, para auxiliar juízes com acervo superior a 100 processos incluídos em cada uma delas. O Grupo produziu, no biênio 2011/2012, um total de 26.794 sentenças.
- Órgão Especial, Câmaras Cíveis e Câmaras Criminais já estão trabalhando com processos virtuais.
- O Malote ganhou versão digital no biênio 2011/2012.
- O TJERJ implementou o sistema de registro audiovisual de audiências em 42 varas da comarca da Capital e em 142 unidades do interior.
- A Conciliação Pré-processual, implantada no TJERJ em 2011, realiza, em média, 100 acordos por mês. O novo sistema é mais rápido e econômico do que a judicialização.
- A 7ª edição da Semana Nacional da Conciliação, realizada em novembro de 2012, trouxe uma importante inovação: a prática da conciliação no 2º grau de jurisdição. Foram realizadas durante aquele evento 215 audiências no segundo grau, com 78% de acordos.
- O TJERJ recebeu o prêmio Innovare 2011 pelo projeto de capacitação dos policiais de UPPs em métodos alternativos de solução de conflitos. Até o final de 2012, foram oferecidas 14 turmas e capacitados mais de 500 policiais.
- O Banco do Conhecimento do TJERJ atualizou seu acervo de informações e, atualmente, conta com mais produtos destinados a facilitar as atividades jurídico-administrativas: Banco de Pareceres e Decisões Administrativas, consulta específica à Legislação Ambiental e Informativos de Jurisprudência dos Tribunais Superiores.
- A Justiça fluminense promoveu ações para reduzir o tempo do ciclo licitatório.
- O Programa de Gestão Ambiental do Tribunal de Justiça contemplou, entre outros assuntos, a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente.
- Um conjunto de medidas adotadas pelo TJERJ no biênio 2011/2012 gerou economia nos gastos com energia elétrica, água e papel de, respectivamente, 6%, 15% e 8,3%

1 - GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

1.1 – Garantir a agilidade nos trâmites judiciais

O Judiciário Fluminense frente às metas do CNJ

O Poder Judiciário tem sido continuamente cobrado pela sociedade por uma prestação jurisdicional mais célere e eficiente. Com o objetivo de aperfeiçoar os procedimentos do setor, principalmente no que diz respeito ao controle e à transparência administrativa e processual, foi criado o Conselho Nacional de Justiça que, anualmente, define metas para serem atingidas por todos os Tribunais.

A sustentabilidade dos Tribunais de Justiça depende, fundamentalmente, da capacidade de julgar o mesmo número de processos distribuídos a cada ano e uma parcela do estoque (total dos processos dos anos anteriores). Somente assim, livre de ações antigas, eles poderão atuar em questões verdadeiramente atuais.

1.1.1- Objetivos estipulados pelo CNJ para o biênio 2011/2012

1.1.1.1 - Metas para o ano de 2011

O CNJ estabeleceu para o ano de 2011 as seguintes metas nacionais:

- Meta 1/2011- criar unidade de gerenciamento de projetos nos tribunais para auxiliar a implantação da gestão estratégica;
- Meta 2/2011 - implantar sistema de registro audiovisual de audiências em pelo menos uma unidade judiciária de primeiro grau em cada tribunal;
- Meta 3/2011 - julgar quantidade igual de processos de conhecimento distribuídos em 2011 mais uma parcela do estoque;
- Meta 4/2011 - implantar pelo menos um programa de esclarecimento ao público sobre as funções, atividades e órgãos do Poder Judiciário em escolas ou quaisquer espaços públicos.

Cabe esclarecer que as **metas 1 e 4** não estão relacionadas diretamente ao tema Eficiência Operacional e, por esse motivo, serão trabalhadas nos capítulos Alinhamento e Integração e Atuação Institucional, respectivamente. No entanto, adianta-se que foram 100% cumpridas.

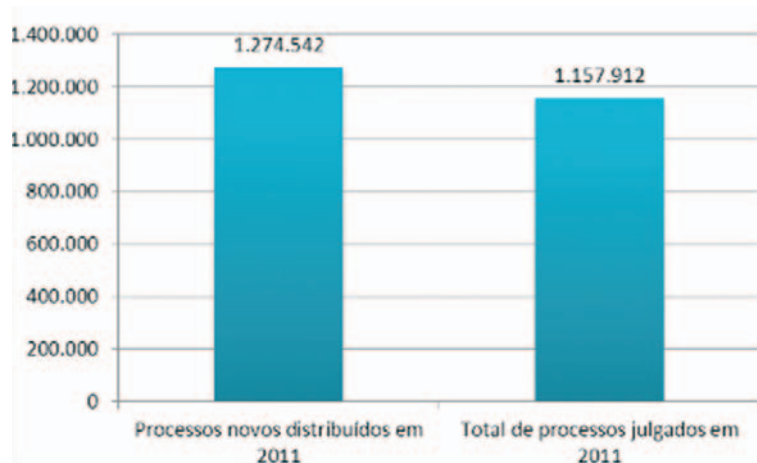
A **meta 2** foi alcançada pelo TJERJ com a implementação do sistema de registro audiovisual de audiências em 42 varas da comarca da Capital e em 142 unidades do interior.

Além dessa iniciativa, o Tribunal criou uma sala específica para videoconferências com os presídios, proporcionando a realização do interrogatório no local de acautelamento, evitando-se os riscos e custos decorrentes do deslocamento de presos de alta periculosidade.

Considerando os dados mencionados, o Tribunal encerrou o biênio de 2011/2012 superando, com relação a essa meta, o objetivo inicial proposto pelo Órgão Nacional.

Quanto à **meta 3/2011**, o TJERJ terminou aquele ano com o percentual de 90,85%. Transformada em meta 1/2012, será analisada no próximo item.

Processos novos distribuídos em 2011	Total de processos julgados em 2011
1.274.542	1.157.912



Ao longo do ano de 2011, a Presidência realizou ações incentivando o cumprimento da meta 1/2011. Uma delas foi o trabalho de conscientização dos magistrados para a importância de se alcançar aquele objetivo. Destacam-se ainda o acompanhamento da evolução dos dados estatísticos coletados e remetidos em cada semestre para o CNJ, e o monitoramento da produtividade dos magistrados.

Outro recurso disponibilizado pela administração foi o Grupo de Sentenças que, criado inicialmente para atender aos processos das metas 2 de 2009 e 2 de 2010, recebia processos de outros anos quando havia disponibilidade de mão-de-obra, contribuindo, dessa forma, para aumentar a produtividade na prolação de sentenças ligadas a essa meta.

Ressalta-se aqui o fato de que atualmente a magistratura fluminense conta com um número menor de juízes do que de juízos, o que dificulta ainda mais o alcance do fim pretendido. Porém, como se verá a seguir, o Tribunal atingiu um alto número de sentenças por juiz.

CÁLCULOS COM OS CARGOS PROVIDOS	
Sentenças por Juiz	
Ano 2011 - 1º grau	2340
Ano 2012 - 1º grau	2101

Atenta à situação atual do quadro funcional da Instituição, a Administração realizou, durante o biênio, dois concursos públicos para ingresso na magistratura, com 35 juízes aprovados e empossados no ano de 2012.

Sendo assim, em que pese o não atingimento completo dessa meta, destaca-se o empenho de todo o efetivo do Tribunal, com magistrados comprometidos com a prestação jurisdicional no menor tempo possível.

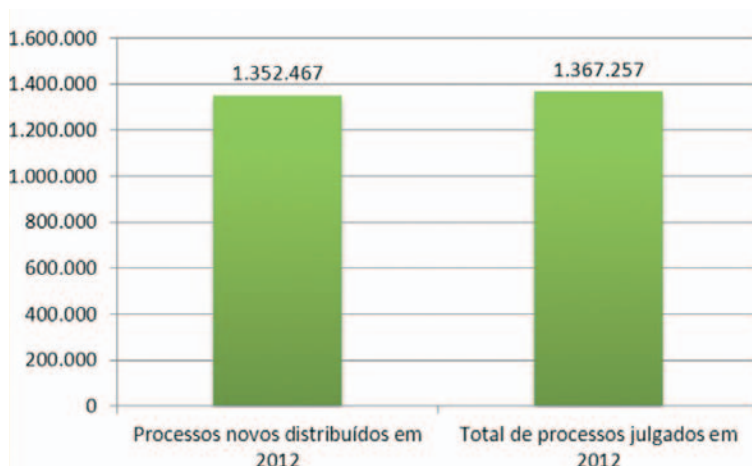
1.1.1.2 - Metas para o ano de 2012

O CNJ estabeleceu para o ano de 2012 as seguintes metas nacionais:

- Meta 1/2012 - julgar mais processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012;
- Meta 2/2012 - julgar 90% dos processos distribuídos no ano de 2007 perante as Turmas Recursais e as Câmaras Cíveis e Criminais;
- Meta 3/2012 - tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões dos processos, respeitando o segredo de justiça;
- Meta 4/2012 – constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do juiz de cooperação.
- Meta 5/2012 - implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia de recolhimento.

Cumprida em sua totalidade, a meta 1 ensejou, além das iniciativas já mencionadas em itens anteriores, um controle efetivo de produtividade pela administração, através da Comissão de Apoio à Qualidade (COMAQ) e a criação de um relatório específico para a verificação por parte dos magistrados do seu próprio desempenho.

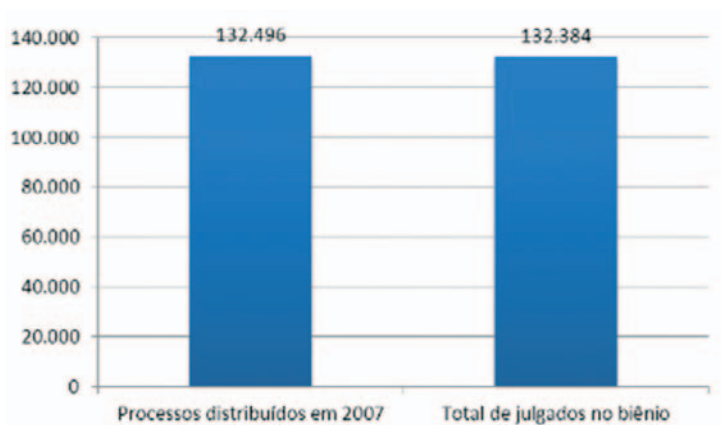
Processos novos distribuídos em 2012	Total de processos julgados em 2012	Percentual de processos julgados
1.352.467	1.367.257	101,09%



Quanto à **meta 2**, o Tribunal fechou o ano com os seguintes resultados:

Câmaras Cíveis e Criminais

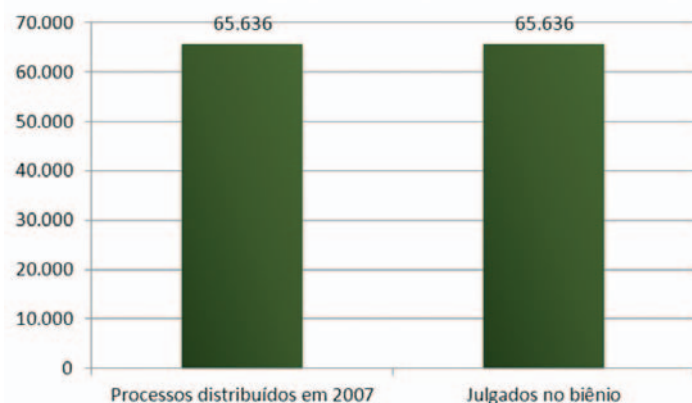
Processos distribuídos em 2007	Julgados em 2011	Julgados em 2012	Total de julgados no biênio	Percentual de julgados no biênio
132.496	132.248	136	132.384	99,91%



Turmas Recursais

Processos distribuídos em 2007	Julgados no biênio	Percentual de julgados no biênio
65.636	65.636	100%

A **meta 3** foi 100% cumprida, com todas as informações processuais disponibilizadas na



internet para acesso direto pelo usuário, em todas as comarcas do estado.

Como a **meta 4** está relacionada ao tema Alinhamento e Integração, será tratada em capítulo próprio. No entanto, adianta-se que foi cumprida com a aprovação, pelo Órgão Especial, da Resolução nº 4/2013, que criou o juiz de cooperação e o Núcleo de Cooperação, em dezembro de 2012.

Com a implementação da GRERJ eletrônica em todos os segmentos da justiça estadual fluminense, também foi cumprida a meta 5. Atualmente, existe ainda um manual de custas disponibilizado no site da Corregedoria, oferecendo um serviço de consulta para quem tem dúvidas sobre o assunto.

1.1.1.3 – Metas remanescentes de anos anteriores

Além das metas definidas para o biênio 2011/2012, o TJERJ continuou preocupado com o cumprimento das metas dos outros anos, encontrando-se pendentes os seguintes objetivos:

- Meta 2 de 2009 - julgar todos os processos distribuídos até 31/12/2005;
- Meta 2 de 2010 - julgar todos os processos distribuídos no período de 01/01/2006 até 31/12/2006;

- Meta 3 de 2010 - reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais (referência: acervo em 31 de dezembro de 2009);
- Meta 4 de 2010 - lavrar e publicar todos os acórdãos em até 10 dias após a sessão de julgamento.

Em seu empenho ao atendimento das metas prioritárias fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em especial quanto às metas 2 de 2009 e de 2010, a presidência do TJERJ estabeleceu, em maio de 2011, por meio da Resolução TJ/OE nº 12, medidas adicionais necessárias ao julgamento dos processos de conhecimento que estivessem pendentes de solução.

Trata-se da criação do Grupo de Sentenças, instituído para auxiliar juízes com acervo superior a 100 processos nessas metas.

Foram selecionados 57 magistrados interessados em colaborar, que produziram um total de 26794 sentenças nos dois anos.

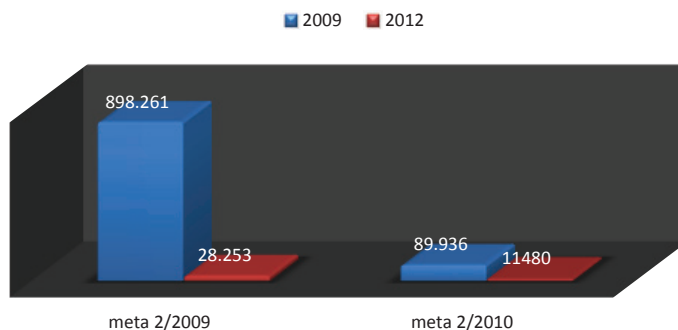
GRUPO DE SENTENÇAS		
	Número total de juízes participantes	Número total de processos julgados
2011	22	8240
2012	33	18554

Além dessa medida, o presidente do Tribunal promoveu reuniões na quais foram apontados exemplos de boas práticas que contribuíram para a obtenção de melhores resultados. Na ocasião, buscou-se também conhecer as dificuldades enfrentadas pelos magistrados para cumprirem suas metas. Dentre os problemas citados, está a paralisação dos processos que aguardam perícias, a iniciativa das partes ou diligências de outros juízos.

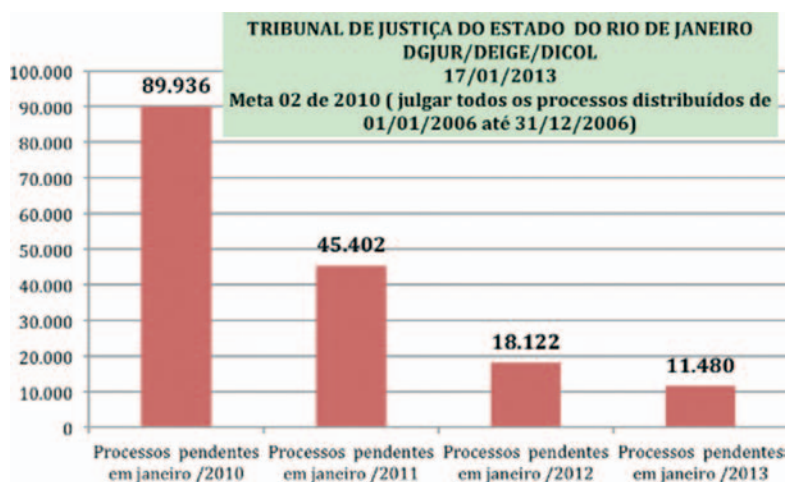
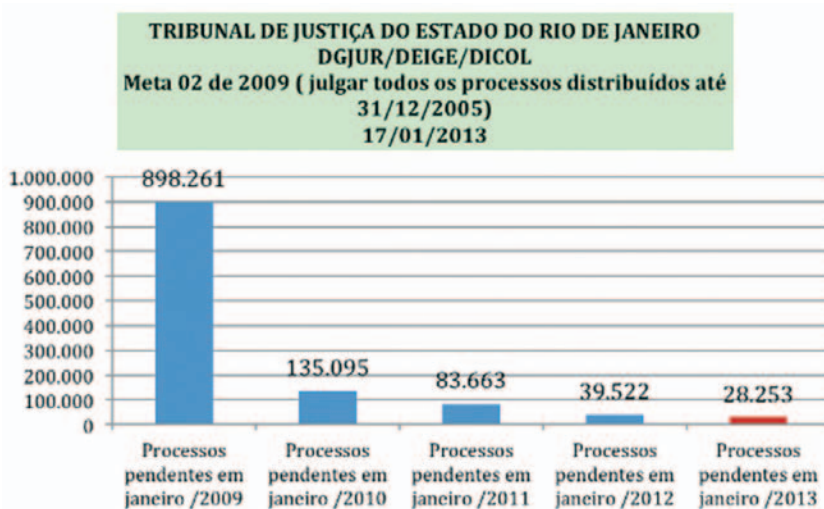
Durante as reuniões foram apresentadas algumas práticas que agilizaram o andamento dos feitos, tais como: identificação dos processos inseridos nas metas com a posterior colocação dos mesmos em estantes ou armários separados, designação de serventuários para agilizarem o processamento, busca de endereços de partes e testemunhas (prioritariamente por meio dos convênios firmados pelo PJERJ) e a intermediação da Corregedoria Geral da Justiça para viabilizar o retorno de cartas precatórias pendentes de devolução por longo período.

Além das ações já mencionadas, a atual administração do TJERJ investiu na melhor formação dos servidores, ampliou a atuação da Justiça Itinerante, realizou diversos mutirões de conciliação, virtualizou uma parte do acervo, implementou o Sistema Integrado de Gestão (SIGA) e acompanhou a produtividade dos magistrados e as necessidades das serventias, com a ajuda da COMAQ, COJES e CECIV.

Total de processos pendentes de julgamento



Inicialmente, **898.261** processos foram incluídos na meta 2 de 2009 e **89.936**, na meta 2 de 2010.

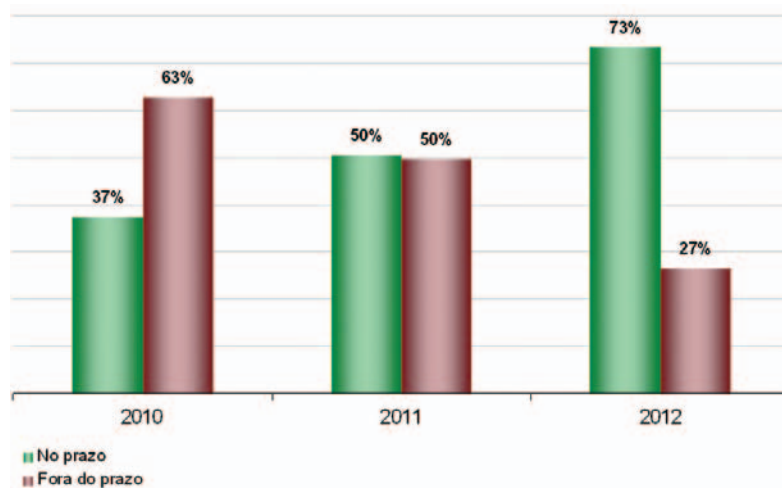


Em janeiro de 2011, início da gestão do atual biênio, a Instituição contava com 83.663 ações pendentes de julgamento com relação ao ano de 2009 e 45.402 referentes a 2010.

Contando com várias frentes de atuação e magistrados comprometidos com a agilidade na prestação jurisdicional, o TJERJ chega ao final do ano de 2012 com **870.008 (96,85%)** de julgamentos realizados relativos à meta 2/2009 e **78.456 (87,23%)** relativos à meta 2/2010.

A meta **3 de 2010** será analisada no tema Acesso ao Sistema de Justiça.

Ao longo do biênio, houve uma grande evolução relacionada à **meta 4 de 2010**. No início de 2011, o tribunal publicava uma média de 40% dos acórdãos dentro do prazo; ao final do mesmo ano, o patamar passou para 50%. Em 2012, o TJERJ publicou 73% dos acórdãos no prazo de 10 dias, indicando uma melhora acentuada, que se aproxima do escopo proposto.



Cumprir ressaltar que esse salto qualitativo está ligado a várias ações da Administração, das quais podemos destacar: reuniões com todos os secretários das câmaras e desembargadores e mudança do Regimento Interno, permitindo a publicação do acórdão antes de ser dada vista do processo ao Ministério Público e à Defensoria Pública.

1.1.1.4 - Metas 3 e 4 do ENASP

Resultado de uma parceria entre o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e o Ministério da Justiça, as Metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP) foram lançadas em fevereiro de 2010.

A ENASP tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. Nesse sentido, a ENASP estabeleceu as seguintes metas:

- Meta 1 – agilizar e obter mais efetividade na apuração, denúncia e julgamento de crimes de homicídio;
- Meta 2 – erradicar as carceragens nas delegacias de polícia;
- Meta 3 – alcançar a pronúncia em todas as ações penais por crimes de homicídio ajuizadas até 31 de dezembro de 2008;
- Meta 4 – julgar as ações penais relativas a homicídio doloso distribuídas até 31 de dezembro 2007.

Não dizendo respeito à atuação do Tribunal, as metas 1 e 2 da ENASP não serão tratadas no presente relatório.

Com relação às outras duas, a Administração disponibilizou aos Tribunais do Júri os dados estatísticos sobre as ações pendentes de cumprimento da meta 3, solicitando a adoção

de providências para sanar o problema, e realizou mutirões nos juízos onde havia maior sobrecarga de processos da meta 4 ainda sem julgamento.

Apresentamos a seguir os resultados obtidos no biênio:

META 3

Foram sentenciados 197 processos nos dois anos, representando 34,80% do total.

ACOMPANHAMENTO HISTÓRICO

		Processos pendentes	Processos sentenciados no mês
2011	Agosto (início)	566	
	Setembro	552	14
	Outubro	510	42
	Novembro	494	16
	Dezembro	484	10
2012	Janeiro	466	18
	Fevereiro	458	8
	Março	449	9
	Abril	443	6
	Maiο	435	8
	Junho	425	10
	Julho	412	13
	Agosto	397	15
	Setembro	387	10
	Outubro	374	13
Novembro	369	5	

META 4

Foram sentenciados 2235 processos nos dois anos, representando 41% do total.

ACOMPANHAMENTO HISTÓRICO

		Processos pendentes	Processos sentenciados no mês
2011	Agosto (início)	5451	
	Setembro	5244	207
	Outubro	5005	239
	Novembro	4839	166
	Dezembro	4626	213

2012	Janeiro	4300	326
	Fevereiro	4207	93
	Março	4095	112
	Abril	4006	89
	Maiο	3886	120
	Junho	3799	87
	Julho	3691	108
	Agosto	3546	145
	Setembro	3418	128
	Outubro	3290	128
	Novembro	3216	74

1.1.2- TJERJ usa a informática para gerar celeridade

O Judiciário fluminense tem hoje, aproximadamente, 8.900.000 processos em curso nas serventias de 1ª instância. O processo físico é moroso e burocrático, apresentando elevado custo para sua manutenção.

A proposta do Tribunal para impulsionar a prestação jurisdicional é a virtualização. Com a implantação do processo eletrônico, o TJERJ ganha uma excelente ferramenta para melhorar o atendimento à população e dar transparência aos seus atos. Nas varas em que o sistema foi adotado, o tempo médio de julgamento do processo, desde a sua entrada até a sentença, caiu bastante. Nos Juizados Especiais Cíveis de Nova Iguaçu, por exemplo, a redução foi de 354 dias para 50 com o processo eletrônico.

O TJ do Rio conta com 15 serventias eletrônicas, 2 varas híbridas (com acervo no papel e casos novos eletrônicos), todo o segmento criminal da 2ª Instância e parte considerável do segmento cível da 2ª Instância com o processo judicial eletrônico implementado.

Durante os últimos dois anos, o processo eletrônico se expandiu alcançando as seguintes serventias: Barra da Tijuca - II JEC Cível (01/04/2011), Leopoldina - 5ª Vara cível (26/06/2012), Barra da Tijuca – I JEC Cível (23/07/2012), Nilópolis - I JEC (29/08/2012), Barra da Tijuca - 1ª Vara Cível (28/11/2012), Barra da Tijuca – 2ª Vara Cível (11/12/2012), 1º Juizado Cível de Nova Iguaçu (11/12/2012), 52 Varas Cíveis da Capital – retornados do 2º Grau.

A implantação dos Juizados Especiais Fazendários e da Central de Assessoramento Fazendário, ambos com processamento eletrônico, contribuiu para a agilidade nos feitos desta natureza.

1.1.2.1 - Sistema de Processamento Judicial Eletrônico (eJUD)

A implementação do Sistema de Processamento Judicial Eletrônico (eJUD), no âmbito criminal da 2ª Instância, iniciou-se em outubro de 2010, e incluiu todos os Órgãos Julgadores.

Nesse biênio, a proposta da Administração foi virtualizar o segundo grau cível, o que teve início em março de 2012, com a implantação do eJUD nessa área, na 5ª Câmara Cível.



Central de Digitalização e Indexação

A câmara piloto começou a trabalhar com processos eletrônicos em maio de 2012. Atualmente, as 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Câmaras Cíveis já trabalham com a totalidade dos processos novos no formato eletrônico, exceto naqueles em que há pedido de liminar. As demais câmaras recebem uma cota diária de processos eletrônicos.

Além disso, em novembro 2012, foram inauguradas as novas instalações da Central de Digitalização e Indexação do Tribunal de Justiça do Rio.

1.1.2.2 - Sistema de Processamento judicial do 1º grau (DCP)

No sistema de processamento judicial do 1º grau (DCP), foi desenvolvida a funcionalidade que permite o envio de carta precatória eletrônica, com distribuição automática na comarca de destino, inclusive com a criação de processos eletrônicos nas serventias que já operam na forma eletrônica. Esta rotina agiliza e dá celeridade ao trâmite das cartas precatórias entre as comarcas, dispensando o uso do malote físico.

Outra tecnologia desenvolvida foi a que permite o envio eletrônico dos mandados judiciais para cumprimento nas Centrais de Mandados, agilizando o processo e permitindo que os oficiais de justiça se concentrem em uma determinada área de atuação.

As ações envolveram, muitas vezes, parcerias com órgãos externos. Houve implementação da funcionalidade que permite a troca eletrônica de ofícios com o Clube de Diretores Lojistas (CDL), a fim de agilizar o cumprimento das decisões que envolvem essa entidade. No DCP e no portal do TJERJ também foram desenvolvidas as funcionalidades que permitem o envio de intimações eletrônicas e outras informações processuais para os órgãos do Ministério Público.

Quanto ao Processo Eletrônico, foram introduzidas a assinatura eletrônica de documentos pelo Escrivão, assim como a assinatura eletrônica de projetos de sentença pelos Juízes Leigos. No DCP, ocorreu o registro eletrônico das sentenças assinadas digitalmente, economizando papel e agilizando o trâmite cartorário.

Outras iniciativas foram tomadas durante os anos de 2011 e 2012, a saber:

- desenvolvimento de um relatório gerencial específico para as serventias, para a verificação do cumprimento da meta 1/2012;
- modificação no sistema do momento de contabilização da sentença, agora feita quando do retorno do processo à serventia;
- juntada de Documento Eletrônico em Lote no sistema de processamento judicial do 1º grau (DCP), o que permite o tratamento em lote da juntada de documentos eletrônicos, agilizando o trâmite cartorário;

- juntada automática no sistema DCP das petições encaminhadas pelos advogados e partes, contribuindo para a celeridade do processamento cartorário.
- desenvolvimento de protocolo e distribuição de petições iniciais pelo Portal de Serviços, da pauta temática de audiências de juizados especiais por personagem especial e do cadastro de audiências de mediação;
- tramitação eletrônica de processos e documentos no Sistema de Cálculo Judicial;
- pré-cadastro para petições intercorrentes;
- integração com o PRODERJ para consulta ao Sistema de Gestão do Depósito Público Estadual daquela entidade;
- criação do Sistema para o Distribuidor Oficializado, que permite maior controle e agilidade nos procedimentos dos Distribuidores, no tocante à parte extrajudicial.

1.2.3 - Malote Digital

O Malote Digital é um sistema eletrônico de envio de ofícios (em âmbito interno) e de cartas precatórias (comunicação com os tribunais de outros estados). O sistema veio para agilizar a prestação jurisdicional, economizar gastos com despesas postais e reduzir o consumo de papel e cartuchos de impressão. Cumprindo determinação do CNJ, o TJERJ o implantou em toda a primeira e segunda instâncias.

Em fevereiro de 2012, foi realizado treinamento do sistema Malote Digital para as serventias judiciais de 1ª instância, para que as Cartas Precatórias para outros Estados fossem encaminhadas de acordo com a Resolução 100/2009 do CNJ.

Em dezembro de 2012, foi realizado o treinamento das Câmaras Cíveis e Criminais, em atendimento ao Ato Executivo Conjunto 28/2012, que determina que os ofícios de requisição de informação dirigidos à 1ª Instância serão obrigatoriamente veiculados através do sistema do Malote Digital, bem como o ofício de resposta a essas requisições.

1.1.3 - Formas Alternativas de Resolução de Conflitos

Soluções Alternativas de Conflitos - Algumas ações se destinaram a promover e reforçar a solução alternativa de conflitos, uma forma de encontrar o entendimento por meio de acordo entre as partes. Em novembro de 2011, com o objetivo de atender à Resolução 125/2010 do CNJ e ao artigo 5º da Resolução 23/2011 do Órgão Especial do TJ, a atual administração inaugurou o Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos.

Em março do ano seguinte, o TJERJ criou os Centros de Mediação em Petrópolis, Bangu e Leopoldina. Durante a solenidade, o presidente do TJ reforçou a necessidade de se ampliar a mediação pré-processual. “Quanto maior o número de acordos, menor o número de ações. Isso traz benefícios, tanto para a população, que terá seus problemas resolvidos, quanto para o Judiciário, que receberá menos processos. É a maneira mais eficaz de se fazer justiça e exercer a cidadania”, explicou.

1.1.3.1 - Conciliação: TJERJ se destaca entre Tribunais de Justiça do País

O presidente Manoel Alberto, ciente da importância da conciliação, dedicou especial atenção ao setor durante sua administração. Duas grandes ações foram realizadas nesse período com o objetivo de incentivar essa forma alternativa de solução de conflitos. A primeira, diz respeito à criação do Centro Permanente de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis, em junho de 2011. Outra importante iniciativa foi a instalação do Centro de Conciliação Pré-Processual, como parte do Centro Permanente, com o objetivo de incentivar essa forma especial de resolução não judicial dos conflitos. Trata-se de uma ação pioneira entre os Tribunais de Justiça do Brasil.



Atualmente, o Centro Permanente de Conciliação funciona com 16 juizes leigos, três funcionários e seis estagiários. Periodicamente, o Centro identifica as empresas mais acionadas, no âmbito dos juizados da Comarca da Capital, e seleciona um número expressivo de processos em que existe a real possibilidade de acordo entre as partes. As ações envolvem empresas de telefonia, de varejo e bancos. “O Centro

realiza quatro mutirões por mês, chegando à média de mil audiências, com índice de acordos próximo a 90%. Esse número supera, em muito, a porcentagem de conciliação atingida pelos Juizados, que se encontra entre 7 e 9%”, explica o coordenador do Centro Permanente de Conciliação, juiz Flávio Citro Vieira de Melo.

No dia 6 de setembro de 2012, foi realizado o maior mutirão desde o início de funcionamento do Centro. Foram realizadas 500 audiências durante o dia, todas com processos da Cedae. O resultado foi impressionante: 92,5% de acordos.

Desde que foi criado, em junho de 2011, até o dia 24 de agosto de 2012, o Centro de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis já realizou 16.775 audiências. Como exemplo, as estatísticas de julho de 2012 apontam que foram realizadas 1039 audiências durante todo o mês, atingindo-se um percentual de 80,67% de acordos e um valor de R\$1.144.994,10 de indenizações pagas. As audiências foram realizadas com a participação de empresas como Ricardo Eletro, Itaú, Tim, Casas Bahia e Gol.

Somente durante a 6ª Semana da Conciliação, realizada entre os dias 28 de novembro e 2 de dezembro de 2011, o Centro Permanente promoveu 1800 audiências, totalizando R\$1.700.000,00 de indenização. Vale lembrar que a Semana Nacional de Conciliação, instituída pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ocorre anualmente em todos os estados. A sétima edição da Semana, realizada entre os dias 7 e 14 de novembro de 2012, também foi um sucesso no TJERJ. Uma das novidades apresentadas foi a prática, pela primeira vez no Estado, da conciliação no segundo grau de Jurisdição.



Mesa de abertura da Semana Nacional de Conciliação de 2011

Durante os dias 7, 8 e 9 de novembro de 2012, foram realizadas 215 audiências no segundo grau, com percentual de 78% de acordos. Outra inovação foi a premiação das quatro empresas com maior número de acordos nas audiências realizadas durante o evento. Oi Telecomunicações, Banco Santander Brasil, Via Varejo e Banco Itaú Unibanco receberam o diploma de reconhecimento e o troféu “Eu concilio”, durante a cerimônia de encerramento do evento. Já o último dia da Semana Nacional da Conciliação, 14 de novembro, denominado Dia da Desjudicialização, foi dedicado exclusivamente à realização de acordos pré-processuais. No total, foram 79 atendimentos, com 93,6% de acordos.

O Ato Normativo Conjunto n. 3/12, que dispõe sobre o Programa de Estágio Remunerado do Poder Judiciário do Estado, publicado no Diário Oficial de 2 e 16 de julho, criou a figura do estagiário com atribuições de conciliador. O estudante que se encontra nessa condição cumprirá atividades próprias do estágio e da conciliação, sendo uma atividade que visa incentivar e aprimorar os mecanismos consensuais de solução de litígios, conforme determina a Resolução nº 125/10 do CNJ.

No capítulo VII do referido Ato Normativo, do art. 29 ao 39, estão descritas as regras específicas. Além de cumprir as exigências da legislação para conciliador, são requisitos para o estagiário: estar matriculado a partir do 5º até o penúltimo período do curso de Direito e concluir o curso de capacitação para conciliadores, a ser ministrado pela ESAJ. A designação do estagiário para exercer atividades de conciliação dar-se-á através de publicação de Ato do Presidente do Tribunal de Justiça no DJERJ. A partir da publicação do Ato, em junho de 2012, foram designados 22 estagiários nesta condição.

Além de representar uma economia de recursos para o TJERJ, a conciliação também significa economia de tempo, já que todo o procedimento, até que se chegue ao acordo, leva em média dois meses. Os processos são extintos, o que diminui o acervo das varas e dos Juizados Especiais Cíveis de maneira rápida e satisfatória.

1.1.3.1.1 - Conciliação Pré-Processual: iniciativa pioneira

O projeto de Solução Alternativa de Conflitos - Conciliação Pré-Processual, implantado no TJERJ durante a Semana de Conciliação de 2011, disponibiliza para os consumidores um e-mail como canal virtual facilitador da conciliação, oferecendo solução acessível e rápida para os problemas e insatisfações decorrentes das relações de consumo frustradas. É um meio mais rápido e econômico, já que prescinde da contratação de advogado, dispensa a elaboração de petição inicial e antecipa a solução negociada, que não será alvo de judicialização, oferecendo uma excelente opção àqueles que preferem uma solução não judicial para seus problemas. Os atendimentos são agendados por emails especialmente criados pelo Tribunal de Justiça do Rio (conciliarelegal@tjrj.jus.br e conciliacaopreprocessual@tjrj.jus.br), de modo a promover acordos pré-processuais. O novo sistema é mais rápido e econômico do que a judicialização.

Atualmente, o TJERJ realiza, em média, 100 acordos por mês utilizando essa ferramenta virtual. O acordo homologado na conciliação pré-processual tem fundamento legal no artigo 585, c/c artigo 733 do Código do Processo Civil. Vale como título executivo extrajudicial e tem força vinculante.

1.1.3.2 - Mediação em foco no TJERJ

A busca pela solução pacífica dos conflitos levou a atual administração do Tribunal de Justiça do Rio a incentivar a utilização da mediação como uma alternativa de procedimento consensual informal, célere e satisfatória, para as partes envolvidas resolverem seus litígios.

Com o objetivo de ampliar ainda mais o alcance desse meio alternativo para a solução de controvérsias, litígios e impasses, foi lançada, em julho de 2011, a página da mediação no portal do TJERJ. Nela estão disponíveis dicas de cursos, avisos, listas de endereços, textos e links recomendados, além de toda a normatização sobre o assunto. Acessando essa ferramenta, o usuário será informado, por exemplo, sobre quem são os mediadores e quem pode atuar na função. Na época, a iniciativa recebeu elogios do ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão, que considerou o trabalho merecedor de ser reproduzido por outros tribunais do país.

Também em julho de 2011, o Tribunal criou, pela Resolução TJ/OE/RJ nº 23, o NUPEMEC (Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos), órgão colegiado não jurisdicional permanente, de assessoria à Presidência.

O Colegiado, presidido pelo Corregedor-Geral de Justiça, desembargador Antonio José Azevedo Pinto, e coordenado pela desembargadora Marilene Melo Alves, reuniu-se por seis vezes para deliberar sobre a Política Judiciária de Tratamento Consensual de Conflitos, sempre orientando-se pelos termos da Resolução 125/2010 do CNJ, e tendo como objetivo maior colaborar com a pacificação social.

Prêmio Innovare 2011 - O Tribunal recebeu o prêmio Innovare 2011 pelo projeto de capacitação de policiais que integram as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), de autoria da desembargadora Marilene Melo Alves, diretora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC). Os policiais capacitados

atuam nas comunidades pacificadas onde anteriormente se verificava um alto índice de conflitos. O TJERJ implantou os Centros de Mediação nas UPPs do Fallet e Fogueteiro, Batan, Santa Marta e Pavão-Pavãozinho. Até o final de 2012, foram oferecidas 14 turmas e capacitados mais de 500 policiais.

Cursos e eventos - O NUPEMEC ministrou dois cursos de Mediação Comunitária, realizados no Complexo do Alemão, capacitando 40 participantes em técnicas e habilidades de solução pacífica de conflitos. Foram também realizados cursos básicos de Formação de Mediadores Judiciais, capacitando juízes leigos, servidores, defensores públicos, professores da Universidade Federal Fluminense (UFF) e advogados da Casa do Marinheiro.

O Tribunal ministrou, em setembro de 2011, curso para professores do Colégio de São Bento e para funcionários da Vara da Infância e Juventude da Capital, da Prefeitura do Rio e da Secretaria Municipal de Educação de Petrópolis, enfocando especialmente o tema do bullying e da pacificação das relações no ambiente escolar. A desembargadora Leila Mariano, diretora-geral da EMERJ, recebeu menção honrosa do Instituto Innovare pela implementação do projeto de Mediação Escolar no âmbito daquela escola.

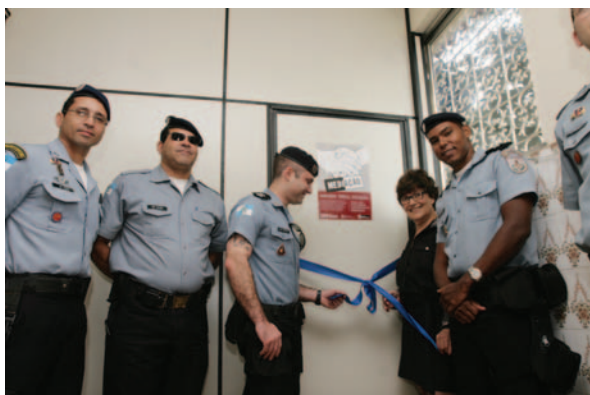
Em agosto de 2012, um importante evento foi realizado pelo NUPEMEC, em parceria com a EMERJ e com a ESAJ: a Jornada Internacional de Mediação, que teve como objetivo a promoção da cidadania e da solidariedade no ambiente escolar, capacitando profissionais da área de educação para lidarem com situações de conflito, especialmente o bullying, através de ferramentas e técnicas de mediação. O evento contou com a presença de profissionais da Secretaria Estadual de Educação, do Colégio de São Bento e do Colégio Pedro II, além de policiais militares em atividade nas UPPs. As palestras foram ministradas pelos professores Dominic Barter e Gabriela Jablkowisk.

No mês de setembro de 2012, também reunindo o NUPEMEC, ESAJ e EMERJ, foi realizada a Jornada em Mediação Familiar, com palestras e oficinas, cujo enfoque foi o litígio no âmbito familiar e a programação responsável do futuro. Essas palestras e oficinas foram ministradas pelo professor argentino Juan Carlos Vezzulla, especialista no tema.

A convite do CNJ, mediadores do TJERJ frequentaram curso de capacitação para instrutores em Brasília. Até o final de outubro de 2012, 20 mediadores foram capacitados pelo CNJ. Posteriormente, esses mediadores foram indicados para ministrar Cursos de Capacitação em Mediação nos Tribunais do Estado da Bahia e de Rondônia. Esses instrutores ainda ministraram Curso Básico de Mediação na Capital, na regional da Barra da Tijuca e na cidade de Nova Friburgo.

Posse - No dia 8 de fevereiro de 2012, o TJERJ deu posse à diretoria do Centro Superior de Estudos de Mediação (CSEM), criado pela Ata de reunião do NUPEMEC 01/2011, em 15 de setembro de 2011. Também foram entregues certificados de mediador judicial ao primeiro grupo formado pelo Poder Judiciário fluminense. Tomaram posse como diretores os magistrados Joaquim Domingos de Almeida Neto, Marcelo Castro Anátocles da Silva Ferreira e Raquel Santos Pereira Chrispino.

Inaugurações e instalações - As instalações de Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania também foram destaques durante a atual administração. Em 2011, foram inauguradas novas unidades no IV Juizado Especial do Leblon e nas UPPs do Batan, Santa Marta e Pavão-Pavãozinho.



Inauguração do Centro Comunitário de Mediação na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) do Batan

Em 22 de julho de 2011, o presidente Manoel Alberto participou da inauguração do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania dos Complexos da Penha e do Alemão, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A ação fez parte de um acordo de cooperação entre o TJERJ e diversos órgãos municipais, estaduais e federais.

O presidente do Tribunal de Justiça do Rio firmou acordo de cooperação técnica com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e inaugurou, em agosto de 2012, as novas instalações do Centro Judiciário

de Solução de Conflitos e Cidadania da Capital, localizadas na sala 106, Corredor “A”, Lâmina I, do Fórum Central. O objetivo do Centro é resolver pacificamente conflitos antes do ajuizamento de ações, ou seja, a ênfase é na mediação pré-processual. No local, os interessados podem, por meio de técnicas de mediação, solucionar seus problemas, tanto com empresas, quanto com pessoas físicas, de forma mais rápida.

Em setembro de 2012, foi inaugurada a Unidade de Mediação e Conciliação Permanente da Unimed-Rio, que surgiu em razão de compromisso firmado pela operadora de plano de saúde com o Poder Judiciário e a Defensoria Pública. Essa unidade de mediação busca diminuir a judicialização das questões de saúde, facilitando a solução de casos concretos.

Durante 2012, foram inaugurados, ainda, os Centros de Mediação das Comarcas de Petrópolis, Bangu e Leopoldina. Essas unidades funcionam como espaços descentralizados para a solução alternativa de conflitos.



Inauguração do Centro Comunitário de Mediação na Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) da Comunidade Santa Marta

É importante destacar que o NUPEMEC aprovou a instalação de mais dois centros de mediação: um em Campos dos Goytacazes e outro em Volta Redonda.

1.2 - GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS

1.2.1 - Banco do Conhecimento

O Banco do Conhecimento, repositório de informações disponibilizadas no portal corporativo do PJERJ, com vistas a apoiar a execução das atividades fim e meio, contou com diversas ações que visaram, essencialmente, a atualização das informações e a melhoria dos serviços oferecidos aos usuários. Tais ações permitiram a elevação do número de acessos ao banco por parte dos usuários, cuja quantidade superou o número de 763 mil acessos, nos últimos doze meses.

O Banco passa por um processo de reformulação de seu conteúdo por uma equipe técnica multidisciplinar.

No biênio, foram divulgados 1.008 destaques, cuja finalidade é apresentar as notícias relevantes da área do Direito, julgados do TJERJ, edição de leis e outros conteúdos de relevância jurídica. Além disso, foram realizadas mais de 26 mil ações de estruturação, que representa o número de atualizações feitas no Banco do Conhecimento.

1.2.1.1 - Banco de Sentenças

Reúne diversas sentenças proferidas pelos magistrados do PJERJ, classificadas de acordo com a tabela alfabética do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Trata-se de instrumento de pesquisa que tem por objetivo a divulgação de sentenças relevantes aos magistrados e à comunidade jurídica, possibilitando a troca de conhecimento e agilizando a prestação jurisdicional. Esse banco proporciona o acesso à íntegra da sentença, mesmo após o arquivamento dos autos, quando os dados não são mais disponibilizados no site do PJERJ. No biênio, foram selecionadas e disponibilizadas aproximadamente 600 sentenças.

1.2.1.2 - Banco de Pareceres e Decisões Administrativas

A página do Banco de Pareceres e Decisões Administrativas do PJERJ foi disponibilizada na intranet em maio de 2011. Trata-se de um banco de dados contendo o inteiro teor de pareceres e de decisões proferidos em processos administrativos, que objetiva facilitar o acesso às informações de repercussão institucional. Além de reduzir o retrabalho, possibilita o embasamento na tomada de decisões em outros processos administrativos, reduzindo o tempo de trâmite processual, contribuindo para o alcance dos resultados do Objetivo Estratégico de Garantir a Celeridade na Tramitação dos Processos Administrativos. A consulta é feita por meio do Sistema de Enunciados, Decisões e Pareceres Administrativos. Até a presente data foram incluídos cerca de 10.000 Pareceres e Decisões administrativas do PJERJ.

1.2.1.3 - Ementário de Jurisprudência do PJERJ

Constitui fonte de conhecimento e é um instrumento que objetiva colaborar com a celeridade na entrega da prestação jurisdicional, uma vez que divulga de forma sistematizada a

jurisprudência relevante do PJERJ. Nesse biênio foram publicados 97 ementários com acórdãos cíveis; 52 ementários com acórdãos criminais; 22 ementários com acórdãos das Turmas Recursais e 24 ementários com decisões monocráticas.

1.2.1.4 - Informativos de Jurisprudência dos Tribunais Superiores

Em 2011 foram disponibilizados os Informativos de Jurisprudência dos Tribunais Superiores (STF e STJ), com os assuntos classificados com base nas tabelas unificadas do Conselho Nacional de Justiça, de forma a facilitar o acesso à pesquisa de magistrados e servidores. Vale ressaltar que até a presente data foram criados 252 temas, de acordo com os ramos do Direito, com aproximadamente 5.000 links, permitido assim, o acesso direto aos julgados dos Tribunais Superiores.

1.2.1.5 - Legislação Ambiental

O Banco do Conhecimento conta com consulta específica à Legislação Ambiental com a classificação de 39 temas, permitindo o acesso à íntegra de 184 legislações. Além disso, foi criada a página Resíduos Sólidos, no combo Legislação Ambiental, com a disponibilização de 120 Legislações, que representa uma ferramenta útil para orientação dos agentes e monitores ambientais no plano de gestão de resíduos sólidos do TJERJ e contribuirá para a acessibilidade da informação a todos os servidores e pessoas interessadas na questão ambiental.

Também foi criada a página Legislação Ambiental Municipal, no combo Legislação, com a disponibilização de 57 Prefeituras, totalizando o acesso a 157 links de legislação municipal ambiental. Ainda foi criado o índice analítico e remissivo, proporcionando facilidade no acesso à informação.

1.2.1.6 - Pesquisa Seleccionada

Inspirada em modelo elaborado pelo Superior Tribunal de Justiça – STJ, a página de pesquisa do Banco do Conhecimento foi reformulada. As pesquisas passaram a ser disponibilizadas com nova nomenclatura, separando-se os assuntos por ramos do direito/categoria, com o objetivo de facilitar a busca pelos usuários. As pesquisas são realizadas a partir da escolha prévia de temas, considerando sua relevância jurídica e atualidade. São inseridos acórdãos e decisões monocráticas com os respectivos links que tratem da matéria sob estudo. Além das novidades em relação à forma de sua apresentação, é importante destacar que a página de pesquisa selecionada é permanentemente renovada. Atualmente constam na página mais de 6000 links para acesso direto aos julgados.

1.2.1.7 - Referências das Rotinas Administrativas

Foram atualizados 3.802 links no item “Referências das Rotinas Administrativas” no Banco do Conhecimento e no SIGA, disponibilizados na página do TJERJ.

1.2.1.8 - Súmulas de Jurisprudência Predominante do PJERJ

Na atual gestão foram publicados 132 novos Verbetes Sumulares, originários de incidentes de uniformização de jurisprudência e, também, de processos administrativos, oriundos dos Encontros de Desembargadores de Câmaras Cíveis e Criminais, organizados pelo CEDES. As Súmulas da Jurisprudência Predominante do TJERJ totalizam 284 Verbetes até a presente data.

O entendimento consolidado por meio dos Verbetes Sumulares permite a agilidade na solução dos conflitos, refletindo o pensamento predominante dos desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

1.2.1.9 - Periódicos de jurisprudência:

1.2.1.9.1 - Boletim do SEDIF

O Boletim do Serviço de Difusão é o informativo eletrônico do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro com notícias relevantes da área do Direito. Destina-se aos magistrados do PJERJ e à comunidade jurídica. Com base em resultado de pesquisa de satisfação, o layout do boletim foi alterado, proporcionando aos usuários mais funcionalidades, inclusive links para os outros produtos do TJERJ, além de um design mais moderno e de fácil navegabilidade. Foram disponibilizados no Banco do Conhecimento até fins de novembro/2011, 382 Boletins do SEDIF.



1.2.1.9.2 - Revista de Direito do PJERJ

A Revista de Direito do PJERJ é uma publicação trimestral destinada aos operadores do Direito. Neste biênio, foram publicados os volumes 86 a 92, sendo que o de nº 93 encontra-se em fase de elaboração. Cada periódico contém uma coletânea de artigos doutrinários, acórdãos do TJERJ e STJ sobre temas variados, Súmulas da Jurisprudência Predominante do TJERJ, bem como uma Seção de Jurisprudência Temática, onde são abordados assuntos de relevante interesse jurídico.



1.2.1.9.3 - Revista Jurídica



A Revista Jurídica é uma publicação eletrônica de periodicidade bimestral, disponibilizada no portal institucional do TJERJ, que objetiva proporcionar à comunidade jurídica uma visão geral de como têm se posicionado os Tribunais Estaduais e Cortes Superiores a respeito de temas específicos selecionados pela equipe de Jurisprudência do Tribunal e abordados por um jurista convidado. Foram publicados três exemplares: a Revista Jurídica nº 1, com o tema “Crimes de Violação de Propriedade Industrial”, de autoria do Desembargador Claudio dell’Orto e disponibilizada na internet em maio de 2012; a Revista Jurídica nº 2, com o tema “Judiciário e Redes Sociais”, de autoria do magistrado.

Flávio Citro Vieira de Mello, em agosto de 2012; e a Revista Jurídica nº 3, com o tema “Controle Judicial de Políticas Públicas”, de autoria do desembargador Jessé Torres, em outubro de 2012.

A partir da terceira edição, a Revista Jurídica passou a ser lançada no evento “Café com Conhecimento”, que tem por objetivo apresentar temas relevantes e atuais para a comunidade jurídica, promovendo debates com a presença de juristas de expressivo renome. O TJERJ também organizará um acervo audiovisual para registro dos encontros, que será posteriormente incorporado ao acervo de Memória Oral e Visual do Museu da Justiça, com a finalidade de contribuir para a disseminação do conhecimento, além da preservação e divulgação da memória do Judiciário fluminense.

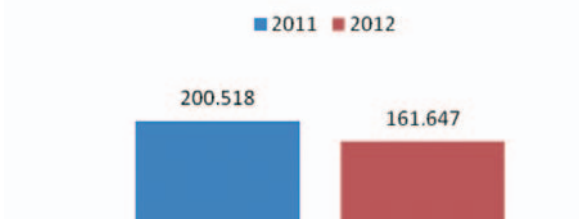
1.2.2 - Aperfeiçoar a gestão arquivística do PJERJ

O Tribunal de Justiça desenvolveu diversas ações voltadas ao atendimento das necessidades e expectativas dos usuários em relação à gestão arquivística do PJERJ. Dentre as iniciativas desenvolvidas, destacam-se as seguintes:

1.2.2.1 - Coleta e Conferência de Documentos

O armazenamento de documentos nos arquivos do TJERJ é precedido do recolhimento das caixas-arquivo em todas as comarcas do PJERJ. A conferência do conteúdo é realizada por sistema desenvolvido pelo Tribunal, que possibilita a gestão individual dos documentos armazenados nas dependências do Arquivo

TOTAL DE CAIXAS COLETADAS E CONFERIDAS



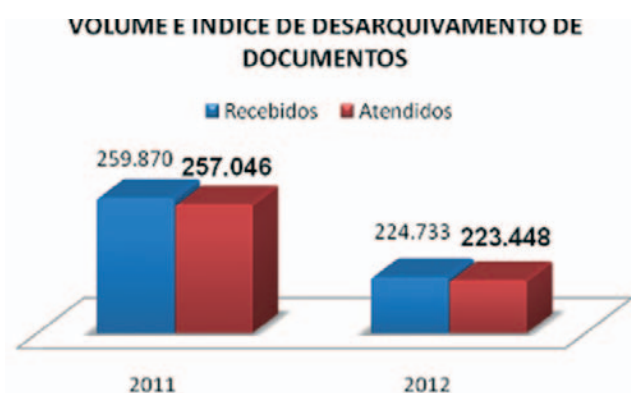
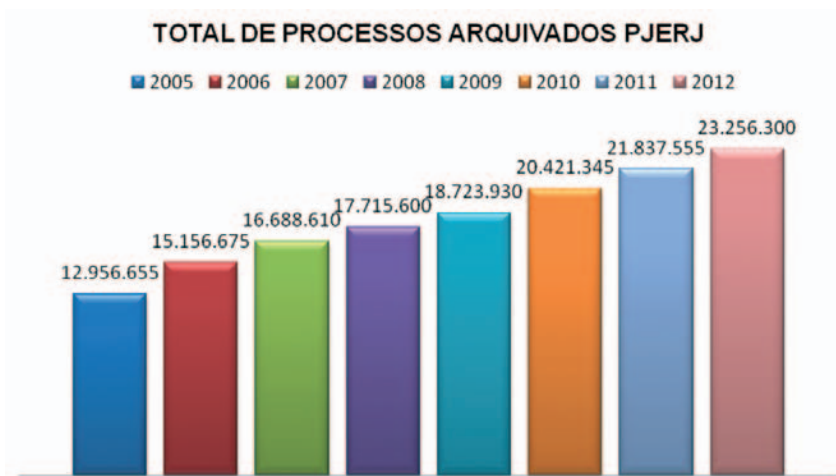
Central de São Cristóvão, Arquivo Regional de Itaipava e Arquivo Regional de Rio Bonito. No biênio, até outubro/2012, foram coletadas e conferidas 362.365 caixas.

1.2.2.2 - Arquivamento e desarquivamento de processos

O arquivamento e desarquivamento de processos são atividades que impactam diretamente a atividade jurisdicional. O Judiciário do Rio de Janeiro conta com Rede de Arquivos integrada pelo Arquivo Central (São Cristóvão) e pelos Arquivos Regionais de Rio Bonito e Itaipava. No biênio, a quantidade de processos sob custódia dos arquivos do TJERJ ultrapassou 23 milhões, dos quais cerca de 2/3 encontram-se informatizados.

A dimensão estimada do acervo armazenado em 1.538.320 caixas arquivo alcança 208 km lineares (dados de outubro/2012).

Em face da lotação da Rede de Arquivos do PJERJ, é mantido contrato com empresa especializada para o armazenamento das caixas que excedem a capacidade de guarda. No biênio, o volume de caixas armazenadas na contratada alcançou 54,74% do total de caixas sob responsabilidade dos arquivos do TJERJ.



A proposta da administração para contornar o aumento contínuo dos processos arquivados é a virtualização, tanto das unidades jurisdicionais como dos processos arquivados. Para tanto, foi montado, no biênio 2011/2012, o Centro de Digitalização do Arquivo.

Esses números revelam o motivo pelo qual o modelo de gestão do acervo arquivístico do PJERJ é referência para diversos tribunais e instituições públicas do país.

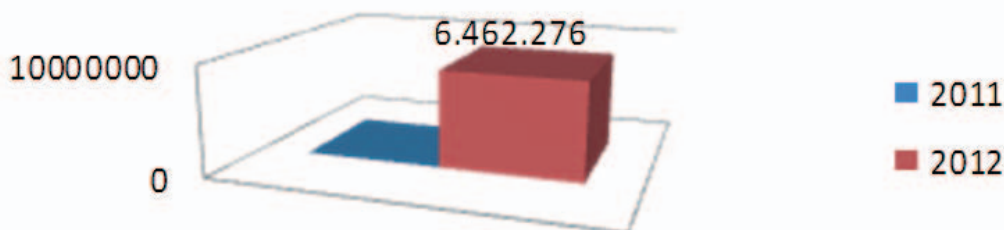
Destaca-se também a agilidade no desarquivamento dos processos, tendo sido estabelecido como um dos Objetivos da Qualidade para 2012 atender 99% dos pedidos de desarquivamento em até 2 dias úteis. No biênio foram recebidas 472.480 solicitações de desarquivamento e atendidas 99,43% delas no prazo estabelecido (dados de out/2012).

1.2.2.3 - Digitalização de documentos – Arquivo Central

O Centro de Digitalização de Documentos tem como objetivo principal transpor as informações arquivísticas contidas em suporte de papel (documentos e processos) para suporte eletrônico, de forma a otimizar o espaço de armazenamento disponível na Rede de Arquivos do PJERJ e agilizar o fluxo dessas informações. O TJERJ tem como meta digitalizar pelo menos 100.000 imagens por dia. O foco inicial é virtualizar parte do acervo arquivístico composta pelo acervo intermediário com prazo de guarda igual ou superior a dez anos, e que esteja a pelo menos dois anos definitivamente arquivado.

O biênio foi marcado por ações de operacionalização do Centro de Digitalização, dentre elas a implementação de nova versão do sistema informatizado, substituição de alguns equipamentos e de peças dos escâneres e revisão do fluxo da atividade, visando à eficácia e eficiência do processo de digitalização, medidas concluídas em maio de 2012 e que possibilitaram o estabelecimento da meta. De maio a setembro de 2012, foram digitalizados 40.990 processos, gerando 6.462.276 imagens, correspondentes a 2.733 caixas arquivo.

Quantidade de imagens digitalizadas



1.2.2.4 - Seleção, avaliação e descarte de processos

A atividade de descarte ou eliminação faz parte de uma gestão arquivística eficaz. São descartados os documentos que têm seu prazo total de guarda cumprido, conforme norteia a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD) do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), a qual está alinhada com as diretrizes normativas do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). A indicação dos feitos que devem ser eliminados é dada pelo sistema informatizado gerenciador do acervo arquivístico.

O descarte é precedido de avaliação técnica e da publicação de editais no Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ), para ciência das partes interessadas (Ato Executivo TJ 4364/2010). Nesta gestão, até o mês de outubro, foram eliminados 1.022.115 (um milhão vinte e dois

mil cento e quinze) processos, correspondentes a 68.141 (sessenta e oito mil, cento e quarenta e uma) caixas, volume que, além de liberar espaço na Rede de Arquivos do PJERJ para o recebimento dos autos findos encaminhados pelas serventias judiciais de todo o Estado, proporciona R\$ 33.389,09 (trinta e três mil, trezentos e oitenta e nove reais e nove centavos) de economia por mês com guarda e gerenciamento de documentos, considerando o custo de R\$ 0,49 por caixa armazenada na empresa contratada.

Vale ressaltar que uma amostragem das diversas espécies documentais descartadas é preservada. Também são conservados os processos e documentos considerados de valor histórico e cultural.



1.3 - GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES ADMINISTRATIVOS

1.3.1 - Projeto de redução do ciclo licitatório

Para o alcance das metas referentes ao objetivo estratégico de garantir a agilidade nos trâmites judiciais e administrativos, vem sendo desenvolvido, desde 2010, projeto para reduzir o tempo do ciclo licitatório, com proposta de novas práticas e estabelecimento de procedimentos padronizados que permitam a redução do ciclo da contratação.

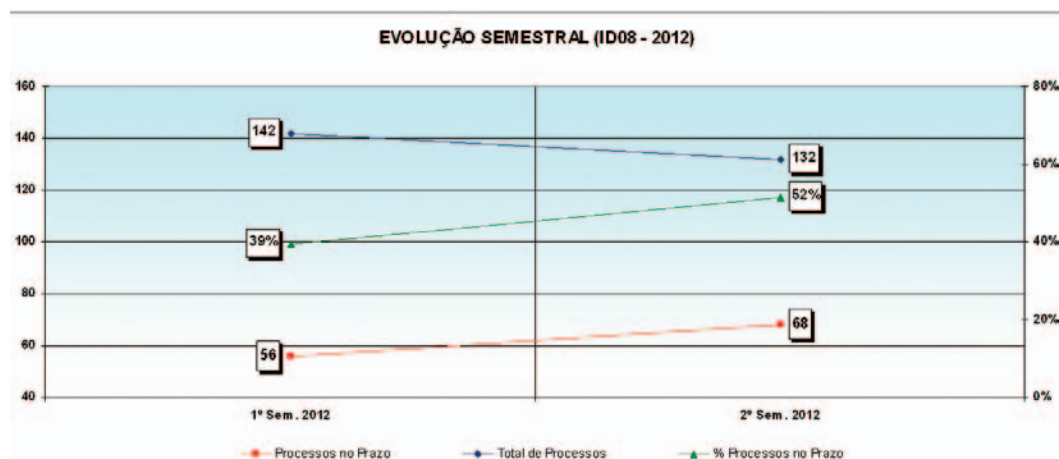
O ciclo da contratação deve ocorrer em tempo adequado ao que se pretende adquirir, o que deve corresponder ao tempo determinado pela Resolução 13/2012 do TJERJ, conforme a Resolução 70/2009 do CNJ. No período de desenvolvimento do projeto, melhorias foram alcançadas e consolidadas nas rotinas administrativas adotadas. O objetivo é o de garantir a agilidade na tramitação dos processos administrativos para contratação a fim de assegurar a razoável duração do processo.

No primeiro semestre de 2012, dos 142 processos administrativos de aquisições, 56 (39%) ocorreram no prazo esperado. No segundo semestre, dos 132 processos dessa espécie, 68 (52%) ocorreram no prazo. O resultado acumulado revela um resultado positivo de 45%.

Como o segundo semestre apresentou melhoria no resultado, vê-se que as ações promovidas foram adequadas e a meta está com probabilidade de ser atingida ao final de 2014. Todas as correções de procedimentos foram bem sucedidas, tanto as decorrentes do Relatório de Ações Corretivas e Ações Preventivas – RACAP (documento utilizado para estruturar e registrar correção, ações corretivas e preventivas) perante a DGPCF(RACAP-DELFA-004/12) como as decorrentes do RACAP perante o DEPAM (RACAP-DELFA-02-02-2012). A demora para a chegada dos autos ao DELFA depois da autorização para licitar ou contratar foi corrigida e diminuiu a incidência de necessidade

de esclarecimento para elaborar o edital/contrato por falta de informação ou informação incompleta no termo de referência/projeto básico. Como ponto crítico, destaca-se a ausência ou o ineficaz monitoramento das respectivas solicitações por parte das unidades solicitantes.

Por meio do Projeto de Redução do Ciclo das Licitações serão estabelecidas ações gerenciais que vinculem os diretores dos departamentos solicitantes ao monitoramento de seus pedidos de aquisições. Esta ação será amplamente divulgada, de forma que seja compreendida como salutar aos processos administrativos de aquisições por licitação ou por contratação direta, promovendo maior e melhor comunicação entre as Diretorias Gerais.



	1º Sem. 2012	2º Sem. 2012	Total
Processos no Prazo	56	68	124
Total de Processos	142	132	274
% Processos no Prazo	39%	52%	45%

1.3.2 -MELHORIAS NO SISTEMA DE INVENTÁRIO

O Sistema de Inventário Web foi desenvolvido a fim de implementar a gestão sistêmica de bens patrimoniais no PJERJ, seguindo procedimentos padronizados.

Neste biênio, diversas melhorias foram efetuadas no Sistema de Inventário Web de forma a aprimorar os controles. A primeira diz respeito à criação de subunidades patrimoniais, e a segunda, à criação de lista de bens permanentes do agente patrimonial na WEB.

Diante da verificação da ocorrência sistemática de casos em que a Unidade Patrimonial ocupa mais de um ambiente ou dispõe de uma quantidade excessiva de bens, dificultando o controle do acervo patrimonial pelo servidor designado, foi criada a subunidade patrimonial, por meio da Resolução TJ/OE 24/2012, com o intuito de proporcionar uma maior descentralização da carga patrimonial das diversas Unidades, conferindo maior eficácia ao controle patrimonial, de modo a permitir que a responsabilidade pelos bens seja atribuída a mais de um Agente patrimonial delegado.

Já a implantação no sistema da ferramenta que possibilita a emissão de lista de bens permanentes (carga patrimonial) sob a responsabilidade do Agente Patrimonial Nato/agente patrimonial delegado, permitiu a verificação dos bens a estes atribuídos com rapidez.

Ressalte-se que, com esse advento, agilizaram-se os procedimentos quanto à troca de responsabilidade patrimonial, permitindo ao agente a realização da conferência do acervo sob sua responsabilidade, desonerando o DEPAM desta obrigação.

1.3.3 - Sistema Extrajudicial Integrado – SEI

O projeto visa à criação de um sistema eletrônico unificado para o controle dos Serviços Extrajudiciais, permitindo o monitoramento dos atos praticados, dos valores recolhidos, dos selos de fiscalização utilizados e das informações referentes aos Serviços Extrajudiciais do Estado do Rio de Janeiro.

A criação do Sistema Extrajudicial Integrado (SEI) permitirá que todos os dados sobre os Serviços Extrajudiciais sejam tratados como uma única base, permitindo um processamento célere e a produção de relatórios unificados.

Atualmente existem diversos sistemas no âmbito do Tribunal de Justiça e da Corregedoria Geral da Justiça para tratar as informações extrajudiciais, produzidos em linguagens diferentes, que não se comunicam.

A falta de unificação dos dados pode gerar duplicidade e inconsistência em relatórios produzidos, e dificultar o monitoramento e a fiscalização das práticas extrajudiciais, interferindo na fidedignidade das informações prestadas às autoridades do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

O Sistema Extrajudicial Integrado (SEI) permitirá que outras unidades organizacionais tenham acesso direto aos dados armazenados, diminuindo o trâmite de processos administrativos para consulta de informações, agilizando os procedimentos administrativos e permitindo uma fiscalização mais eficiente da arrecadação dos valores recolhidos em função das práticas de atos extrajudiciais.

O SEI tornará o processo mais célere, evitando seu encaminhamento para diversos setores da Diretoria Geral de Fiscalização e Apoio as Serventias Extrajudiciais (DGFEX), do Departamento de Gestão da Arrecadação (DEGAR) e da DIPES.

Módulos já concluídos:

a) SEI-DE – Sistema Extrajudicial Integrado-Distribuidor Extrajudicial

O projeto teve como objetivo permitir aos Distribuidores Oficializados gerenciar os requerimentos de certidões, cadastrar os registros novos e antigos de distribuição, visando agilizar a emissão de certidões e automatizar a transmissão para o Livro Adicional Eletrônico.

A inexistência de sistema informatizado para atender ao Distribuidor Oficializado fazia com que as distribuições extrajudiciais fossem realizadas manualmente, desde a conferência detalhada por funcionário do bilhete de distribuição e da GRERJ, até a anotação em livro próprio dos dados constantes no bilhete de distribuição. Com a implantação do novo sistema, o Distribuidor Oficializado passou a contar com ferramentas que podem auxiliá-lo no trabalho diário de conferir os bilhetes de distribuição e os

devidos recolhimentos para o Fundo, gerenciar as requisições de certidões e controlar o prazo para a distribuição e emissão das certidões.

Com o preenchimento contínuo dos dados alimentando o banco, elimina-se a necessidade de consulta direta aos livros para emitir as certidões. Além disso, a transferência dos atos praticados para o Livro Adicional Eletrônico foi automatizada, passando a ser feita de forma transparente, no momento da prática do ato. Com isso, as certidões podem ser emitidas em tempo hábil e há maior controle, por parte dos funcionários, sobre o que está sendo requerido e sobre os prazos a serem cumpridos.

O projeto foi implementado em março de 2011.

b) Reembolso Eletrônico

Com o objetivo de implantar um sistema de reembolso eletrônico dos atos gratuitos de nascimento e óbito, através da importação de dados transmitidos pelos Serviços Extrajudiciais ao Sistema do Link do Selo ao Ato, foi desenvolvido o Sistema de Reembolso Eletrônico. Os ofícios de pagamento passam a ser gerados eletronicamente, com base nas informações transmitidas, e não mais através de pedidos via fax.

O projeto foi implementado em fevereiro de 2011.

c) Prestação de Contas Eletrônica

Trata-se de um novo sistema coordenado e desenvolvido pelo TJERJ, para permitir e facilitar a apresentação mensal obrigatória dos dados da prestação de contas pelos Responsáveis pelo Expediente de Serviços Extrajudiciais Vagos Disponíveis para Concurso.

O objetivo é aprimorar a capacidade da Corregedoria Geral da Justiça de monitorar e fiscalizar os Serviços Extrajudiciais que se encontram disponíveis para concurso, tornando mais ágil e eficiente o cumprimento da decisão do Conselho Nacional de Justiça, datada de 09 de julho de 2010, quando da regulamentação do artigo 2º da Resolução 80, que instituiu formulário para apresentação da Prestação de Contas.

Os formulários que, desde o Provimento CGJ 43/2010, chegavam todos em papel e eram autuados separadamente para cada Serviço Extrajudicial, serão, a partir de agora, enviados eletronicamente em sistema próprio, sendo reproduzidos integralmente na forma eletrônica, num sistema capaz de gerar relatórios e estatísticas de dados, permitindo um melhor acompanhamento da situação dos Serviços. Cerca de 200 novos processos deixarão de ser gerados, além de inúmeros expedientes mensalmente juntados, promovendo celeridade e economia.

Numa segunda fase de desenvolvimento, o sistema permitirá apontar de forma inteligente, através de gráficos analisados, números divergentes e inconsistentes que porventura sejam informados, aumentando a precisão da análise e deflagrando possível fiscalização, quando necessário.

A segurança das informações e o seu respectivo registro estão resguardados, pois o sistema é acessado somente pelos Responsáveis pelos Serviços através da intranet, no portal do Tribunal de Justiça, a partir da utilização de login e senha.

Foi implantado em junho de 2012.

d) Selo Digital

O selo digital foi desenhado para atender à demanda por atos exclusivamente digitais que pudessem transitar entre mídias eletrônicas sem a necessidade de sua conversão para o mundo físico do papel.

Foi implantado como projeto piloto em 2011, nos Serviços da Comarca da Capital com atribuição de Protesto de Títulos, de forma a contemplar apenas os atos recebidos por mídia eletrônica em lote do Sistema FEBRABAN. Verificou-se, num primeiro momento, a necessidade de incorporar ao projeto o 7º Ofício do Registro de Distribuição da Comarca da Capital, por ser a entrada de todos os títulos a serem protestados.

Após visitas técnicas e reuniões entre as equipes envolvidas no projeto (CGJ, DGTEC e representantes dos Serviços Extrajudiciais), chegou-se a um modelo final que combina a segurança do ato digital com os padrões de fiscalização exigíveis para a matéria.

O conceito de ato digital permeia o ato extrajudicial (protesto de título) lavrado totalmente de forma virtual, atendendo às exigências legais e as necessidades do mundo moderno.

O formato de ato digital foi desenvolvido pela DGTEC, a partir da junção de uma imagem do documento original, no formato PDF com um selo digital criado e assinado por um software do Tribunal de Justiça, e ainda as respectivas assinaturas digitais do Serviço Extrajudicial e do próprio TJERJ, resultando na formação de um único arquivo denominado “DOCUMENTO.ató”.

O referido arquivo do ato digital é visualizado através de um software já desenvolvido pela DGTEC, e colocado à disposição das partes para “download” gratuito no sítio do TJERJ, permitindo a validação de todas as assinaturas digitais nele presentes, além da consulta do selo digital utilizado.

Registra-se ainda que o formato do documento digital já se encontra em consonância com os parâmetros estabelecidos para o processo judicial eletrônico, permitindo que, no futuro, o ato digital possa integrar o rol de documentos necessários à propositura da ação judicial.

2 - BUSCAR A EXCELÊNCIA NA GESTÃO DOS CUSTOS OPERACIONAIS

2.1 - Controle Interno

2.1.1 - Gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial

O Tribunal de Justiça do Rio, cumprindo o disposto nos artigos 70 e 74 da Constituição Federal, dispõe em sua estrutura de um setor de controle interno que tem por objetivo avaliar o desempenho da gestão orçamentária, financeira, contábil, operacional e patrimonial, sob o prisma da eficiência, eficácia e economicidade, servindo também como instrumento de auxílio à Administração Superior para a tomada de decisões

As ações de controle interno desenvolvidas no biênio objetivaram assegurar a regular gestão dos recursos públicos, por meio de atividades de assessoramento e controle nas diversas unidades administrativas. Tais ações estão, ainda, alinhadas ao objetivo estratégico do PJERJ, intitulado “Busca da eficiência na gestão dos custos operacionais”.

Para tanto são realizadas auditorias operacionais, de gestão, de obras e de conformidade cujo resultado é consolidado em relatório contendo sugestões, recomendações e outras medidas que visem aprimorar procedimentos e controles.

No biênio 2011/2012, foram realizadas as auditorias mencionadas no quadro abaixo, cabendo destacar que, dentre as constatações mais relevantes, está aquela que verificou que a fiscalização nos contratos analisados estaria deficitária, sendo fundamental que o fiscal do contrato seja qualificado e capacitado para exercer esse múnus público.

2.1.2 - Auditorias Operacionais

AUDITORIA	OBJETIVO
Auditoria em 100% dos bens doados pelo CNJ e monitoramento das implementações	Verificar a efetividade das doações de equipamentos de informática pelo CNJ ao PJERJ.
Auditoria de Gestão Patrimonial	Avaliar os controles exercidos pelo Departamento de Patrimônio e Material (DEPAM), Departamento de Sistemas de Informação (DESI) e Departamento Contábil (DECON), comprovar a fidedignidade do valor contábil dos bens patrimoniais e verificar procedimentos relacionados a bens recebidos por comodato.
Auditoria na folha de pagamento do TJ (auditoria compartilhada com o CNJ)	Verificar a regularidade dos procedimentos relativos ao pagamento de verbas remuneratórias na folha de pagamento do TJERJ, bem como avaliar a situação dos servidores requisitados pertencentes ao quadro de pessoal, além de questões relativas a hora extra e gratificação.
Auditoria nos contratos da Locanty (auditoria extraordinária)	Verificar as respectivas licitações e a execução dos quatro contratos administrativos que o TJERJ mantinha com a empresa, em virtude de notícias veiculadas pela mídia acerca supostas fraudes em licitações. A auditoria concluiu que os contratos foram firmados dentro dos ditames legais, não havendo nenhum desvio que indicasse favorecimento àquela empresa.

<p>Auditoria nos contratos de Tecnologia da Informação (TI) compartilhada com o CNJ</p>	<p>O objetivo consiste em abordar questões relacionadas ao planejamento, à contratação e à gestão de contratos de serviços e aquisições de TI de jan/11 a mar/12.</p> <p>Concluiu-se que o conceito de governança de TI e sua importância como área crítica para o alcance dos objetivos da instituição está em desenvolvimento constante no TJERJ, considerando-se que os indicadores estabelecidos no Plano Estratégico de TI são monitorados e se constituem em direcionadores para ações nessa área.</p>
---	--

2.1.3 - Auditorias de Obras

AUDITORIA	OBJETIVO
<p>Auditoria dos contratos 003/0278/2011, 003/532/2011, 003/534/2011 firmados com as empresas Walkam Climatização Ltda, Ambiente Air Ar Condicionado Ltda e Tecnege Tecnologia de Engenharia Ltda</p>	<p>Apurar se existiam irregularidades na execução das ordens de serviço e/ou nos pagamentos efetuados, em razão de denúncias envolvendo abertura, pagamento, horas extras e fiscalização das referidas ordens.</p>
<p>Auditoria da obra de construção do Fórum da Comarca de Arraial do Cabo</p>	<p>Verificar adequação das obras aos respectivos projetos básicos, o cumprimento dos cronogramas físico-financeiros e a eficiência da fiscalização da execução dos contratos.</p>
<p>Auditoria na obra da construção do Fórum da Comarca de Mesquita</p>	
<p>Auditoria na obra de construção do Fórum do novo anexo ao prédio do Fórum Regional de Bangu (Comarca da Capital)</p>	
<p>Auditoria na obra de construção do Fórum da Comarca de Teresópolis</p>	

2.1.4 - Auditoria Contábil e Financeira

AUDITORIA	OBJETIVO
<p>Auditoria em Restos a Pagar</p>	<p>Verificar se os restos a pagar registrados no balanço do FETJ, por ocasião do encerramento do exercício de 2010, representam adequadamente os valores devidos pela Unidade Gestora.</p>

Importante enfatizar que a atuação do Controle Interno contribuiu para a melhoria na gestão dos recursos orçamentários e financeiros do TJERJ, notadamente com as inovações trazidas pelo Ato Executivo TJ 5394/2011, de 16/11/2011, que disciplina a inscrição e a execução dos Restos a Pagar Não Processados

2.1.5 - Análise das prestações de contas

Ao controle interno cabe, ainda, acompanhar e avaliar as receitas e as despesas, inclusive de pessoal, quanto à aplicação dos limites definidos pela Lei Complementar 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destaca-se a atuação nos processos 2011-175145 e 2012-087836, referentes ao enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal, dos dois últimos concursos públicos para ingresso na magistratura fluminense, em que, após elaboração de cálculos estimativos dos impactos na despesa com pessoal do Poder Judiciário, concluiu-se que a dotação orçamentária para o exercício de 2012 suportaria a despesa com pessoal decorrente desses certames.

O cumprimento dos limites estabelecidos na LRF para a despesa com pessoal consta do tema Orçamento, mas adianta-se que o percentual de incidência dessa despesa, no biênio 2011/2012, permaneceu abaixo dos limites impostos na LRF.

2.1.5.1- Dos Ordenadores de Despesa do TJERJ e gestores do FETJ e do FEMERJ

O controle interno do Poder Judiciário, com base na análise da documentação remetida pelo Ordenador de Despesa do Tribunal de Justiça, pelo Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ) e pelo Fundo Especial da Escola da Magistratura do Estado do RJ (FEMERJ), emitiu os Certificados de Auditoria opinando pela regularidade das contas, tendo sido submetido ao exame do Tribunal de Contas, o qual se manifestou no mesmo sentido.

2.1.6 - Regulamento de Restos a Pagar Não Processados

O impacto positivo da publicação do Ato Executivo TJ 5394/2011, que trouxe a inovação de disciplinar a inscrição e a execução dos Restos a Pagar Não Processados, pôde ser observado no encerramento do exercício financeiro de 2011, com uma redução significativa dos valores inscritos em RPNP de 56,5%, passando de R\$ 129.940.763,52 em 2010 para R\$ 56.590.220,71 em 2011.

2.2 - Valorização do meio ambiente na gestão Manoel Alberto Rebêlo dos Santos

No biênio da gestão do desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, o meio ambiente teve um enfoque especial. Foram ministradas palestras e implementados projetos relevantes, objetivando poupar recursos como água e energia elétrica, além da redução do consumo de insumos como o papel.

2.2.1 - Programa de Gestão Ambiental

O Programa de Gestão Ambiental do Tribunal de Justiça contemplou, entre outros assuntos, a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente. A A3P é um programa que visa implementar a gestão socioambiental sustentável das atividades administrativas e operacionais da administração pública. Ela tem como princípios a inserção dos critérios ambientais, que vão desde a mudança nos investimentos, compras e contratação de serviços pelo governo, até uma gestão adequada dos resíduos gerados e dos recursos naturais utilizados, tendo como principal objetivo a melhoria na qualidade de vida no ambiente de trabalho.

O Tribunal também promoveu diversas palestras de conscientização, ministradas por desembargadores, juristas, secretários de meio ambiente e especialistas na matéria, tais como: “Contratação Sustentável”, “Meio Ambiente e Aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica”, “Intervenções no Meio Ambiente: do controle dos impactos à reparação do dano”, “Responsabilidade Ambiental dos Governos e da Sociedade”, “Princípios do Direito Ambiental” e “Sustentabilidade Corporativa”. Além das palestras, o TJ também promoveu o Cine Ambiental. Apresentado pela bióloga Dilma Pimentel, o programa exibiu diversos filmes com enfoques ecológicos, como saneamento, resíduos, consumo, gestão e mudanças climáticas, ao longo do biênio 2011/2012. Ao todo, foram sete sessões, capacitando cerca de 350 servidores. Para disseminar ainda mais a conscientização ambiental, foi criada uma transmissão, através do sistema interno de som, de mensagens com dicas ambientais. São frases curtas que orientam, por exemplo, como economizar água e energia elétrica, e estão sendo veiculadas nos corredores do Complexo do Fórum Central, alcançando tanto o público interno quanto o externo.

Durante a Semana Mundial do Meio Ambiente, que ocorreu no período de 3 a 10 de junho de 2012, o TJ criou um novo layout para o seu site, objetivando sensibilizar a população sobre a importância da preservação de um meio ambiente ecologicamente equilibrado.



Cine Ambiental

Durante as comemorações, foi iniciado o Programa de Capacitação em Gestão Ambiental, com a formação da primeira turma do curso de Agente Ambiental. O presidente Manoel Alberto também assinou protocolo de intenções com o Secretário de Estado de Meio Ambiente, Carlos Minc, promovendo a parceria institucional entre o Tribunal e a Secretaria, para a execução de atividades de cooperação e assessoria técnica em gestão ambiental. O presidente ainda recebeu a bióloga e

professora da Universidade Federal Fluminense e da Escola de Administração Judiciária do TJERJ, Dilma Pimentel, que apresentou os Planos de Gerenciamento de Resíduos do Tribunal, enfatizando que o TJERJ saiu na frente de outros órgãos.

O Tribunal de Justiça do Rio é o primeiro do país a contar com um Centro de Tratamento de Resíduos (CTR), localizado na garagem do Fórum da Capital. A inauguração do espaço foi

no dia 18 de dezembro de 2012. A criação do CTR se deu graças à iniciativa da Associação Beneficente dos Amigos do Tribunal de Justiça (Abaterj).

O CTR possui um espaço de seleção do material (onde é analisado o tipo e a qualidade do papel), uma máquina fragmentadora (com capacidade de triturar até 120 folhas de uma só vez), uma balança e uma prensa que produz fardos de papel de até 150 kg. Todo o papel residual produzido pelo TJERJ será encaminhado a esse centro de tratamento. Em seguida, integrantes do projeto Pais Trabalhando, do DEAPE, farão uma triagem do papel coletado. O material reciclado será vendido a empresas e a renda será utilizada nos projetos sociais desenvolvidos pela Abaterj.

Além das iniciativas mencionadas, os novos prédios do Tribunal receberão, entre outros itens, os seguintes recursos sustentáveis: cobertura verde; vidros de alta eficiência para redução da irradiação solar; uso de tintas à base de água; coleta seletiva de lixo; elevadores inteligentes com regenerador de energia e antecipação de chamadas; reservatório para água de reuso; placas solares para o aquecimento da água a ser utilizada nos chuveiros; uso de madeira proveniente de florestas plantadas e certificadas, e de materiais com selo de sustentabilidade; acessibilidade conforme a norma NBR 9050, em atendimento aos princípios do Desenho Universal, e bicicletário. Os futuros projetos de construção de novos fóruns seguirão as mesmas diretrizes.

Após a semana do Meio Ambiente, o Tribunal de Justiça do Rio sediou o Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Legislação para a Sustentabilidade Ambiental, promovido pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – Pnuma/Unep. O evento aconteceu entre os dias 17 e 20 de junho de 2012 e contou com a participação de líderes de diversas nacionalidades.



Colóquio Judicial Rio + 20 de Direito Ambiental

Após três dias de discussões, especialistas de diversos países voltaram a se reunir no Plenário do Tribunal de Justiça do Rio, no dia 20, para participar da sessão plenária para a adoção do documento sobre Direito Ambiental elaborado durante os debates, e participar

do encerramento do Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Legislação para a Sustentabilidade Ambiental. Após a aprovação, o documento foi encaminhado aos chefes de Estado reunidos na Rio + 20, com o principal objetivo ampliar a atuação preventiva do Poder Judiciário na preservação ambiental.

2.2.2 - Economicidade

Quanto à economicidade, o TJERJ concluiu o procedimento de digitalização e arquivamento de peças processuais e de termos de ajustes - aí incluídos contratos, convênios e termos de compromisso - firmados pelo Tribunal a partir de 2008. Com o registro no Sistema de Licitações (SISLIC), eliminou-se o elevado número de cópias de documentos, reduziu-se o custo de manutenção e ampliou-se, diretamente no sistema, o armazenamento de dados. Outra medida que resultou em economia para o meio ambiente foi a digitalização dos contracheques dos servidores, que não são mais impressos. As Câmaras Cíveis também foram virtualizadas.

O Tribunal manteve em 2012 o convênio celebrado com as empresas Lexmark e OkiData em 2011, o que possibilitou a adoção de uma medida gerencial de grande impacto ambiental e financeiro, pela qual foi estabelecido o correto descarte das carcaças (cartuchos vazios) dos insumos efetivamente consumidos. Em 2012, foram recolhidas 13.331 carcaças e recebidos 532 insumos como bonificação, gerando uma economia de aproximadamente R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais).

O Tribunal também fez contato com as empresas Xerox e HP, para a possível celebração de novos convênios, visando o descarte ambientalmente correto dos cartuchos das referidas impressoras, gerando assim uma economia ainda maior do que a já obtida com a Lexmark e Okidata. Além disso, o TJ do Rio passou a reciclar, ainda, componentes eletrônicos.

2.2.3 - TJ do Rio reduz o consumo de papel

A implantação do processo judicial eletrônico em substituição ao de papel é um meio eficiente para atacar a morosidade e a burocracia, reduzir custos, melhorar o atendimento à população e dar transparência aos seus atos. A medida vai reduzir drasticamente o uso de papel no âmbito do TJ do Rio, favorecendo, também, o meio ambiente. Com isso, a administração do TJ não pensou apenas na questão da economia e do desmatamento, mas também na poluição e no alto consumo energético na produção dos insumos.

O projeto estratégico de redução do consumo de papel tem como objetivo estimular a criação de uma cultura corporativa de consciência ambiental.

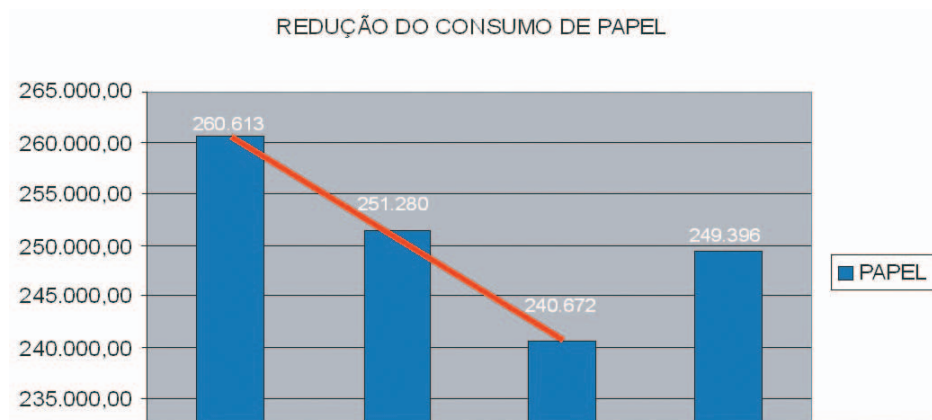
Contribuindo para a racionalização do uso de papel no ambiente de trabalho, a Presidência do Tribunal expediu dois atos no ano de 2011: o Ato Executivo 2199 e o Aviso TJ 45, recomendando a impressão frente e verso, a reutilização de papel usado, o uso de papel reciclado, a devolução de material de consumo em excesso e a solicitação de material dentro do estritamente necessário.

No primeiro semestre de 2012, o resultado alcançado foi além do esperado: comparando-

se o 1º semestre de 2012 com o 1º semestre de 2011, houve uma redução no consumo de resmas de papel per capita em 7,80%.

Percebendo efetivamente uma maior conscientização do público alvo ao longo do tempo, em consequência das ações desenvolvidas em sua gestão, o Presidente Manoel Alberto desenvolveu mais um projeto nesse sentido: a divulgação de melhores práticas de sustentabilidade por meio de um folder eletrônico, sem custo com consumo de papel e impressão, persuadindo os usuários de forma eficiente e eficaz, trazendo resultados ainda melhores.

O conjunto de ações adotadas resultou na redução de 8,3% no consumo per capita de papel ao final do ano de 2012 em comparação com 2011, representando uma economia de 20.000 resmas anuais.



2.2.4 - Cadastro de Insumos de Qualidade é implantado na Justiça fluminense

Objetivando a permanente melhoria das condições de infraestrutura e logística ao menor custo viável, o TJ do Rio implantou o Banco de Marcas, mediante cadastro de marcas pré-qualificadas de materiais de expediente, previamente avaliadas de acordo com suas características e seu desempenho.

O cadastro é renovado semestralmente, nos meses de março e setembro, mediante convocação pública dos fornecedores, observando-se os princípios da publicidade, legalidade e imparcialidade. Porém, há constante avaliação das marcas já pré-qualificadas, verificando-se se o desempenho de cada produto continua de acordo com as características especificadas.

A partir do ano de 2012, o Cadastro de Insumos de Qualidade passou a se basear também na pesquisa de avaliação do produto, realizada nas serventias do Poder Judiciário. Assim, é possível detectar as marcas que os usuários julgam insatisfatórias no aspecto qualidade, possibilitando à Administração, a qualquer momento, fazer sua exclusão, bem como a inclusão de novas marcas consideradas vantajosas.

O novo procedimento propicia a obtenção de materiais de melhor qualidade e a economia de recursos, na medida em que garante a aplicação eficaz dos recursos financeiros em materiais mais eficientes e duráveis.

2.2.5 - Projeto de redução do consumo de água e energia no TJ do Rio

O projeto estratégico de redução do consumo de água e energia elétrica visa à redução do consumo desses recursos nas unidades prediais do Poder Judiciário do Rio de Janeiro, buscando alcançar o consumo adequado e consciente. Por meio do programa, pretende-se desenvolver a conscientização do usuário, alcançando-se resultados positivos para a coletividade, bem como propiciando a criação de um padrão de comportamento para cada unidade predial, com foco na preservação dos recursos naturais e na responsabilidade de cada um, com relação à multiplicação das informações acerca do tema.

Com vistas à eficácia do controle, é realizada periodicamente a análise crítica de planilhas pelo setor competente, identificando-se o consumo adequado a cada prédio, através do monitoramento do consumo indicado nas faturas das concessionárias, e, quando se detectam desvios, é solicitada avaliação técnica à Diretoria Geral de Engenharia (DGENG).

O monitoramento do consumo predial é realizado desde o ano de 1999, com interação junto à DGENG. Ao iniciar o projeto em 2010, esse monitoramento foi reestruturado, com reformulação das planilhas, para registro mais completo de dados e melhoria da análise crítica. Em 2011, foram encaminhadas à Diretoria Geral de Engenharia sugestões de instalação de itens que geram a redução de até 50% no consumo, tais como: descargas ecológicas (dualflux), arejadores econômicos e caça vazamentos. Também foi solicitado à direção dos fóruns cronograma de limpeza de cisternas dos prédios, com orientação geral sobre procedimentos para evitar o desperdício de água.

A partir de 2012, os síndicos regionais estão sendo informados por meio eletrônico acerca do consumo de cada prédio, para atuações locais. Atualmente, eles recebem a planilha de consumo de energia elétrica e água para promoverem as ações necessárias nas unidades de cada NUR e no Fórum Central, tais como verificação de vazamentos nos banheiros, uso racionalizado dos elevadores, de acordo com o fluxo de usuários em cada prédio, e utilização dos aparelhos de ar condicionado de modo consciente. A atuação dos síndicos e diretores de fóruns como braço da Administração nos Núcleos Regionais tem sido primordial para o alcance dos bons resultados.

No ano de 2012, considerando a pontualidade no pagamento das faturas e o controle realizado pelo monitoramento exercido pelo TJERJ, a concessionária de energia elétrica AMPLA ofertou energia excedente a custo menor para algumas unidades.

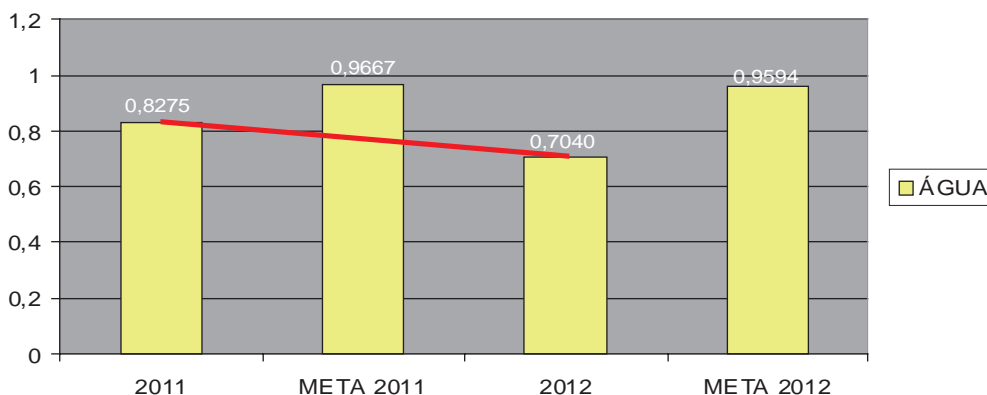
Mediante controle rígido da curva de consumo de cada prédio do PJERJ, foram acionadas as concessionárias para indicação do consumo real de cada um deles, o que acabou por proporcionar, por exemplo, a verificação e substituição de medidores de consumo de água. Com relação à energia, foram desligados os aparelhos de ar refrigerado dos corredores do Centro Administrativo, geralmente pouco movimentados, e foi instituído o rodízio, em junho de 2011, entre os quatro elevadores daquele prédio. Apenas dois elevadores funcionam depois das 20 horas, até às 8 horas do dia seguinte, resultando em economia de 11,3% somente naquele centro. A Diretoria Geral de Engenharia procedeu à revisão das demandas contratadas junto às concessionárias de energia elétrica e a substituição de aparelhos de refrigeração por outros mais novos.

Trabalhando em conjunto com as empresas de prestadores de serviço e limpeza do TJERJ, consultores externos capacitaram os terceirizados sobre o uso consciente de água e energia.

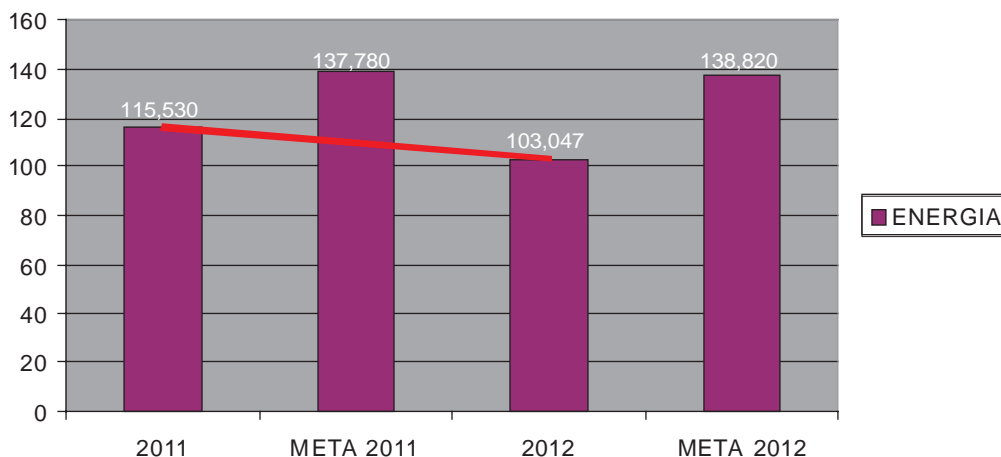
O conjunto de ações deflagradas gerou, em 2012, economia de 15% de água e 6% de energia elétrica em relação a 2011.

O compromisso do público interno com a sustentabilidade do planeta tem se mostrado presente nas ações voluntárias nas unidades prediais, o que justifica a diminuição apontada.

REDUÇÃO DO CONSUMO DE ÁGUA



REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA



2.2.6 - Despesas com telefonia

A telefonia fixa apresentou uma grande redução de valores na gestão do presidente Manoel Alberto. Em 2011, observou-se uma diminuição de custos desse serviço superior a 35% em relação ao ano de 2010.

ANO	Acumulado janeiro - dezembro	Redução
2010	R\$ 7.188.567,00	
2011	R\$ 4.662.354,00	35,2%
2012	R\$ 3.674.654,00	7,0 %

2.2.7 -Tribunal de Justiça do Rio reduz ainda mais o consumo de combustível

Em 2010, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro aderiu à meta 6/2010 do CNJ, cujo objetivo foi estimular os tribunais do país a criarem procedimentos que reduzissem o consumo de combustível, para fins ambientais e econômicos. O TJERJ conseguiu fazer com que o consumo, que era de cerca de 1 litro para cada 6,11Km rodados em 2009, passasse a ser de 1 litro para 9 Km.

Em 2011, o TJ conseguiu melhorar ainda mais o desempenho da sua frota de veículos, passando a rodar mais de 11 km por litro. Na prática, de janeiro a agosto de 2011, a frota do expediente rodou 253.735 quilômetros a mais que no mesmo período em 2010, mas com uma economia de R\$ 175.096,72. Esse ótimo resultado decorreu de fatores diversos, como aplicação de cursos de direção defensiva, realização de reuniões apontando inconsistências na condução de veículos, criação de perfis de consumo para cada modelo integrante da frota, uso exclusivo de gasolina, já que o álcool alcançou um valor acima do recomendável para uso nas viaturas “flex”, adoção de GPS para rastrear e monitorar a frota, auxiliando na eliminação de desvios de rota, no controle de velocidade e na supressão do hábito de parar o veículo com o motor ligado por conta do ar-condicionado. A substituição da frota de expediente com mais de 5 anos de uso por carros 0km também auxiliou na redução de consumo de combustível.

2.2.8 - Leilão de Carros

Seguindo preceitos de economicidade, em 2011 foram realizados quatro leilões de veículos desgastados pelo uso e considerados dispendiosos para a manutenção, fato que apresentou o resultado de 296 (duzentos e noventa e seis) veículos alienados, arrecadando um valor de R\$ 5.380.470,92 (cinco milhões, trezentos e oitenta mil, quatrocentos e setenta reais e noventa e dois centavos), revertidos para o Fundo Especial do TJERJ.

O maior benefício alcançado com a ação foi de cunho financeiro, pois, além da arrecadação da receita em favor do Fundo Especial, os leilões desse gênero propiciaram a eliminação dos custos diretos e indiretos com a manutenção e revisão desses carros, que apresentavam, recorrentemente, sérios problemas.

Além disso, o leilão dos veículos não só compensará as despesas efetuadas com a aquisição necessária de uma frota mais eficiente e nova, como também evitará a depreciação do patrimônio público. Sua realização minimiza as sérias dificuldades enfrentadas pelo Departamento de Transportes, no que tange aos espaços físicos disponíveis para a guarda dos veículos de representação.

Alinhamento e Integração

- Dentre os tribunais de grande porte (TJERJ, TJSP, TJRS e TJMG), somente o TJ do Rio e o TJRS cumpriram, no prazo determinado, a Meta 1/2011 do CNJ (“Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica”).
- A Pesquisa de Imagem Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, realizada com 1.600 pessoas, entre público interno (magistrados, servidores e terceirizados), público externo (partes e advogados) e sociedade, revelou que a média dos que percebem a gestão do TJERJ como ótima/boa foi de, respectivamente, 91%, 75% e 73%.
- Motivo de incentivo à formação do quadro de auditores internos, servidores fundamentais para a estratégia de implementação do Sistema Integrado de Gestão (SIGA), foi a edição da Resolução TJ/OE nº 02/2012, que concedeu gratificação ao servidor do PJERJ investido na função de auditor interno, como forma de compensação do período dedicado à execução da auditoria pelo servidor, já que esta é realizada sem prejuízo de suas funções.
- Em setembro de 2012, o secretário de Administração do CNJ, Sérgio Pedreira, veio conhecer o sistema de segurança institucional do TJERJ. A visita foi um reconhecimento, por parte do STF e do CNJ, da qualidade do sistema de segurança da Justiça fluminense. Para o secretário do CNJ, a estrutura do PJERJ servirá de modelo para o Conselho.

Em 2012, os representantes do TJERJ no Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME) do CNJ, participaram ativamente da elaboração

- de propostas de melhorias na gestão de documentos do Poder Judiciário. Foi aprovada e implementada a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada de Processos Judiciais, que estipula prazos de guarda e destinação final, a ser utilizada por todo o Judiciário brasileiro.

1 - GARANTIR O ALINHAMENTO ESTRATÉGICO EM TODAS AS UNIDADES DO JUDICIÁRIO

1.1 - Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

Planejamento estratégico é um método pelo qual a empresa ou instituição define a mobilização de seus recursos para alcançar objetivos previamente propostos a curto, médio e longo prazo, servindo de referência e guia para a ação organizacional. Desde o início de sua administração, o presidente Manoel Alberto Rebêlo dos Santos vem promovendo a profissionalização e o aperfeiçoamento contínuo da gestão administrativa, no âmbito do TJERJ. Essa modernização da administração pública cria as bases para a implementação da gestão estratégica, na esteira do que preconiza o CNJ.

O objetivo fundamental do “Projeto de Implementação da Gestão Estratégica Institucional” é mobilizar, direta ou indiretamente, a participação colaborativa de todos os integrantes do PJERJ, para que o Judiciário fluminense continue elevando a cada dia a qualidade da prestação jurisdicional.

O ano de 2011 foi fundamental para o avanço da implementação da gestão estratégica no Poder Judiciário fluminense, com a tomada de inúmeras ações relevantes para os resultados atuais.

A Meta 1/2011 (“Criar unidade de gerenciamento de projetos para auxiliar a implantação da gestão estratégica”), integralmente cumprida pelo PJERJ, contribuiu muito para a implementação, pelo TJERJ, das diretrizes das Resoluções nºs 70/2009 do CNJ e 21/2009 do TJ/OE.

Dentre os tribunais de grande porte (TJERJ, TJSP, TJRS e TJMG), somente o TJ do Rio e o TJRS cumpriram a meta no prazo determinado.

O Tribunal de Justiça do Rio aprovou, no biênio de 2011/2012, as novas diretrizes de seu planejamento estratégico até 2014. Com o intuito de definir a execução das metas, foi realizada a 1ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE), em novembro de 2011, no Salão Nobre da Presidência, conduzida pelo desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, presidente do TJERJ, e com a participação do corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio José Azevedo Pinto; da diretora-geral da Escola da Magistratura, desembargadora Leila Mariano; do presidente do Conselho Consultivo da Escola de Administração Judiciária, desembargador Sidney Hartung; do gestor do Fundo Especial, desembargador Milton Fernandes de Souza; dos diretores-gerais das diversas diretorias do Tribunal e dos responsáveis pelo sindicato dos serventuários, além dos juízes auxiliares da Presidência e da Corregedoria.



Em reuniões anteriores, as diretorias e equipes multifuncionais detectaram os principais problemas que afetam a operacionalização e a saúde financeira do Tribunal, e apontaram soluções. Foram cinco os temas abordados: prestação jurisdicional, gestão de pessoas,

infraestrutura predial e de tecnologia da informação, orçamento e segurança. Para cada problema apontado, sugeriu-se de quatro a cinco soluções.

O dr. Gilberto Abdelhay, juiz auxiliar da presidência, apresentou ao presidente Manoel Alberto diversas propostas que visam ao aprimoramento do desempenho organizacional do Tribunal de Justiça do Rio, tendo sido aprovados pelo presidente, entre outros projetos, os seguintes: reestruturação de cargos do quadro único do Judiciário fluminense; controle da produtividade dos magistrados e das serventias; definição de cursos anuais obrigatórios na área de gestão para magistrados; criação da Central de Monitoramento de Demandas Repetidas; fomento da baixa de processos (arquivamento definitivo); realização de exames periódicos (saúde preventiva); consulta ao Tribunal de Contas do Estado e prefeituras, para que os processos de executivos fiscais com débitos menores de R\$ 300,00 sejam resolvidos administrativamente; aprovação de um planejamento financeiro quinquenal, e definição do local para instalação do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário.

Esse trabalho definiu o caminho a ser seguido pelo Judiciário fluminense para alcançar suas metas, tendo por base os pilares da boa gestão: planejamento, sustentabilidade, motivação e meritocracia. Com o plano de ações, o TJERJ estabelece uma política para alcançar seus objetivos, de modo mais eficiente e sustentável.

Em maio de 2012, foi realizada a 2ª Reunião de Análise da Estratégia, conduzida pelo dr. Gilberto Abdelhay, juiz auxiliar da presidência, com a presença da Administração Superior e de aproximadamente 90 gestores de todas as diretorias gerais do PJERJ.

Também estiveram presentes os demais juízes auxiliares da presidência e da corregedoria, além dos responsáveis pelo sindicato dos serventuários.

Durante a reunião, foram efetuadas 15 deliberações. Outras 15 foram analisadas, gradativamente, em reuniões do presidente com os diretores-gerais, realizadas quinzenalmente, tendo em vista a complexidade dos assuntos abordados e a necessidade de aprofundamento das discussões.



Seis meses depois, em novembro, foi realizada a 3ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE), novamente no Salão Nobre, e com a participação das mesmas autoridades acima citadas. Desta vez, foram apresentados os resultados do planejamento estratégico institucional e de outros pontos críticos da gestão.

Pode ser destacado do encontro o resultado da adesão ao planejamento estratégico instituído pelo CNJ para todos os tribunais do país: o TJERJ ficou em segundo lugar, dentre os tribunais classificados como de grande porte.

Quanto às metas nacionais do CNJ para 2012, o TJERJ comemora o cumprimento de todas, conforme quadro abaixo:

Nº	METAS NACIONAIS CNJ de 2012	SITUAÇÃO
1	Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2012.	ATINGIDA
2	Julgar, até 31/12/2012, pelo menos 90% dos processos distribuídos no período de 2008 a 2010 na Justiça Militar dos Estados; e 90% dos processos distribuídos em 2007 nas Turmas Recursais e no 2º grau da Justiça Estadual.	ATINGIDA
3	Tornar acessíveis as informações processuais nos portais da rede mundial de computadores (internet), com andamento atualizado e conteúdo das decisões de todos os processos, respeitado o segredo de justiça.	ATINGIDA
4	Constituir Núcleo de Cooperação Judiciária e instituir a figura do Juiz de Cooperação.	ATINGIDA
5	Implantar sistema eletrônico para consulta à tabela de custas e emissão de guia para recolhimento.	ATINGIDA

Atualmente, os 35 projetos considerados estratégicos pela instituição foram adequadamente documentados e estão sendo monitorados de acordo com as diretrizes do CNJ.

Entre as recomendações do CNJ para o aprimoramento da gestão estratégica, estão a necessidade de melhoria da comunicação estratégica e institucional, além da elaboração de um plano integrado de aquisições e de estratégia.

Com relação à Pesquisa de Imagem Institucional do PJERJ, foi realizada com 1.600 pessoas, entre público interno (magistrados, servidores e terceirizados), público externo (partes e advogados) e sociedade. Foram medidos os índices de confiança da população no Poder Judiciário; satisfação do cliente, ou seja, grau de aprovação dos usuários do PJERJ em relação aos serviços prestados; satisfação com as instalações físicas; comunicação institucional e clima organizacional, tendo sido avaliadas a confiança, motivação e satisfação do público interno.

Um dos pontos que chamaram a atenção foi a percepção geral dos entrevistados acerca da gestão do Poder Judiciário do Estado do Rio, já que, entre o público interno, externo e sociedade, a média dos que percebem a gestão do TJERJ como ótima/boa foi de, respectivamente, 91%, 75% e 73%.

Outras propostas aprovadas pela Administração Superior foram a implementação de plano de obras institucional, a aquisição de sistema informatizado para gestão estratégica e o detalhamento e autuação dos novos projetos propostos para análise da Administração.

No quadro a seguir, a evolução do número de reuniões de análise da estratégia. Foi estabelecido pelo CNJ que, até 2014, devem ser realizadas pelo menos quatro reuniões anuais, mantendo-se esse número de forma permanente:

EVOLUÇÃO COMPARATIVA DO RESULTADO
REALIZAÇÃO DE REUNIÕES DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA - GESTÃO PARTICIPATIVA



1.2 - Encontro de gestores e gestão de projetos

Em abril de 2011, foi realizado o IV Encontro de Gestores do PJERJ, com o objetivo de fortalecer a implementação do planejamento estratégico no Tribunal de Justiça e apresentar aos gestores os projetos preliminarmente propostos pelas áreas da administração.

O evento reuniu 130 diretores do Tribunal de Justiça e juízes auxiliares no Hotel Guanabara, no Centro do Rio, onde foram apresentados projetos, metas e o planejamento estratégico, que define todas as ações da administração da Justiça fluminense para os próximos anos.

O presidente Manoel Alberto Rebêlo abriu o evento e, ao lado do corregedor-geral da Justiça e do segundo vice-presidente, esclareceu que a partir daquele encontro seriam definidos os projetos estratégicos viáveis, conforme as condições financeiras do Tribunal.

O dr. Gilberto Abdelhay, juiz auxiliar da presidência, apresentou pesquisas que tratam da imagem do Judiciário no Brasil e no Rio. O magistrado destacou, também, como um dos objetivos do encontro, a promoção do alinhamento estratégico, que, em última análise, é a coordenação dos diversos projetos estratégicos, para que haja integração de esforços e tudo convirja para a conquista dos objetivos organizacionais. Já os diretores-gerais e gestores apresentaram seus indicadores e projetos estratégicos, justificando seu desenvolvimento, as metas, as principais ações, os custos e os resultados já alcançados.

No evento, foram apresentadas 87 propostas de projetos estratégicos, que, posteriormente, a partir de critérios de classificação e priorização das propostas, envolvendo uma reflexão inicial das próprias áreas proponentes, foram reduzidos para 32 projetos dessa natureza.

1.2.1 - Resolução TJ/OE nº 13/2012

Desde 2011, especialmente após a realização das reuniões para a priorização dos projetos estratégicos do PJERJ, percebeu-se a necessidade de atualizar a Resolução TJ/OE 21/2009.

Assim, em abril de 2012, foi aprovada pelo Órgão Especial, por unanimidade, a Resolução TJ/OE nº 13/2012, tendo sido publicada no DJERJ em 24/04/2012, definindo 46 indicadores estratégicos (com medição trimestral) e 32 projetos estratégicos no planejamento do PJERJ (ao final de 2012, o Tribunal conta com 35 projetos estratégicos).

1.2.2 - Projetos Estratégicos

Durante a medição dos resultados anuais de 2011, verificou-se a necessidade de se aprimorar os formulários de documentação dos projetos, bem como de estimular seu desenvolvimento.

Atualmente, estão em desenvolvimento no PJERJ os seguintes projetos:

Unidade	Programas e Projetos Estratégicos
DGJUR	Aumentar a agilidade do trâmite judicial do 1º Grau
	Aumentar a agilidade do trâmite judicial do 2º Grau
	Aumentar a agilidade do trâmite judicial na fase de execução
DGLOG	Programa de Redução do Ciclo de Contratação (fase pré-contratação e fase licitatória)
	Programa de Eficiência Operacional para a Redução de Custos (redução do consumo de papel, água e energia)
DGTEC	Sistema virtual de feitos judiciais (processo eletrônico)
	Fortalecimento da segurança de sistemas de informações
	Atualização do parque tecnológico e acréscimos
	Contingenciamento da rede corporativa
	Aderência do PDTI-PJERJ ao planejamento estratégico de TI aprovado pelo CNJ
	Garantir a alta disponibilidade de sistemas mediante base de dados de contingência
DGCON	Aperfeiçoar a gestão arquivística do PJERJ
	Gestão do conhecimento: do aperfeiçoamento da pesquisa à inovação no PJERJ
CGJ/ DGADM	Erradicação do sub-registro civil de nascimento e ampliação do acesso à documentação básica
CGJ/DGFEX	Sistema Extrajudicial Integrado (SEI)
GABPRES	Justiça Itinerante – UPP
	Promover a responsabilidade socioambiental no PJERJ
DGDIN	Implementar a gestão estratégica no PJERJ
	Implementar metodologia de gestão de processos de trabalho no PJERJ
	Implementar o Sistema Integrado de Gestão nas unidades organizacionais do PJERJ (unidades executoras e unidades prestadoras de jurisdição)
EMERJ	Plano estratégico de capacitação de magistrados do PJERJ
DGPES	Plano estratégico de capacitação de servidores do PJERJ
	Implementar ações de gestão de pessoas por competências (modelo de capacitação de secretário de Juiz)
	Processo de avaliação especial de desempenho
	Programa Qualidade de Vida
DGSEI	Programa de Segurança Institucional (CFTV / operador de CFTV / alarme presencial / controle de acesso)
	Centro Integrado de Segurança do PJERJ (CISPJ)

Unidade	Programas e Projetos Estratégicos
DGENG	Padronização predial
	Acessibilidade
	Sustentabilidade
	Descentralização da manutenção
DGPCF	Orçamento de alto envolvimento organizacional

1.2.3 - Primeiros resultados objetivos

Com as ações realizadas em 2011, foi possível medir, pela primeira vez, desde a publicação da Resolução TJ/OE 21/2009, o resultado de indicadores definidos pelo CNJ e considerados como reflexos dos resultados para a implementação da gestão estratégica, conforme pode ser observado a seguir:

Indicadores Estratégicos	Meta 2011	Resultado em 2011
IE 20. Gestão Participativa	Realizar 1 Reunião de Análise da Estratégia em 2011	1 Reunião de Análise da Estratégia realizada em 2011
IE 21. Índice de Sucesso dos projetos estratégicos	40% de sucesso nos projetos estratégicos	52% dos projetos estratégicos tiveram sucesso em 2011
IE 33. Índice de Alcance das Metas Estratégicas	54% de alcance das metas dos indicadores estratégicos	54% das metas definidas para os indicadores estratégicos foram alcançadas

1.3 - Aprimoramento da gestão estratégica

1.3.1 - Capacitação de gestores

Em agosto de 2011, foi realizado o Curso de Implementação de Escritório de Projetos (PMO - Project Management Office), capacitando, aproximadamente, 32 servidores do TJERJ, entre eles, diretores-gerais e representantes de diretorias (RAS/RD), além de gestores de projetos.



O treinamento contribuiu para que as equipes passassem a trabalhar de forma colaborativa, visando ao cumprimento da Meta 1/2011 do CNJ.

No último dia do evento, foi realizado o jogo de negócio Challenge of Egypt, por meio do qual os servidores atuaram em ambiente simulado de gerenciamento

de um projeto complexo no caso, a construção da pirâmide de Quéops, o que estimulou a aplicação das melhores práticas em planejamento e gestão de projetos, identificação da resposta aos riscos, estruturação do cronograma e atividades do projeto.

Em 2012, o Tribunal de Justiça do Rio ampliou a capacitação específica e manteve os cursos que já vinham sendo realizados desde 2010, visando ao aprimoramento das análises estratégicas e do desenvolvimento dos projetos.

Desde o início da capacitação, além do curso de PMO, foram desenvolvidos projetos em que os servidores passaram por um treinamento aprimorado, incluindo os seguintes cursos:

Cursos	Nº. turmas realizadas (2010, 2011 e 2012)	Total de gestores capacitados (2010, 2011 e 2012)
Metodologia de Implementação de Projetos	14 turmas	200
Balanced Scorecard (BSC)	9 turmas	200
Implementação de Escritório de Projetos (Workshop)	1 turma	30
Gerenciamento de Riscos em Projetos	2 turmas	55
Estatística e Análise de Dados (Curso constante da grade da ESAJ, cuja realização foi solicitada pela DGDIN para gestores específicos)	3 turmas (público-alvo específico)	50
Pós-Graduação em Gestão de Projetos	1 turma	47

1.4 - Outras medidas estratégicas

Administração Superior realiza reuniões com juízes e gestores para debater temas relativos à administração do PJERJ

Tendo por base os resultados das metas prioritárias fixadas pelo CNJ, bem como as deliberações das duas primeiras Reuniões de Análise da Estratégia (RAE), ocorridas, respectivamente, em novembro de 2011 e em maio de 2012, a Administração Superior passou a realizar reuniões periódicas com juízes, diretores-gerais e outros órgãos, com o objetivo de aprimorar a gestão do PJERJ. Os encontros foram os seguintes:

1.4.1 Reunião com juízes auxiliares da presidência, juízes dirigentes de NUR e diretores-gerais - 16/03/2012



O presidente do Tribunal de Justiça do Rio se reuniu, em 16 de março de 2012, com os juízes auxiliares da presidência, os diretores-gerais do TJERJ, os juízes dirigentes dos Núcleos Regionais visitados em 2011 (2º, 4º, 5º, 6º, 12º e 13º NUR) e os respectivos síndicos, para debater temas relativos à administração da Justiça estadual.

Na pauta, assuntos como segurança, organização, construções e reformas dos fóruns e virtualização das varas e câmaras cíveis, além de aspectos da vida funcional dos servidores, entre outros, foram discutidos por todos os presentes, que apresentaram projetos, opiniões e críticas.

Com relação à segurança, foram apresentados, entre outros: projeto para a instalação de alarmes e de detectores de metais nas entradas dos fóruns; cronograma de treinamento de servidores em situações de escape e cronograma de inspeção de todos os extintores de incêndio existentes nas serventias judiciais e administrativas do PJERJ. Quanto à organização, uma das metas é o aperfeiçoamento da sinalização visual dos prédios; outra diz respeito ao estabelecimento de um cronograma de instalação de novas impressoras.

Segundo o presidente Manoel Alberto, o Tribunal resolveu apostar na criação dos Centros de Conciliação Pré-Processual, pois um grande número de acordos celebrados na fase pré-processual evita o mesmo número de novas ações a serem distribuídas para os juízes. Até agora foram criados dois desses centros: um no Complexo Judiciário da Comarca da Capital e outro na Regional da Barra da Tijuca.

1.4.2 Reunião com juízos com mais processos pendentes relativos às metas do CNJ - 16/04/2012



A finalidade principal da reunião foi sensibilizar os magistrados, quanto à importância do cumprimento das metas do CNJ. Para tanto, foram chamados os juízes que respondem (como titulares e/ou substitutos) pelos 69 juízos com mais de 120 processos pendentes de cumprimento das metas do CNJ (somando-se as metas 2/2009 e 2/2010).

1.4.3 Reunião com desembargadores de Câmaras Criminais (03/05/2012) e de Câmaras Cíveis (08/05/2012)

O presidente se reuniu com os desembargadores das Câmaras Criminais e Cíveis do PJERJ, a fim de tratar de temas relacionados às metas prioritárias do CNJ.

O dr. Gilberto Abdelhay, juiz auxiliar da presidência, expôs as metas de 2012 e as metas que ainda não foram cumpridas, mas que estão em andamento.

“O objetivo desta reunião é trazer esclarecimentos e buscar soluções para o cumprimento das metas. É importante informar os magistrados, para que possam ser tomadas providências efetivas”, destacou o juiz.

1.4.4 Reunião com juízes de Turmas Recursais - 14/05/2012

O dr. Gilberto Abdelhay, juiz auxiliar da presidência, se reuniu com os juízes de Turmas Recursais, a fim de tratar de temas relacionados às metas prioritárias do CNJ.

Na reunião, foram apresentadas as metas de 2012 e as metas de anos anteriores que ainda não foram cumpridas, mas que estão em andamento, destacando-se a necessidade de empenho dos magistrados para alcançá-las.

1.4.5 Reunião com prefeitos e procuradores dos municípios - 15/05/2012

O presidente do Tribunal de Justiça realizou reunião com os prefeitos dos municípios fluminenses, com exceção da Capital, para tratar do acervo judicial de processos de execução fiscal. “O objetivo é conseguir a cooperação das prefeituras para diminuir no Judiciário o acervo desse tipo de processo, e, por outro lado, aumentar a arrecadação dos municípios”, afirmou o desembargador Manoel Alberto.

Na ocasião, foi pedido às prefeituras que ainda não haviam firmado parceria com o TJ, que o fizessem. Ao final, a presidência do Tribunal de Justiça solicitou aos prefeitos que incentivassem o Poder Legislativo de seus municípios a editar leis que fixem um limite mínimo de valor da execução fiscal para o ajuizamento de ações. Também foi proposto aos prefeitos que estabelecessem procedimentos que permitissem o protesto de débitos inscritos na dívida pública, além da virtualização da dívida ativa e do aperfeiçoamento dos convênios pertinentes.

1.4.6 Reunião com juízes de Varas de Órfãos e Sucessões - 21/05/2012

O presidente se reuniu com os juízes de Varas de Órfãos e Sucessões, com o objetivo de tratar das metas prioritárias do CNJ.

Na reunião, destacou-se que a finalidade do encontro era buscar soluções conjuntas para o cumprimento das metas estabelecidas.

1.4.7 Reunião com juízes dirigentes de Núcleos Regionais - 28/05/2012



O presidente se reuniu com os juízes dirigentes de Núcleos Regionais, para tratar das metas prioritárias do CNJ e buscar soluções conjuntas para o cumprimento das mesmas. Foi destacada, ainda, a importância do papel do juiz dirigente na coordenação das atividades jurisdicionais em cada NUR, além do impacto de sua atuação para o desempenho de cada região.

1.4.8 Reunião com juízes de Varas de Fazenda Pública e Rioprevidência - 25/06/2012

O Tribunal de Justiça do Rio realizou reunião entre os magistrados das 12 Varas de Fazenda Pública da Comarca da Capital e a diretoria do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (Rioprevidência). O encontro foi realizado a pedido dos

próprios juízes, devido ao grande número de processos em andamento nessas serventias que dependem de informações do Rioprevidência para serem julgados, bem como para assegurar que o órgão previdenciário cumpra as decisões dos magistrados, a exemplo dos processos de revisão ou de instituição de pensão em favor de beneficiários.

A reunião também serviu para possibilitar a abertura de um canal de comunicação diretamente com o Rioprevidência: “Conforme ficou estabelecido no encontro, o recebimento de ofícios destinados ao fundo previdenciário será, a partir de agora, centralizado em sua diretoria jurídica, para que as respostas possam vir no prazo de 10 dias, possibilitando, assim, a ágil conclusão das ações”, informou, na ocasião, o juiz auxiliar da presidência Gilberto Abdelhay.

1.5 - Aproximação do presidente com a primeira instância



Ao assumir a presidência do TJERJ, o desembargador Manoel Alberto declarou ser o 1º grau de jurisdição sua prioridade. Em busca de uma aproximação maior com os juízes de primeira instância, e, objetivando promover a descentralização administrativa, percorreu, durante a sua gestão, conforme anunciara, grande parte das comarcas dos Núcleos Regionais (NUR).

Nas visitas, o presidente ouviu solicitações, sugestões e elogios dos juízes, servidores e cidadãos. Além disso, fez um levantamento das instalações dos prédios dos fóruns e das condições de funcionamento das serventias.

As primeiras visitas abrangeram as comarcas de Belford Roxo, Queimados, Nova Iguaçu, Nilópolis, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias e São João de Meriti, as quais integram o 4º Núcleo Regional (NUR).

Estreitando o relacionamento entre presidência e NUR, em junho de 2011 os juízes dirigentes dos 13 Núcleos Regionais foram recebidos pelo presidente e pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio José Azevedo Pinto, no Fórum Central da Capital. No encontro, foram discutidos diversos assuntos e apresentados projetos de construção de novos fóruns, tendo sido enfatizada a importância da integração dos juízes dirigentes com a presidência do Tribunal e a Corregedoria. Na ocasião, foi disponibilizado um carro para cada NUR, com o intuito de aprimorar a prestação jurisdicional.

Três meses mais tarde, o presidente do Tribunal de Justiça do Rio entregou aos síndicos dos Núcleos Regionais rádios nextel, objetivando dar apoio operacional às unidades administrativas regionais e facilitar o contato destas com as diretorias gerais do TJERJ. Na mesma ocasião, o desembargador Manoel Alberto concedeu aos serventuários que desempenham o papel de síndico regional uma gratificação funcional, reconhecendo, assim, a importância do trabalho dos NUR para o Judiciário fluminense.

Em vários encontros, ao longo do biênio de 2011/2012, o presidente ressaltou a importância da conscientização de todos para evitar o desperdício de água, luz e papel. Fez um apelo para que os servidores utilizassem o verso e anverso das folhas e fez questão de esclarecer que todos os projetos do TJERJ passaram a adotar soluções ambientalmente sustentáveis, a exemplo dos prédios de teto verde, do sistema de captação de água das chuvas para utilização na limpeza e na jardinagem, dos bicicletários e, sempre que possível, da utilização de vidros claros para o aproveitamento da luz solar.

O desembargador Manoel Alberto promoveu, ainda, periodicamente, reuniões com os juízes e diretores-gerais, de modo a avaliar se as soluções que resultaram dos encontros e foram implementadas resolveram os problemas constatados nas idas às comarcas do interior.

1.5.1 - Democratização do Centro de Estudos e Debates

Na gestão do presidente Manoel Alberto, o Centro de Estudos e Debates (CEDES), órgão de pesquisa e investigação do TJERJ, dedicado ao levantamento e conhecimento de questões jurídicas controversas, no biênio 2011/2012, organizou o I e II Encontros de Juízes com Competência Cível, objetivando consolidar entendimentos no Primeiro Grau de Jurisdição. Anteriormente, eventos como esse reuniam exclusivamente desembargadores, para deliberação sobre os assuntos controvertidos no segundo grau de jurisdição.

A redação atribuída à Resolução do Órgão Especial n. 06/2013, ao alterar a redação do inciso I do art. 1º. da Resolução OE n. 04/2001, complementou e finalizou o trabalho de democratização do CEDES, tornando regimental a participação do juiz de 1º Grau, possibilitando o estudo de matérias que estejam a suscitar controvérsias de interpretação nos órgãos julgadores de primeiro e segundo graus do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. A referência expressa aos dois graus de jurisdição modifica a imagem do CEDES como um órgão, antes, exclusivamente voltado para o segundo grau, democratizando a ação do Centro de Estudos.

Os encontros promovidos pelo CEDES, sob a direção-geral do desembargador Carlos Eduardo Fonseca Passos, em junho e agosto de 2012, ambos na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), debateram, o primeiro, sobre 13 proposições acerca do tema “Segurança Jurídica no Mercado Imobiliário”, aprovando 5 enunciados cíveis; e, o segundo, sobre 31 proposições acerca do tema “Questões Cíveis Recorrentes”, quando foram aprovados 13 enunciados cíveis.

1.6 - Implementação e expansão do SIGA

1.6.1 - TJERJ aperfeiçoa e amplia seu sistema de gestão

O Sistema Integrado de Gestão (SIGA) permite estruturar a administração das unidades organizacionais do PJERJ, com o objetivo de promover a melhoria contínua dos processos de trabalho e dos serviços prestados à sociedade, com conseqüente aumento da satisfação dos usuários da Justiça fluminense.

Dentre os benefícios alcançados com a implementação do SIGA, podemos citar, entre

outros, a documentação das atividades desenvolvidas em rotinas administrativas; a minimização do retrabalho; a redução do custo operacional e das não conformidades do serviço; o aumento da integração entre processos de trabalho e unidades; o aumento do investimento em capacitação e qualificação pessoal; a utilização de critérios objetivos para a tomada de decisões, além do auxílio para o alcance da visão institucional.

A implementação é realizada de forma gradual, e por meio de três níveis de gestão.

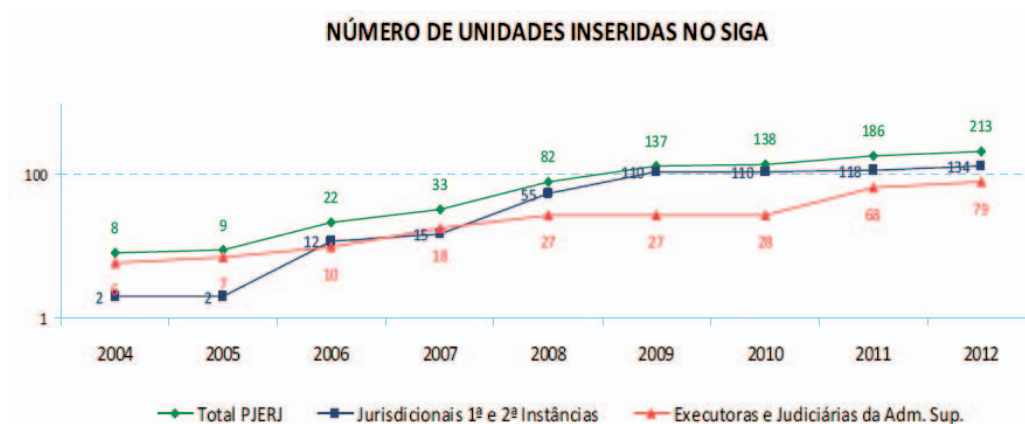
O Básico compreende direcionadores estratégicos, processos de trabalho, ambiente de trabalho e gerenciamento de recursos.

O Planejado abrange conhecimentos sobre comunicação interna, pesquisa de satisfação e de opinião, controle de documentos e de registros, gestão de competências e acompanhamento do mapa de indicadores para unidades prestadoras de jurisdição.

No Gerenciado, a unidade organizacional é capaz de estabelecer objetivos; analisar indicadores; controlar e tratar produtos não conformes; realizar inspeção cartorária (para unidades prestadoras de jurisdição); analisar criticamente o SIGA; estabelecer e acompanhar projetos, além de elaborar o Relatório de Informações Gerenciais (RIGER), sendo que estes dois últimos itens são direcionados apenas para unidades executoras e judiciárias da Administração Superior.

O SIGA é considerado implementado nas unidades organizacionais que alcançam, com sucesso, o nível Gerenciado.

No biênio 2011/2012, foram 75 novas unidades inseridas no SIGA, de um total de 213, considerando-se os níveis Básico, Planejado e Gerenciado/Certificadas, conforme gráfico a seguir:



1.6.2 - Formação do quadro de auditores internos do SIGA

A formação do quadro de auditores internos é parte fundamental da estratégia de implementação do SIGA.

O objetivo é desenvolver competências essenciais em servidores selecionados para atuação em auditorias de gestão, gerando com isso economia na contratação, ao mesmo tempo que se forma um grupo multiplicador dos princípios da qualidade.

No biênio 2011-2012, foram formados 21 auditores, chegando-se ao total de 36 auditores aptos no quadro funcional.

Motivo de incentivo à formação do quadro de auditores internos foi a edição da Resolução TJ/OE nº 02/2012, que concedeu gratificação ao servidor do PJERJ investido na função de auditor interno, como forma de compensação do período dedicado à execução da auditoria pelo servidor, já que esta é realizada sem prejuízo de suas funções.

Diante do grande número de auditorias, o Tribunal ainda necessita contratar especialistas com custo mais elevado que o da gratificação (R\$ 1.081,44 contra R\$ 295,78). A gradativa substituição do profissional externo por auditores internos proporcionou economia para o PJERJ, conforme a seguir:



1.6.3 - Sistema de Gestão é reconhecido pela Administração Superior

O TJERJ promoveu em 2012 três solenidades para entrega dos certificados ISO 9001:2008 e dos diplomas do Sistema Integrado de Gestão (SIGA) a magistrados e gestores. Nas ocasiões, o presidente do TJERJ enalteceu o trabalho das unidades e disse que a sociedade fluminense é a maior vencedora pelos diplomas e certificados conquistados.

Na primeira, ocorrida aos 20 de abril de 2012, no Auditório Antonio Carlos Amorim, conforme resultado apresentado em 2011, foram homenageadas pela certificação e recertificação: a Secretaria do Conselho da Magistratura, o Departamento de Coordenação e Controle da Movimentação de Expedientes, a 9ª, 16ª, 19ª, 28ª, 29ª e 32ª Varas Criminais, a 3ª e 4ª Varas Cíveis de Madureira, o XXVII Juizado Especial Cível, a 1ª Vara Empresarial, a Secretaria



das Turmas Recursais, a Central de Cumprimento de Mandados das Varas Cíveis da Capital, a Diretoria Geral de Fiscalização e Assessoramento Judicial, a Diretoria Geral de Fiscalização e Apoio às Serventias Extrajudiciais, o Departamento de Desenvolvimento de Pessoas e o Departamento de Gestão da Arrecadação.

Igualmente foram homenageadas as Varas Cíveis do 2º, 4º, 6º e 12º Núcleos Regionais pela implementação do SIGA nos níveis básico e gerenciado.

Na ocasião, a juíza Érica de Paula Rodrigues Cunha, dirigente do 12º NUR, destacou a importância do SIGA na gestão das serventias. “O sistema trouxe benefícios não só para a organização da serventia, mas para o próprio servidor. O SIGA proporcionou a democratização da gestão, já que todos estão comprometidos. Esta solenidade é muito importante porque sem continuidade, a gestão da qualidade não tem como ter êxito”, completou.

Na segunda, no dia 30 de novembro de 2012, receberam os certificados as unidades que conquistaram a recertificação em 2012: a 3ª, 7ª, 8ª, 18ª e 35ª Varas Cíveis da Comarca da Capital; o IX Juizado Especial Criminal da Barra da Tijuca; a 5ª Vara de Órfãos e Sucessões da Comarca da Capital; o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos e a Escola de Administração Judiciária.

Em seguida, foram entregues os diplomas para as varas cíveis do 2º, 3º, 6º, 11º e 12º Núcleos Regionais e também às diretorias-gerais de Controle Interno, de Gestão do Conhecimento e de Planejamento, Coordenação e Finanças com respectivos departamentos.

“Eu estou orgulhoso do que vejo aqui hoje. Tenho alguns motivos para estar orgulhoso e um desses é ter trazido a EMERJ para cá, que hoje conta com uma alta tecnologia. Hoje vi aqui algumas cenas que me emocionaram muito, em notar como vocês se empenharam para estar aqui. Algumas regionais tiveram todas as varas certificadas. Quero parabenizá-los e dizer do orgulho que sinto por todos vocês”, disse o presidente Manoel Alberto.



O presidente Manoel Alberto entrega o certificado ao diretor do DEGEA

Na terceira solenidade, no dia 15 de janeiro de 2013, como resultado do trabalho realizado em 2012, receberam os certificados ISO 9001-2008 e diplomas do Sistema Integrado de Gestão – SIGA: o Departamento de Autuação e Distribuição Cível, da 1ª Vice-Presidência, o Departamento de Autuação e Distribuição Criminal, da 2ª Vice-Presidência, a 1ª e 2ª Varas Cíveis de Duque de Caxias, 1ª Vara Cível de Nilópolis, a 1ª Vara Regional de Vila Inhomirim e as unidades da 3ª Vice-Presidência, das diretorias-gerais de Logística, de Gestão de Pessoas e de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais, da Ouvidoria-Geral e da Corregedoria Geral da Justiça.

1.6.4 - Certificação ISO 9001:2008 de unidades do PJERJ

Utilizada como estratégia para a modernização da gestão do PJERJ, a certificação ISO 9001:2008 é o resultado da busca pelo reconhecimento público e formal do sistema de gestão implementado nas unidades do Tribunal de Justiça.

No biênio 2011/2012, mais 21 unidades obtiveram a certificação de seus sistemas de gestão, totalizando 59 unidades certificadas. O crescimento representou um aumento de mais de 55,26% em relação ao biênio anterior.

Um dos fatores que contribuíram para isso foi a certificação multi-site das 14 Varas Cíveis do 5º Núcleo Regional em 2011, iniciativa pioneira no projeto de certificação e ainda da Secretaria do Conselho da Magistratura (SECCM) e do Departamento de Coordenação e Controle da Movimentação de Expedientes (DECME), da Diretoria Geral de Logística.

1.6.5 - TJ realiza no 5º NUR primeira certificação ISO simultânea

As Varas Cíveis do 5º NUR tiveram tanto sucesso com a implementação do SIGA que conseguiram, de forma inédita, a certificação multi-site de 14 varas. O grupo recebeu a certificação do sistema de gestão da qualidade, em conformidade com a norma NBR ISO 9001:2008, de forma simultânea e solidária.

Na auditoria realizada no período de 7 a 11 de novembro de 2011, a equipe de auditores da empresa certificadora concluiu que as varas cíveis auditadas estão com o sistema de gestão implementado e cumprem as condições de certificação.



O presidente Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, com o juiz dirigente do 5º NUR Alexandre Custódio Pontual e a RAS do 5º NUR Deise Maria Natividade Freitas

Pelo sistema de certificação multi-site, há uma função central identificada que normalmente é designada como escritório central, em que determinadas atividades são planejadas, controladas ou gerenciadas, havendo uma rede de escritórios locais ou filiais (sites), onde tais atividades são executadas completa ou parcialmente. Nesse modelo, todas as varas possuem vínculo com a função central e integram um sistema de gestão comum, ficando a cargo do 5º NUR a centralização e a supervisão contínua das varas certificadas.

Nesse modelo, avalia-se o desempenho do conjunto das varas. Todos têm que obter um bom resultado para receber a certificação. Por isso, os objetivos a serem alcançados são comuns. Ainda assim, são preservadas as peculiaridades de cada uma. Todas as serventias, por exemplo, têm que diminuir o acervo de processos, mas cada uma fará a redução que o seu tamanho e peculiaridade permitirem.

A implantação desse modelo traz benefícios aos envolvidos, quando induz tomadas de decisão com visão sistêmica e reduz a dispersão de esforços em trabalhos paralelos, além de otimizar o fluxo de informações, minimizando a ocorrência de erros.

Em 2012, conquistaram o certificado a 2ª Vice-Presidência e mais quatro varas cíveis da Baixada Fluminense (4º NUR).



O crescimento representou um aumento de mais de 55,26% em relação ao biênio anterior.

1.6.6 - Gestão por processos de trabalho

1.6.6.1 - Gestão do Acervo Documental

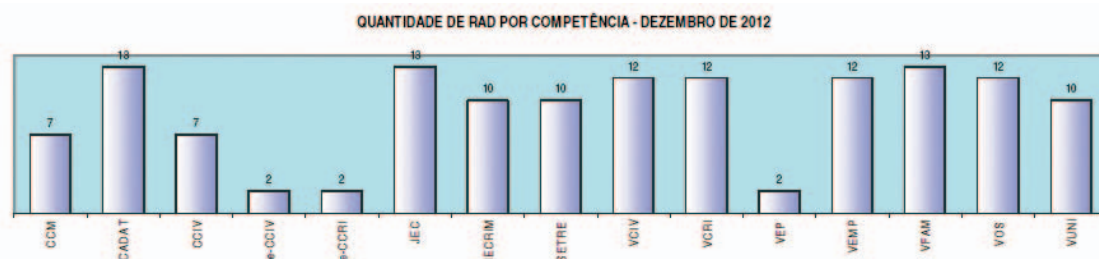
A gestão do acervo documental auxilia as unidades organizacionais na padronização e estabelecimento de critérios para a organização dos arquivos correntes das unidades organizacionais do PJERJ, especialmente aquelas inseridas no SIGA.

As reuniões de orientação são realizadas na própria unidade solicitante, juntamente com o gestor, para prestar esclarecimento do escopo do trabalho, bem como orientar o responsável pelo arquivo corrente, quanto à organização do acervo documental da unidade.

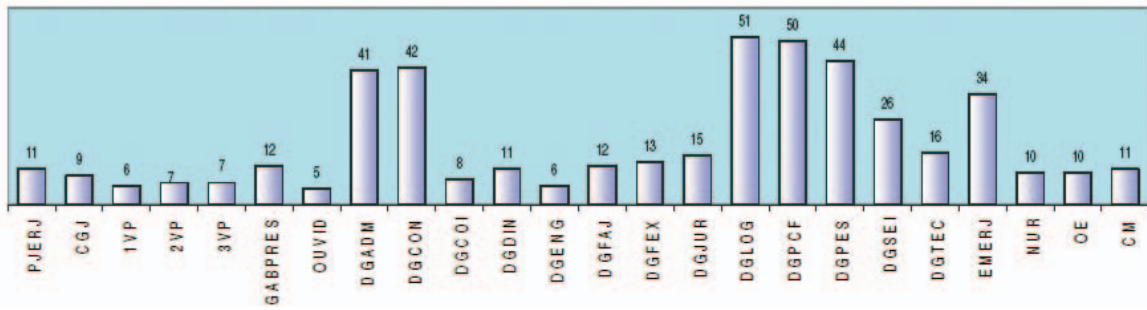
Para auxiliar as unidades, estão disponíveis aos usuários o Manual de Arquivos Correntes; o Código de Classificação de Documentos (CCD) e a Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), que contém orientações pormenorizadas dirigidas aos responsáveis pelos arquivos correntes.

1.7 - Evolução da Implementação da Gestão de Processos de Trabalho no PJERJ

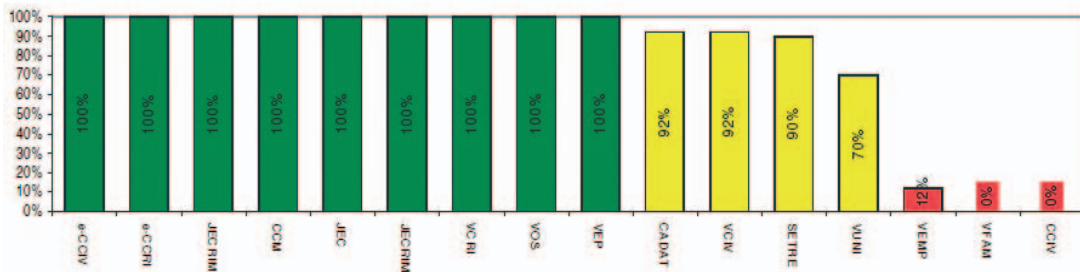
O PJERJ possui um acervo de mais de 1.580 documentos publicados no Sistema Integrado de Gestão, sendo 589 rotinas administrativas elaboradas pelas suas unidades organizacionais com o apoio da DGDIN, com um índice de 87% de RAD revisadas.



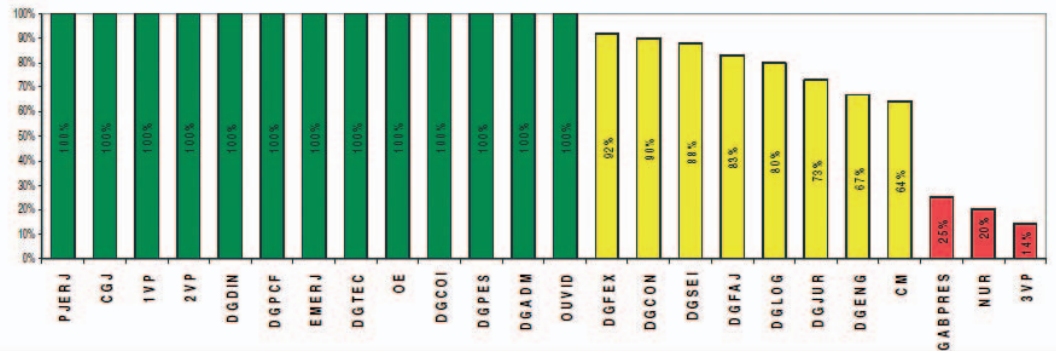
QUANTIDADE DE RAD POR UNIDADE EXECUTORA DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR - DEZEMBRO DE 2012



MONITORAMENTO DE RAD REVISADA POR COMPETÊNCIA - DEZEMBRO DE 2012

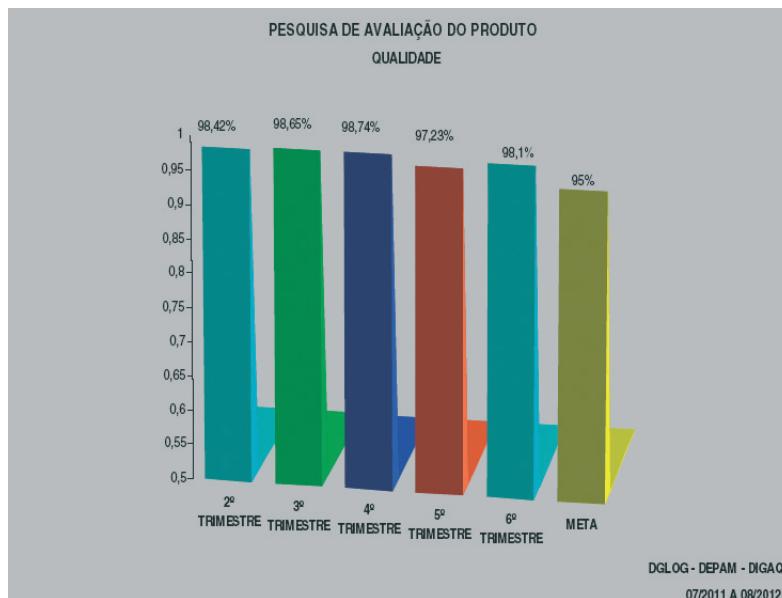
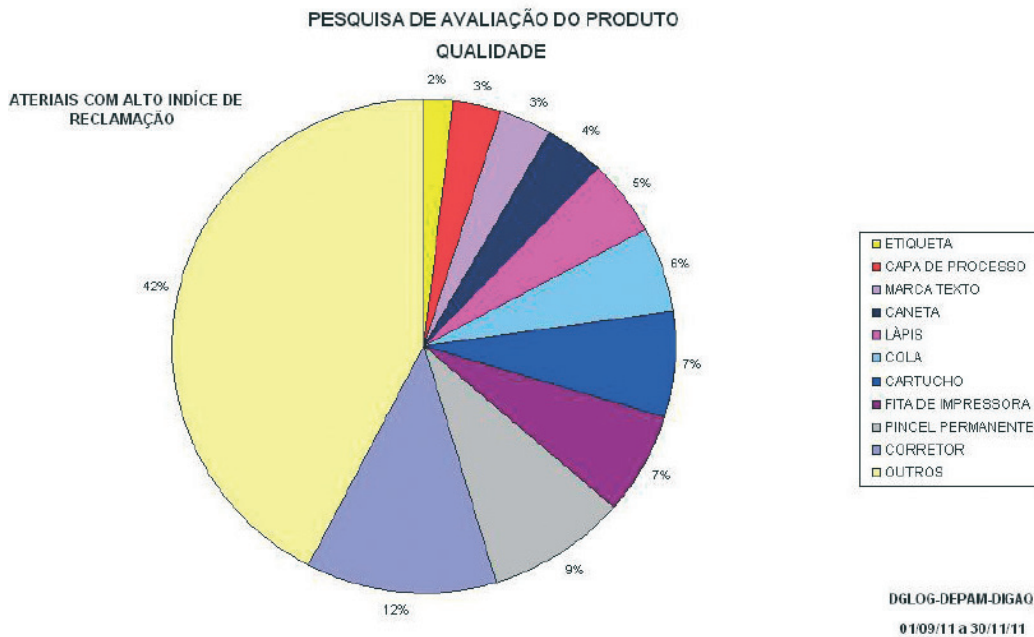


MONITORAMENTO DE RAD REVISADA POR UNIDADE EXECUTORA DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR - DEZEMBRO DE 2012



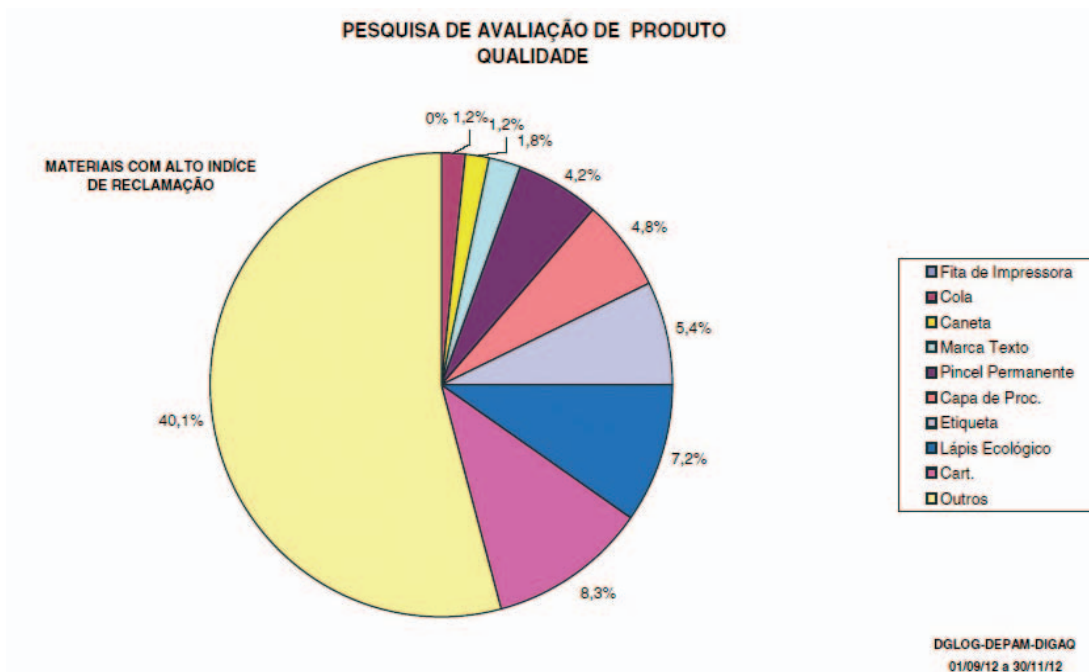
No ano de 2012, foram mais de 200 novos documentos incorporados ao SIGA/PJERJ, ampliando o nível de adesão e participação das unidades do PJERJ, com relação ao Sistema Integrado de Gestão, o que gerou o mapeamento de novos processos de trabalho. Com base na Resolução TJ/OE nº 16/2009, autorizando a implantação do processo eletrônico no âmbito do TJERJ e buscando aprimorar os serviços judiciais e uma Justiça mais eficiente, no ano de 2012 foi realizado o mapeamento do processo eletrônico de três competências jurisdicionais: Câmara Criminal, Câmara Cível e Vara Cível. As rotinas administrativas referentes aos aludidos segmentos já se encontram publicadas no endereço <http://www.tjrj.jus.br/web/guest/intrav2/siga/rotina-admin/rot-adm>

1.7 - TJERJ realiza pesquisa de avaliação do produto



Desde 2011, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro oferece, na intranet, uma pesquisa para medir a qualidade dos materiais de consumo utilizados no âmbito do PJERJ. A Pesquisa de Avaliação do Produto, disponível em caráter permanente, está em sua sexta edição e monitora o desempenho dos materiais de consumo utilizados pelas serventias. É um método que também permite ao usuário expressar a sua opinião sobre a eficiência desses materiais de forma transparente e que contribui para melhorar o rol de produtos utilizados, mediante a indicação de novos marcos.

O índice de avaliação dos materiais de consumo tem alcançado, em média, 98,06 % de satisfação, bastante superior à meta estabelecida de 95%. São mais de 8 mil itens



analisados e a qualificação de desempenho feita pelo usuário passa pelas opções “ótimo”, “bom”, “regular”, “ruim” ou “péssimo”.

No período de um ano de avaliação das pesquisas, os índices de respostas negativas representam menos de 3%. Os 10 produtos com maior índice de rejeição são selecionados e colocados sob análise mais detalhada em relação ao seu desempenho. Desse modo, o TJ do Rio faz, por meio da elaboração de relatórios analíticos, a propositura de ações corretivas ou até mesmo alternativas, que poderão levar à substituição do produto. Como consequência, várias marcas têm sido substituídas ao longo desse processo pioneiro, entre outras, a da caneta, da cola, do marca texto e, recentemente, do lápis. Neste último caso, o TJERJ adotou o lápis ecológico, que, além de ser de uma tradicional marca no mercado, oferece como opção contribuir com a preservação do meio ambiente. Aliás, esta tem sido uma preocupação constante do TJERJ, que pesquisa e especifica, para consumo, materiais em consonância com a política de sustentabilidade do Judiciário fluminense.

O Cadastro de Insumos de Qualidade (CIQ) é mais uma ferramenta disponibilizada na internet, com o objetivo de qualificar materiais previamente selecionados pela DIGAQ. Juntamente com a Pesquisa de Avaliação do Produto, contribui para o aprimoramento de um trabalho, cujo objetivo maior é oferecer ao usuário materiais da melhor qualidade e evitar, dessa maneira, o desperdício de produtos, com economia para o Tribunal.

1.8 - Pesquisa de Imagem Institucional

O PJERJ promoveu, em 2012, a realização de pesquisa de imagem institucional, em razão da necessidade de se verificar a evolução na prestação dos serviços do Tribunal (com base em dados da última pesquisa institucional realizada em 2008) e subsidiar a gestão estratégica, bem como para atender exigências gerenciais estabelecidas na Resolução nº

70/2009, do CNJ, no que se refere à gestão estratégica e ao monitoramento dos seguintes indicadores estratégicos definidos para o Poder Judiciário:

- Índice de confiança no Poder Judiciário;
- Índice de satisfação do cliente;
- Índice de satisfação com as instalações físicas;
- Índice do clima organizacional.

Foram pesquisados 3 (três) segmentos: público interno (magistrados e servidores); público externo (advogados e partes) e sociedade (ao longo de todo o Estado do Rio de Janeiro).

As médias gerais estão abaixo relacionadas:

■ Índice de Confiança no Poder Judiciário

- Público Interno: 77,94%
- Público Externo: 61,60%
- Sociedade: 47,82%

■ Índice de Satisfação do Cliente

- Público Interno: 73,73%
- Público Externo: 48,70%
- Sociedade: 47,83%

■ Índice de Satisfação com as Instalações Físicas

- Público Interno: 84,97%
- Público Externo: 56,80%

■ Índice do Clima Organizacional

- Público Interno: 71,20%

■ Comunicação Institucional

- Público Interno: 50,67%
- Público Externo: 41,80%

2 - FOMENTAR A INTERAÇÃO E A TROCA DE EXPERIÊNCIAS ENTRE TRIBUNAIS

2.1 - TJERJ amplia diálogo com o Judiciário dos EUA

Entre os dias 11 e 13 de maio de 2011, foi realizado, em Washington (DC), o “US-Brazil Judicial Dialogue”, com o objetivo de ampliar o diálogo entre o Poder Judiciário dos dois países. A convite da organização do evento e de integrantes da comitiva brasileira, estiveram presentes no encontro o presidente Manoel Alberto e representantes da Revista de Direito

e da Escola da Magistratura do TJERJ. Os temas discutidos focaram a organização judicial, as formas de procedimento, a seleção judicial e seu treinamento, as eventuais reformas procedimentais e as alternativas de solução de conflitos.

Dos dias 11 a 16 de novembro de 2012, também em Washington (DC), magistrados do Judiciário fluminense participaram do seminário “High Legal Capacity for Justice Administrators (Comparative Law)”, promovido pela International Judicial Academy e a American University - Washington College of Law, em parceria com o Jornal da Justiça. O objetivo do programa foi permitir o diálogo comparativo entre juízes brasileiros e norte-americanos, para a troca de ideias e a compreensão recíproca dos dois sistemas jurídicos.

2.2 - TJ do Rio e CNJ realizam primeiro encontro dos juízes de cooperação

Instituída pela Recomendação nº 38/2011, do CNJ, e em seguida transformada pelos tribunais em meta do Poder Judiciário para 2012 (Meta 4), a Rede Nacional de Cooperação Judiciária é uma tentativa de modificar, significativamente, a comunicação nos atos oficiais da Justiça, muitas vezes morosos e burocráticos. Com a intermediação dos juízes de cooperação, os atos processuais de qualquer magistrado brasileiro que dependam de outro magistrado ou tribunal serão cumpridos com maior celeridade e economia.

O projeto-piloto da Rede Nacional foi discutido com os magistrados integrantes da primeira instância do Tribunal de Justiça do Rio, em julho de 2011.

Na ocasião, o presidente Manoel Alberto afirmou que “muitas situações podem ser resolvidas com o diálogo entre as instituições”. Disse, ainda, que ouvir e atender as demandas dos juízes tem sido seu objetivo principal, ao fomentar a integração interna. “Nenhuma sugestão deixa de ser levada em consideração”, enfatizou.

O projeto, inspirado em modelo adotado pela União Europeia, apresenta duas perspectivas: uma externa, cuja base será o relacionamento entre os tribunais, por intermédio do juiz de cooperação, e outra interna, de cooperação na estrutura de cada tribunal, desenvolvendo soluções coletivas e consensuais para problemas internos, por meio do Núcleo de Cooperação.

2.2.1 - Encontro no Rio regulamenta e padroniza atuação de cooperação

Em outubro de 2012, o TJERJ sediou a abertura do I Encontro do Núcleo de Cooperação do Conselho Nacional de Justiça. Os núcleos de cooperação judiciária são um espaço institucional que almeja diagnosticar e solucionar possíveis litigiosidades em cada tribunal, foro ou localidade, melhorando a comunicação interna entre os juízes, e entre o Judiciário, as partes do processo, os agentes públicos e sociais.

Durante a reunião, foi sugerida a criação de mecanismos para resolver “gargalos” que atrasam centenas de milhares de processos, como as perícias que precisam ser realizadas em outras jurisdições e a transferência de presos. Também foram discutidas metodologias que favoreçam ações coordenadas entre magistrados. Não é incomum, por exemplo, um juiz penhorar bens de uma empresa, em processo de falência, e outro juiz penhorar os mesmos bens para garantir o pagamento das obrigações trabalhistas. Com a participação dos juízes de cooperação, esses casos poderão ser reduzidos consideravelmente, evitando-se atrasos que, por vezes, duram anos.

Outro propósito do encontro foi promover a integração dos magistrados de cooperação, para que o contato de trabalho entre eles seja o mais informal e desburocratizado possível. O encontro também serviu para regulamentar e padronizar a atuação de cooperação.

2.3 - PJERJ interage com tribunais e órgãos públicos do Brasil e do exterior

O Judiciário fluminense vem sendo referência em diversas áreas, e, em razão disso, tem recebido muitas visitas, por parte de outras cortes judiciárias estaduais, federais e internacionais.



Comitiva do Tribunal da Bahia visitou o TJERJ em abril de 2011

Em março de 2011, por exemplo, o presidente Manoel Alberto recebeu a visita do secretário-geral do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo. O objetivo do encontro foi estabelecer um diálogo que possibilite a mútua colaboração na prestação jurisdicional de ambos os tribunais, sob a forma de convênios e parcerias. No mês seguinte, uma comitiva do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia também esteve presente, com o intuito de conhecer o sistema de votação eletrônica do Tribunal Pleno

(STP), que é utilizado para as eleições da Corte fluminense - tanto para a escolha de membros da administração do TJERJ, quanto para a escolha de membros do Órgão Especial da parte eleita, assim como para as escolhas de listas tríplices do Tribunal Regional Eleitoral e dos membros do quinto constitucional. A comitiva anunciou que pretende usar os mesmos procedimentos como modelo no Tribunal de Justiça da Bahia.

Quanto à área de gestão de documentos, o TJ do Rio tem sido exemplo para o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), conforme se constatou por ocasião da inauguração do Arquivo SETARQ-2, em julho de 2011. Também órgãos do Poder Executivo estadual, como o Rio-Previdência, têm visitado o PJERJ, a fim de conhecer as ferramentas e os processos de trabalho do SIGA.

Dentre os processos de trabalho da gestão de documentos que têm atraído a atenção institucional externa, destacam-se: o cronograma de recolhimento de documentos; a conferência de documentos por meio de sistema informatizado; a indexação de documentos à caixa-arquivo e esta ao Centro de Informações; a eliminação eletrônica de documentos e o atendimento personalizado às partes, advogados, cartórios e outros segmentos da sociedade.



Comitiva do Tribunal de Justiça do Distrito Federal visita o TJERJ



Servidores do TJERJ receberam magistrados do Maranhão em agosto de 2011

Em agosto de 2011, magistradas do Estado do Maranhão vieram conhecer diversos produtos e serviços disponibilizados pelo Tribunal nas áreas de gestão do conhecimento e desenvolvimento institucional, entre eles o Banco do Conhecimento (página disponibilizada na intranet), que funciona como ferramenta de apoio às atividades jurisdicionais e administrativas, constituindo-se em meio para a disseminação e o compartilhamento do saber organiza-

cional. Foram apresentadas, ainda, a revista *Interação* e a *Revista de Direito*, além da página do Sistema Integrado de Gestão (SIGA).

Ainda no mesmo mês, o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso enviou uma delegação ao TJERJ, composta por desembargadores, juízes e servidores integrantes do Núcleo de Mediação e Conciliação do TJMT, com o objetivo de conhecer o programa de mediação da Justiça fluminense.

Diversas autoridades brasileiras e estrangeiras também visitaram o Judiciário fluminense, ao longo de 2012, visando conhecer o seu funcionamento e estreitar os laços com o PJERJ. Em janeiro, por exemplo, o TJERJ recebeu a visita de servidores da Escola Superior da Magistratura de Pernambuco (ESMAPE), que abriga o Centro de Aperfeiçoamento dos Servidores do TJPE. A comitiva teve interesse em conhecer a ESAJ, em razão da experiência da escola, com relação ao treinamento e à capacitação continuada oferecida pelo Tribunal de Justiça do Rio. O grupo demonstrou muita curiosidade a respeito das regulamentações concernentes à capacitação e à progressão funcional mediante aperfeiçoamento profissional contínuo, e elogiou o fato de a escola ser uma unidade certificada.

Em fevereiro, o TJERJ recebeu a visita do Tribunal de Justiça do Maranhão e do Tribunal Marítimo, os quais vieram com o objetivo de conhecer o processo eletrônico da Justiça fluminense. Os representantes da Justiça maranhense conheceram, também, o modelo de gestão de documentos e o sistema ARQGER, utilizado para gerenciar o acervo documental armazenado na rede de arquivos do PJERJ.

Em julho e agosto, respectivamente, os Tribunais de Justiça de Santa Catarina e do Pará visitaram o Tribunal de Justiça do Rio para conhecer as boas práticas de gestão de documentos e arquivos.

Já a área de Planejamento e Finanças do TJERJ recebeu a visita de representantes do Tribunal de Justiça do Acre (julho), do Tribunal de Justiça do Paraná (outubro) e do Tribunal de Justiça de Rondônia (dezembro), com o objetivo de conhecerem o sistema de custas e arrecadação da Justiça do Rio.

Em setembro, integrantes do TJ do Distrito Federal visitaram o TJERJ, buscando conhecer os processos de trabalho que geraram os números apresentados ao CNJ, no que diz respeito ao indicador “Sentenças por Magistrado”. Três meses depois, o TJ do Amazonas

veio buscar subsídios para a implementação da gestão de qualidade naquela Corte.

No plano internacional, em abril de 2012, o juiz federal norte-americano Peter Messite, do Washington College of Law, veio tratar de assuntos relacionados à Justiça brasileira e à norte-americana, sendo o objetivo principal a criação de um programa de intercâmbio internacional entre magistrados do Brasil e dos Estados Unidos. O magistrado se mostrou admirado com o funcionamento da máquina judiciária fluminense, salientando que a repercussão geral e as súmulas vinculantes, assim como a Justiça Itinerante e os Juizados Especiais, despertam grande atenção dos colegas norte-americanos.



Poucos dias depois, foi a vez do cônsul-geral do Japão no Rio de Janeiro, Masaru Watanabe, visitar o TJERJ. Na ocasião, foram tratados assuntos relacionados à Justiça brasileira e à japonesa, sendo o objetivo principal, mais uma vez, a possibilidade de criação de um programa de intercâmbio entre magistrados do Brasil e do Japão. Já no final de abril, o presidente Manoel Alberto recebeu a visita do cônsul-geral

da Suíça no Rio de Janeiro, Hans-Ulrich, o qual recebeu informações sobre o Poder Judiciário brasileiro e, em particular, sobre o Judiciário fluminense.

O Tribunal de Justiça do Rio vem interagindo, também, a distância. Ao longo do 1º trimestre de 2012, o TJ do Estado de Minas Gerais manteve contato com o Judiciário fluminense, com o objetivo de coletar informações sobre o Banco do Conhecimento, revistas institucionais, processo de divulgação de jurisprudência, legislação e rotina administrativa relativa à gravação de audiências por meio de registro fonográfico ou audiovisuais digitais. Por sua vez, representantes do TJ do Rio realizaram contato com a presidência do Comitê de Ergonomia do TJMG para conhecer o programa da Justiça mineira nessa área.

No mês de março, o Tribunal de Justiça do Amazonas solicitou diversas informações para subsidiar um projeto de implantação da ISO-9001 (norma internacional referente ao sistema de gestão da qualidade). Foi enviado o Ato Executivo Conjunto que regulamenta o projeto de certificação NBR ISO 9001:2008 para órgãos prestadores de jurisdição de 1ª e de 2ª instâncias, bem como para unidades administrativas.

Já em maio, a Coordenadoria de Planejamento Estratégico do TJ do Rio Grande do Norte solicitou material sobre mapeamento de processos de trabalho realizados pelas varas cíveis, e, em agosto, a área de contratos do TJERJ repassou, por meio eletrônico, informações sobre sua experiência na elaboração de convênio sem repasse de verba ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (RJ).

Em outubro, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios solicitou informações a respeito de um termo de convênio celebrado entre o TJ do Rio e uma instituição de

ensino superior que permitiu a cessão de recursos humanos para apoio no atendimento aos Juizados Especiais Cíveis, bem como descrição dos procedimentos utilizados para a formalização do referido convênio.

Sempre que necessário, o TJERJ também envia representantes a outros órgãos e tribunais do país. Em fevereiro de 2012, o Tribunal de Justiça fluminense participou de workshop sobre violência doméstica no Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

Representantes do TJ do Rio participaram, no mês de abril, em Brasília, do Curso de Auditoria em Contratos de Tecnologia da Informação (TI), organizado pela Secretaria de Controle Interno (SCI) do CNJ, em parceria com o Tribunal de Contas da União (TCU). Em setembro, o TJERJ enviou novos representantes a Brasília para participarem do Curso de Auditoria em Obras Públicas, organizado, mais uma vez, pela SCI do CNJ, em parceria com o TCU. Ainda no mesmo mês, representantes da Justiça fluminense participaram do 1º Seminário Técnico para Apresentação do Projeto de Implantação do Processo Judicial Eletrônico (PJe) nos Juizados Cíveis, realizado no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Para conhecer os produtos e serviços oferecidos por outras bibliotecas do Poder Judiciário, o TJ do Rio visitou o Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Brasília), em maio, e, em novembro, o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça. Na mesma ocasião, os representantes do Tribunal de Justiça fluminense conheceram a Secretaria de Jurisprudência dos respectivos Tribunais Superiores e os produtos e serviços oferecidos à comunidade jurídica. Também em novembro, o TJERJ participou do V Seminário Justiça em Números, para apresentação de material selecionado pelo CNJ, que versa sobre o modelo de planejamento - em fase de implantação no Judiciário do Rio de Janeiro - denominado Plano de Governança do Poder Judiciário (PGPJ).

Ainda em novembro, foi realizado em Aracaju (SE) o VI Encontro Nacional do Judiciário, que contou com a presença dos presidentes dos 91 tribunais brasileiros - entre eles o desembargador Manoel Alberto -, corregedores, magistrados e servidores. Foram definidas medidas para o combate à improbidade, melhoria da comunicação e apresentados os resultados da implementação da estratégia institucional, com definição de recomendações para o desenvolvimento estratégico.

2.4 – TJERJ sedia o Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Legislação para Sustentabilidade Ambiental

No mês de junho, o Tribunal de Justiça do Rio sediou o Congresso Mundial sobre Justiça, Governança e Legislação para Sustentabilidade Ambiental (World Congress on Justice, Governance and Law for Environmental Sustainability), um dos principais eventos paralelos à Rio+20. O acontecimento reuniu autoridades e especialistas de várias nacionalidades que puderam debater sobre as questões ambientais de seus países.

Várias autoridades que compuseram a mesa discursaram e, após a fala de cada um, o subsecretário-geral da ONU e diretor executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), Achim Steiner, proferiu uma palestra sobre o tema “Sustentabilidade ambiental: desafios e oportunidades no mundo contemporâneo”, sendo

seguido pelo ministro do STJ Herman Benjamin, idealizador desse encontro no Rio, que também abordou o assunto.



Após o período de discussões, as autoridades e especialistas voltaram a se reunir no Plenário do Tribunal de Justiça do Rio, no dia 20 de junho, para participar da sessão de adoção da declaração sobre sustentabilidade ambiental e encerrar o Congresso, iniciado no dia 17 do mesmo mês. O presidente do TJERJ presidiu essa última sessão e, em seu pronunciamento, afirmou que, por meio do Congresso, ele e as demais

autoridades e especialistas envolvidos chegaram a várias conclusões, entre elas a de que existe a possibilidade de progresso sem desrespeito ao meio ambiente. Após a aprovação, o documento foi encaminhado aos chefes de Estado reunidos na Rio + 20, com o objetivo principal de ampliar a atuação preventiva do Poder Judiciário na preservação ambiental.

2.5 - Sistema de segurança do TJ do Rio servirá de modelo para o CNJ

O presidente Manoel Alberto recebeu, em setembro de 2012, o secretário de Administração do CNJ, Sérgio Pedreira, que veio conhecer o sistema de segurança institucional do TJERJ. Durante a visita, o desembargador Manoel Alberto mostrou as instalações do Órgão Especial, do Tribunal Pleno, da Diretoria Geral de Segurança Institucional (DGSEI), e destacou que a visita é um reconhecimento, por parte do STF e do CNJ, da qualidade do sistema de segurança da Justiça fluminense. Para o secretário do CNJ, a estrutura do PJERJ servirá de modelo para o Conselho. “Vamos aproveitar a experiência do Tribunal de Justiça do Rio para implantar um sistema semelhante em Brasília, adaptado às nossas peculiaridades”, afirmou.

2.6 - Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil trocam experiências no Rio



O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sediou, em outubro de 2012, o 93º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. O evento reuniu representantes de 24 Tribunais de Justiça, que discutiram as preocupações e rumos do Judiciário nos estados. Para o presidente Manoel Alberto, o encontro proporcionou a troca de

experiências e informações. “O que um tribunal faz de bom, é posto à disposição para o conhecimento de outros tribunais. Nós procuramos encontrar soluções e discutir temas que melhor atendam aos interesses da população”, destacou o desembargador.

2.7 - Magistrados de todo o país se reúnem no 32º FONAJE

No início de dezembro, em Armação dos Búzios, Região dos Lagos do Rio, foi realizada a 32ª edição do Fórum Nacional de Juizados Especiais (FONAJE). Magistrados de todo o país se reuniram para discutir o tema “O Sistema dos Juizados Especiais como Instrumento de Política Judiciária de Gestão de Conflitos”.

O presidente Manoel Alberto destacou, com orgulho, que os Juizados Especiais do Rio, em pesquisa nacional recente, ficaram em primeiro lugar nos quesitos de número de processos e de rapidez para a finalização dos mesmos. “É um acervo de cerca de 650 mil processos. Mas temos que comemorar, pois estamos solucionando as demandas em 284 dias, em média”.

A desembargadora Leila Mariano enfatizou a necessidade de se pensar soluções para lidar com a imensa quantidade de demanda existente. “Posso me comprometer a apoiar o sistema de Juizados e a envidar esforços para que o mesmo saia ainda mais fortalecido”, afirmou.

2.8 - IV Encontro Nacional de Escolas de Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário



O IV Encontro Nacional de Escolas de Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário, evento organizado pelo Tribunal de Justiça do Rio, foi realizado em setembro de 2012, e reuniu 135 representantes de tribunais estaduais de 25 estados brasileiros e do Distrito Federal, além de servidores do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF). A programação do encontro incluiu palestras sobre gestão de

pessoas, educação a distância, ética e meio ambiente, além de casos de sucesso apresentados por quatro estados participantes.

No final do evento, foi aprovada a Carta do Rio de Janeiro, que reafirma os compromissos firmados nos encontros anteriores pelos tribunais com o estreitamento das relações entre as escolas. O objetivo do documento é o estabelecimento de estratégias comuns, parcerias para o desenvolvimento de políticas pedagógicas e métodos de educação a distância e presencial, bem como o fortalecimento das escolas judiciais, consideradas instrumentos de aprimoramento da prestação jurisdicional.

O Fórum Brasileiro de Educação Corporativa do Judiciário (FECJUS), o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ) e o Ministério Público estadual também enviaram representantes para o encontro.

2.9 - Gestão de documentos e memória no TJERJ: participação decisiva em encontro do PRONAME/CNJ

O Tribunal de Justiça do Rio realizou, no início de 2011, reuniões com integrantes do subcomitê do Programa Nacional de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário (PRONAME) do CNJ, com o objetivo de estabelecer regras mínimas para uniformizar a gestão de documentos nos tribunais brasileiros.

O PRONAME é responsável por elaborar e encaminhar ao CNJ propostas de instrumentos de gestão documental, como a criação de uma tabela de temporalidade para definir o tempo mínimo que um processo deve permanecer guardado em arquivo, em cada ramo do Judiciário, de acordo com a classe processual, o assunto e o tipo de decisão, além das ações judiciais que não poderão ser descartadas. A Justiça fluminense possui grande experiência em gestão documental e a sua própria tabela de temporalidade, o que vem permitindo selecionar criteriosamente os documentos para descarte.

Por conta da disseminação da Recomendação nº 37/2011 do CNJ, que trata das normas de gestão de documentos elaboradas pelo PRONAME, a equipe do TJERJ apresentou ações necessárias ao aprimoramento da gestão de documentos e arquivos do Judiciário fluminense, com foco na melhoria contínua dos processos de trabalho, na redução dos custos com a guarda do acervo arquivístico, e na preservação da memória institucional, inclusive quanto ao armazenamento em outros suportes e mídias digitais.

Como consequência, foram aplicados os instrumentos de gestão documental previstos, como os sistemas informatizados de gestão de documentos e processos administrativos e judiciais, bem como os métodos desses sistemas, essenciais à identificação do documento institucional de modo inequívoco em sua relação com os outros documentos, além de preparar, ministrar e difundir treinamentos e capacitações para manejo dos instrumentos previstos na Recomendação CNJ 37, com o apoio das estruturas de escolas judiciárias, de modo a efetivar sua implementação.

Em 2012, os representantes do TJERJ no PRONAME participaram ativamente da elaboração de propostas de melhorias na gestão de documentos do Poder Judiciário. Foi aprovada e implementada a Tabela de Temporalidade de Documentos Unificada de Processos Judiciais, que estipula prazos de guarda e destinação final (descarte ou guarda permanente), a ser utilizada por todo o Judiciário brasileiro. Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Rio controla a atualização no Sistema Gestor de Tabelas do CNJ da temporalidade de autos judiciais dos tribunais estaduais, mantendo a padronização nacional dos prazos de guarda.

Além disso, o Judiciário fluminense coordenou a elaboração da Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos, aprovada em comitê no encontro do PRONAME, e atualmente em fase de apreciação pelo CNJ.

2.10 - Gestão de documentos no TJERJ: parcerias

Ainda em agosto de 2011, representantes do TJERJ participaram da VI Reunião de Trabalhos da Comissão Especial para Gestão Documental do Foro Extrajudicial, do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), realizada na sede do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Os trabalhos foram coordenados por um juiz auxiliar da presidência do CNJ.

Dois meses depois, representantes do TJERJ realizaram visita técnica à Casa Oswaldo Cruz, em companhia da Coordenadora do Projeto Memória do Conselho Nacional de Justiça, para verificar a aplicabilidade do software ICA-ATOM para descrição arquivística dos documentos permanentes e de valor histórico da instituição. A intenção é utilizar a base de dados do programa no Repositório da Memória do Poder Judiciário que será desenvolvido pelo CNJ.

Já em novembro, o TJERJ enviou representantes para o I Seminário de Gestão Documental e Memória do Poder Judiciário, realizado pelo CNJ, em Brasília. Alguns dias depois, ocorreu, na mesma cidade, o II Colóquio Luso-Brasileiro, cujo tema principal foi “Incursoes Interdisciplinares: Direito e Ciência da Informação”. O evento foi organizado pela Universidade Federal Fluminense e pela Universidade do Porto. Representante do Judiciário do Rio realizou palestra sobre dois temas: “Realidade da Gestão Documental dos Tribunais Estaduais” e “Tabela de Temporalidade de Documentos Administrativos do Poder Judiciário”. Os temas fazem parte das discussões do PRONAME.

No ano seguinte, em março de 2012, o Tribunal de Justiça fluminense participou do II Congresso de Arquivos do Poder Judiciário, cujo objetivo foi o de qualificar e integrar os gestores e colaboradores da área de gestão da informação do PJERJ e de outros Poderes participantes, em face das novas tecnologias que interferem na gestão e na preservação dos documentos e da memória institucional.

Em outubro, o TJERJ participou do V Congresso Nacional de Arquivologia, realizado em Salvador/BA, que apresentou questões estratégicas de interesse para Arquivologia, relacionadas ao desafio de inserção das técnicas arquivísticas no cenário das novas tecnologias, como disciplina inovadora para a gestão de documentos físicos e eletrônicos. Paralelamente ao V CNA, realizou-se a VI Reunião dos Arquivos Judiciais do Brasil, da qual representantes do TJ do Rio participaram como coordenadores, permitindo que os diversos segmentos do Poder Judiciário pudessem dialogar sobre a gestão de documentos locais, além de proporcionar informações sobre o PRONAME.

Ainda no mesmo mês, representante do TJERJ participou do VI Encontro Nacional da Memória da Justiça do Trabalho, a convite da presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região (Rondônia), palestrando sobre a Tabela de Temporalidade Unificada do CNJ para o Poder Judiciário e partilhando a experiência do TJERJ quanto ao armazenamento em outros suportes e mídias digitais.

Acesso ao Sistema de Justiça

- O TJERJ conseguiu efetuar 7.312 pagamentos de precatórios em 2011, totalizando R\$ 323.267.831,44. Em 2012, 12.429 credores receberam seus créditos, sendo 2.368 prioridades, totalizando o valor de R\$ 581.111.582,08.
- A atual administração instituiu o sistema eletrônico de envio de precatórios, tornando mais ágil o procedimento.
- No mês de setembro de 2012, o TJERJ promoveu o I Mutirão de Execução Cível e Fiscal, em que foram prolatadas 50.551 sentenças.
- No biênio 2011/2012, a “Justiça Itinerante” passou a atender Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, e comunidades pacificadas do Rio de Janeiro, como Rocinha, Complexo do Alemão, Batan, Cidade de Deus e Vila Cruzeiro.
- A “Justiça Itinerante” realizou, em 2011, o total de 47.869 atendimentos; já em 2012, foram 77.079.
- No início da gestão do presidente Manoel Alberto, a “Justiça Itinerante” dispunha apenas de quatro ônibus. Atualmente conta com 10 unidades móveis.
- Foram inauguradas duas salas de depoimento especial para ouvir crianças e adolescentes vítimas de violência, notadamente abuso sexual.

1. PROMOVER A EFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES

1.1 - TJERJ se destaca em âmbito nacional no pagamento de precatórios

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro é destaque no pagamento de precatórios judiciais. A consideração, feita pela então corregedora nacional de Justiça do CNJ e ministra do STJ, Eliana Calmon, é o reconhecimento pelas ações desenvolvidas na área durante o biênio 2011/2012.



A então corregedora nacional de Justiça do CNJ e ministra do STJ, Eliana Calmon, disse que o TJERJ é destaque nacional no pagamento de precatórios

A atual administração sempre esteve preocupada com o atraso no procedimento. Por isso, desenvolveu uma série de iniciativas visando dar maior efetividade às decisões judiciais.

Em 2011, foi publicado um aviso, na página principal do site do TJERJ, solicitando aos credores preferenciais (portadores de doenças graves ou idosos com mais de 60 anos) que apresentassem seus requerimentos junto à Divisão de Precatórios. “Essa iniciativa foi de grande importância, pois

podemos constatar que muitos não tinham conhecimento acerca da existência desse direito subjetivo de natureza constitucional. Assim, vários requerimentos foram apresentados desde o início do ano passado. Passamos a processá-los, editando listagens com o nome dos credores preferenciais. Também foi promovido o pagamento dos precatórios em ordem crescente em relação ao Estado do Rio de Janeiro” explica a juíza auxiliar da presidência Luciana Losada, responsável pela Divisão de Precatórios.

Logo no início do biênio, foi elaborado o mapeamento dos entes públicos em débito com os precatórios judiciais. Com esses dados, o Tribunal deu início à intimação dos municípios para que efetuassem o depósito de 1/15 da dívida em 30 dias, de acordo com a nova sistemática introduzida pela Emenda Constitucional nº 62/2009. Diante da inércia de alguns entes devedores, foram sequestradas as verbas de 16 municípios ainda em 2011, e de nove em 2012. O sequestro da receita municipal é uma sanção prevista na Constituição Federal.

Outra inovação foi a implantação da assinatura digital, forma eletrônica de certificação de documentos. Antes, o presidente assinava manualmente centenas de mandados de pagamento por mês. Hoje em dia, a assinatura eletrônica é validada através do token, depois de inserida a senha do presidente, e os mandados seguem para o portal de serviços eletronicamente, o que possibilitou maior agilidade nos pagamentos.



O presidente do TJERJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, durante a assinatura eletrônica dos mandados de pagamento

Esse novo modelo de assinatura foi introduzido em 2011. A partir desse momento, os mandados de pagamento deixaram de ser encaminhados fisicamente para o Banco do Brasil e passaram a ser enviados eletronicamente, dando celeridade ao trâmite do pagamento.

O TJ promoveu a integração do DCP (sistema de processamento judicial do 1º grau) com o sistema de precatórios para envio eletrônico de ofícios e desenvolveu rotinas para que os Juízos do 1º grau encaminhem eletronicamente os ofícios de precatórios para o respectivo setor da

Presidência, contribuindo para a celeridade do procedimento e, conseqüentemente, para a efetividade no cumprimento das decisões.

Com esse conjunto de medidas, o TJERJ conseguiu efetuar 7.312 pagamentos em 2011, sendo 1.995 prioridades, totalizando R\$ 323.267.831,44.

De janeiro a dezembro de 2012, 12.429 credores receberam seus créditos, sendo 2.368 prioridades, totalizando o valor de R\$ 581.111.582,08. No mesmo ano, foram liquidados também 1.532 precatórios do Estado do Rio de Janeiro pelo critério da ordem crescente de valor, sendo pago o montante de R\$ 178.822.576,03.

Na atual gestão foi criada uma sala específica para o pagamento dos precatórios aos credores preferenciais. O espaço funciona no quarto andar do Fórum Central.

Outras medidas - Em agosto de 2011, o presidente do TJERJ assinou com o Tribunal Regional de Trabalho (TRT) e o Tribunal Regional Federal (TRF) um acordo de cooperação para o pagamento dos precatórios judiciais inscritos no Regime Especial de Liquidação dos Entes Públicos no Estado do Rio de Janeiro. O ajuste teve o objetivo de viabilizar a gestão das contas especiais abertas para o recebimento dos valores dos precatórios inscritos nesse regime. Assim, o Judiciário fluminense passou a ser o responsável pelo repasse aos demais tribunais, no prazo de 10 dias, a contar das datas dos depósitos de valores efetuados pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e pelos municípios, da quota parte destinada a cada um.

O Tribunal editou o Ato Executivo Conjunto n.º 11/2012, publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 03/08/2012, que prevê, dentre outros assuntos, a expedição do precatório por meio eletrônico. Além disso, os precatórios passaram a ser expedidos individualizadamente, ou seja, um precatório para cada credor. Também foi aprovada pelo Órgão Especial a Resolução nº 21, de 30/07/2012, que versa sobre a reestruturação da Divisão de Precatórios. Foi ampliada a Divisão, com a criação de serviços de pagamento, processamento e controle de contas especiais, com o objetivo de agilizar ainda mais o procedimento.

1.2-Agilidade do Trâmite Judicial na Fase de Execução

Após verificar o grande número de processos de execução fiscal tramitando na Justiça Estadual, com índice de congestionamento superior a 90%, e tendo sido identificado que a questão é de abrangência nacional, uma vez que no Brasil as execuções fiscais representam 1/3 de todos os processos em tramitação, várias ações foram tomadas pela presidência do TJ, com o objetivo de reduzir o acervo atual, como se verá a seguir.

1.2.1- Encontro com prefeitos e procuradores dos municípios



O presidente Manoel Alberto e o juiz Gilberto Abdelhay pediram cooperação dos prefeitos na diminuição do acervo de processos de execução fiscal

Em maio de 2012, a administração do biênio 2011/2012 realizou reunião com os prefeitos e procuradores dos municípios do Estado com o intuito de obter a cooperação das prefeituras.

A pauta da reunião abrangeu o atual cenário do executivo fiscal, o custo do processo correlato, as leis que regem a matéria e as propostas apresentadas pelo Poder Judiciário objetivando a solução do problema.

Na ocasião, foi revelado panorama no qual o estoque de executivos fiscais, ou seja, o número de processos dessa

área que ainda não foram julgados, representa 55% de todos os processos do Tribunal de Justiça do Rio. Estima-se que o custo de cada um desses processos para o Judiciário fluminense é de cerca de R\$ 4.500,00, o mesmo apurado em estudo realizado pela Justiça Federal.

Foi exibido, ainda, um quadro com os municípios que possuem mais executivos fiscais em tramitação: em primeiro lugar, o Rio de Janeiro, com 1.052.680; seguido por São Gonçalo, com 646.929; Nova Iguaçu, com 510.216; Niterói, com 505.544; e Petrópolis, com 325.531 processos. O principal problema é o congestionamento na tramitação, que, em 2011, chegou a 95,16%, e, em 2012, a 98,76%.

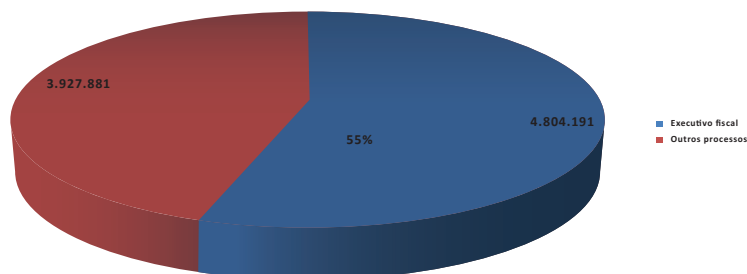
O objetivo foi o de informar os prefeitos e procuradores do custo de um processo na Justiça fluminense e de buscar a redução da demanda de executivos fiscais, através de ação, ainda na fase anterior ao ajuizamento. Estimulou-se as municipalidades a formularem leis específicas definindo limite mínimo de valor para o ajuizamento da cobrança judicial.

Além da proposta de elaboração de lei que estipule um limite mínimo de valor dos créditos fazendários para que se viabilize economicamente o ajuizamento das correspondentes execuções fiscais, o Poder Judiciário de Estado do Rio de Janeiro apresentou outras alternativas para que se alcance a redução do acervo, como a virtualização da Dívida Ativa; o aperfeiçoamento dos convênios de Dívida Ativa; a adesão ao convênio daqueles municípios ainda não conveniados; além do estabelecimento de procedimento que viabilize o protesto de débitos inscritos na dívida ativa, dentre outras.

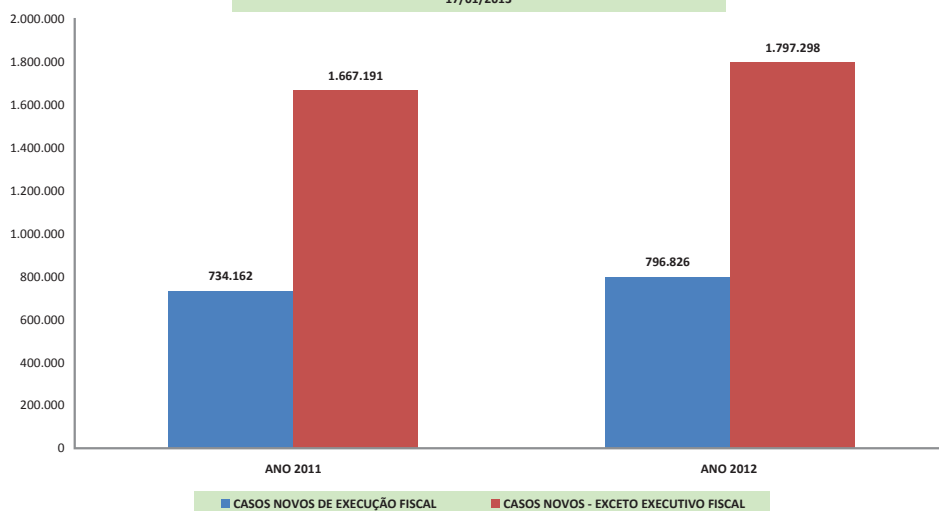
O acervo de executivos fiscais, em dezembro de 2012, atingiu o patamar de 4.804.191 executivos fiscais, o que representa 55% do total dos processos no Tribunal de Justiça, que totalizou 8.732.072.

Em 2011, foram tombados 2.401.353 processos no Tribunal, sendo 734.162 executivos fiscais. Já em 2012, do total de 2.594.124 processos novos tombados no TJERJ, 796.826 eram de execução fiscal.

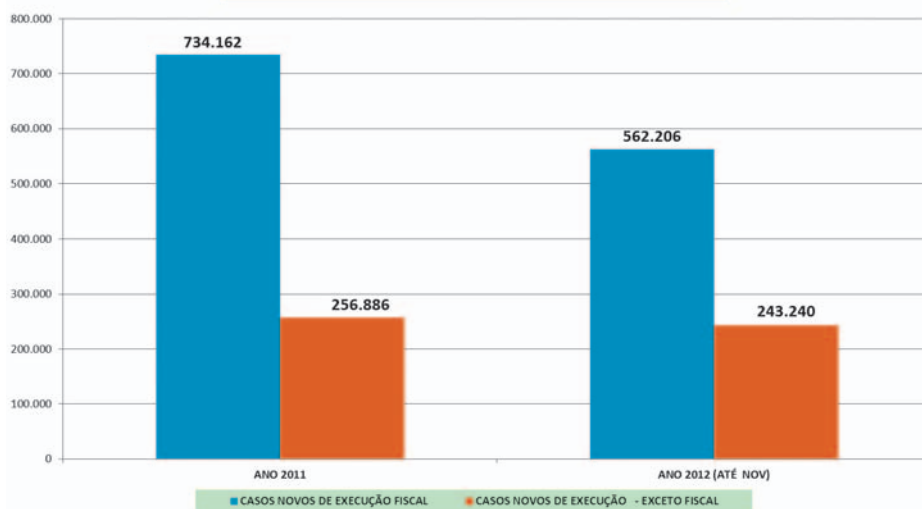
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO
DGIUR/DEIGE/DICOL
CENÁRIO DO EXECUTIVO FISCAL
ACERVO - ANO 2012

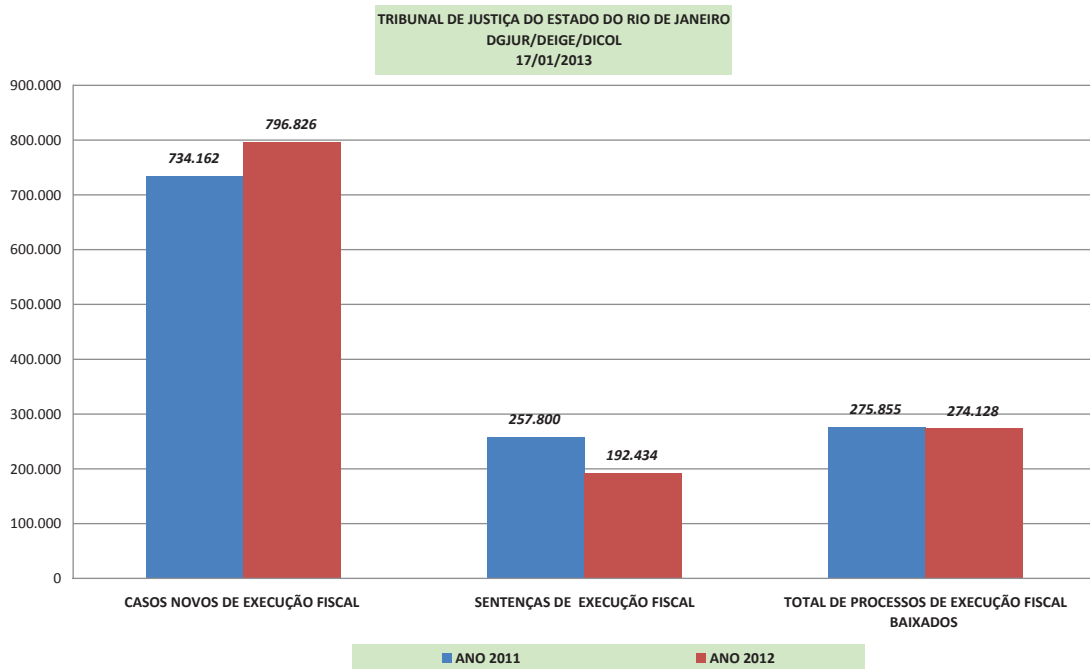


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DGIUR/DEIGE/DICOL
CASOS NOVOS DE EXECUÇÃO FISCAL X CASOS NOVOS - EXCETO EXECUTIVO FISCAL
17/01/2013



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
DGIUR/DEIGE/DICOL
COMPARATIVO CASOS NOVOS DE EXECUTIVO FISCAL E CASOS NOVOS DE EXECUÇÕES OUTRAS
07/12/2012





1.2.1.1 Ações dos municípios

Um monitoramento tem sido realizado junto às prefeituras e permitiu se saber que a Prefeitura de Mangaratiba vem implementando medidas para solucionar o excessivo número de execuções fiscais desde outubro de 2011, tendo, inclusive, editado lei que dispensa o ajuizamento de executivos fiscais de valores inferiores a R\$ 1.000,00.

Já o Município de Maricá está trabalhando para baixar o número de processos de execução fiscal no Cartório de Dívida Ativa. Nesse Município, foi feito um levantamento através de relatório dos anos anteriores a 2011, no intuito de verificar os processos a serem arquivados. A partir desse relatório, foi baixado um grande número de processos de execução fiscal relativos a débitos já pagos, reduzindo, assim, o acervo no Cartório da dívida ativa. Após a reunião com o presidente do TJERJ, em maio de 2012, o município fez um programa de pagamento facilitado para o contribuinte e ainda deu continuidade às medidas de redução do número de feitos. Foram baixados 1.500 processos em 2012, havendo meta, para 2013, de cerca de 10.000 (dez mil) processos a serem baixados.

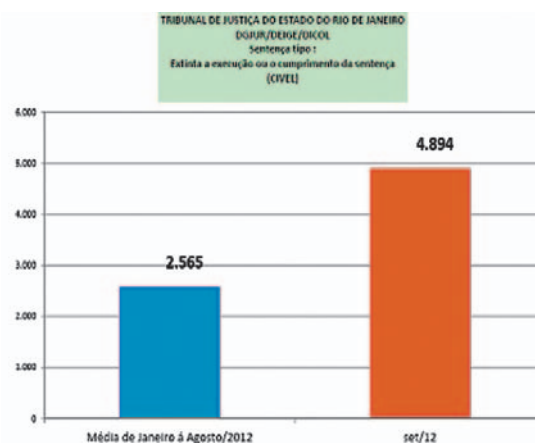
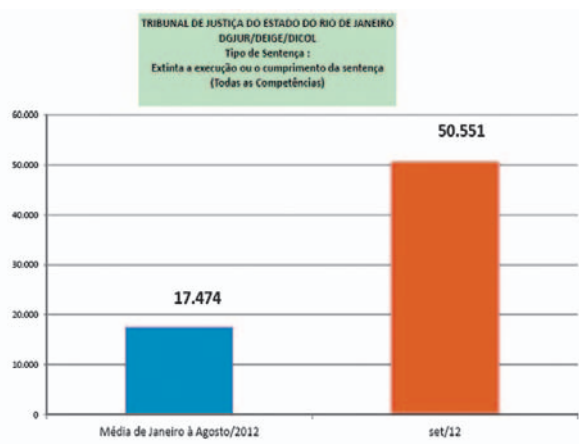
O Município do Rio de Janeiro editou a Lei 5.546, de 27 de dezembro de 2012, que institui remissão e anistia para créditos tributários. Os créditos tributários vencidos, constituídos por meio de Auto de Infração ou Nota de Lançamento, inscritos ou não em dívida ativa, poderão ser quitados através de pagamento único, com remissão de setenta por cento dos acréscimos moratórios e, se for o caso, anistia de setenta por cento das multas de ofício, quando decorrentes do Imposto sobre Serviços–ISS, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de outubro de 2012, ou do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana–IPTU e da Taxa de Coleta Domiciliar de Lixo–TCL, relativos a fatos geradores ocorridos até 31 de dezembro de 2011.

1.2.2- Encontro com representantes do TCE

Em 24 de outubro de 2012, houve encontro com representantes do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro para discutir propostas destinadas a racionalizar e dinamizar os executivos fiscais em curso na Justiça do Estado. As propostas encaminhadas pelo TCE foram, dentre outras: deixar de promover execuções de dívidas prescritas, com a adoção das medidas cabíveis junto ao prefeito para a apuração dos responsáveis; realizar a identificação e o registro, em banco de dados eletrônico ou não, de todas as execuções fiscais ajuizadas pelo município, incluindo andamento dos processos e outras informações trazidas aos autos, a fim de qualificar futuras ações contra o mesmo contribuinte e atualizar dinamicamente o cadastro do município; informar ao setor competente do órgão fazendário as eventuais diligências para substituição do polo passivo dos processos em curso, além de promover um recadastramento geral no município.

1.2.3- Mutirão da Execução

No mês de setembro de 2012, o TJERJ promoveu o I Mutirão de Execução Cível e Fiscal, em que foram prolatadas 50.551 sentenças, para uma média que até agosto era de 17.474.



Lançamento do processo eletrônico na 12ª Vara de Fazenda Pública

1.2.4- Vara de Fazenda Pública

A administração do biênio 2011/2012 implementou, em novembro de 2011, o processo eletrônico na 12ª Vara de Fazenda Pública do Rio, criando a possibilidade, para o município, dos processos serem distribuídos pela via eletrônica, o que resultou em uma redução do tempo processual.

O cartório da 12ª Vara de Fazenda Pública foi objeto de intervenção por parte da Corregedoria. Em ato do dia 26 de julho, a presidência determinou a suspensão das

atividades da vara entre os dias 30 de julho e 3 de agosto, com o objetivo de reorganizar os trabalhos. Nesse sentido, destacam-se algumas ações realizadas, como a troca do escrivão, a realização de um mutirão e a mudança dos estagiários.

1.2.5- Centrais de Dívida Ativa

Com o objetivo de cumprir a Meta 3/2010 do CNJ, que consiste em reduzir em pelo menos 10% o acervo de processos na fase de cumprimento ou de execução e, em 20%, o acervo de execuções fiscais, o Tribunal de Justiça do Rio promoveu a reorganização do sistema de Dívida Ativa do Estado do Rio de Janeiro e a racionalização do serviço judiciário em todo o Estado, com a publicação da Resolução TJ/OE n. 26/2012.

Essa Resolução criou as Centrais de Dívida Ativa, que estão sendo instaladas de forma gradativa em todas as comarcas de segunda entrância e de entrância especial. Em 2012, as centrais foram instaladas nas comarcas em que já existiam cartórios da Dívida Ativa: Araruama, Barra Mansa, Duque de Caxias, Itaboraí, Itaguaí, Magé, Nova Iguaçu, Resende, São Gonçalo e Volta Redonda. Em janeiro de 2013, foi publicado o Ato Conjunto nº 1/2013, que instala a Central de Dívida Ativa na Comarca de Maricá, também criada por transformação.

Os centros especializados trazem as seguintes vantagens: a) aumentam a celeridade na tramitação dos feitos da Dívida Ativa; b) possibilitam a uniformização no processamento das ações; c) favorecem a realização de convênios com municípios; c) permitem a criação da figura do servidor responsável apenas pelo expediente do Cartório da Dívida Ativa; e d) viabilizam o estabelecimento de estatística específica do Cartório da Dívida Ativa, possibilitando um melhor controle de sua eficiência.

2- Acesso rápido e facilitado à Justiça fluminense

2.1- Justiça Itinerante

O projeto “Justiça Itinerante” recebeu grandes investimentos durante atual gestão. O projeto consiste na visita programada e regular de um ônibus com estrutura de um órgão judicial e que funciona como juízo volante. O programa foi concebido



Nas visitas dos coletivos do projeto “Justiça Itinerante”, a população tira dúvidas, recebe orientações e atendimento jurisdicional

para levar o Poder Judiciário até o cidadão residente em municípios que não dispõem ou estão distantes de fóruns, ou ainda: que têm grande densidade demográfica. Além disso, o projeto possibilita a redução do fluxo de jurisdicionados na sede da comarca.

Nas visitas dos coletivos, a população tira dúvidas, recebe orientações e atendimento jurisdicional. Integram a equipe de cada ônibus da “Justiça Itinerante” um Juiz de Direito, um Promotor de Justiça e um Defensor Público, além de serventuários da Justiça e pessoal de apoio: motorista, segurança e técnico de informática. Os ônibus também participam de eventos e ações sociais pontuais.

O projeto “Justiça Itinerante” está voltado para a conciliação, instrução e julgamento das causas nos segmentos: Família; Infância, Juventude e Idoso; Registro Civil de Pessoas Naturais e Juizados Especiais Cíveis e Criminais.

A administração do biênio 2011/2012 ampliou a atuação da “Justiça Itinerante”, criando núcleos em outras localidades, como as áreas das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). Receberam o projeto ainda em 2011, as seguintes comunidades: Cidade de Deus (no dia 15 de junho), Complexo do Alemão (em 22 de julho), Vila Cruzeiro (23 de agosto) e Batan (14 de setembro). Em 2012 foi a vez de Rocinha (6 de março), Quatis (19 de outubro) e Jardim Gramacho (29 de outubro) serem agraciados com o programa. O resultado foi o total de 47.869 atendimentos realizados somente no ano de 2011. Já em 2012, foram 77.079 atendimentos.



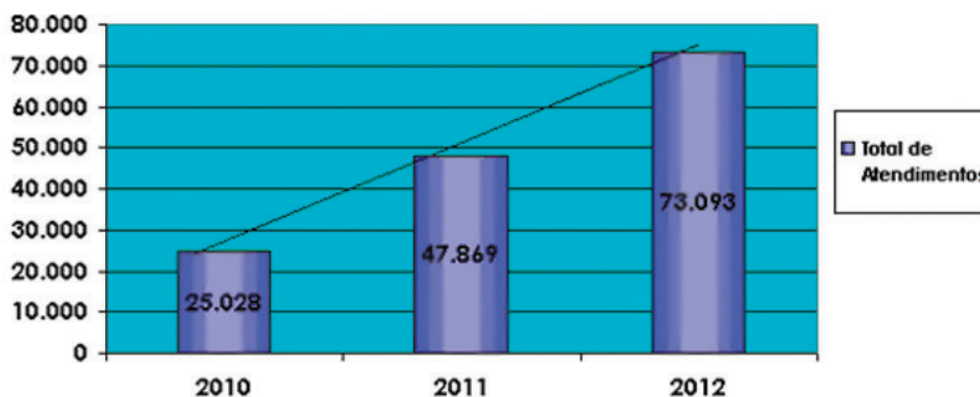
Batan foi uma das comunidades a receber o projeto “Justiça Itinerante” durante o biênio 2011/2012...



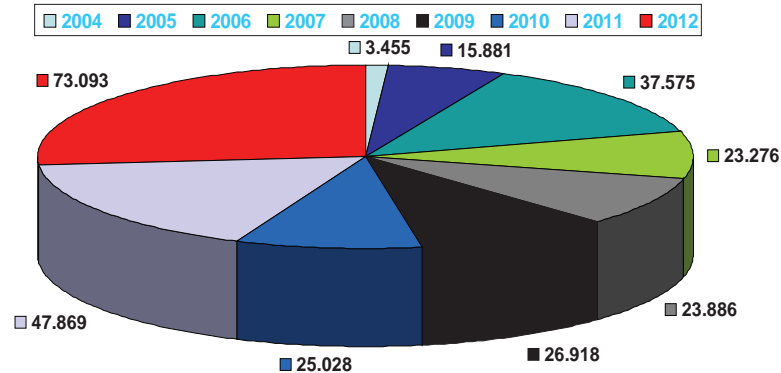
... assim como a Rocinha

Atualmente, o projeto está presente nas seguintes localidades: Tanguá, Areal, Levy Gasparian, Macuco, Mesquita, Carapebus/Quissamã, Duque de Caxias, Quatis, Jardim Gramacho, Campos dos Goytacazes (Tocos e Santo Eduardo), Jardim Catarina (São Gonçalo), Manilha (Itaboraí), Complexo do Alemão, Vila Cruzeiro, Cidade de Deus, Batan, Rocinha, Quatis e Jardim Gramacho.

Total de Atendimentos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 DEAPE – DEPARTAMENTO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS
 DIPEE – DIVISÃO DE PROJETOS ESPECIAIS ESTRATÉGICOS



ATUALIZADO ATÉ AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2012 – TOTAL ATENDIMENTOS

TOTAL ATÉ NOVEMBRO DE 2012 → **276.981 PESSOAS**



Ônibus adquirido, durante a atual gestão, para o projeto “Justiça Itinerante”

Outra preocupação da Administração do biênio foi o número de ônibus que atendia ao projeto.

No início da atual gestão, havia somente quatro ônibus, sendo que um deles se encontrava em manutenção. Houve um aumento significativo no número de unidades móveis, que chegaram a **12** unidades à disposição, provenientes de doações ou aquisições do Tribunal.

Quantidade adquirida	Participantes
2	FETRANSPOR
2	LLX
2	TJERJ
2	FIRJAN

No dia 30 de janeiro de 2013, o presidente Manoel Alberto assinou um termo doando dois ônibus do projeto para a Defensoria Pública. Atualmente, o projeto possui 10 unidades móveis.

2.2- Atendimento especializado - Salas de Audiência para Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes



Na Sala de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes são colhidos depoimentos de crianças e adolescentes por profissionais capacitados do TJERJ

Com o intuito de possibilitar o melhor atendimento possível a crianças e adolescentes intimados para depor na condição de vítima ou testemunha, foi criado o Núcleo de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes (NUDECA/CEJIJ), que busca a minimização do impacto dessa experiência sobre os depoentes. Para a realização das atividades do Núcleo, a administração do biênio 2011/2012 inaugurou duas Salas de Audiências para Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes. A primeira, em outubro de 2012, no Fórum Central da Capital, e a segunda, em novembro, no Fórum Regional de Madureira.

Os novos espaços são destinados à oitiva de crianças e adolescentes, com gravações em vídeo feitas por profissionais capacitados em técnicas de entrevistas investigativas, a serem anexadas ao processo em DVD, evitando-se, assim, que a criança ou adolescente preste depoimento reiteradas vezes para varas diversas, pois essas gravações podem ser utilizadas como provas emprestadas, podendo também constituir antecipação de provas. Os depoimentos são realizados por profissionais do quadro de pessoal do TJERJ, capacitados na técnica de entrevista cognitiva.



O presidente do TJERJ, desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, e a desembargadora Kátia Monnerat descerram a placa de inauguração da Sala de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes



Inauguração da Sala de Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Fórum Regional de Madureira

2.3- Perícias Judiciais

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro tem em sua estrutura um setor responsável por auxiliar tecnicamente os órgãos jurisdicionais na realização da perícia judicial. De 2009 a 2012, a Divisão de Perícias Judiciais – DIPEJ atuou em 51.393 processos judiciais carecedores da atividade pericial, sendo 35.135 somente no biênio 2012. Processos judiciais, antes paralisados nas serventias devido à ausência de profissionais habilitados, puderam alcançar seu desfecho.

No mesmo biênio, foi dada continuidade a diversas ações na área, como: desenvolvimento do Sistema de Gerenciamento de Perícias – SIGEP; acompanhamento da quitação de aproximadamente 3.000 perícias judiciais em acidente do trabalho, pelo INSS; auxílio aos magistrados no cumprimento da Meta 2 e demais processos; digitalização dos cadastros de peritos; carga informatizada de autos; cadastramento de novos profissionais para atuação como perito do Juízo.

Com observância às regras insertas na Resolução CM nº 03/2011, foram implementados, também, o Cadastro Único de Peritos- CUP na DIPEJ; o acompanhamento do desempenho e da conduta dos peritos; a instauração de procedimentos administrativos para apuração de eventuais condutas indevidas do perito; as turmas de formação em perícia judicial; e o mutirão de peritos engenheiros para auxílio à Comarca de Nilópolis. Além disso, ocorreu o aumento de 267 para 1.500 o número de profissionais da DIPEJ para auxílio técnico aos magistrados na realização de perícias.

2.4- Projeto DNA

Inicialmente, a perícia de DNA era direcionada às Varas de Família, em cumprimento ao Ato Executivo TJ/CGJ nº 08/1996, que regulamentou as solicitações de cadastramento/agendamento. Esse tipo de perícia foi estendida a todas as varas, em face da necessidade de disciplinar os exames não compreendidos na esfera familiar, conforme dispõe o Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 91/2005.

Recebida a solicitação de cadastramentos ou agendamento de perícia de DNA, o primeiro é efetuado imediatamente, ao passo que os agendamentos obedecem à ordem de chegada e ao volume de demandas para a localidade pretendida, respeitando-se também as datas colocadas à disposição pelo Laboratório de Diagnóstico por DNA da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ - LDD), de acordo com o cronograma estabelecido no contrato firmado com o PJERJ. Uma vez elaborada a respectiva tabela, o Juízo é informado, para que proceda às intimações necessárias.

2.4.1 Tipos de perícias e suas peculiaridades

Trio padrão

É o exame mais básico e o comumente solicitado, envolvendo os supostos pai/mãe/filho, de acordo com o tipo de resultado que se pretenda. Consiste na coleta do material biológico, acrescida da anamnese efetuada pelos peritos no momento do atendimento, com o intuito de confirmar o vínculo genético informado pelas serventias entre os participantes

da perícia. Nesse momento, também são fotografadas as partes, a fim de dirimir dúvidas quanto à participação dos investigados no exame.

Distanciamento genético

Na ausência do suposto pai/mãe, o exame conta com a participação de parentes próximos.

Restos mortais (RM) - Exumação

A perícia envolvendo pessoas falecidas - Restos Mortais - é efetivada mediante remessa do material exumado ao LDD, conforme determinação dos Juízos ao Instituto Médico Legal (IML).

2.4.2 Ampliação dos postos de coleta

Em 2009, havia apenas cinco postos de coleta no Estado, mais especificamente nos 1º, 5º, 6º, 9º e 10º NUR. Foi observado nas visitas que o não comparecimento das partes era significativo, tendo em vista as distâncias existentes entre as comarcas. No biênio de 2011/2012, o TJERJ ampliou o número anterior para 12 postos de coleta (sendo 2 no 10º NUR), distribuídos conforme tabelas abaixo:

POSTOS DE COLETA	
1º NUR	Policlínica Piquet Carneiro
2º NUR	Fórum de Niterói
3º NUR	Fórum de Petrópolis
4º NUR	Fórum de São João de Meriti
5º NUR	Sede do NUR em Volta Redonda
6º NUR	Fórum de Campos de Goytacazes
7º NUR	Fórum de Vassouras
8º NUR	Fórum de Mangaratiba
9º NUR	Fórum de Nova Friburgo
10º NUR	Fórum de Itaperuna e Fórum de Santo Antônio de Pádua
11º NUR	Fórum de Cabo Frio

Número de exames de DNA no biênio de 2011/2012

NÚMERO DE EXAMES POR NUR - 2011													
NUR / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total ano	Total NUR
Capital/Niterói - 1º	180		373	274		363	99	192	176	285	144		2.086
Petrópolis - 3º		49			72			78					199
S. J. Meriti - 4º	98	182	181	192		153	192	190		234			1422
V.Redonda - 5º		170			103		135		141		159		708
Campos - 6º	130			88			67			140			425
Angra - 8º	71				63		73						207
N. Friburgo - 9º					98	39			62				199
Itaperuna - 10º	95			64			40			78			277
Cabo Frio 11º					71		59						130
Total por mês	574	401	554	618	407	555	665	460	379	737	303	5.653	5.653

Várias tabs.

Incl. polo

NÚMERO DE EXAMES POR NUR - 2012													
NUR / MÊS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Total ano	Total NUR
Capital/Niterói - 1º	190	191	193	311	95	191	360	241	286	141			2199
Petrópolis 3º	101			68	56		88			87			400
S. J. de Meriti 4º	183		418		180	166	141	179	239	182			1688
V.Redonda 5º				202	197		154		187				
152		892											
Campos 6º			129			207		239					575
Vassouras 7º					48			32					80
Angra 8º	99					94		50					
130		373											
N Friburgo 9º		56			49		72						177
Itaperuna 10º			60				65			74			199
S A Pádua 10º			25				17			39			81
C Frio 11º		96			75				162				333
Total p mês	573	343	825	581	700	658	897	741	874	523	282	6.977	6.977

Várias tabs.

Incl. polo

2.5 Reorganização da estrutura do Poder Judiciário fluminense



Descerramento da placa de inauguração da instalação da 5ª Vara Cível Regional da Leopoldina

A administração do biênio 2011/2012 deu continuidade à política de adequação da estrutura organizacional do Poder Judiciário fluminense, de forma a melhor atender à demanda e dividir o trabalho.

Em função dessa preocupação e, contando com a atuação da Comissão de Apoio à Qualidade (COMAQ), a administração realizou a transformação de unidades em situação de escasso movimento forense em outras, visando assim a racionalização do uso dos recursos.

	INSTALAÇÃO
VI JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER REGIONAL DA COMARCA DA CAPITAL (LEOPOLDINA) CRIADO POR TRANSFORMAÇÃO DA 3ª VARA DE FAMÍLIA REGIONAL DA LEOPOLDINA	28.03.2012
5ª VARA CÍVEL REGIONAL DA LEOPOLDINA CRIADA POR TRANSFORMAÇÃO DO XXVII JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL - ROCINHA	26.06.2012
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE CABO FRIO CRIADA POR TRANSFORMAÇÃO DA VARA DE FAMÍLIA, DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO DA COMARCA DE BOM JESUS DO ITABAPOANA	30.08.2012
I JUIZADO ESPECIAL CÍVEL DA COMARCA DE MAGÉ CRIADO POR TRANSFORMAÇÃO DA VARA DE FAMÍLIA, DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO DA MESMA COMARCA	31.05.2011
2ª VARA CRIMINAL DA COMARCA DE RESENDE CRIADA POR TRANSFORMAÇÃO DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER E ESPECIAL CRIMINAL DA MESMA COMARCA	11.11.2011
3ª VARA DE FAMÍLIA DA COMARCA DE BELFORD ROXO CRIADA POR TRANSFORMAÇÃO DA VARA DE FAMÍLIA, DA INFÂNCIA, DA JUVENTUDE E DO IDOSO DA COMARCA DE VASSOURAS	13.04.2011
JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DA COMARCA DE NITERÓI CRIADO POR TRANSFORMAÇÃO DA 5ª VARA CRIMINAL DA MESMA COMARCA	21.02.2011



O Presidente Manoel Alberto discursa na solenidade de instalação da 2ª Vara Criminal da Comarca de Cabo Frio

Após minucioso estudo da Comissão de Apoio à Qualidade do Tribunal de Justiça, foram ainda instaladas as 2ª varas das comarcas de Japeri e Seropédica, em 26 de outubro de 2011, que já haviam sido criadas por lei.

Por iniciativa do TJERJ, foi aprovada na Assembleia Legislativa a Lei 6.375, de 27 de dezembro de 2012. Essa lei cria, na estrutura do Tribunal de Justiça, sem aumento de despesa, sete Câmaras Cíveis. Cinco dessas Câmaras terão competência especializada nas matérias cujo processo originário verse sobre Direito do Consumidor.

No dia 24 de janeiro de 2013, o presidente Manoel Alberto Rebêlo dos Santos entregou uma vara criminal à população de Maricá, na Região Metropolitana do Rio. Atualmente, a comarca conta com cerca de 1.800 processos criminais.



O presidente Manoel Alberto Rebêlo dos Santos instala vara criminal em Maricá

2.6- Extrajudicial

A ALERJ aprovou, no decurso do ano de 2012, diversas Leis Estaduais de iniciativa do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, alterando dispositivos do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro. As seguintes leis foram aprovadas:

- Lei nº 6.141/2012, de 04 de janeiro de 2012: cria os 1º e 2º Ofícios de Justiça de Rio das Ostras por desmembramento do Ofício Único. Está Lei será implementada com a vacância do atual Ofício Único do Município de Rio das Ostras.
- Lei nº 6.142/2012, de 04 de janeiro de 2012: reorganiza os Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais na Comarca da Capital.
- Lei 6.150/2012, de 05 de janeiro de 2012: cria 12 novos Serviços de Notas na Comarca da Capital.

- Lei 6.206/ 2012, de 16 de abril de 2012: reorganiza, na Comarca da Capital, os Serviços de Registro de Imóveis.

- Lei 6.207/2012, de 16 de abril de 2012: cria Serviços de Ofício Único nos municípios de Miguel Pereira, Paraíba do Sul, São Fidelis e Sapucaia.

- Lei 6.229/2012, de 27 de abril de 2012: cria, nos municípios de Cambuci, Duas Barras, Mangaratiba, Natividade, Santa Maria Madalena, São João da Barra e Sumidouro, Serviços de Ofício Único e extingue Ofícios de Justiça que se encontravam desativados pela Corregedoria Geral da Justiça.

- Lei nº 6.230/2012, de 07 de maio de 2012: reestrutura os Serviços de Registro Civil de Pessoas Naturais nas Comarcas de Primeira e Segunda Entrâncias e de Entrância Especial do Estado do Rio de Janeiro, extinguindo Serviços Registrais já desativados ou que se encontravam vagos.

Além das acima citadas, que alteraram o CODJERJ, também foram aprovadas, de iniciativa do Tribunal de Justiça as seguintes leis:

- Lei 6.242/2012, de 18 de maio de 2012: institui junto aos Serviços de Registro Civil das Pessoas Naturais o Serviço Itinerante de Registro.

- Lei 6.281/2012, de 03 de julho de 2012: criou o Fundo de Apoio aos Registradores Cíveis das Pessoas Naturais do Estado do Rio de Janeiro – FUNARPEN/RJ, instituindo um acréscimo de 4% (quatro por cento) sobre os emolumentos dos atos extrajudiciais, com a finalidade de compensar os registradores cíveis das pessoas naturais pelos atos praticados gratuitamente.

- Lei 6.370/2012, de 20 de dezembro de 2012, com vigência a partir de 21 de março de 2013: cria uma nova tabela de Emolumentos, simplificando o seu recolhimento, adequando-a às inovações notariais e registrais e compatibilizando a sua cobrança com a dos demais estados da Federação.



2.7- Ferramentas de TI contribuem para a comunicação

Foram instituídas e disponibilizadas ao público externo diversas ferramentas de TI para facilitar a busca de informações processuais. São elas:

- Cálculo de Execução Fazendária para a Defensoria Pública. – Desenvolvimento de novas rotinas de cálculo e disponibilização à Defensoria Pública através da Web.
- Integração dos sistemas: DCP (sistema processual de 1º grau), SCPM (controle de penas e medidas) e eJUD (sistema processual de 2º grau) com o BNMP – Banco Nacional de

- Mandados de Prisão do CNJ. Esta integração permite que o público externo, através da web, consiga ter informações sobre os mandados de prisão expedidos pelo Poder Judiciário.
- Certidão sobre feitos criminais e cíveis, conforme resolução do CNJ.
- Divulgação de dados de transparência institucional no Portal do TJ, em atendimento à
- Resolução CNJ nº 102, com alterações da Resolução CNJ nº 151 e Lei de Acesso à Informação.
- Consulta processual pelo nome do advogado (Res. 121 CNJ).
- Consulta por CPF/CNPJ - 1ª e 2ª Instância (Res. 121 CNJ).
- Acesso de partes e advogados às gravações de audiência pela internet.
- Acesso às decisões dos processos de 1ª instância assinadas eletronicamente.
- Acompanhamento da movimentação dos precatórios judiciais por e-mail.

Responsabilidade Social

- O TJERJ promove mais de uma dezena de projetos socioambientais relacionados à formação e ao exercício da cidadania.
- Um desses projetos, o “Pais Trabalhando”, tem por objetivo a inserção no mercado de trabalho de pais e mães de famílias que vivem em situação de risco social, tendo atendido 200 pessoas em 2011/2012.
- O projeto “Começar de Novo”, do CNJ, cujo objetivo é o de promover a reinserção social de egressos do sistema penal no mercado de trabalho, funciona como estratégia fundamental do Tribunal de Justiça no combate à reincidência criminal.
- O Tribunal de Justiça do Rio oferece a oportunidade do primeiro emprego, em diversos dos seus setores, a adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas, por intermédio do projeto “Justiça pelos Jovens”, que, ao longo do biênio 2011/2012, teve 271 beneficiados.
- O TJERJ realiza um projeto chamado “Escola de Família”, cujo objetivo é ampliar as habilidades para o convívio familiar de casais envolvidos em processos no JECRIM e nas Varas de Família, da Infância, Juventude e Idoso.
- Por intermédio de convênio estabelecido com a Universidade Estácio de Sá, o projeto “Estudar para Trabalhar” proporciona cursos de capacitação em Língua Portuguesa, Matemática e Inglês Instrumental aos participantes de vários de seus projetos sociais, possibilitando maior inserção profissional e promoção social.

PROMOVER A CIDADANIA

1. Ações sociais e exercício de cidadania no TJERJ

Atuante em diversas frentes de ação socioambiental, o Tribunal de Justiça promoveu, continuamente, na administração do presidente Manoel Alberto, uma série de programas, campanhas, eventos e palestras relacionados à inclusão social e à capacitação ambiental, tendo como público-alvo os integrantes dos projetos sociais desenvolvidos pela instituição e os serventuários.

1.1 Jovens Mensageiros

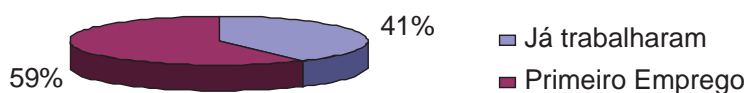
O projeto “Jovens Mensageiros”, em parceria com a instituição Lar Fabiano de Cristo, tem como objetivo inserir, no mercado de trabalho formal, jovens de baixa renda, ou em situação de risco social, na faixa etária compreendida entre 18 a 24 anos, sendo condição de participação no projeto que esses jovens estejam frequentando o ensino médio ou curso de qualificação profissional.



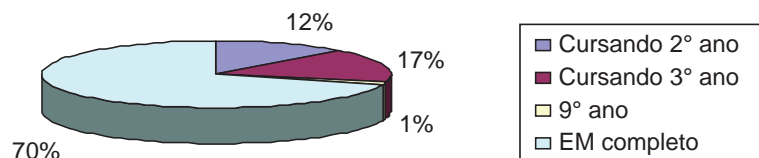
Jovem mensageiro trabalhando

Os participantes estão lotados no Fórum Central, em 10 fóruns regionais da cidade do Rio de Janeiro e na Comarca de Niterói. Eles atuam na distribuição interna e externa de expedientes diversos, como remessa e recebimento de processos judiciais, correspondências, petições e ofícios entre as serventias do Tribunal, proporcionando maior celeridade ao Judiciário. A eficiência desses serviços permite manter os serventuários nas suas respectivas serventias judiciais, garantindo, com isso, maior produtividade no atendimento às partes. Em 2011 o projeto beneficiou 129 participantes e em 2012, 161 jovens.

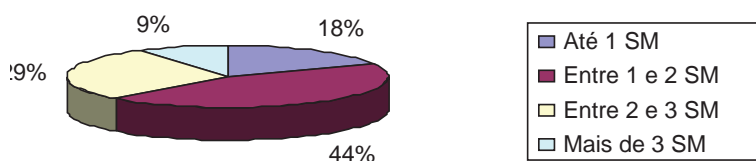
Experiência profissional



Escolaridade



Renda Familiar



1.2 Pais Trabalhando

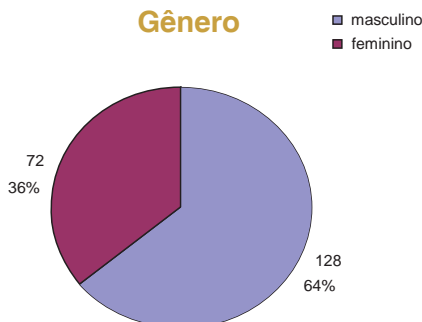
O projeto “Pais Trabalhando” atende a homens e mulheres oriundos de famílias que vivem em situação de risco social. Tem por objetivo a inserção no mercado de trabalho de pais encaminhados pelas Varas da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da



Beneficiárias trabalhando com reciclagem

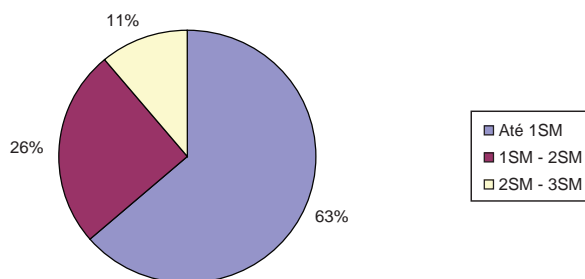
Capital, pelas Varas de Família, Varas de Violência Doméstica, Juizados Especiais Criminais e CPMAs (Centrais de Penas e Medidas Alternativas), Escola de Família pelo Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Lar Fabiano de Cristo e outras entidades dedicadas à promoção da família. Com duas frentes de trabalho, reciclagem e jardinagem, no biênio 2011/2012, 200 pessoas foram atendidas no projeto.

Gênero

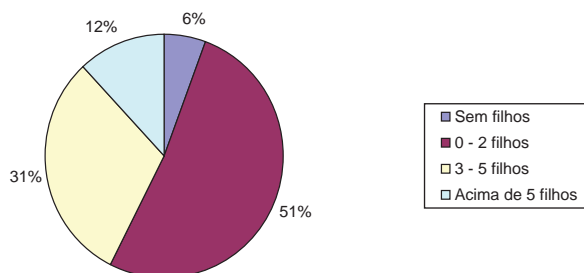


Renda Familiar

Renda familiar dos participantes



Número de filhos

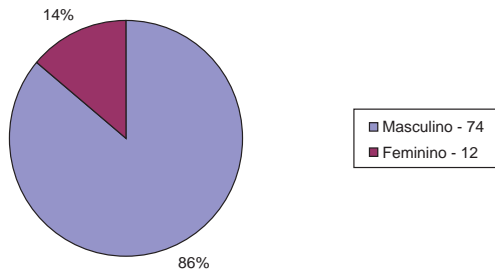


1.3 Começar de Novo

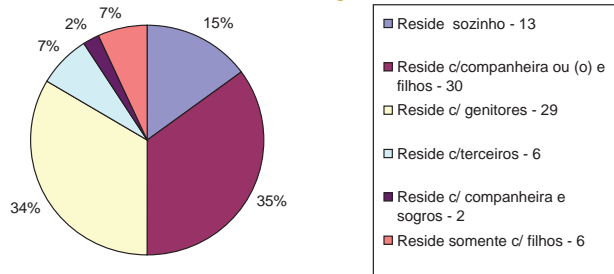
Já o projeto “Começar de Novo”, cujo objetivo é promover a reinserção social de egressos do sistema penal no mercado de trabalho e, desse modo, combater a reincidência criminal, no biênio 2011/2012 beneficiou 86 participantes. São considerados egressos: o liberado definitivo, o que se encontra em cumprimento de liberdade condicional e de penas restritivas de direito. Cabe pontuar que, mesmo com desligamentos, foram obtidos

resultados positivos, entre os quais a aceitação das chefias operacionais e a adequação às rotinas de trabalho, ocorrendo, inclusive, contratações por firmas terceirizadas no TJERJ.

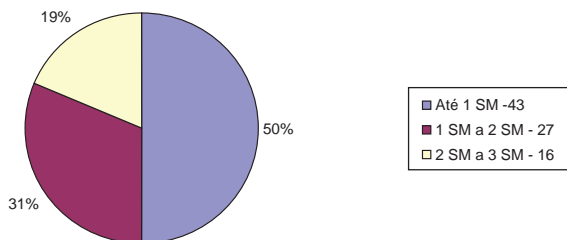
Beneficiários por gênero



Composição Familiar

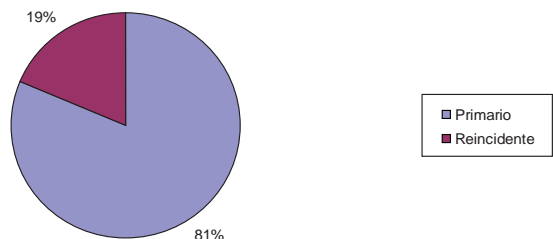


Renda Familiar



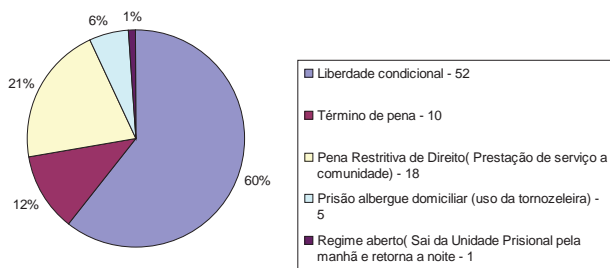
Situação Jurídica

Primeira condenação ou reincidente nos delitos



Cumprimento da Pena

Acompanhamento do cumprimento da pena junto as Instituições de direito: Patronato Magarinos Torres, Vara de Execução Penal e as Centrais de Penas e Medidas Alternativas



Dados do Portal de Oportunidades do CNJ (Jul./2011 a Nov./2012)

Objetivando a implantação e desenvolvimento de metodologia de trabalho que viabilize o funcionamento do programa Começar de Novo, do Conselho Nacional de Justiça, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foram desenvolvidas atividades no período de julho de 2011 a novembro de 2012, visando o conhecimento da rede de atendimento já existente, a formação de cadastro de egressos interessados em postos de trabalho e a divulgação do programa junto a instituições e empresas empregadoras, como forma de captar vagas para cursos de preparação profissional e vagas de emprego.

Paralelamente, foi aplicada uma metodologia de atendimento que, ao mesmo tempo, gera motivação nos beneficiados e possibilita a reflexão sobre sua inserção social, qualidades facilitadoras de sua introdução e permanência no mundo do trabalho. Essa metodologia propicia uma rotina de coleta de dados e um diagnóstico permanente do público atendido, das dificuldades apresentadas e de possíveis ações para minimizá-las.

A seguir, um diagnóstico dos dados mais relevantes levantados até o momento, que possibilitam verificar quais os aspectos que dificultam ou facilitam a introdução das pessoas atendidas no mundo do trabalho.

Dados do Portal de Oportunidades do CNJ

Tabela 1 – Instituições Cadastradas no Portal de Oportunidades

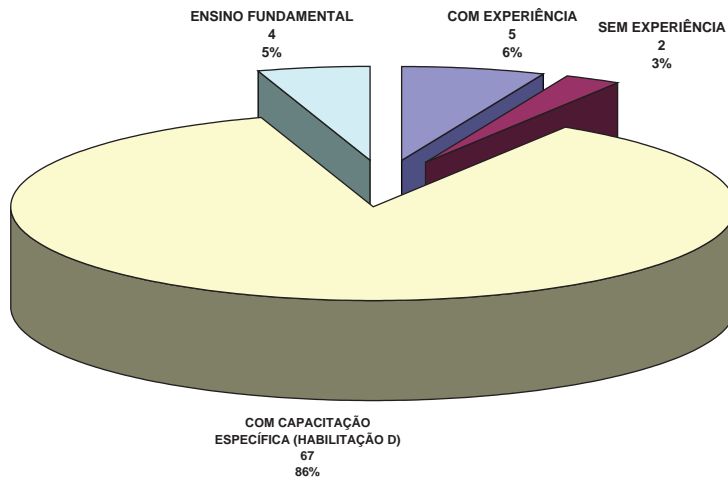
CADASTRAMENTO NO PORTAL DE OPORTUNIDADES (JUL/2011 – NOV/2012)		Nº
EMPRESAS PRIVADAS		
Total		22
Disponibilizaram vagas		6
Não disponibilizaram		16
ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS		
Total		10
Disponibilizaram Curso		2
Não Disponibilizaram Curso		8
ÓRGÃOS PÚBLICOS		
Total		3
Disponibilizaram um curso e duas vagas		3
Não disponibilizaram		0
TOTAL		35

Vê-se do levantamento acima que, embora haja um significativo número de empresas cadastradas no Portal, poucas são as que efetivamente disponibilizaram vagas para contratação de egressos. Ressalte-se que a maioria fez o cadastramento de modo espontâneo no site do CNJ, com motivações ignoradas e, posteriormente, ao serem contatados não demonstraram real interesse em desenvolver as ações propostas.

MOVIMENTO DE VAGAS PARA EMPREGO NO PORTAL (JUL/2011-NOV/2012)				
EMPRESA	VAGAS ABERTAS	VAGAS OCUPADAS ADULTOS	VAGAS OCUPADAS ADOLESCENTES	VAGAS DISPONÍVEIS
MASAN	26	5	20	1
JAFFÉ	2	2		0
PROJETO COMEÇAR DE NOVO TJERJ	73	67		6
TRANSURB	50	8		42
LIMPIDUS	1	1		0
GRENÁ ALIMENTOS	2	0		2
TANGRAN	1	0		1
VERDUN	30	0		30
TOTAL	185	83	20	82

Obs.: Habilitação “D” refere-se à Carteira Nacional de Habilitação (CNH-D)

PERFIL DE VAGAS OFERECIDAS NO PORTAL (JUL/2011 A NOV/2012)



Integrante do projeto exercendo suas atividades

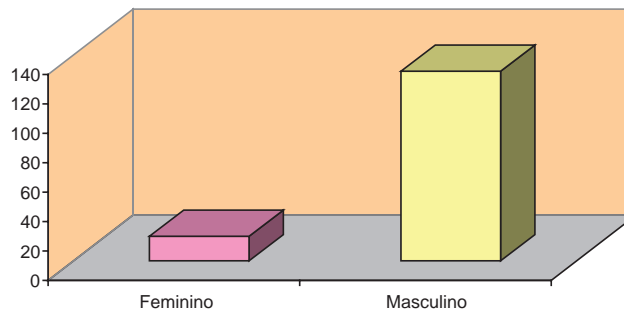
1.4 Justiça pelos Jovens

O projeto “Justiça pelos Jovens” oferece a oportunidade do primeiro emprego em diversos setores do Tribunal de Justiça a adolescentes que cumpriram medidas socioeducativas na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso da Capital. Ao longo do biênio 2011/2012, 271 jovens foram beneficiados.

Esse projeto vem contribuindo para a diminuição do índice de reincidência, propiciando mudanças de valores morais, éticos e sociais nos adolescentes participantes.

Gênero

No gráfico apresentado é possível observar que, ao longo do biênio 2011/2012, o maior número de participantes do projeto é do sexo masculino.



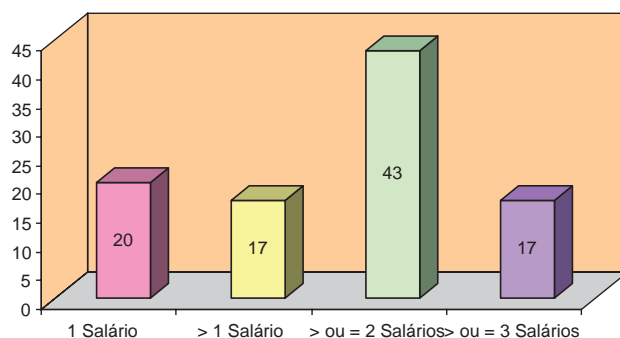
Faixa etária

Conforme levantamento, os jovens estão distribuídos na faixa etária de 16 a 22 anos.

Embora o projeto contemple jovens de 16 a 24 anos, há uma concentração maior entre as idades de 17 a 19 anos, período em que estão no final do cumprimento da medida socioeducativa, que em alguns casos já está extinta.

Renda familiar

Grande parte dos jovens participantes possui renda familiar em torno de 2 a 3 salários-mínimos, totalizando 44% no ano de 2011. Em 2012, esse percentual caiu para 40%. Por intermédio dos atendimentos sociais realizados, constata-se que a maioria dos jovens contribui para as despesas domésticas de suas famílias, melhorando, assim, a qualidade de vida de seus membros.



Assinatura do convênio com a Universidade Estácio de Sá

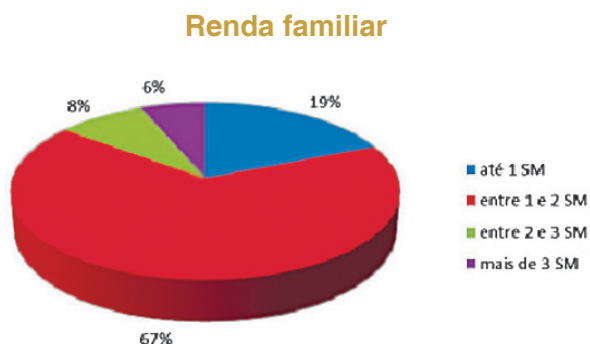
1.4.1 Estudar para Trabalhar

O projeto consiste em cursos de capacitação em Língua Portuguesa, Matemática e Inglês Instrumental proporcionados pelo convênio estabelecido com a Universidade Estácio de Sá (Campus Menezes Cortes) aos integrantes dos projetos “Pais Trabalhando”, “Justiça pelos Jovens”, “Jovens Mensageiros” e “Começar de Novo”.

A ação tem como objetivo específico proporcionar reforço escolar, possibilitando maior inserção profissional e promoção social.

1.5 Pró-Surdo

O “Pró-Surdo” é um projeto social iniciado na gestão do presidente Manoel Alberto que beneficia pessoas surdas indicadas por entidades da sociedade civil sem fins lucrativos, consolidando as ações afirmativas em prol da inclusão e da integração social. Além disso, aperfeiçoa a prestação jurisdicional, o que ocorre por intermédio da experiência profissional supervisionada dos participantes, pelo período de três anos, a fim de que os mesmos exerçam a ocupação de auxiliar de produção nas atividades de apoio operacional à digitalização de documentos. Em 2011, o projeto abrangeu 20 integrantes e beneficiou outros 95 em 2012.



1.6 Bem me quer

O projeto “Bem me quer” oferece aos juízes das Varas de Família da Capital a alternativa de encaminhar as partes envolvidas nos processos judiciais para encontros informativos/reflexivos sobre os conflitos normalmente vivenciados nas famílias em separação litigiosa. O projeto tem como premissa o entendimento de que os processos judiciais nas varas de família ocorrem, em sua grande maioria, por dificuldades das partes em dialogar e negociar.



Sendo assim, as ações do projeto pretendem conscientizar as partes de que o litígio, continuado e fomentado, acarreta real prejuízo à formação emocional dos filhos; aprimorar o entendimento das diferenças entre conjugalidade e parentalidade; criar espaços de compreensão e de aceitação dos novos arranjos familiares; sensibilizar as figuras parentais das consequências do litígio sobre a prole; conscientizar pais, mães e demais membros da família sobre a importância da preservação dos vínculos familiares na separação/divórcio; orientar e apoiar as famílias que estejam vivenciando dificuldades nas relações parentais; facilitar a relação do usuário com o Judiciário, permitindo melhor comunicação e satisfação no atendimento; e propiciar aos usuários alternativas para solução de conflitos através de reflexão e conscientização das responsabilidades parentais. Em 2012 o projeto promoveu dois encontros, com 700 participantes.

1.7 Escola de Família

O projeto, que beneficiou 305 participantes no biênio 2011/2012, tem por objetivo ampliar as habilidades para o convívio familiar de casais envolvidos em processos no JECRIM e nas Varas de Família, da



Infância, Juventude e do Idoso, que necessitam de espaço para reflexão sobre questões que envolvem as relações familiares. Durante o “Escola de Família”, os participantes recebem informações úteis e coerentes com os problemas vividos, para melhor compreendê-los e para melhoria do convívio familiar. A participação no programa proporciona aos participantes troca de experiências, ampliação e fortalecimento da rede de pertinência e acesso à Rede Comunitária.

1.8 Circuito Cultural

O “Circuito Cultural” tem promovido visitas a museus, centros culturais e pontos turísticos como atividade complementar aos projetos de inclusão social do Tribunal, que, por intermédio desse recurso, pretende apresentar aos beneficiários a possibilidade de expandir os horizontes de sua experiência de vida e formação cultural, ao circular em espaços que não fazem parte de seu cotidiano, mas ao seu alcance, ampliando o pensamento crítico do cidadão ao possibilitar a aproximação do morador do Rio de Janeiro com a geografia e história de sua cidade, sob a perspectiva de um olhar contemporâneo.



Nessa realização, o TJ do Rio almeja, pelo veio cultural, gerar maior integração entre os participantes dos seus diversos projetos sociais em ação, e conta com o apoio da Escola de Administração Judiciária do Estado do Rio de Janeiro (ESAJ), da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro (AMAERJ).

1.9 Justiça Cidadã

No biênio 2011/2012, o Tribunal de Justiça do Rio formou cinco turmas do projeto “Justiça Cidadã”: as 15ª, 16ª, 17ª, 18ª e 19ª. O projeto busca aproximar, com ações educativas, o Poder Judiciário das comunidades em situação de maior vulnerabilidade social, econômica e cultural, por intermédio da capacitação de líderes comunitários para que estes atuem como multiplicadores de conhecimentos, promovendo assim a cidadania. Desse modo, o programa é direcionado a gestores



Beneficiárias do “Justiça Cidadã”

sociais, membros de associações, grupos de voluntários e participantes da sociedade civil organizada. Consiste na realização de cursos e palestras, ministrados voluntariamente por magistrados (juízes e desembargadores), promotores de justiça, defensores públicos, demais profissionais do Direito, servidores e representantes de instituições que atuam na promoção da cidadania.



Entrega de certificado de conclusão do curso Justiça e Cidadania

Entre os objetivos específicos do projeto, estão os de fomentar a universalização e democratização do direito de acesso à Justiça, com vistas à promoção da paz social e construção de uma sociedade mais justa; fortalecer o exercício da cidadania, formando cidadãos mais conscientes dos seus direitos individuais e coletivos, assim como dos seus deveres em relação aos demais concidadãos, e divulgar o uso alternativo de solução de conflitos, como a conciliação e a mediação.

O projeto beneficiou 411 participantes em 2011, por intermédio dos seus dois cursos de capacitação e das palestras de reciclagem e/ou mesas redondas sobre temas relacionados à justiça, realizadas trimestralmente, com a finalidade de atualizar os conhecimentos transmitidos nos cursos.

1.10 Casamento Comunitário



Beneficiários do projeto “Casamento Comunitário”

O objetivo do projeto “Casamento Comunitário” é o de promover a proteção da família e a inclusão social através da regularização do estado civil dos casais em situação irregular que sejam hipossuficientes economicamente. Além disso, tem caráter educativo, já que os casais beneficiados passam a difundir, nas comunidades onde vivem, informações sobre como proceder e qual a documentação exigida para dar entrada ao processo de habilitação de casamento, sem que haja necessidade de recorrer a intermediários ou aguardar a realização de casamentos coletivos para regularizarem suas uniões, fortalecendo a cidadania e aproximando o Poder Judiciário fluminense da população.

Em outubro de 2011, o TJ do Rio já havia oficializado a união de 49 casais. Ainda em 2011, como parte das comemorações do Dia da Justiça, 8 de dezembro, o Tribunal de Justiça do Rio realizou o seu 20º casamento comunitário, contemplando 38 casais.

Em maio de 2012, foi realizado o casamento comunitário de 57 casais. Em setembro do mesmo ano, foi realizada a conversão de união estável em casamento de 40 bombeiros militares e, no mês seguinte, de 54 casais, todos funcionários da Guarda Municipal. Em dezembro, no Dia da Justiça, 60 casais participaram da cerimônia de conversão da união estável em casamento, no Fórum Central.

1.10.1 Reconhecimento judicial de união estável homoafetiva



Cerimônia de celebração coletiva de união estável homoafetiva

Em 1º de julho de 2012, pouco mais de um ano depois da decisão do Supremo Tribunal Federal que autorizou a união estável homoafetiva, o Tribunal de Justiça do Rio reconheceu, em celebração coletiva, a união de 50 casais de pessoas do mesmo sexo, sendo o primeiro tribunal do país a realizar esse tipo de evento.

A cerimônia foi promovida em parceria com a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos do Governo do Estado, e com a Defensoria Pública do Estado.

Já no início de dezembro de 2012, 92 casais homoafetivos tiveram o reconhecimento judicial de união estável oficializado no TJERJ, na maior cerimônia coletiva de uniões estáveis homoafetivas do mundo. Dos 92 casais, 70% eram do sexo feminino. A madrinha simbólica foi a desembargadora aposentada e presidente da Comissão Especial da Diversidade Sexual do Conselho Federal da OAB, Maria Berenice Dias.

A juíza Cristiana de Faria Cordeiro conduziu a cerimônia, que contou também com a presença da desembargadora Cristina Tereza Gaulia, idealizadora do Programa de Oficialização de União Estável Homoafetiva no Tribunal de Justiça.

O reconhecimento judicial da união estável assegura direitos para a população LGBT, como herança, plano de saúde, pensão e previdência. Dos 50 casais presentes ao evento, 40 já recorreram à Defensoria Pública para converter suas uniões estáveis em casamento. No biênio 2011/2012, foram realizados 141 reconhecimentos de união estável.

As ações do projeto “União Homoafetiva” visam a contribuir para a promoção e proteção da família. O projeto consolida as ações afirmativas do PJERJ em prol da parcela da população de maior fragilidade econômico-social, promovendo a declaração judicial de reconhecimento das uniões estáveis entre casais do mesmo sexo, conferindo, assim, às partes, proteção jurídica e a garantia de seus direitos individuais e sociais.

1.11 Justiça em Ação

O projeto “Justiça em Ação” realiza, pontualmente, ações sociais, tendo como objetivo levar às comunidades a prestação jurisdicional e outros serviços relevantes, garantindo a inclusão social, o amparo integral da Justiça e marcando a presença do Estado, com seus serviços de utilidade pública, beneficiando comunidades de maior vulnerabilidade econômica, social e cultural, situadas no município do Rio de Janeiro e em sua região metropolitana.



As ações são realizadas com a participação de magistrados, funcionários e voluntários integrantes da sociedade civil.

Os seguintes eventos e atendimentos foram realizados no Biênio 2011/2012: participação do “Justiça em Ação” no “Ação Global”, em parceria com a FIRJAN: com 6523 atendimentos; Ações Itinerantes: com 578 atendimentos; Mutirões de Erradicação do Sub-registro: com 1596 atendimentos; Ações Sociais em eventos diversos: com 8167 atendimentos.

2. Convênios para gerar empregos a beneficiários de projetos sociais

Em uma das inovações de sua gestão, o presidente Manoel Alberto assinou um convênio de cooperação com a Companhia Brasileira de Distribuição e a Sendas Distribuidora S.A., representadas por seu diretor de relações institucionais, Márcio Milan, e por seu diretor jurídico, Ednus Ascari Junior. A iniciativa teve por finalidade empregar beneficiários dos projetos sociais desenvolvidos pelo Tribunal, tornando-se uma continuação das atividades realizadas pelo Judiciário fluminense: “A participação da iniciativa privada é fundamental, e tem conseqüências de ordem prática, pois nós oferecemos cursos e formação, mas não temos condições de manter todos os beneficiários dos projetos sociais trabalhando aqui no Tribunal. Seria muito frustrante para os participantes se eles fossem capacitados dessa forma e depois não tivessem oportunidades de trabalho”, declarou o presidente do TJERJ.

Por intermédio de convênios semelhantes, estabelecidos com empresas que prestam serviços terceirizados, o Tribunal possibilitou a contratação de integrantes de quatro de seus projetos sociais no biênio 2011/2012: “Jovens Mensageiros”, 23 contratações; “Justiça pelos Jovens”, 18 contratações; “Pais Trabalhando”, 22 contratações e “Começar de Novo”, 14 contratações.



Confraternização de Natal em 2011

3. Natal Social

O TJ do Rio, conforme sua política de responsabilidade social, realizou, em dezembro de 2011, a Campanha “Natal com Solidariedade”. Como parte da ação, o TJERJ fez arrecadação de doações no Fórum Central, em parceria com o Grupo Beneficente Maria de Madalena. As doações recolhidas compuseram cestas natalinas que beneficiaram 300 pessoas residentes no “Lixão” de Jardim Gramacho, em Duque de Caxias, e

mais 500 moradores de rua no Centro do Rio de Janeiro.

Em 2012, a campanha beneficiou as crianças internadas nas unidades hospitalares do Estado e a Pastoral do Menor.

Nesse ano, a emoção foi o ponto alto da comemoração de natal promovida pelo Tribunal de Justiça. Os integrantes de todos os projetos sociais da instituição participaram de um evento com música, teatro, sorteio de brindes e declarações de agradecimentos e de incentivos.

Na ocasião, a desembargadora Cristina Tereza Gaulia, coordenadora do Departamento de Avaliação e Acompanhamento de Projetos Especiais (DEAPE), agradeceu ao presidente Manoel Alberto pelo apoio dado aos projetos durante sua gestão.

Já o presidente do TJERJ recebeu do jovem Lucas um quadro feito com material reciclado retratando um dos mais conhecidos personagens da literatura universal, Dom Quixote: “Agradeço a oportunidade de estar aqui com vocês e os felicito com votos de Feliz Natal”, declarou o magistrado.

Durante a festividade, foi apresentada a peça “Superando os obstáculos”, totalmente produzida por 15 jovens de cinco dos projetos sociais. A peça expôs as dificuldades enfrentadas por quem busca emprego hoje. No prólogo, uma ode ao trabalho, “que dignifica e também dá prazer”.

A orquestra de cordas do projeto “Villa-Lobos e as Crianças” brindou a plateia com obras de Bach, Mozart, Chopin e Tom Jobim. Os músicos foram trazidos pela Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (FETRANSPOR), empresa parceira do Tribunal de Justiça, que fornece o cartão Fetranspor Social aos participantes dos projetos sociais.

4. Informação, Acessibilidade e Formação

4.1 Campanha de combate ao uso de drogas

Como parte integrante de sua ação contínua para a conscientização dos valores que constituem o exercício da cidadania, e com o intuito de esclarecer e alertar os participantes de seus projetos socioambientais quanto ao uso de drogas e seus malefícios, o Tribunal de Justiça do Rio promove uma série de palestras e eventos sobre temas relacionados às drogas.

Com o apoio do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, foi lançada a cartilha “Tudo o que você pensa que sabe sobre drogas”, que contou com a participação efetiva do presidente Manoel Alberto. O evento ocorreu no Colégio Estadual Jornalista Tim Lopes, no Complexo do Alemão. A publicação da cartilha integra o projeto “Prisioneiros das Drogas”,



Lançamento da cartilha “Tudo o que você pensa que sabe sobre drogas”

na Escola Tim Lopes

resultado da parceria entre a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio (FAPERJ) e as Faculdades Integradas Hélio Alonso (FACHA).

Na ocasião, o presidente do TJERJ destacou o significado da parceria estabelecida entre os Poderes engajados e a sociedade nesse projeto de prevenção ao uso de drogas, do qual também participam, em suas esferas de ação, professores e alunos, no intuito de esclarecer quanto aos malefícios das drogas: Ocorreu um fato de extrema importância para a sociedade, pois é o começo de uma parceria entre os Poderes Judiciário Executivo e

demais setores da sociedade”. O desembargador valorizou, ainda, a atuação conjunta de estudantes e professores em orientar, no convívio cotidiano, familiares, parentes e amigos sobre os malefícios que o uso de drogas pode promover, em evidência de solidário comprometimento quanto ao futuro das comunidades de que fazem parte.

Segundo o presidente do TJERJ, a cartilha é “um verdadeiro ‘manual’ de cidadania, ao abordar o ponto de vista médico, passando pelo tratamento legal, e encerrando com a relação de unidades de atendimento a usuários de drogas no Estado do Rio de Janeiro”.

O desembargador Luiz Fernando Ribeiro de Carvalho, um dos colaboradores da cartilha, realçou a relevância da participação do Tribunal de Justiça na campanha e informou que a iniciativa conta com o envolvimento dos juízes das Varas da Infância, Juventude e Idoso, empenhados no trabalho junto às escolas: “O Tribunal não poderia ficar de fora deste trabalho preventivo em relação às drogas. Pelo seu simbolismo, nós não poderíamos estar presentes somente nas medidas punitivas, como internação, mas também devemos participar da prevenção juntamente com a sociedade, o Executivo e a escola”, afirmou o magistrado.

O presidente Manoel Alberto, em comunicado aos magistrados, ressaltou a necessidade de esforço conjunto para efetivar ações que se tornem instrumentos eficazes de atuação, a partir da política nacional de combate às drogas: “Considerando os princípios da prioridade absoluta e da proteção integral que permeiam a Lei 8.069/90 e o caráter sempre proativo dos magistrados fluminenses, recomendo a divulgação e a distribuição da cartilha junto aos alunos e professores das escolas estaduais e municipais, através de parceria com a Secretaria de Educação”.

Anteriormente, o presidente do TJERJ já havia, em antecipado engajamento, se reunido com juízes dirigentes dos Núcleos Regionais (NUR), juízes de Varas da Infância, Juventude e Idoso, e desembargadores, para discutir os meios de ação do TJERJ no tocante à questão.



Lançamento da “Cartilha do Egresso”

4.2 Cartilha do Egresso

O TJERJ lançou, no dia 13 de dezembro de 2012, a “Cartilha do Egresso”. Elaborada em parceria com a Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP), a cartilha é voltada para os egressos do sistema prisional que cumprem penas restritivas de direito ou penas alternativas.

Em seu discurso, o subsecretário-geral da SEAP, Ipurinan Calixto Nery, agradeceu a parceria do TJERJ na elaboração da cartilha. “É uma satisfação muito grande estarmos reunidos aqui em busca de soluções e de oferecer melhores condições para os egressos do sistema penitenciário. Sabemos que a reincidência ainda é grande e, por isso, a SEAP tem pensado não só no acautelamento do preso,

mas na sua ressocialização. Temos que buscar oportunidades para, se não for possível zerar, pelo menos diminuir essa reincidência. É através de parcerias com os órgãos públicos que vamos alcançar esse objetivo”, destacou.

De acordo com o presidente Manoel Alberto, a cartilha é resultado de mais uma colaboração entre autoridades dos Poderes Judiciário e Executivo. “O egresso não tem ideia de como recomeçar sua vida, nem dos seus direitos. Além disso, ele tem uma enorme dificuldade em conseguir emprego só pelo simples fato de ser ex-presidiário. Essa cartilha dá informações e ajuda o egresso a restabelecer sua vida. Essa é nossa obrigação. Temos que nos unir para ajudar essas pessoas, para que elas não voltem para a criminalidade”, concluiu.



Autoridades presentes no lançamento da “Cartilha do Egresso”

4.3 Esclarecimento e prevenção

Tendo como público-alvo os participantes dos projetos sociais em execução na instituição, o TJERJ também promoveu, na gestão 2011/2012, palestras informativas sobre temas como doenças sexualmente transmissíveis (DSTs). O intuito desses eventos é o de conscientizar os jovens quanto à prevenção referente às DSTs e à necessidade de uso de preservativos, alertando sobre a importância desses cuidados.

Em uma das palestras, Ana Lúcia Tiziano Sequeira, assistente social do Instituto Nacional de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente Fernandes Figueira, falou sobre os serviços oferecidos na rede de saúde pública para o combate às doenças transmitidas por intermédio das relações sexuais. A palestrante também alertou os jovens da plateia sobre o crescimento, principalmente na Região Sudeste, dos casos de Aids, e do aumento da quantidade de mulheres infectadas pelo vírus HIV desfazendo dúvidas dos presentes quanto aos tipos de proteção existentes e sobre como e quando podem ser utilizados. A palestra terminou com a exibição de um filme educativo sobre DSTs e Aids.

4.4 Seminário sobre acessibilidade, inclusão e cidadania

Em outra de suas ações de promoção do exercício da cidadania no decurso da atual administração, o Tribunal de Justiça do Rio realizou o seminário “Acessibilidade e Inclusão – Direito à Cidadania”. A abertura foi feita pelo corregedor-geral da Justiça, desembargador Antônio José Azevedo Pinto, e pelo presidente da Comissão Intersetorial para Promoção da Acessibilidade (CIPAC) no âmbito do PJERJ, desembargador Antônio Iloizio Barros Bastos: “A Comissão que tenho a honra de presidir foi criada pelo desembargador Manoel Alberto Rebêlo dos Santos, objetivando melhorar a elaboração de projetos na área da acessibilidade. Mesmo sendo uma das mais novas comissões de assessoramento à Administração Judiciária Superior, temos conseguido avanços significativos no campo do

fomento à discussão do tema, e do planejamento, elaboração, apoio e acompanhamento dos projetos e metas direcionados à promoção da acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência”, afirmou o desembargador Antônio Aloízio.

O magistrado destacou, ainda, os projetos em desenvolvimento e já desenvolvidos pela comissão: implantação de projeto-piloto de novas placas de sinalização, apropriadas a todas as pessoas; elaboração de projeto de colocação de piso podotátil no Complexo do Fórum Central da Comarca da Capital; instalação de telefones apropriados às pessoas com deficiência auditiva; compra de leitor de tela especial; regulamentação do ingresso e permanência, em dependências dos fóruns de todo o Estado, de pessoa com deficiência visual, acompanhada de cão-guia, série de medidas que podem proporcionar a todos pleno acesso à Justiça.

A primeira mesa do seminário debateu o tema “Da Constituição Cidadã à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência”, e teve a participação de servidores do TJERJ, procuradores, professores e especialistas na matéria.

A segunda mesa apresentou como tema as políticas públicas de acessibilidade. Participaram servidores do TJERJ, arquitetos e urbanistas, entre outras autoridades públicas relacionadas ao assunto.

Durante o seminário, dois intérpretes reproduziram as falas dos palestrantes para a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Foi também entregue ao público presente, formado, em sua maioria, por pessoas com deficiência, a cartilha “Inclusão e Desenvolvimento”, elaborada pelo CIPAC, com recursos do Fundo Especial do Tribunal de Justiça (FETJ).

4.5 Arte e Inclusão

O Dia Mundial do Meio Ambiente foi marcado, no Tribunal de Justiça do Rio, pela abertura da exposição “Arte e Sustentabilidade”, resultado de um dos mais recentes projetos socioambientais da atual gestão, o “Arte e Inclusão”, que beneficia integrantes do projeto “Pais Trabalhando”, “Jovens Mensageiros” e “Justiça pelos Jovens”.



Exposição de arte prisional

Na exposição, pôde ser admirada e adquirida grande diversidade de peças e objetos artesanais e artísticos, criados a partir de materiais provenientes de práticas de reaproveitamento e reciclagem. O projeto “Arte e Inclusão”, primando pela expressão artística, também voltada para a possibilidade de geração de renda autônoma, ministra aulas de desenho e tecelagem. Atualmente o projeto beneficia 15 participantes.

4.6 Doação de equipamentos

Uma das práticas institucionais do Tribunal de Justiça que possibilita o acesso à parte dos recursos necessários à inclusão digital, é a doação de equipamentos tecnológicos, devido à obsolescência, a instituições diversas. No biênio 2011/2012, foram doados 1.206 microcomputadores, 217 impressoras e 14 scanners. A prática, além de seu significado social, é mais uma das ações do TJERJ em que também se manifesta a preocupação com o meio ambiente, ao promover o reuso de materiais.

5. Plano Mater: Tribunal de Justiça reavalia situação de crianças e adolescentes abrigados no Estado do Rio de Janeiro

O Tribunal de Justiça do Rio, por intermédio da desembargadora Conceição Mousnier, coordenadora da Comissão Estadual Judiciária de Adoção (CEJA) e da Coordenadoria Estadual Judiciária da Infância e Juventude (CEIJJ), elaborou e implementou o Plano Mater, uma iniciativa inédita no âmbito do estado que, numa primeira etapa, mapeou a situação das crianças e dos adolescentes que vivem em programas de acolhimento institucional fluminenses, e, posteriormente, passou a realizar as jornadas de audiências concentradas de reavaliação da situação dos acolhidos no estado. A meta é inseri-los na família de origem ou agilizar os processos de adoção, tanto em nível nacional quanto internacional. A ação recebeu menção honrosa ao participar, em 2012, do I Concurso do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) sobre Infância e Juventude.



De acordo com as mudanças introduzidas no Estatuto da Criança e do Adolescente pela Lei Federal nº 12.010/2009 (denominada Lei de Adoção), é obrigatória a reavaliação da situação dos abrigados a cada 6 meses, e a permanência de crianças e adolescentes em instituições de acolhimento está limitada a, no máximo, 2 anos. Durante o período de audiências, juízes das varas com competência de Infância, Juventude E Idoso, suas equipes técnicas, promotores de justiça e defensores públicos vão às instituições reexaminar os processos de cada menor abrigado. Na Justiça fluminense, esse reexame vem ocorrendo nos meses de abril e outubro.

Em abril de 2011, foram realizadas 1.695 audiências concentradas, abrangendo um quantitativo de 2.435 menores acolhidos. Desse total, 311 foram reintegrados à família de origem ou extensa e 89 encaminhados para adoção, totalizando 400 menores. 114 menores foram desligados por outros motivos (maioridade, evasão, óbito e transferência).

Já no mês de outubro de 2011, foram realizadas 1.653 audiências concentradas, reavaliando-se a situação de 2.385 acolhidos, dos quais 343 retornaram para a família de origem ou extensa; 103 foram inseridos numa nova família, mediante a adoção, totalizando 446 crianças e adolescentes desligados dos abrigos, além de 113 desligados por outros motivos (maioridade, evasões, óbitos e transferências).

No mês de abril de 2012, foram realizadas 1.693 audiências concentradas, abrangendo um

quantitativo de 2.293 crianças e adolescentes acolhidos. Desse total, 358 menores foram reintegrados à convivência familiar, sendo 289 com retorno à família de origem ou extensa, e 69 para adoção. 105 menores foram desligados por outros motivos. Um total de 1.830 foi mantido em projetos de acolhimento.

Quanto ao período de 1º a 31 de outubro de 2012, foram totalizados os dados de 76 comarcas do Estado, foram realizados 1.825 audiências concentradas no mês de outubro, com a reavaliação da situação de 2.357 crianças e adolescentes. Deste total, 355 foram reintegradas às famílias de origem e 89 inseridas em famílias substitutas, por intermédio da adoção. Os dados recebidos revelam que 1.846 crianças e adolescentes permaneceram em programa de acolhimento institucional ou familiar ao final das audiências, evidenciando importantes resultados do Plano Mater, tendo em vista que, no mapeamento realizado em maio de 2009, foram identificados 3.492 crianças e adolescentes afastados do convívio familiar, e abrigados por programas de acolhimento institucional ou familiar no Estado do Rio de Janeiro.

Gestão de Pessoas

- Com as alterações obtidas na Lei 4.620/05, a progressão/promoção dos servidores passou a ser automática, garantindo, ainda, o adicional por tempo de serviço como vantagem do serventuário da justiça.
- Foram promovidos/progredidos 11.568 servidores, ou 77% do quadro funcional do Tribunal de Justiça
- No biênio, ocorreu a flexibilização do pagamento do auxílio-creche para servidores com filho com deficiência. O auxílio será pago independentemente de o menor estar matriculado em creche ou estabelecimento de ensino
- Foi implementado o reembolso de consultas médicas no Plano Blue IV.
- Foi estendido o pagamento dos 24% aos servidores inativos.
- Em 2011 e 2012, cerca de 120.000 participantes concluíram curso presencial de capacitação da ESAJ, e aproximadamente 14.000 participaram de curso a distância.
- O programa de estágio do TJ do Rio foi ampliado, possibilitando atender as Comarcas do interior.
- Foram estendidas as ações de capacitação a um maior número de servidores, na capital e no interior, através da transmissão por videoconferência de cursos e palestras com a aquisição de plataforma de ensino a distância para a ESAJ.
- A atual administração promoveu o XLIII e XLIV concursos para ingresso na magistratura. Além disso, o TJERJ recebeu mais de 300 novos servidores aprovados nos XLII e XLIII concursos, também realizados no biênio 2011/2012.

1. MOTIVAR E COMPROMETER MAGISTRADOS E SERVIDORES COM A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

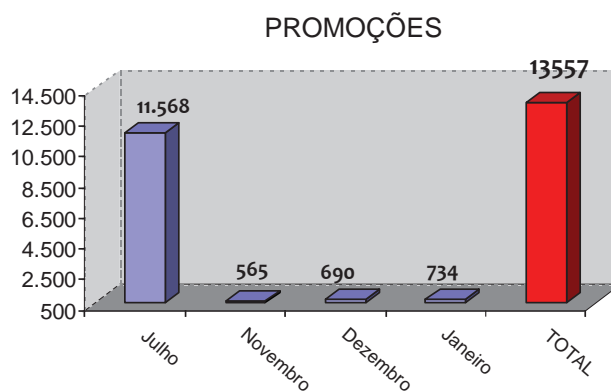
1.1 Valorização dos servidores

Os servidores são fundamentais para que o TJERJ continue sendo considerado o melhor Tribunal de Justiça do país. Ciente deste fato, a gestão do biênio 2011/2012 sempre se preocupou em valorizar e incentivar o trabalho dos seus profissionais. Dentre as ações realizadas, destacam-se aquelas em prol do aprimoramento das carreiras de analista judiciário e técnico de atividade judiciária.

Em julho de 2012 foi realizada importante movimentação funcional, que pela primeira vez respeitou o percentual ideal de cada padrão em cada uma das carreiras, tal como estabelecido no anexo IV da Lei 4.620/2005. Foram promovidos / progredidos 11.568 servidores, ou 77% do quadro funcional do Tribunal de Justiça, sendo que aproximadamente metade desses servidores subiu ao menos dois padrões remuneratórios na respectiva carreira.

Complementando essa medida, foi aprovada a Lei 6.282, de 03/07/2012 que tornou automática a promoção dos servidores do Poder Judiciário. Desta forma, a movimentação funcional passou a ocorrer após a vacância dos cargos: a cada aposentadoria ou exoneração há progressão funcional dos servidores posicionados nos padrões imediatamente inferiores. Foi uma importante conquista, pois a promoção passou a acontecer todos os meses, não existindo necessidade de negociação política e orçamentária a cada dois anos.

As primeiras promoções mensais automáticas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2012 e janeiro de 2013, tendo sido progredidos 565 e 690 e 734 servidores, respectivamente. Assim, a atual gestão se encerra com um total de 13.557 movimentações.



A Lei 6.282 também garantiu o adicional de tempo de serviço aos serventuários do Tribunal.

Entre outras ações que beneficiaram a categoria na atual administração estão:

- Aumentos dos auxílios alimentação/refeição de R\$26 para R\$29 por dia útil e locomoção, de R\$4,70 para R\$6,20 ao dia.
- Reajuste dos vencimentos em 3,5% em 2011 e 4% em 2012;
- Extensão do índice de reajuste de 24% aos aposentados, negociada pelo presidente diretamente com o governo estadual;

- Pagamento dos valores das incorporações de secretários de juízes, referentes aos anos de 2004, 2005 e 2006;
- Flexibilização do pagamento do auxílio-creche para servidores com filho com deficiência. O auxílio será pago independentemente de o menor estar matriculado em creche ou estabelecimento de ensino;
- Concessão da gratificação natalina, no valor de R\$1.000,00, paga ao servidor em duas parcelas, tanto em 2011, quanto em 2012;
- Concessão da gratificação ao servidor do PJERJ investido na função de auditor interno, por meio da resolução TJ/OE/RJ nº 02/2012. Atualmente, o quadro de auditores internos conta com 137 integrantes.

A acessibilidade para as pessoas com deficiência também foi um tema que recebeu especial dedicação da atual administração. O desembargador Manoel Alberto, observando a Recomendação nº 27 do CNJ, promulgou o Ato Executivo nº 3.068/2011, que instituiu a Comissão Intersetorial para Promoção da Acessibilidade (CIPAC). A comissão, que é multidisciplinar, tem a finalidade de planejar, elaborar, apoiar e acompanhar os projetos e as metas direcionadas à promoção da acessibilidade, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Atualmente, o Tribunal de Justiça conta com 258 servidores com deficiência em seus quadros. A criação da CIPAC beneficiou tanto esses servidores quanto usuários, com maior celeridade e qualidade no atendimento às suas demandas. É importante destacar que o TJERJ está adequando suas instalações e projetando novas edificações em conformidade com a norma NBR 9.050, no que diz respeito às condições de acessibilidade.

Os servidores aposentados não foram esquecidos pela gestão do desembargador Manoel Alberto. Além da extensão do índice de 24% de reajuste, o presidente atendeu a uma solicitação do SindJustiça e concedeu a carteira funcional aos servidores aposentados.

Ressalta-se ainda que o Poder Judiciário fluminense realiza, anualmente, o Programa de Preparação para Aposentadoria- PPA- TJERJ, que se encontra em sua III Edição e visa a informar os servidores em fase de aposentadoria sobre aspectos relacionados a esta nova fase da vida.

O Plano de saúde Amil também sofreu mudanças, já que, a partir de maio de 2012, o produto Blue IV passou a permitir o reembolso de até duas vezes o valor da tabela Amil (R\$97,38), exclusivamente, para consultas. Para tanto, basta encaminhar o recibo original ou via malote os dados bancários a qualquer agência de atendimento Amil.

Também foi realizado um intenso trabalho de visitas aos NURs, visando à ampliação da rede credenciada disponibilizada aos servidores, resultando em 400 novos credenciamentos entre maio de 2011 e agosto de 2012. Os servidores puderam também enviar indicação de médicos que tivessem interesse no credenciamento.

1.2 Programa Qualidade de Vida

O Programa Qualidade de Vida objetiva promover a saúde por meio de projetos como introdução de cultura pró-ergonômica, campanha de vacinação contra gripe e palestras. O

projeto Educação Continuada em Saúde oferece palestras mensais sobre temas ligados à saúde, como, por exemplo, qualidade de vida no trabalho, alergia e exercícios físicos.

A “Campanha de Imunização contra a Gripe” foi promovida em maio de 2012. Além de atender aos servidores e magistrados, a campanha, pela primeira vez, também imunizou os colaboradores do Poder Judiciário fluminense. O resultado foi um total de 13.051 vacinas aplicadas, o que representou 57,85% de vacinados.

Também dentro do Programa Qualidade de Vida, foi firmado, durante a atual gestão, convênio com o SPA Botani, em Vargem Grande, que possibilitou a realização do Projeto de Combate à Obesidade, destinado aos servidores com IMC entre 25 e 40. A proposta é promover a saúde, estimulando a educação continuada sobre hábitos saudáveis e ressaltando a desintoxicação alimentar, seguida de acompanhamento nutricional, por intermédio do Programa Equilíbrio da Amil.

O projeto foi implementado em janeiro de 2012. Os servidores interessados, inclusive aqueles com deficiência, hospedam-se gratuitamente durante cinco dias no SPA, com acesso a atividades educativas, físicas e alimentação saudável, voltadas para a perda de peso. Após a estadia, há o acompanhamento pelo Programa Equilíbrio da Amil, de reeducação alimentar, pelo prazo de três meses. O acompanhamento prevê três encontros presenciais na ESAJ, com videoconferência para os servidores dos Fóruns Regionais e do Interior, contabilizando horas de capacitação funcional. Até novembro, foram atendidos 211 servidores, sendo 177 mulheres e 34 homens. Destes, até outubro, 95 concluíram o Programa de Combate à Obesidade (estadia no SPA Botani e acompanhamento pelo Programa Equilíbrio da Amil por três meses), com perda de peso total de 309 kg (perda per capita de 3,25 kg).

Outra novidade é o desenvolvimento do Projeto de Ergonomia. É importante destacar que ergonomia é uma ferramenta utilizada na promoção da saúde, por meio do qual é possível intervir em três fatores de risco responsáveis pelo adoecimento no trabalho: fatores biomecânicos, organizacionais e psicossociais. Pretende-se introduzir uma cultura pró-ergonômica no PJERJ. Para tanto, propõe-se a capacitação de magistrados e servidores no tema, bem como a criação de Comitês Internos de Ergonomia, além da realização de uma consulta na área de Saúde e Segurança do Trabalho do Tribunal. Nesse sentido, pretende-se intervir, também, através da Ergonomia da Concepção, na implantação do Processo Eletrônico no Judiciário.

No 3º trimestre de 2012, foi formada a primeira turma em Fundamentos da Ergonomia. O curso, de 30 horas, foi oferecido a 32 servidores de diferentes diretorias. A partir daí, foi criado o I Grupo de Reflexão em Ergonomia (GRERG) do PJERJ, instituído em outubro de 2012. O GRERG tem por objetivo disseminar e atualizar o conhecimento sobre esta ferramenta de gestão de pessoas, fornecendo subsídios aos seus usuários no que diz respeito às condições de trabalho adequadas na visão da Ergonomia. Em relação à consultoria para avaliação de possíveis riscos ergonômicos presentes em diferentes serventias, foram visitadas três até o final de 2012: 8ª Vara de Fazenda Pública, Cartório Unificado de Niterói e 2ª Câmara Cível.

1.3 Renovação dos quadros no TJERJ

1.3.1 Atual administração realizou concursos com o objetivo de solucionar a carência de servidores e magistrados no TJERJ

Visando suprir a insuficiência de magistrados e servidores no TJERJ, a gestão do presidente Manoel Alberto promoveu concursos públicos nos anos de 2011 e 2012, sendo dois deles para a magistratura. O XLIII concurso, que teve seu resultado homologado em julho de 2012, garantiu a posse de 35 novos juizes. O XLIV Concurso para Ingresso na Magistratura está em andamento.

Os concursos para a Magistratura são compostos das seguintes etapas: prova objetiva seletiva, prova discursiva e prática de sentença, sindicância da vida pregressa e investigação social, prova oral e avaliação de títulos. Em seguida, os candidatos passam por exame de sanidade física e mental e exame psicotécnico. Os 21 homens e 14 mulheres aprovados em todas as fases do XLIII concurso foram empossados pelo presidente Manoel Alberto no dia 5 de julho de 2012.



Os novos magistrados foram empossados em cerimônia realizada no dia 5 de junho de 2012



Presidente Manoel Alberto fala aos novos magistrados durante cerimônia de posse

Durante a cerimônia, o presidente deu boas vindas aos aprovados. “Não só a administração do Tribunal, mas também os jurisdicionados poderão confiar no trabalho de vocês. Sinto-me profundamente orgulhoso de recebê-los, na qualidade de presidente desta Corte”, afirmou. O magistrado também manifestou o desejo de concluir, ainda em seu mandato, o XLIV concurso público, seguindo a política de preencher as vagas existentes no quadro da magistratura.

1.3.2 Concurso para Notários e Registradores

Encontra-se em andamento o LIII Concurso Público de Provas e Títulos para Outorga das Delegações das Atividades Notariais e Registrais, por admissão e por remoção, do Estado do Rio de Janeiro. A seleção pelo critério de admissão é destinada a bacharéis em

Direito, ou a quem comprove exercício em Serviço Notarial e/ou Registral por dez anos, e pelo critério de remoção para aqueles que são titulares de Serviço Notarial e Registral do Estado do Rio de Janeiro, por período superior a dois anos.



Em 2012, o TJERJ recebeu os novos servidores aprovados nos XLII e XLIII concursos

1.3.3 Novos servidores

Em 2012, o Tribunal de Justiça recebeu 318 novos servidores aprovados nos XLII e XLIII concursos. Destes, 166 foram nomeados, em junho, para os cargos de analista judiciário sem especialidade (66 nomeados) e técnico de atividade judiciária sem especialidade (100 nomeados). Já no dia 13 de julho, o TJERJ realizou a cerimônia de nomeação e designação de mais 151 aprovados nos concursos XLIV ao LII, para o cargo de analista judiciário com as especialidades: execução de mandados (antigo oficial de justiça avaliador, 34 novos servidores), comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso (27), psicólogo (30), assistente social (28), contador (5), médico (6), analista de sistema (25), técnico de comunicação social (2) e bibliotecário (2). Dentre os nomeados, foram investidos 16 candidatos com deficiência.

Os novos serventuários foram capacitados durante 10 dias (por oito horas diárias), participando do Programa de Integração

Funcional (PIF), promovido pela ESAJ. O programa já era oferecido pelo Tribunal aos aprovados em concursos anteriores, mas foi reformulado para atender às determinações da Resolução nº126/2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Através do novo PIF, os recém-nomeados servidores adquiriram conhecimentos acerca dos serviços e das rotinas do Judiciário fluminense, antes de iniciarem suas atividades. Os concursados foram divididos em duas turmas. A primeira participou do PIF entre os dias 28 de junho e 11 de julho; a segunda turma participou do curso no período de 16 a 27 de julho.

Em 13 de novembro de 2012 foi nomeado mais um analista judiciário na especialidade médico, sendo esse o 6º classificado no LII Concurso Público. O novo servidor iniciou no mesmo dia o Programa de Integração Funcional, tendo se apresentado no Departamento de Saúde em 26 de novembro.

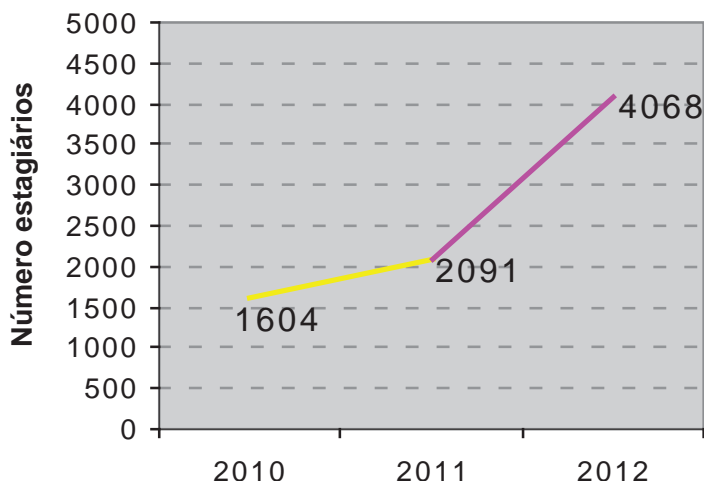


Os novos serventuários participaram do Programa de Integração Funcional (PIF), promovido pela ESAJ

1.3.4 Ampliação do programa de estágio

Dando continuidade ao Programa de Estágio do TJERJ, e , tendo em vista sua fundamental importância no desenvolvimento pessoal e profissional do estudante, complementando assim seu processo de aprendizagem, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro aumentou consideravelmente o número de contratações, ampliando o número de vagas para até 5 mil estagiários.

**Evolução Programa Estágio PJE
Biênio 2011/2012**



O Ato Normativo Conjunto nº 24/11, publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJERJ em 31/10/2011, determinou que o programa de estágio abrangesse todo o Estado. Outra conquista da gestão: os juízes já têm direito a um estagiário por gabinete (Aviso nº 55/11).

Destacamos, ainda, a publicação do Ato Normativo Conjunto nº 03/2012, publicado no DJERJ em 16/07/2012, que regulamenta o Programa de Estágio, e que, dentre diversas providências, cria a figura do estagiário com atribuições de conciliador, sendo essa uma atividade que visa incentivar e aprimorar os mecanismos consensuais de solução de litígios, conforme determina a Resolução nº 125/2010 do CNJ.

1.4- Valorização dos Magistrados

Mantendo uma política de valorização dos magistrados e priorizando a alocação ideal dentro do quadro funcional do Tribunal, o desembargador Manoel Alberto realizou, em sua gestão, diversas promoções e remoções.

Até o final de 2011, somaram-se, entre promovidos e empossados, 14 desembargadores. Desse montante, 10 deles são de carreira, e 4 ingressaram por intermédio do quinto constitucional. No decorrer do ano de 2012, 8 desembargadores tomaram posse, todos magistrados de carreira.

Com relação aos juízes, durante o biênio 2011/2012, houve remoção tanto na entrância especial como no interior, sendo 109 magistrados removidos. Além disso, foram realizadas 24 promoções para a entrância especial.

O Poder Judiciário fluminense termina o ano de 2012 com 178 desembargadores e 636 juízes em seu quadro funcional.



REMOÇÃO DO INTERIOR/COMUM	50
INGRESSO NA MAGISTRATURA (NOVOS CONCURSADOS)	35
APOSENTADORIA	35
INGRESSO NA MAGISTRATURA PELO QUINTO CONSTITUCIONAL- DESEMBARGADORES (VAGAS DA OAB)	04
PROMOÇÃO A DESEMBARGADORES	22
PROMOÇÃO ENTRÂNCIA ESPECIAL	24
REMOÇÃO ENTRÂNCIA ESPECIAL	59

2- DESENVOLVER CONHECIMENTOS, HABILIDADES E ATITUDES DOS MAGISTRADOS E SERVIDORES

2.1- Treinamento e capacitação: preocupação com capital humano

No biênio, o Tribunal investiu na capacitação dos servidores com mais de 122.000 participações na modalidade presencial e mais de 12.212 participações na modalidade de ensino a distância nos cursos e palestras da ESAJ.

O TJERJ priorizou a implantação de uma plataforma de ensino a distância nos últimos dois anos. No dia 4 de setembro de 2012, foi lançado o primeiro curso a distância, pela Fundação Trompowsky, a partir de material desenvolvido pela própria escola. Como primeiro curso a ser customizado para o EaD, foi escolhido o tema 'Processamento em Vara Cível, tendo sido realizadas duas turmas, totalizando 80 concluintes.

A satisfação dos usuários nas duas turmas foi de 96,6%, o que demonstra um grau elevado de aceitação dessa modalidade de ensino, que apresenta uma pedagogia inovadora e que tem como principais características: a autonomia do aluno para combinar o tempo de estudo com o trabalho; a interatividade entre os alunos e tutores por meio de um ambiente virtual; a oportunidade de estudar no ambiente familiar; conteúdo interativo e dinâmico, permitindo ao aluno compreender a teoria e experimentar, entrando em contato direto com a atividade profissional que necessita aprimorar.

2.2- Eventos

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sediou, de 12 a 14 de setembro de 2012, o IV Encontro Nacional de Escolas de Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário. O evento, organizado pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ), do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, aconteceu em Copacabana, no Hotel Windsor Plaza, com representantes da Justiça Estadual de todo o país. A programação incluiu palestras sobre gestão de pessoas, educação a distância, ética e meio ambiente, além de casos de sucessos apresentados pelos participantes.



Entre os dias 12 e 14 de setembro de 2012, o Tribunal de Justiça sediou o IV Encontro Nacional de Escolas de Servidores e Gestores de Pessoas do Poder Judiciário

As datas festivas mais marcantes também foram lembradas no PJERJ. Em comemoração ao Dia do Servidor Público em 2011, o Tribunal de Justiça distribuiu canecas para os servidores, além de promover um show de comédia com Maurício Menezes, no Anfiteatro da Corregedoria. Em 2012, o TJERJ, em parceria com a AMIL, realizou uma semana de eventos especiais envolvendo bem-

estar, entretenimento e atividades esportivas. A comemoração iniciou-se com uma corrida/caminhada na Lagoa Rodrigo de Freitas aberta a servidores, colaboradores e familiares. Durante a semana foi realizada a “Estação da Saúde”, na qual os serventuários puderam realizar medição de índice de massa corporal, correção postural, avaliação nutricional personalizada



Serventuários participaram de uma caminhada na Lagoa Rodrigo de Freitas, em comemoração ao dia do Servidor 2012

e teste de hipertensão. A semana foi também marcante nos Fóruns de Caxias, Petrópolis, Volta Redonda, Cabo Frio e Campos, nos quais foram realizadas ações de qualidade de vida e bem-estar. O Tribunal também promoveu um espetáculo humorístico no Teatro Carlos Gomes e, encerrando as atividades, o presidente Manoel

Alberto realizou, entre os serventuários de todo o estado, o sorteio de 13 TVs LED - 3D, de 40 polegadas, e 15 cartões Visa Vale com crédito no valor de R\$ 400,00.



A oficina de jardinagem foi uma das atividades oferecidas em comemoração ao Dia das Mães em 2011



Servidores participam de palestra oferecida em comemoração ao Dias dos Pais em 2012

Os dias dos pais e das mães, tanto em 2011 quanto em 2012, também foram comemorados com palestras e confraternizações, realizadas pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ), em parceria com a Associação Beneficente dos Amigos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (ABATERJ). As palestras foram sobre temas interessantes, como saúde, bem-estar, esportes e adoção. O Dia dos Pais em 2011 também contou com uma animada tarde musical, no Auditório Desembargador Antonio Carlos Amorim, onde magistrados e servidores apreciaram um repertório de diferentes estilos musicais. No mesmo ano, no Dia das Mães foram oferecidas oficinas de jardinagem e de artesanato.

2.3 Projeto Desenvolver

A Corregedoria Geral da Justiça, em parceria com a Escola de Administração Judiciária – ESAJ, criou o “Projeto Desenvolver”, destinado à capacitação e ao desenvolvimento profissional dos escrivães, REs e equipes cartorárias das serventias judiciais.

O Curso “Gestão de Estresse e Gestão de Pessoas”, parte do “Projeto Desenvolver”, objetiva melhorar a atuação desses servidores, desenvolvendo e aprimorando suas competências emocionais, além de estabelecer estratégias para redução do estresse, melhoria nos relacionamentos, autoestima, comunicação, suporte social, autoeficácia, bem como promovendo saúde e qualidade de vida.

Em 2012 foi oferecido o Curso “Gestão do Estresse e Gestão de Pessoas em Serventias Judiciais”, capacitando ao final mais de 700 profissionais, concluindo-se, assim, o Foco nº 1. O planejamento do Foco nº 2 do projeto “Capacitar as Equipes Cartorárias” teve início no 2º semestre de 2012. O projeto, que visa o desenvolvimento de competências gerenciais e comportamentais tanto para os Escrivães e Responsáveis pelo Expediente como para servidores que integram as Equipes Cartorárias está em fase de encerramento..

Infraestrutura e Tecnologia

- Foram inaugurados os fóruns de Casemiro de Abreu e de Rio Bonito, os anexos dos fóruns de Campo Grande e de Rio das Ostras, além da Lâmina Central e da Central de Digitalização;
- Também foram inauguradas as novas instalações da EMERJ no antigo prédio da Procuradoria Geral do Estado, reintegrando-a ao Complexo do Fórum Central;
- Foram iniciadas as obras de construção dos fóruns de Angra dos Reis, Itaboraí, Alcântara, Niterói, Teresópolis, Mesquita, além do Anexo ao fórum de Bangu e do Anexo da Lâmina III, no Complexo do Fórum Central, todas com previsão de inauguração no 1º semestre de 2013;
- O TJ também investiu em obras de reforma e adequação de inúmeras serventias de 1º grau, como, por exemplo, o Fórum de Queimados;
- O Tribunal adquiriu 64 portais de controle de acesso e detectores de metais e 29 aparelhos de raios X para instalação em prédios do Poder Judiciário fluminense, garantindo maior segurança aos mesmos;
- Foi inaugurado o Centro de Monitoramento, possibilitando que todos os prédios do PJERJ sejam observados em tempo real;
- Houve uma reformulação do portal do TJERJ, possibilitando melhor acesso e uma busca mais rápida e eficaz;
- Objetivando a atualização de seu parque tecnológico, ingressaram no TJERJ neste biênio 22.122 equipamentos de informática, tais como, computadores, impressoras, *scanners*, estabilizadores, *no-break's* etc.
- Com todas as melhorias em TI, o Tribunal do Rio ficou em primeiro lugar em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em todos os tribunais do país sobre Tecnologia da Informação no Poder Judiciário.

1. GARANTIR A INFRAESTRUTURA APROPRIADA ÀS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E JUDICIAIS

1.1 TJERJ investe em obras para a primeira instância

As obras iniciadas durante a administração do presidente Manoel Alberto tiveram por prioridade a primeira instância. Foram concluídas, no biênio, por exemplo, a construção do prédio do Fórum da Comarca de Casimiro de Abreu e do prédio do Fórum Regional da Leopoldina.

Em setembro de 2011, o presidente Manoel Alberto inaugurou o Fórum Regional da Leopoldina, que recebeu o nome de Desembargador Luis Antônio de Andrade. Com uma área de 15.074,46 m², o prédio está localizado na rua Filomena Nunes, 1.071, em Olaria, e contava à época com quatro Varas Cíveis, duas Varas de Família, dois Juizados Especiais Cíveis e um Juizado Especial Criminal instalados. Posteriormente, foram instalados a 5ª Vara Cível e o VI Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.



Antes: Fórum Regional da Leopoldina, em fase de construção



Depois: Fórum Regional da Leopoldina foi inaugurado em setembro de 2011

Em outubro de 2011, foi inaugurado o novo Fórum de Casimiro de Abreu, com o nome de Felipe Nery de Carvalho. É o primeiro fórum do Brasil a receber o nome de um oficial de Justiça. As instalações têm uma área de 4.536 m² e custaram R\$ 11,5 milhões ao Poder Judiciário do Estado do Rio.



O novo Fórum de Casimiro de Abreu, inaugurado em outubro de 2011, recebeu o nome de um oficial de Justiça



Foto anterior do Fórum de Casimiro de Abreu, ainda em fase de construção

Em agosto de 2012, o presidente do TJERJ inaugurou a reforma do Fórum de Queimados, antiga reivindicação dos usuários daquele edifício.

O Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário foi inaugurado no dia 17 de dezembro de 2012, no 4º pavimento da Lâmina I do Fórum Central, onde funcionava a creche, e possibilitará o monitoramento de todas as comarcas do PJERJ. No mesmo pavimento, foi inaugurada, no dia 04 de dezembro, mais uma sala, totalmente equipada para as audiências através de videoconferência da CAC.

Ainda em dezembro de 2012, foi inaugurado o anexo do Fórum de Campo Grande, um prédio de seis pavimentos que receberá as Varas Cíveis e de Família. Posteriormente serão readequados os demais blocos para transferência do II Juizado da Violência Doméstica e

Familiar, hoje instalado em um prédio alugado, e da 2ª Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, que está funcionando em um espaço reduzido no Fórum Regional de Santa Cruz.



Fotos do novo Fórum de Campo Grande, ainda em fase de finalização

O anexo de Rio das Ostras, com área construída de 1165,26 m², foi inaugurado no dia 29 de janeiro de 2013, em terreno de 2283,08 m².



Construção do anexo do Fórum de Rio das Ostras



O anexo do Fórum de Rio das Ostras foi inaugurado em 29 de janeiro de 2013

Já o Fórum de Rio Bonito teve suas obras concluídas e foi inaugurado no dia 23 de janeiro de 2013.



Obras do Fórum de Rio Bonito



O Fórum de Rio Bonito foi inaugurado no dia 23 de janeiro de 2013

Estão em andamento as obras de construção do Anexo da Lâmina III, com previsão de término para abril de 2013. A área total construída é de 12.019,70m² e o prédio será composto por dois pavimentos de subsolo que abrigarão 117 vagas de automóveis, pavimento térreo de acesso exclusivo, quatro pavimentos com o total de 57 gabinetes para desembargadores cíveis, pavimento de cobertura com áreas técnicas e teto verde, sendo interligado com a Lâmina III através de passarela em todos os pavimentos.

A Lâmina III, que tem uma área de 8.390,71m², também passa por uma reforma, com obras nos 53 gabinetes e na 1ª Vice-Presidência.. Além disso, estão sendo executados os serviços de reforço estrutural onde foram constatadas tensões de tração que mostraram a necessidade do tratamento com colocação de cabos de proteção em diversos pontos da estrutura. No dia 30 de janeiro de 2013, foi dado início à implementação do teto verde na Lâmina III e anexo.

A construção do Fórum Regional de Alcântara, na comarca de São Gonçalo, encontra-se em andamento. Devido à grande área do município, que possui cinco distritos, e ao fato de parte da população morar muito longe do atual fórum, a obra resolverá um problema antigo dos habitantes da região, pois será feita em área mais ampla e central. O terreno doado possui aproximadamente 12.300 m², o que garante uma boa área para futuras expansões, O prédio terá quatro pavimentos, cobertura, cantina, local para reciclagem de resíduos, bicicletário e vestiário, além de diversos itens que atendem à questão da sustentabilidade, como tanque para aproveitamento de água de chuvas, teto verde e lâmpadas econômicas.

Também prosseguem as construções dos Fóruns de Angra dos Reis, Itaboraí, Mesquita, Teresópolis, Nilópolis e do anexo de Bangu.



Encontra-se em andamento a construção do Fórum de Angra dos Reis

Em Teresópolis, a preocupação é com o risco existente da encosta junto ao Fórum. A atual gestão conseguiu a doação, pela Prefeitura, de um terreno com boa localização, onde está sendo construído um prédio de sete pavimentos para instalação de todas as serventias.

As licitações para a conclusão das obras dos Fóruns de Arraial do Cabo, Iguaba Grande e São João da Barra estão em andamento.

Não só a construção, mas também a manutenção tem sido uma preocupação constante do TJERJ. Em 2011, o Tribunal contratou o serviço de zeladores, objetivando agilizar as providências de manutenção predial, principalmente pequenos reparos. Tal serviço constitui importante apoio administrativo à direção dos fóruns, propiciando aos juízes diretores mais disponibilidade de tempo para o desempenho da função primordial de prestar a jurisdição e de representar o Poder Judiciário na comarca ou região.

Durante o mês de julho de 2011, o Tribunal de Justiça e a empresa Nova Rio promoveram cursos de capacitação em Campos, Volta Redonda e na Capital, contando com a presença de 57 zeladores. O treinamento abordou temas como reparos ligeiros de elétrica e hidráulica, uso racional dos recursos, evitando desperdícios, reciclagem de materiais, asseio e segurança do prédio, além de bem-estar de seus ocupantes, por meio da constante verificação das condições de limpeza e das instalações.

A atual administração dedicou especial atenção às questões de acessibilidade e sustentabilidade. Em dezembro, foi inaugurada a Central de Reciclagem de Resíduos do Complexo do Fórum Central. Além disso, todas as obras lançadas nesta gestão foram projetadas para atender da melhor forma possível às demandas ditadas pela sustentabilidade e respeito ao meio ambiente.

Houve também preocupação em melhorar o atendimento à acessibilidade e sustentabilidade em prédios antigos do PJERJ, com a instalação de rampas, banheiros adaptados, elevadores especiais e bicicletários. Estão sendo instaladas plataformas acessíveis nos fóruns de Magé e São João de Meriti, como parte do Projeto Estratégico do TJERJ, que visa tornar todos os prédios do PJERJ acessíveis a todos.

1.1.1 Inauguração da Lâmina Central



A Lâmina Central do Complexo Judiciário fluminense foi inaugurada em solenidade realizada em junho de 2012

O TJERJ inaugurou, no dia 11 de junho de 2012, a Lâmina Central do Complexo do Fórum Central, onde passaram a funcionar o plenário do TJERJ, os quatro Tribunais do Júri da Capital, sete Varas Empresariais e a Central de Digitalização e Indexação de Processos Cíveis e Criminais, que vai propiciar a virtualização dos processos, acelerando prazos e reduzindo os gastos com papel e arquivamentos.

A obra permitiu que o Tribunal de Justiça fosse ampliado verticalmente, uma vez que não havia mais espaço para crescer

horizontalmente. Essa obra possibilitou a reforma das Varas Cíveis, das Varas de Família, das Varas de Fazenda Pública, do Protocolo Geral e da Vara de Execução Penal, cujo projeto está em fase final. As Varas Empresariais, que se encontravam precariamente instaladas no prédio do Jockey Clube, foram transferidas para a Lâmina Central. Da mesma forma, houve mudança da 11ª e 12ª Varas de Fazenda Pública para o 6º pavimento do Fórum Central.

1.1.2 Novas Instalações da EMERJ



A EMERJ passou a ocupar o prédio onde funcionava a Procuradoria Geral do Estado, na rua Dom Manuel

Desde o dia 20 de julho de 2012, a Escola da Magistratura do Rio de Janeiro (EMERJ) tem novas instalações. A escola passou a ocupar o prédio onde funcionava a Procuradoria Geral do Estado (PGE), situado ao lado do antigo Palácio da Justiça, na rua Dom Manuel. O imóvel foi cedido por intermédio de uma parceria do Tribunal de Justiça com o Governo do Estado e com a Secretaria de Estado de Educação, possível apenas graças ao continuado esforço do presidente Manoel Alberto, para que Escola da Magistratura conquistasse o merecido espaço.



A reforma interna preservou os aspectos ainda originais da edificação

O prédio, que foi construído no final do século XIX e tombado pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), passou por obras que duraram 210 dias e foram custeadas pelo Poder Judiciário fluminense. A reforma interna não alterou nenhuma das características já existentes e preservou os aspectos ainda originais da edificação. A nova sede da EMERJ possui quatro pavimentos com aproximadamente 6 mil metros quadrados, onde funcionam 22 salas de aula, 2 auditórios com tratamento acústico e capacidade para cerca de 100 pessoas, sala de áudio, lanchonete e área administrativa.

O presidente do TJERJ falou também, sobre os recursos materiais utilizados pela escola: “Nós temos, aqui, o que há de mais moderno em termos educacionais e pedagógicos. Contamos com uma estrutura tecnológica de videoconferência, por exemplo, que possibilita aos juízes das comarcas do interior a participação direta nos eventos da escola, como se interagissem presencialmente”, informou o desembargador Manoel Alberto.

1.2 Segurança Institucional

Dentre as mais importantes realizações recentes do TJERJ na área de segurança, merece destaque está a inauguração do Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário (CISP), sendo de se ressaltar também a participação do Tribunal no Simpósio Internacional de Polícias (IPES), nas Nações Unidas (ONU), Nova York – EUA, e nas 118ª e 119ª Conferência e Exposição Anual da IACP – International Association of Chiefs of Police.

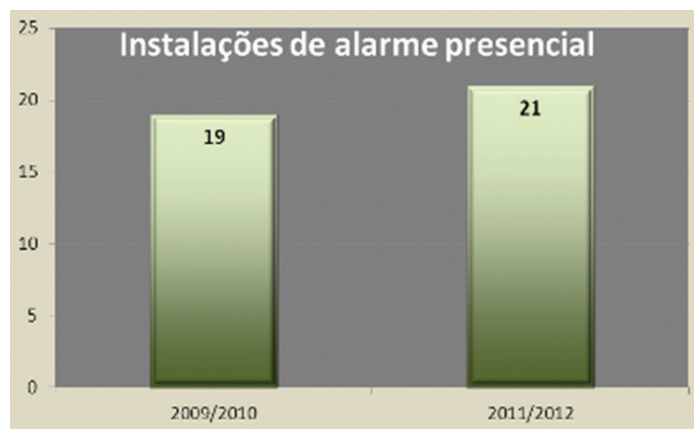


Centro Integrado de Segurança do Poder Judiciário (CISP)

1.2.1 Segurança Patrimonial

Foi instalado alarme presencial nas seguintes localidades em 2011: Barra do Piraí (Juizados Especiais Adjuntos Cíveis e Criminal), Cardoso Moreira (Posto Avançado), Praça da Bandeira (Depósito do Tribunal), Niterói (Gráfica), São Gonçalo (Juizados Especiais, 1º Juizado Especial Criminal, 22º Juizado Especial Cível, 23º Juizado Especial Cível), Angra dos Reis (Varas Cíveis) e Aperibé (Juizado Especial). Em 2012, foi a vez de Paraíba do Sul, Santo Antônio de Pádua (Juizado Especial Cível e Criminal), Teresópolis, Três Rios (Juizado Especial), Varre-Sai (Juizados), Bom Jardim, Cambuci (Juizado Especial) e Casemiro de Abreu (Juizados Especiais). Além dos alarmes, foram adquiridos 64 portais detectores de metal e 29 aparelhos de raios X para instalação nos prédios do Poder Judiciário fluminense.

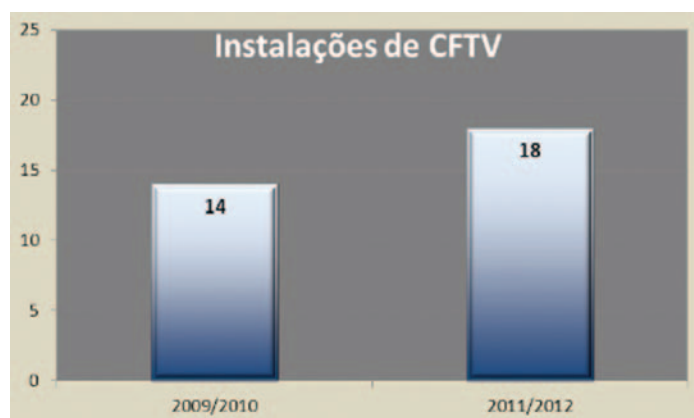
2009/2010	19
2011/2012	21



Portais detectores de metais e aparelho de raios X

O sistema de segurança CFTV – Circuito Fechado de Televisão também foi implantado em 2011 nas localidades de Maricá, Barra de Piraí, Seropédica, Paraíba do Sul, Rio Bonito, São Fidélis, São João da Barra, Saquarema, Arraial do Cabo, Bom Jardim e Cambuci. Em 2012, foi a vez de Cantagalo, Carapebus, Carmo, Casemiro de Abreu, Conceição de Macabu, Eng^o Paulo de Frontin e Porto Real.

2009/2010	14
2011/2012	18



Na área de segurança institucional, foram oferecidos cinco cursos básicos de tiro para magistrados, suporte para os cursos “Judiciary Swat”, realizados na United States Police Instructor Teams, nos Estados Unidos; curso de proteção de autoridades para oficiais e praças da DGSEI que trabalham na escolta dos magistrados e capacitação do efetivo interno, através da conclusão de 18 cursos de especialização em órgãos externos (internacionais, federais e estaduais).

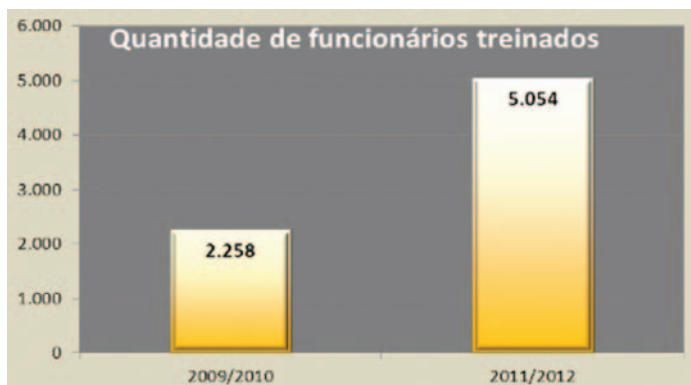
O Departamento de Segurança Institucional também participa do Projeto Justiça Itinerante e de mutirões, promove palestras para os encarregados das Centrais de Mandados e para oficiais de justiça, fornece instrução de tiro e cursos básicos de segurança de autoridades e presta atendimentos diversos a magistrados.

1.2.2 Treinamentos de escape e de manuseio de extintores de incêndio promovidos pelo TJ do Rio



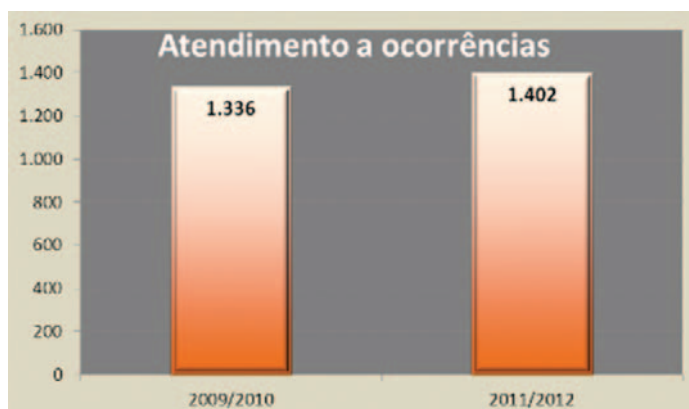
Objetivando instruir as pessoas sobre como proceder numa situação de incêndio e demonstrando a forma mais segura de abandonar o prédio, o PJERJ realizou, durante a gestão do presidente Manoel Alberto, aulas teóricas de escape e de manuseio de extintor de incêndio, sendo que, após o encerramento das palestras, foi realizado um treinamento simulado de escape prático, com a saída padronizada de todos os servidores, funcionários e usuários para um ponto de encontro combinado. No biênio 2011/2012, foram treinadas 5054 pessoas nessa rotina em todo o PJERJ. Também foram ministrados 29 cursos de Brigadista Voluntário de Incêndio (BVI), totalizando 590 servidores/funcionários treinados. Em 29 de novembro de 2012, Dia Estadual de Redução de Desastres, o TJERJ participou de um exercício simulado conduzido pelo Corpo de Bombeiros.

2009/2010	2.258
2011/2012	5.054



1.2.3 Atendimento a Ocorrências

2009/2010	1.336
2011/2012	1.402



No biênio, foram registradas 1402 ocorrências no PJERJ em todo o Estado, englobando atendimentos diversos, tais como: apoio operacional de salvamento, arrombamento, atendimento a portador de necessidade especial, apoio operacional de incêndio, auxílio técnico, controle de proliferação de insetos, poda de árvore, deslizamento, escoamento (manobras de água), escapamento de gás, prevenção a pouso de helicóptero, resgate em elevador, salvamento em via pública e inspeções técnicas.

1.2.4 Manutenção de Extintores

No biênio 2011/2012, 12.102 extintores de incêndio passaram por manutenção, incluindo recarga e reparo de 1º, 2º e 3º escalões.

2009/2010	10.470
2011/2012	12.102



2. GARANTIR A DISPONIBILIDADE DE SISTEMAS ESSENCIAIS DE TI

2.1 TJERJ alcança 1º lugar em pesquisa sobre TI

O Tribunal do Rio ficou em primeiro lugar em pesquisa realizada pelo Conselho Nacional da Justiça (CNJ) em todos os Tribunais de Justiça do país sobre Tecnologia da Informação

no Poder Judiciário em 2011. Na pesquisa os Tribunais de Justiça responderam a um questionário que avaliou temas como: porte tecnológico, força de trabalho mínima, índice de automação, governança de TI e capacitação de pessoal. O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro obteve pontuação máxima em governança de TI e índice de automação, resultado do investimento e gestão continuada.

2.2. Infraestrutura de TI

Preocupado em garantir a disponibilidade de sistemas essenciais de tecnologia da informação, a gestão do biênio 2011/2012 empenhou-se em manter sempre atualizado todo o parque tecnológico do Tribunal e, diante disso, vem realizando, desde o início do ano de 2011, uma série de ações, entre elas, a aquisição de novos computadores, atualização dos sistemas operacionais e melhorias na estrutura de rede.

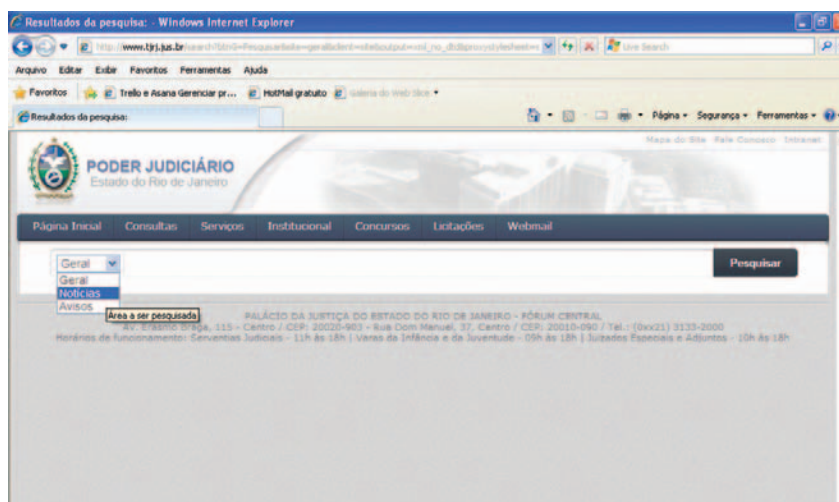
Em julho de 2011 foi lançado um novo portal corporativo, iniciativa que garantiu maior acessibilidade, não só aos milhares de usuários da comunidade jurídica, como também a toda a população do Estado. O portal foi baseado no sistema CMS (Content Management System, ou gerenciador de conteúdo), que permite integrar ferramentas web úteis para criar e gerir conteúdos em tempo real.

De outro lado, merece destaque a acessibilidade aos deficientes, que recebeu atenção especial nesta gestão, possibilitando a eles uma navegação mais fácil no site do Tribunal de Justiça.

2.3 Novo sistema de busca

Outra grande novidade foi a aquisição da tecnologia GSA (Google Search Appliance), que disponibilizou ao usuário um sistema geral de busca em todo o portal do Tribunal. A ferramenta é a mesma do site Google, mas foi desenvolvida para efetuar pesquisas apenas do conteúdo disponibilizado no site do TJERJ.

Esse novo sistema facilita a pesquisa e agiliza o tempo de resposta, já que faz a indexação fonética, possibilitando o retorno de resultados desejados, mesmo utilizando uma grafia incorreta.

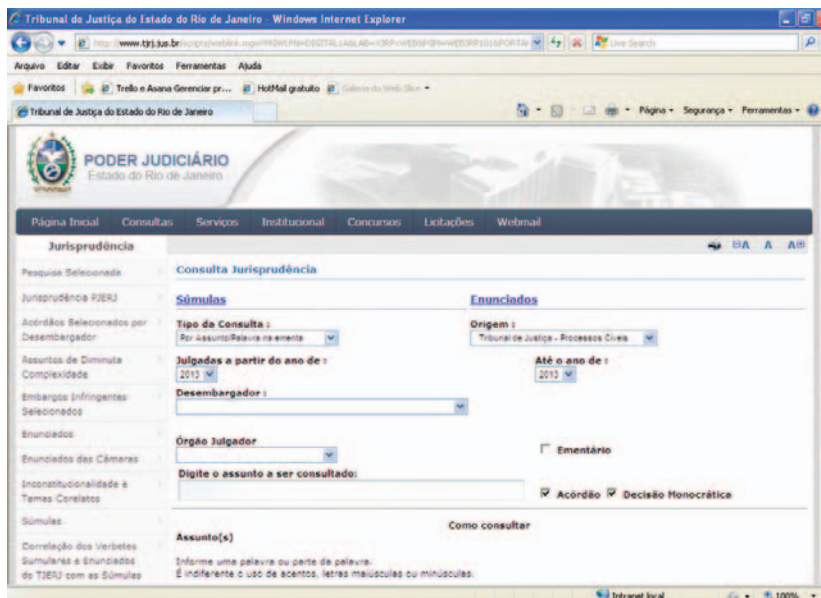


O GSA oferece grandes benefícios aos usuários, dos quais se destacam o realce de termos pesquisados, o resumo dos termos buscados e o teor localizado, a visualização de documentos diretamente no navegador e sugestões automáticas baseadas nas pesquisas semelhantes ou idênticas realizadas pelos demais usuários na internet.

Dentre outras vantagens oferecidas pelo novo sistema, vale destacar, ainda, a questão da segurança. Os textos são exibidos de acordo com as permissões que cada usuário possui, salvo os assuntos de acesso público. O sistema também cria relevâncias, ou seja, passa a priorizar os mais acessados, colocando-os no topo da lista de resultados exibidos.

2.4 Novo layout de Consulta à Jurisprudência do PJERJ

A página de jurisprudência foi modificada e apresenta um novo layout, cujo objetivo é permitir uma pesquisa mais precisa por parte dos usuários, onde será possível a consulta por acórdãos e/ou decisões monocráticas, havendo ainda a possibilidade de consultar também somente os ementários publicados que contenham a palavra e/ou expressão pesquisados.



2.5 Diário da Justiça Eletrônico – DJERJ

O DJERJ tem sido aprimorado continuamente, e, entre seus aperfeiçoamentos, destacam-se os modos de disponibilização e o formato de visualização das informações, proporcionando aos usuários melhor acesso às informações publicadas. Além disso, foram disponibilizados links de acesso ao movimento processual dos feitos publicados no Diário da Justiça.

2.6 Correlação de Verbetes Sumulares e Enunciados do TJERJ com as Súmulas dos Tribunais Superiores

A página apresenta uma nova navegabilidade para consulta imediata à íntegra dos verbetes sumulares e o respectivo acórdão, além de Enunciados correlatos, contabilizando-se cerca de mais de 10.000 links.

2.7 Aprimoramento do sistema de registro audiovisual de audiências

Esse sistema possibilita o registro em áudio e/ou vídeo das audiências realizadas em primeiro grau. Após a gravação, os arquivos são transferidos para um banco de dados central, possibilitando o acesso pelas partes e por instâncias superiores. O sistema e os equipamentos foram instalados em todas as salas de audiências do TJERJ, ficando a critério do juiz utilizá-lo ou não.

Desde a sua implantação, o sistema vem sendo sistematicamente aperfeiçoado para atender a demanda dos usuários.

2.8 Atualização das estações de trabalho

Para manter os computadores da rede do TJERJ sempre atualizados, deu-se início, em 8 mil deles, à migração do sistema operacional Windows XP para o Windows 7. O projeto estará concluído em abril de 2013.

2.9 Aquisição de equipamentos e estações de trabalho

Objetivando a atualização de seu parque de informática, o Tribunal de Justiça adquiriu, no biênio 2011/2012, 22.122 equipamentos, tais como: computadores (aquisição de 3.663 e doação de 2.000 pelo CNJ, totalizando 5.663 máquinas novas), impressoras (4.320), estabilizadores (3.320), monitores (3.663), scanners (135 aquisições e 2.589 doações do CNJ), no-breaks (2.216 doados pelo CNJ).

Nesse processo, o TJERJ promoveu a substituição dos micros dos gabinetes de desembargadores, Câmaras, Secretarias das Câmaras e Salas de Sessão, Varas e Juizados da Capital. Também se procedeu à instalação de um segundo monitor nos Gabinetes de desembargadores, Secretarias das Câmaras e Salas de Sessão, nas Varas Cíveis, Criminais e Fazenda Pública da Capital. Também foram substituídos os equipamentos do contrato de comodato com o Banco do Brasil com mais de cinco anos de uso, devolvendo-se aqueles à instituição financeira. Os que permaneceram serão substituídos em 2013.

A aquisição de micros também visa a atender o Projeto 1 x 1, que tem como objetivo manter a relação de um microcomputador por usuário fixo na unidade organizacional. As salas destinadas aos advogados também receberam equipamentos, a fim de facilitar a consulta aos processos eletrônicos.

2.10 Investimento em infraestrutura de rede

Para otimizar a rede do TJERJ, foram adquiridos cerca de 450 switches, sendo que mais de 80% já estão instalados. Os switches (ou comutadores) são peças fundamentais para tornar as comunicações mais rápidas e eficazes entre computadores de uma mesma rede.

O TJERJ também procedeu à migração dos bancos de dados e servidores Oracle para os novos servidores RISC, com maior capacidade de processamento. Os bancos de dados Oracle que atendem aos sistemas corporativos da 1ª Instância e os Administrativos e Financeiros também foram migrados para os novos servidores RISC e novos storages

(unidades de armazenamento de dados) adquiridos anteriormente, garantindo maior capacidade de processamento e disponibilidade para esses sistemas. Um novo hardware para o Web Gateway (analisador e filtro de conteúdo) foi implantado, com o objetivo de suportar o crescimento da demanda de acesso à internet. As aplicações do TJERJ sofreram balanceamento, incrementando sua disponibilidade e adaptabilidade.

O Portal TJ agora conta com 2 novos servidores físicos, com 10 máquinas virtuais cada um, o que resulta em alta disponibilidade e tolerância a falhas.

Também houve aperfeiçoamentos no que tange à segurança da rede, com implantação de programa analisador de vulnerabilidade para levantar os pontos fracos dos servidores e aprimoramentos no firewall, uma barreira de proteção que ajuda a bloquear o acesso de conteúdo malicioso, sem impedir que os dados que precisam transitar continuem fluindo. Foi incluído um dispositivo secundário para esse serviço que garante a redundância com alta disponibilidade na gerência das regras, possibilitando a análise de ataques e do desempenho da solução, mesmo que um dos servidores membros esteja indisponível.

Houve também aumento de processadores, já que anteriormente o firewall rodava em um servidor com dois processadores e agora roda em um com quatro, doado pelo CNJ. Outra evolução na segurança da rede foi a implantação de um novo hardware que melhora a prevenção de invasões.

Além dessas conquistas, o TJ investiu na segurança do backup corporativo, com a compra do software NETBACKUP e de vários outros programas para servidores, e aprimorou o monitoramento de rede, além de implementar as unidades de armazenamento para banco de dados e GED (Gestão Eletrônica de Documentos).

2.10.1 Melhoria na infraestrutura de servidores de aplicação de IIS (Internet Information Services)

As melhorias nos servidores de IIS visam garantir maior disponibilidade, prover estrutura que acompanhe o crescimento de demanda (escalabilidade), aumentar a velocidade, a segurança e a tolerância a falhas nos sistemas de informação. Outra medida importante foi a troca de dois servidores de aplicação de IIS, que atendiam a todos os sistemas, por um conjunto de doze servidores distribuídos de forma a garantir alta disponibilidade e alta performance aos sistemas.

2.10.2 Migração dos servidores para máquinas virtuais

Visando à economia de espaço físico e de energia elétrica no CPD (Centro de Processamento de Dados), além de aprimorar os métodos de backup (cópia de segurança) e recuperação de desastres, foram instalados 170 servidores virtuais, que são computadores fictícios criados por um programa que simula, numa só máquina, a existências de várias outras, que funcionam como se todas elas fossem computadores reais e distintos.

2.11 Linhas de Comunicações e Canais de Rádio

Para melhorar a transmissão de comunicação de dados, bem como constituir uma rede privada, foram instalados os circuitos listados abaixo em 134 localidades.

Circuitos Gigacom instalados (Justiça Itinerante – atende 18 localidades)	157
Circuitos Telemar instalados (Aeroporto e Internet)	3
Circuitos instalados para conexão com outros órgãos e instituições	10
Total geral de circuitos	170

2.12 Inovação e renovação tecnológica na telefonia

Uma importante conquista tecnológica apresentada pelo Tribunal do Rio de Janeiro, no biênio 2011/2012, foi a criação do Setor de Gerência de Equipamentos Remotos, que possibilitou, dentre outras ações, concentrar informações referentes às centrais telefônicas; padronizar os códigos de facilidades, tais como grupo de busca, grupo de captura, call back entre outros, tornando mais fácil a divulgação e utilização para o usuário do sistema telefônico; treinar usuários e telefonistas; testar a tecnologia VoIP (Voice Over Internet Protocol), que utiliza a comunicação de voz pela rede de dados, para futura implantação; programar remotamente cerca de 80 centrais telefônicas e efetuar a manutenção preventiva e corretiva dessas centrais.

No mesmo período foram instaladas 42 novas centrais telefônicas, adquiridas por licitação, em substituição a centrais obsoletas. A instalação possibilitou: cancelamento do contrato de manutenção com a empresa Siemens, pela desativação e substituição de centrais telefônicas daquela marca, obtendo-se economia de R\$110.000,00 anuais (a manutenção das novas centrais telefônicas será executada por técnicos do DETEL); redução de custos de deslocamento pela introdução do acesso remoto para programação e diagnóstico mais preciso para manutenção; maior confiabilidade no hardware das novas centrais telefônicas; maior rapidez nos atendimentos à reprogramações de ramais; comunicação mais dinâmica pela introdução da facilidade DDR (Discagem Direta a Ramal); maior segurança com entroncamentos digital, devido à garantia de sigilo telefônico nas ligações e insensibilidade a descargas atmosféricas; identificação nas chamadas do número chamador; tarifação centralizada para apuração de custos e controle de despesas telefônicas.

Foi implantada, ainda, a interligação de telefonia utilizando a tecnologia VoIP pela rede corporativa de dados do TJERJ, permitindo assim ligações sem custo, no Complexo Central de prédios da Comarca de Niterói, para ligações de ramal para ramal entre o prédio das Secretarias e o Fórum Novo de Niterói; entre o Fórum de São João de Meriti e o Fórum Central da Capital, inclusive equipando os ônibus da Justiça Itinerante que atuam na área da Capital com ramais remotos do sistema telefônico do Complexo do Fórum Central.

2.13 Manutenção adaptativa dos sistemas para plataformas mais modernas

Para manter a compatibilidade com as versões mais recentes dos sistemas operacionais, descontinuar o uso de linguagens de programação obsoletas, obter um melhor

aproveitamento de recursos de escalabilidade (capacidade de uma estrutura atender a uma demanda crescente) e garantir a redundância de servidores de aplicação e banco de dados, foram executadas as seguintes ações: conclusão da implantação do eJUD (substituição do sistema JUD, escrito em MUMPS, por um sistema em plataforma mais moderna com suporte para processo eletrônico, abrangendo todos os órgãos colegiados); ampliação do sistema GPES em substituição ao SHF; atualização da linguagem de programação de todo o sistema FOLHA, de Delphi 7 para Delphi XE; criação de sistema para automatizar as atualizações das versões dos sistemas e prover interface centralizada de instalação dos diversos sistemas do TJ em todo o Estado; atualização da aplicação Petição L.9800/00, escrita em MUMPS, para Java, com possibilidade de acesso ao banco de dados Oracle.

Orçamento

- No biênio 2011/2012, o Tribunal de Justiça do Rio obteve o maior volume de Receitas Financeiras até hoje, no montante de R\$ 166,4 milhões;
- Criação, junto a três bancos parceiros, de Fundos de Investimentos Financeiros Exclusivos, sendo o Tribunal de Justiça o único cotista;
- Alienação da Folha de Pagamento do TJERJ por R\$ 95,0 milhões;
- Transformação de R\$ 69,0 milhões de depósitos judiciais residuais em receita pública;
- Criação do Relatório Econômico-Financeiro, com periodicidade mensal, apresentando entre outros dados, o Fluxo de Caixa do Tribunal de Justiça;
- Acréscimo de 27,0% ao Caixa/Disponibilidades Financeiras do TJ do Rio, que passou de R\$ 681,5 milhões, em 31.12.2010, para R\$ 865,8 milhões, em 31.12.2012;
- Implantação das despesas com depreciação, sendo o TJERJ pioneiro nesse processo entre os tribunais do país;
- Implantação da GRERJ Eletrônica;
- Implantação de base histórica de dados para análises de evolução e de composição, desde 2001, sobre todas as rubricas orçamentárias e financeiras do Tribunal de Justiça;

1- ASSEGURAR RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

1.1 - Quanto à Receita

O orçamento é o instrumento por meio do qual são identificadas a origem e alocação dos recursos necessários à execução dos planos e programas de obras e serviços, bem como os relativos às despesas e encargos de pessoal em um determinado exercício, de acordo com as diretrizes, objetivos e metas delineados no planejamento realizado por uma instituição.

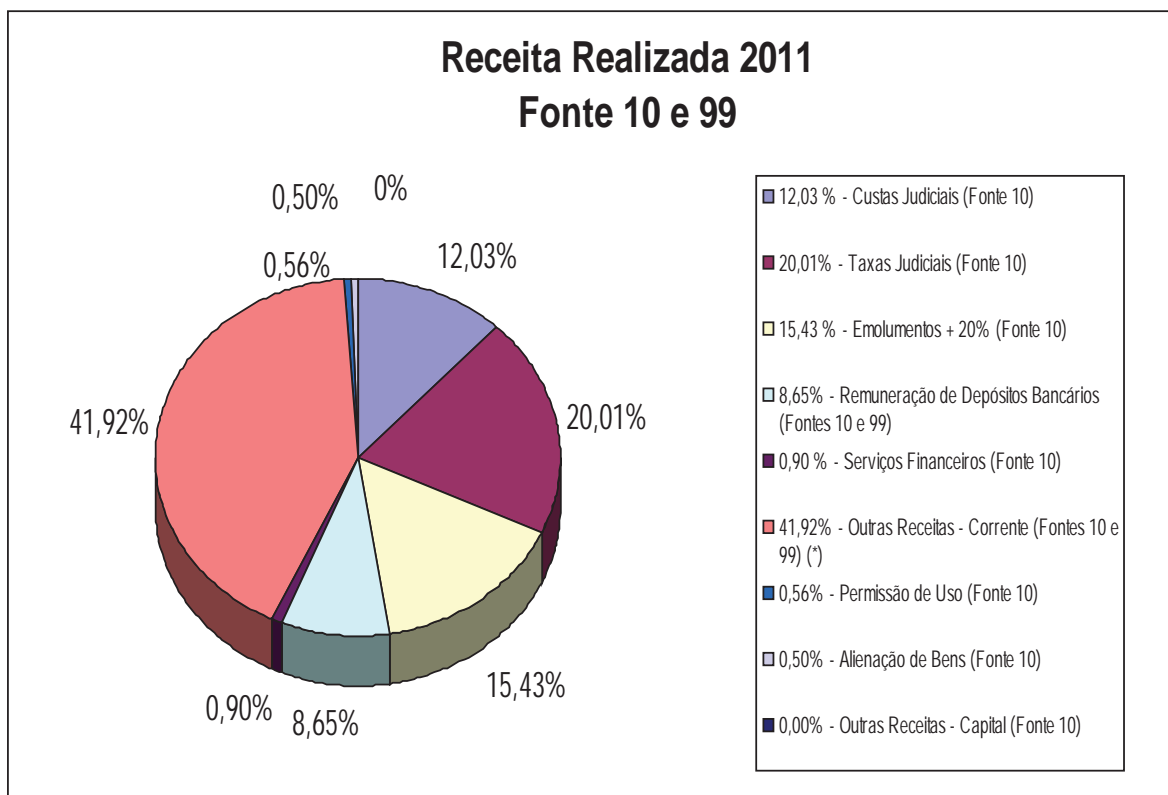
Os recursos do PJERJ são advindos das seguintes fontes:

- Fonte 00 - Ordinários Provenientes de Impostos – são os recursos repassados ao PJERJ pelo Poder Executivo do Estado, destinados ao pagamento da remuneração de magistrados e servidores, encargos, bem como de auxílio-adoção, auxílio-moradia, ajuda de custo, indenização de férias e auxílio-alimentação dos magistrados;
- Fonte 10 - Arrecadação Própria – Administração Indireta – são os recursos que ingressam no Fundo Especial do TJERJ, decorrentes da arrecadação em GRERJ, dos convênios com diversos municípios para cobrança de Dívida Ativa, de selos cartorários e receitas diversas;
- Fonte 99 - Outras Receitas da Administração Direta – são os recursos oriundos do convênio com instituição financeira para administração dos depósitos judiciais;
- Fonte 12 - Convênios – Administração Direta – são os recursos do convênio com o Ministério da Justiça, destinados à implantação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.

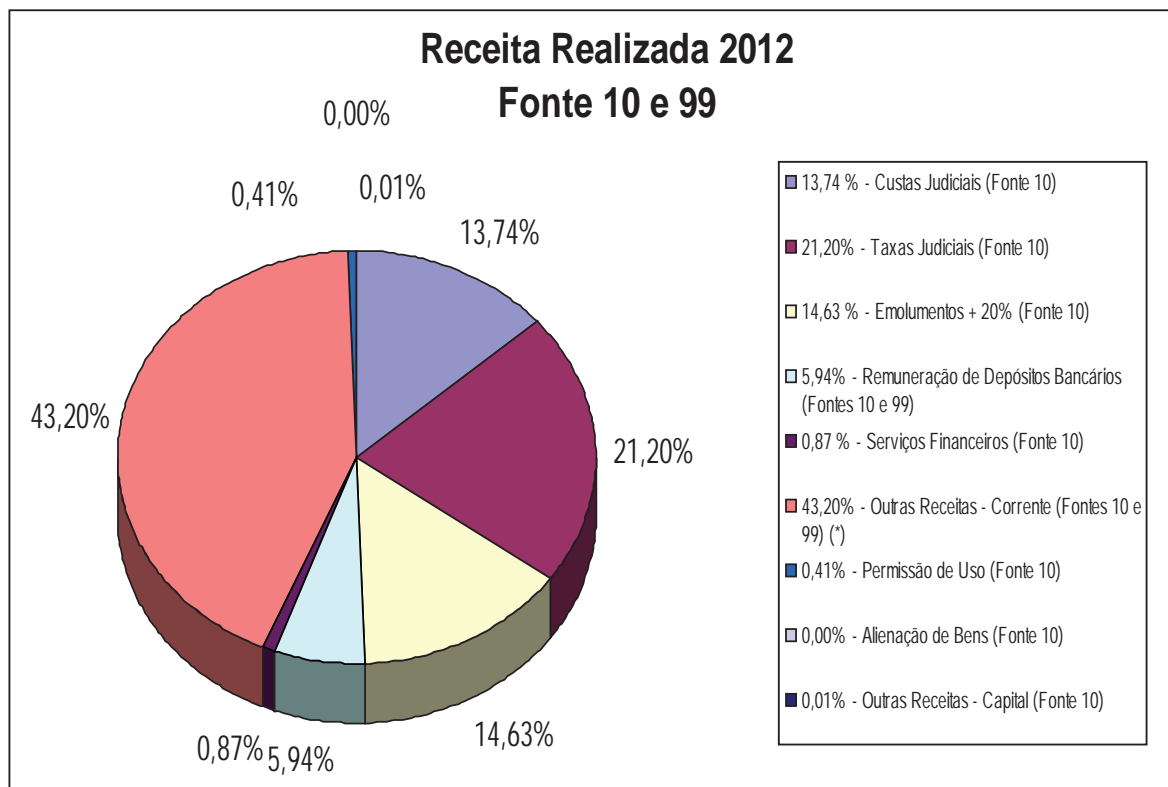
A receita realizada no exercício de 2011 correspondeu a R\$ 3.105.755.484,65 (três bilhões, cento e cinco milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e oitenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos), superando a previsão para o período em 13,06%. Em 2012 essa variação representou 12,24%, considerando a receita total realizada de R\$ 3.534.547.858,56, conforme tabela a seguir:

Fonte de Recurso	2011			2012		
	Prevista - Valores em R\$	Realizada - Valores em R\$	Variação	Prevista - Valores em R\$	Realizada - Valores em R\$	Variação
Fonte 00	1.940.210.000,00	2.024.582.807,80	4,35%	2.072.023.506,00	2.305.487.530,16	11,27%
Fonte 10	547.622.000,00	651.560.643,89	18,98%	641.798.000,00	703.362.822,55	9,59%
Fonte 99	258.530.540,00	429.495.386,81	66,13%	434.351.828,00	524.560.109,88	20,77%
Fonte 12	581.866,00	116.646,15	-79,95%	855.960,00	1.137.395,97	32,88%
Total	2.746.944.406,00	3.105.755.484,65	13,06%	3.149.029.294,00	3.534.547.858,56	12,24%

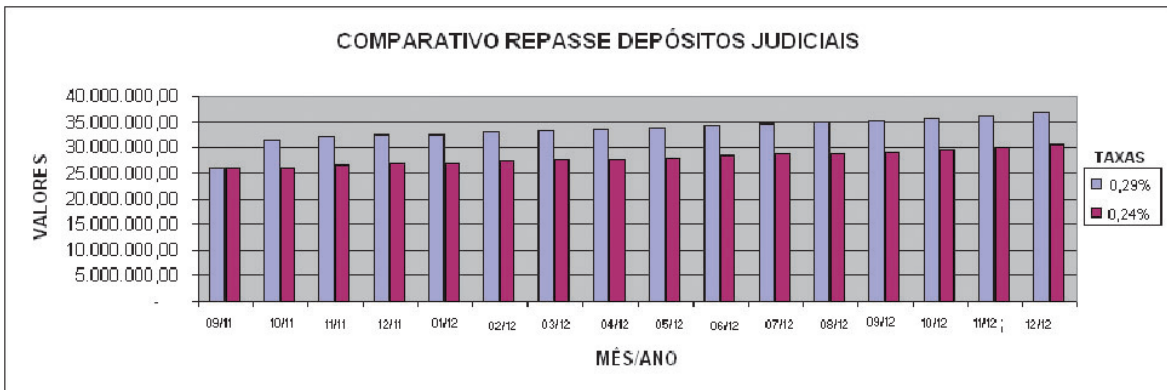
Quanto aos recursos das fontes 10 e 99, cumpre ressaltar que os ingressos decorrentes da arrecadação com custas, taxas judiciais e emolumentos, bem como os derivados do convênio para administração dos depósitos judiciais (Outras Receitas - Corrente) constituíram os maiores componentes da receita realizada do Poder Judiciário no biênio:



(*) Outras Receitas – Corrente – contemplam as receitas oriundas do convênio com o Banco do Brasil (Fonte 99).



Ressalte-se que, até agosto/2011, o repasse devido pelo Banco do Brasil ao TJERJ pela administração dos depósitos judiciais estaduais (excetuados os de natureza tributária) correspondia a 0,24%, incidentes sobre o saldo médio dos mesmos. Após diversas negociações, a remuneração foi majorada para 0,29% a partir de setembro/2011. Com isso, o TJERJ teve um acréscimo de mais de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões) em sua receita no período de setembro de 2011 a dezembro de 2012, conforme abaixo demonstrado:



Ademais, outros fatores contribuíram para o incremento da receita no biênio:

- Adesão ao contrato para a administração da Folha de Pagamento pelo Bradesco: no final de maio de 2011, foi realizado o leilão para venda do BERJ e da Folha de pagamento do Executivo Estadual, que foi vencido pelo Banco Bradesco. O edital continha cláusula que possibilitava ao TJERJ, à ALERJ, ao MP e ao TCE aderirem ao contrato sem a necessidade de realização de licitação. Depois de longa discussão, a Administração concluiu que a melhor opção seria a adesão do TJERJ ao contrato do Bradesco, que, por sua vez, pagou R\$ 95.000.000,00 (noventa e cinco milhões) para ter o direito, por 36 meses, de prestar serviços de processamento de folha de pagamento e intermediar a arrecadação do Poder Judiciário Estadual, substituindo o Banco Itaú no recebimento das Guias de Recolhimento de Receita Judiciária – GRERJ.
- Conversão em receita própria de parte dos resíduos de depósito judicial que estavam no Banco Itaú: Em observância ao entendimento do CNJ no início de 2012, o TJERJ deu início às negociações para transformar em receita própria parte dos valores referente aos resíduos de depósitos judiciais acautelados no Banco Itaú. Após analisar os dados enviados por aquele banco, foram selecionadas apenas as contas sem movimentação há mais de 2 anos e cujos saldos fossem superiores a R\$ 0,01 (um centavo) e inferiores a R\$ 10.000,00 (dez mil reais), conforme disposto no Aviso TJ nº 97/2012. Em junho de 2012, aquela instituição financeira transferiu para o Tribunal de Justiça o montante de R\$ 68.960.946,53 (sessenta e oito milhões novecentos e sessenta mil novecentos e quarenta e seis reais e cinquenta e três reais), correspondente a aproximadamente 17% do saldo total dos referidos resíduos, que na ocasião somavam quase R\$ 419 milhões.

1.2 - Quanto à Despesa

A dotação inicialmente consignada no orçamento de 2011 do Poder Judiciário do Estado

do Rio de Janeiro era de R\$ 2.746.944.406,00 (dois bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, novecentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e seis reais), a qual, acrescida dos créditos adicionais que se fizeram necessários no decorrer do exercício, representou uma despesa autorizada no total de R\$ 3.116.804.427,78 (três bilhões, cento e dezesseis milhões, oitocentos e quatro mil, quatrocentos e vinte e sete reais e setenta e oito centavos), conforme tabela abaixo.

A dotação inicial para o exercício financeiro de 2012 correspondia a R\$ 3.149.029.294,00 (três bilhões, cento e quarenta e nove milhões, vinte e nove mil, duzentos e noventa e quatro reais), que com os créditos adicionais da ordem de R\$ 600.364.159,80 (seiscentos milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, cento e cinquenta e nove reais e oitenta centavos), totalizou R\$ 3.749.393.453,80 (três bilhões, setecentos e quarenta e nove milhões, trezentos e noventa e três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e oitenta centavos), referentes à despesa autorizada para o período.

A execução dessas despesas está indicada na tabela abaixo:

Natureza da Despesa		Despesa Realizada 2011	Percentual sobre a Despesa Total Realizada - 2011	Despesa Realizada 2012	Percentual sobre a Despesa Total Realizada - 2012
Fonte 00	Pessoal	2.024.582.807,80	66,93%	2.305.487.530,16	65,51%
Fonte 10	<i>Custeio</i>	522.821.714,90	17,28%	577.165.102,92	16,40%
	<i>Investimento</i>	211.198.324,01	6,98%	245.171.038,32	6,97%
	Total Fonte	734.020.038,91	24,27%	822.336.141,24	23,37%
Fonte 12	<i>Custeio</i>	988.884,55	0,03%	227.846,37	0,01%
	<i>Investimento</i>	198.302,00	0,01%	-	0,00%
	Total Fonte	1.187.186,55	0,04%	227.846,37	0,01%
Fonte 99	<i>Custeio</i>	264.952.946,92	8,76%	298.874.537,99	8,49%
	<i>Investimento</i>	-	-	92.297.567,15	2,62%
	Total Fonte	264.952.946,92	8,76%	391.172.105,14	11,12%
Despesa Total (Pessoal, Custeio e Investimento)		3.024.742.980,18	100,00%	3.519.223.622,91	100,00%

1.2.1 - Despesa com Pessoal

A despesa com Pessoal e Encargos Sociais compreende o montante necessário para o pagamento de magistrados e servidores ativos, tendo em vista que a execução da folha de inativos compete ao Rioprevidência, conforme dispõe a Lei Estadual n.º 3.189/99.

No exercício de 2011, tais despesas totalizaram R\$ 2.024.582.807,80 (dois bilhões, vinte e quatro milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, oitocentos e sete reais e oitenta centavos), correspondendo a 65,51% da despesa total realizada no período.

Em 2012, a despesa com Pessoal e Encargos Sociais representou R\$ 2.305.487.530,16 (dois bilhões, trezentos e cinco milhões, quatrocentos e oitenta e sete mil, quinhentos e trinta reais e dezesseis centavos), representando 65,51% das despesas realizadas no exercício.

O percentual das despesas de pessoal sobre a Receita Corrente Líquida divulgado no Relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2011 correspondeu a 4,87%, aquém, portanto, dos limites impostos pela Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), que são de 5,4 % - Limite de “Alerta”, artigo 59 – e 5,7% - Limite “Prudencial”, artigo 22, parágrafo único.

Cabe esclarecer que, conforme o relatório de Gestão Fiscal do 3º Quadrimestre de 2012, o percentual de incidência das despesas com pessoal ativo do Poder Judiciário face à Receita Corrente Líquida no exercício de 2012 foi de 5,26%, permanecendo, assim, abaixo dos limites impostos na LRF.

Tal incremento percentual, frente ao ano de 2011, foi balizado pelo aumento pífio da Receita Corrente Líquida Estadual - RCL- 2012 de 3,44% em relação à RCL de 2011. Logo, o acréscimo da RCL de 2011 comparado à RCL de 2010 foi de 13,70%, ou seja, o quádruplo do crescimento atual, consoante tabela abaixo. Importa destacar a majoração do percentual de contribuição para o Regime de Previdência para 11,00% e 14,00%, em 2011 e 2012, respectivamente, consoante a Lei Estadual nº 5.166/2007.

Período	Receita Corrente Líquida Acumulada – R\$	Despesa Total de Pessoal Acumulada– R\$	% de (b) em relação a (a)
1º Quadrimestre 2011	35.447.216.916	1.802.051.134	5,08%
2º Quadrimestre 2011	37.107.942.918	1.880.910.307	5,07%
3º Quadrimestre 2011	39.268.345.357	1.913.970.360	4,87%
1º Quadrimestre 2012	39.532.479.709	1.977.525.226	5,00%
2º Quadrimestre 2012	40.487.529.063	2.044.224.268	5,05%
3º Quadrimestre 2012	40.613.414.957	2.137.389.565	5,26%

1.2.1.1 - Acompanhamento da execução orçamentária e financeira das despesas com pessoal (limites da LRF)

Quanto ao cumprimento dos limites estabelecidos na LRF para a despesa com pessoal demonstrados no Relatório de Gestão Fiscal, cabe mencionar que, no ano de 2011 e nos dois primeiros quadrimestres de 2012, o montante da despesa com pessoal para fins de enquadramento da Lei Complementar 101/2000 (LRF) se manteve abaixo do limite de alerta de 5,40%.

O Total da Despesa com Pessoal (TDP) em 2012 (período de referência: janeiro a dezembro) foi de R\$ 2.137.389.565,44, já incluídas a reposição de 1,96% a partir de outubro, assim como o restante do décimo-terceiro salário e a contribuição patronal de 14%. Esse montante, comparado à Receita Corrente Líquida (RCL) efetiva de 2012, no valor de R\$ 40.613.414.957,00, representou um percentual de 5,26%.

1.2.2 - Despesas de Custeio e de Investimentos

Em 2011, as despesas com investimento totalizaram R\$ 211.396.626,01 (duzentos e onze milhões, trezentos e noventa e seis mil, seiscentos e vinte e seis reais e um centavo), correspondendo a 26,80% das despesas com custeio, que representaram, no mesmo período, R\$ 788.763.546,37 (setecentos e oitenta e oito milhões, setecentos e sessenta e

três mil, quinhentos e quarenta e seis reais e trinta e sete centavos). Essa relação em 2012 foi de 38,51%, tendo em vista que as despesas com investimentos e com custeio totalizaram R\$ 337.468.605,47 (trezentos e trinta e sete milhões, quatrocentos e sessenta e oito mil, seiscentos e cinco reais e quarenta e sete centavos) e R\$ 876.267.487,28 (oitocentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos), respectivamente:

Origem dos Recursos	2011		2012	
	Investimento	Custeio	Investimento	Custeio
Fonte 10	211.198.324,01	522.821.714,90	245.171.038,32	577.165.102,92
Fonte 12	198.302,00	988.884,55	-	227.846,37
Fonte 99	-	264.952.946,92	92.297.567,15	298.874.537,99
Total	211.396.626,01	788.763.546,37	337.468.605,47	876.267.487,28
Percentual do Investimento sobre Custeio	26,80%		38,51%	

As despesas com custeio que demandaram maior volume de recursos no biênio foram as relativas aos benefícios e aos serviços que envolvem terceirização.

Quanto à distribuição dos investimentos, cabe ressaltar que, no exercício de 2011, 91,31% foram destinados a obras, 8,42% a aquisição de material permanente e 0,27% a material de informática. Em 2012, 90,30 % foram destinados a obras, 5,2% a aquisição de material permanente e 4,5 % a material de informática.

Destaque-se, ainda, que no exercício financeiro de 2011, foi repassado ao Poder Executivo, a título de Convênio com a Secretaria de Segurança (Termo n.º 003/925/2009), o valor de R\$ 39.983.169,72 (trinta e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil, cento e sessenta e nove reais e setenta e dois centavos), enquanto que, em 2012, atingiu-se o montante de R\$ 22.933.123,60 (vinte e dois milhões, novecentos e trinta e três mil, cento e vinte e três reais e sessenta centavos).

Ademais, em 2012, R\$ 84.208.142,94 (oitenta e quatro milhões, duzentos e oito mil, cento e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos) constituíram objeto de descentralização de créditos da fonte 99 para o Poder Executivo.

1.2.3 - Relação Receita e Despesa

Na tabela abaixo fica demonstrada a relação entre as receitas e despesas realizadas no biênio:

Ano	Receita	Despesa
2011	R\$ 3.105.755.484,65	R\$ 3.024.742.980,18
2012	R\$ 3.534.547.858,56	R\$ 3.519.223.622,91

1.3 - Relatório de Acompanhamento de Custos - RAC

O conhecimento dos custos incorridos pelo Poder Judiciário no desenvolvimento de suas atividades é fator determinante para o sucesso de qualquer análise criteriosa quanto à gestão responsável de recursos da instituição.

O Relatório de Acompanhamento de Custos tem por objetivo disponibilizar aos gestores do PJERJ uma visão ampla dos custos da atividade judiciária e da atividade administrativa, subsidiando os processos de tomada de decisão e apoiando as funções de planejamento e orçamento.

Além disso, as informações de custos, em conjunto com as estatísticas envolvendo o volume de processos “entrantes” (casos novos) e os finalizados (processos baixados), bem como o estoque de processos a solucionar (casos pendentes) – fornecidas pela Diretoria Geral de Apoio ao Segundo Grau de Jurisdição (DGJUR), constituem base para elaboração de indicadores que têm por finalidade medir a prestação jurisdicional em função dos recursos empregados, com destaque para o índice CNJ nº 11 – Eficiência Operacional (despesa média por processo baixado), pelo qual a DGPCF é responsável.

Cabe esclarecer que as projeções de custos elaboradas com base nos dados do Sistema de Gestão de Custos são utilizadas na alimentação dos estudos de impacto econômico-financeiro de novas despesas, bem como na composição dos limites para gastos estipulados no Plano de Ação Governamental – PAG.

Dessa forma, ao longo do biênio foram adotadas melhorias na apuração dos custos com a automatização dos rateios, revisão de critérios, sistematização dos levantamentos de quantitativos de pessoal e aperfeiçoamento de rotinas do módulo RAC-Gerência.

1.4 - Plano de Ação Governamental - PAG

O Plano de Ação Governamental vai ao encontro das determinações da Lei Complementar nº 101/2000, especialmente no que se refere ao planejamento, transparência, controle e responsabilização, tendo como matriz os artigos 163 a 169 da Constituição Federal.

O PAG tem por objetivo viabilizar a implementação das estratégias definidas pela Alta Administração do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), especialmente dos artigos 15 e 16.

Todos os projetos que demandam recursos, ao ingressarem na DGPCF são analisados e selecionados para compor uma ação governamental. A solicitação é incluída no PAG mediante autorização prévia da Alta Administração e, caso seja necessário, são feitas compensações pertinentes para que o valor do PAG seja ajustado.

O PAG é um instrumento para a ação coordenada de toda a Alta Administração, visto que acompanha o desenvolvimento dos projetos previstos, ampliando, assim, os elementos de informação disponíveis para se determinar a ordem de prioridade de cada projeto. Tal decisão leva em conta, ainda, o cenário econômico do país e o impacto financeiro que tais projetos exercerão sobre o custeio.

É importante mencionar também que qualquer modificação no PAG deve ser submetida à apreciação da Alta Administração e, se aprovada, resultará sempre em um Ato Executivo

Conjunto do Presidente, Vice-Presidentes e Corregedor.

Tendo em vista o equilíbrio orçamentário e financeiro do Plano de Ação Governamental, qualquer incidente de majoração de valores de projetos será compensado mediante exclusão ou diminuição de outros projetos.

1.5 - Relatório Financeiro

No início do biênio 2011/2012, foi criado o Relatório Financeiro com o objetivo de demonstrar mensalmente o total de receitas arrecadadas nas fontes 10 e 99, comparando-as com o total de despesas pagas, de restos a pagar executados e de repasses realizados no período.

Sendo assim, a disponibilidade financeira do PJERJ, em comparação com a disponibilidade do dia 31/12/2010, foi incrementada, no biênio, em R\$ 184.204.433,08 (cento e oitenta e quatro milhões, duzentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e três reais e oito centavos), considerando demonstrativo abaixo:

EXERCÍCIO FINANCEIRO	2011	2012
Disponibilidade Financeira Inicial	681.580.204,14 (*)	782.545.523,01
Receita - fonte 10	575.593.484,72	660.506.248,79
Receita financeira - fonte 10	75.967.159,17	42.856.573,76
Receita - fonte 99	411.959.673,88	494.508.470,71
Receita financeira - fonte 99	17.535.712,93	30.051.639,17
Demais entradas	4.822.547,05	3.983.923,50
Total das entradas	1.085.878.577,75	1.231.784.711,93
(-) Custeio - fonte 10	452.092.738,31	472.644.529,28
(-) Custeio - fonte 99	256.804.189,39	247.097.115,20
(-) Investimento - fonte 10	181.148.425,66	214.574.092,46
(-) Investimento - fonte 99	-	29.537.451,97
(-) Restos a Pagar - fonte 10	87.594.256,32	85.753.987,84
(-) Restos a Pagar - fonte 99	38.912,00	6.711.638,90
(-)Descentralização de Créditos - fonte 99	-	84.208.151,94
(-) Demais saídas	7.234.731,86	8.140.774,13
Total das saídas	984.913.253,54	1.148.667.741,72
	-	-
Resultado do período	100.965.324,21	83.239.114,21
	-	-
Disponibilidade Final	782.545.528,35	865.784.637,22
	-	-
Fonte 10	532.554.645,20	458.624.219,62
	-	-
Fonte 99	249.990.877,81	407.160.417,60

(*) Disponibilidade financeira em 31/12/2010.

1.6 - Da Depreciação / Amortização:

O Tribunal de Justiça iniciou em 2011 o estudo de viabilidade da implantação da Depreciação. No ano de 2012, os sistemas internos do TJERJ foram configurados para a utilização da Depreciação/Amortização, culminando assim na aplicação da Depreciação no balancete contábil do TJERJ (Novas Normas da Contabilidade Aplicada ao Setor Público-Portaria STN nº 828 de 14/12/2011).

Tal instituto também é inovador no Judiciário, em especial no Sistema de Custos (RAC). Esse procedimento pretende demonstrar a redução do valor dos bens pelo desgaste ou perda de utilidade por uso, podendo ser utilizado como ferramenta de planejamento para fundamentar a aquisição/reposição de equipamentos ou novos investimentos.

1.7 - Da Efetivação Plena da GRERJ Eletrônica:

No final do biênio, a GRERJ Eletrônica (Guia de Recolhimento de Receita Judiciária) foi implementada na quase totalidade do TJERJ, consoante Aviso TJ nº 150/12, de 13 de dezembro de 2012. Ou seja, todas as custas, emolumentos, taxa judiciária e acréscimos legais, bem como valores devidos em sede administrativa, deverão ser recolhidos por meio eletrônico. Cabe acrescentar que persiste uma ínfima parcela residual da GRERJ em formulário, a ser extinta ainda no 2º trimestre de 2013.

1.8 - Das Novas Normas de Contabilidade Pública:

Iniciou-se neste biênio ações para viabilizar o cumprimento das Novas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público- NBCASP (Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional - STN nº 828 de 14/12/11). Tal medida resultou na criação da Comissão Temporária para implantação das mencionadas normas de contabilidade no âmbito do Judiciário fluminense (Ato Executivo TJ nº 4.434/2012) com envolvimento da DGPCF, DGLOG, DGENG, DGTEC e EMERJ.

1.9 Da Arrecadação dos Convênios de Dívida Ativa:

O TJERJ está realizando, desde 2006, contatos com diversos municípios do Rio de Janeiro para apresentar as vantagens do convênio da Dívida Ativa. São tratativas que consistem na divulgação do convênio através de ofícios esclarecedores, bem como reuniões para avaliar as necessidades de cada município. Em 2011 houve arrecadação de R\$ 7.246.540,02. Já em 2012, tivemos R\$ 14.602.735,72, ou seja, praticamente o dobro de 2011. Hoje há 43 municípios conveniados e a respectiva arrecadação de custas e taxa passou a representar, em 2012, cerca de 2% de todo o bloco de receitas advindas dos recolhimentos em GRERJ.